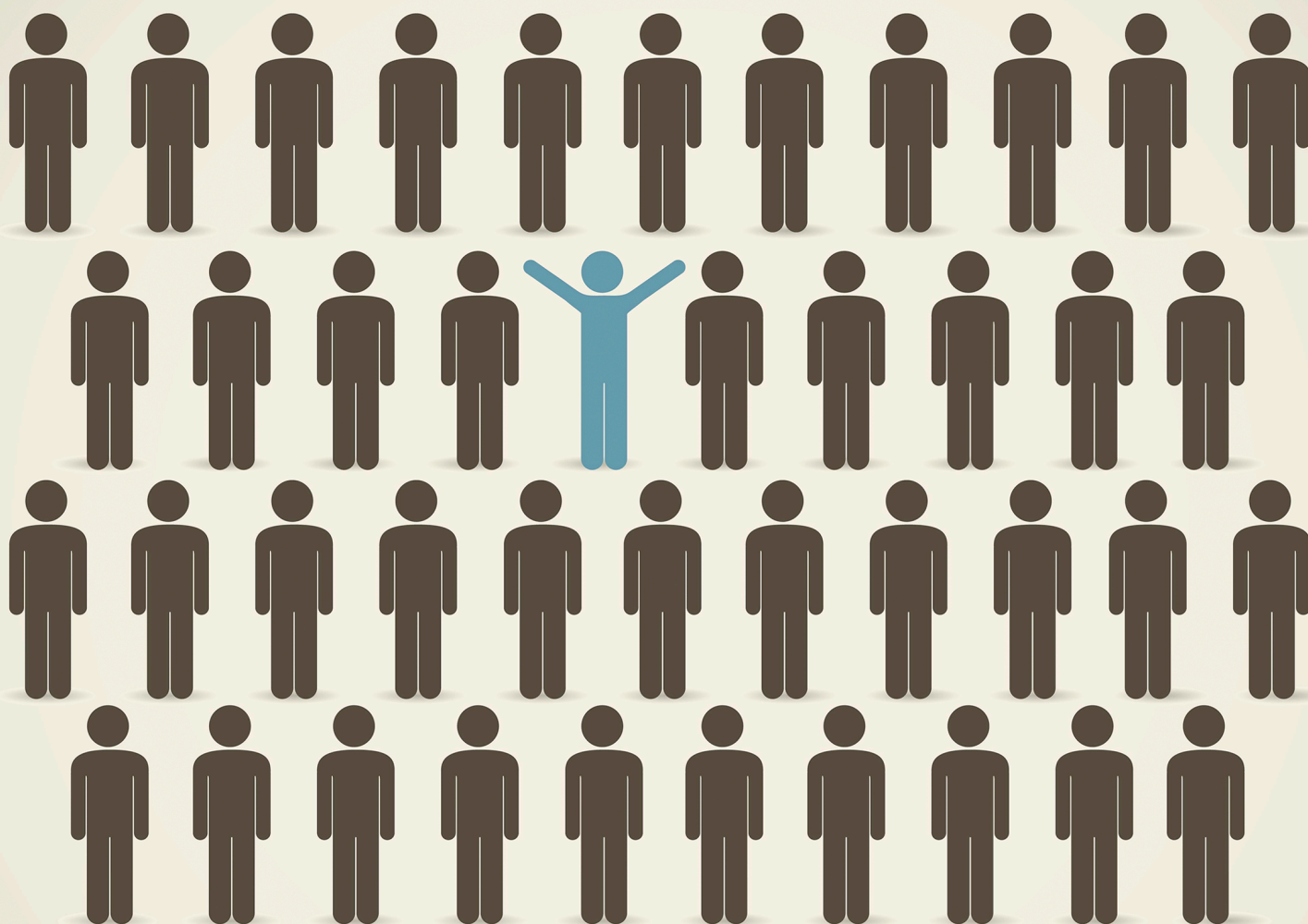


TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICO-TEÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

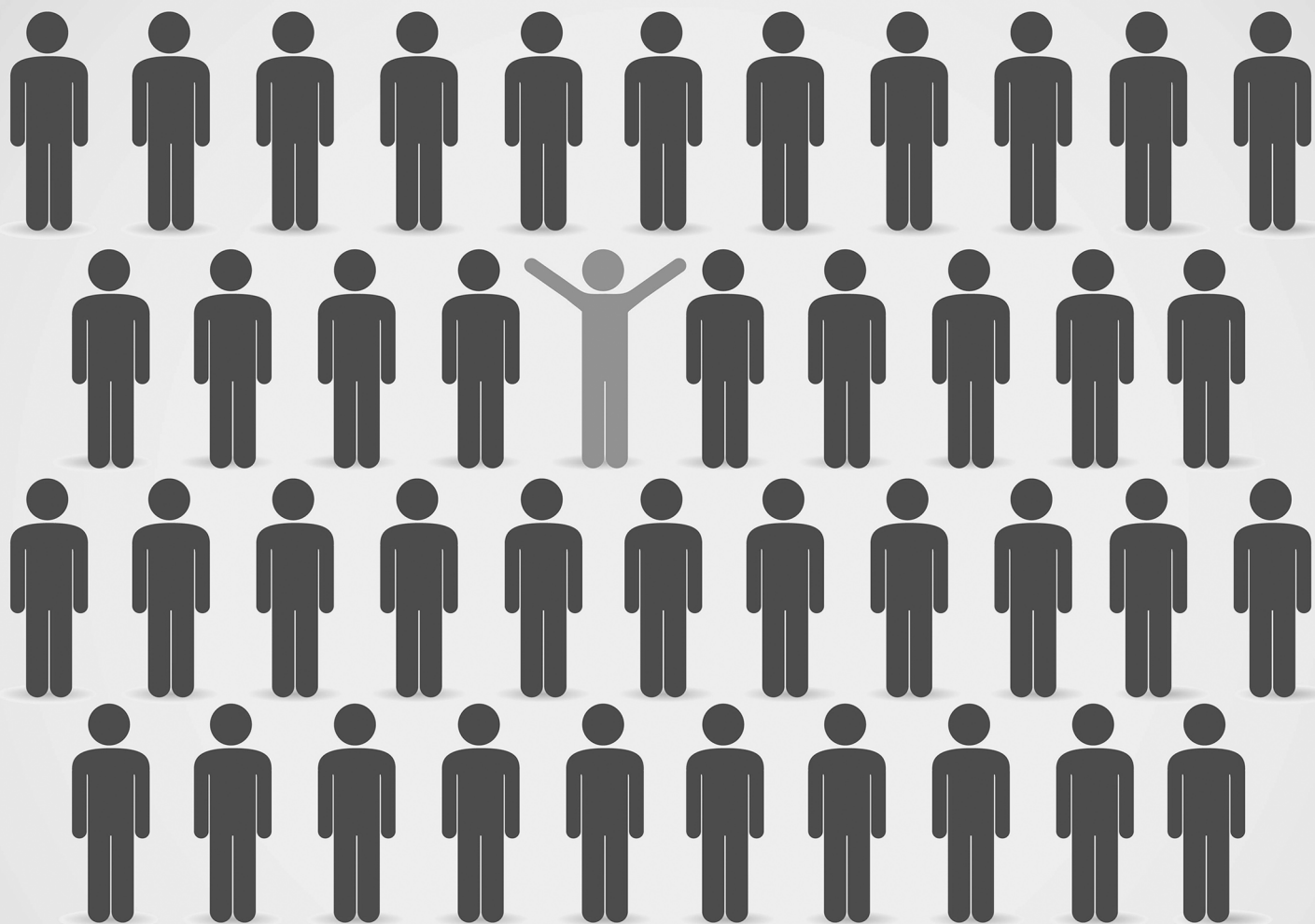
Denise Pereira
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2020

TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICO-TEÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Denise Pereira
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T291	<p>Tendências epistemológico-teóricas das ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-037-7 DOI 10.22533/at.ed.377201405</p> <p>1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Pereira, Denise.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A epistemologia transformou-se numa área relevante para as ciências sociais aplicadas, muitos pensadores e intelectuais têm dedicado parte de seu tempo para refletir este tema complexo e amplo, considerados como os mais importantes críticos, muitas vezes, até radicais no questionamento da ciência e da tecnologia, pois, as mesmas passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. Vivemos um momento do triunfo da ciência. Tudo indica que é a civilização científico-técnica que elabora, sob medida, as condições ideais de nossa existência.

Etimologicamente, “Epistemologia” significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme), (Episteme + logos). Epistemologia: é a ciência da ciência. Filosofia da ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento.

A tarefa principal da epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico.

O conhecimento científico é provisório, jamais acabado ou definitivo. É sempre tributário de um pano de fundo ideológico, religioso, econômico, político e histórico.

De modo geral, este tema é tratado em relação às Ciências Sociais aplicadas como um todo. Mas a ênfase na discussão epistemológica aqui apresentada será aplicada às Ciências Sociais para, a partir de tais análises, ser possível pensar a questão da pesquisa científica na investigação do fenômeno como um todo.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO DA FIGURA INFANTIL	
Laísa Gonçalves Borgato	
Marcos José Alves de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3772014051	
CAPÍTULO 2	11
A INCLUSÃO SOB UM ENFOQUE POLÍTICO	
Sandra Faria Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3772014052	
CAPÍTULO 3	19
A MIGRAÇÃO NA MÚSICA <i>FOTOGRAFIA 3X4</i> , DE BELCHIOR: ILUSÃO E EXPRESSIVIDADE DO OPRIMIDO	
Alison Menezes Freitas	
José Antonio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3772014053	
CAPÍTULO 4	31
A PRISÃO PREVENTIVA EM TRÁFICO DE DROGAS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO ENCARCERAMENTO EM MASSA	
Beatriz Ramos de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.3772014054	
CAPÍTULO 5	46
ALTMETRIA E COMUNICAÇÃO ONLINE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ASSUNTO PENA DE MORTE	
Ane Caroline dos Santos Melo	
Rosana Rodrigues dos Santos	
Eugenio dos Santos Rocha	
Paulo Vieira Rijo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3772014055	
CAPÍTULO 6	60
ANÁLISE DE RISCO EM SEGUROS: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA LÓGICA <i>FUZZY</i>	
Elizabeth Borelli	
Ana Carolina Falcão	
Bruna Dias Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.3772014056	
CAPÍTULO 7	72
APLICAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTEIO VARIÁVEL, PARA O PROCESSO DECISÓRIO GERENCIAL	
Joel da Silva Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3772014057	

CAPÍTULO 8	77
ARTE PÚBLICA: PRAÇA UNIVERSITÁRIA DE GOIÂNIA-GO	
Marília Guimarães Rodrigues Janes Cleiton Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3772014058	
CAPÍTULO 9	88
CONSTITUIÇÃO DO GASTO TRIBUTÁRIO: SINAIS DA IRRESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A PARTIR DA ANÁLISE DO FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE	
Manoel Cícero Squiapati Seragini Gonzalez	
DOI 10.22533/at.ed.3772014059	
CAPÍTULO 10	105
DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE: CONCEITUAÇÃO E ENQUADRAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO	
Giulia Ferrigno Poli Ide Alves	
DOI 10.22533/at.ed.37720140510	
CAPÍTULO 11	118
EDUCAÇÃO OU INSTRUÇÃO?	
Vanderlei Souto dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.37720140511	
CAPÍTULO 12	125
ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO ELEMENTO PRIMORDIAL PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Lucineia Evangelista Gilcélia Martins dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.37720140512	
CAPÍTULO 13	135
EXPRESSÕES CIBERNÉTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: APLICATIVOS E REDES SOCIAIS	
Henrique Hugbert de Oliveira Reis	
DOI 10.22533/at.ed.37720140513	
CAPÍTULO 14	143
FORMAS DE PASTORAL NO BRASIL	
Everaldo José de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.37720140514	
CAPÍTULO 15	159
GOLPE DE 1964: INTERAÇÃO, ESCOLHAS E NEGOCIAÇÕES ENTRE ATORES POLÍTICOS	
Lucas Vieira de Souza Antônio Sérgio Carvalho Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.37720140515	
SOBRE A ORGANIZADORA	175
ÍNDICE REMISSIVO	176

A ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO DA FIGURA INFANTIL

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 23/04/2020

Laísa Gonçalves Borgato

Universidade Paranaense – UNIPAR

Cianorte – Pr.

<http://lattes.cnpq.br/9399654151058539>

Marcos José Alves de Lima

Universidade Paranaense – UNIPAR

Cianorte – Pr.

<http://lattes.cnpq.br/1560865190702851>

RESUMO: Este artigo é o resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso que teve como objetivo investigar o comportamento das crianças no momento da compra de produtos do vestuário e assim descobrir a ligação da adultização infantil com as vestimentas do mesmo. O delineamento utilizado foi a revisão bibliográfica e exploratória. Os resultados mostram que há uma forte ligação da moda com o comportamento prematuro infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Adultização, erotização infantil, maturidade infantil, perda da infância.

THE ADULTIZATION AND EROTIZATION OF THE CHILD FIGURE

ABSTRACT: This article is the result of a Course Completion Work that aimed to investigate the behavior of children when purchasing clothing products and thus discover the connection of child adultery with clothing. The design used was the bibliographic and exploratory review. The results show that there is a strong link between fashion and preterm infant behavior.

KEYWORDS: Adutization, infant erotization, infantile prematurity, childhood loss.

1 | INTRODUÇÃO

Contemporaneamente a figura infantil tem mudado, e é de se notar que esta mudança vem de acordo com os avanços tecnológicos e a facilidade de acesso a informações. Neste sentido será analisado e comparado atitudes de comportamento de crianças. No mesmo contexto há de se notar que o comportamento e o modo de vestir caminham juntos. Hill (2003) aponta que, paulatinamente as crianças estão sendo tratadas como adultos, a maturidade é uma tendência de consumo, e um dos fatores ligados a ela são referentes

a roupas, atividades para depois da escola ou a brinquedos.

Com a correria do dia a dia e os desafios do mercado de trabalho, os pais têm se preocupado cada vez mais com a formação de seus filhos, colocando estes desde cedo em escolinhas e cursos extracurriculares, acreditando que estão preparando bem seus filhos para o futuro, porém há algumas controvérsias nisto, pois isso pode fazer com que o pequeno fique adulto antes da hora. Hill (2003) acrescenta que a chamada de prematuridade infantil, se resume em adultos que esperam que as crianças se comportem como eles e as equipam para que isso ocorra. O autor ainda ressalta que uma grande preocupação para os especialistas é com a consequente perda da infância e também do tempo de brincadeiras dessas crianças, pois o período dedicado às brincadeiras foi sucedido por um tempo destinado a instruí-las.

O presente estudo tem como objetivo investigar a proximidade do comportamento infantil com a maneira de se vestir, analisando então o comportamento das crianças na hora da compra de artigos de vestuário, explorando também as roupas que essa criança possui em seu guarda roupa, observando seu comportamento quando está em casa, o que faz, com o que gosta de brincar. Explorando a possibilidade de coisas que essa criança mini adulto faz em seu dia a dia o estudo procura esclarecer algumas questões de adulteração da figura infantil e a proximidade desta tendência de comportamento com a suas vestimentas.

2 | MATERIAL E MÉTODO

Diante do objetivo proposto neste artigo, optou-se por uma pesquisa de tipo exploratória e de natureza quantitativa. Para tanto, o procedimento de investigação foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo, com a utilização de questionários com o intuito de identificar qual é o comportamento da criança em diferentes situações, inseridas nessas situações comportamento de consumo, ligados ao vestuário.

A pesquisa foi realizada por meio da ferramenta *Google docs*. Foi coletado 923 respostas de pessoas cuja são responsáveis por crianças de 0 a 12 anos. Porém neste momento será analisado 725 respostas, pela ênfase do trabalho ser o comportamento da figura infantil, foram escolhidas as respostas de responsáveis por crianças de 2 a 12 anos. As outras 198 respostas não se enquadraram, por corresponderem a pais ou responsáveis por bebês de 0 a 1 ano de idade.

3 | RESULTADOS

De acordo com a proposta de pesquisa de campo com a utilização de questionários no intuito de investigar qual é a proximidade do comportamento infantil

premature e sua ligação com a vestimenta. Este que foi composto por dezesseis questões, optativas, a seguir será apresentado o resultado da tabulação dos dados do questionário.

A primeira questão que indagava se o respondente era responsável por uma criança, foi obtido como resposta 100% (725) responderam que sim e 0% (0) que não. Na segunda pergunta foi abordado sobre o sexo do entrevistado 4,1% (30) disseram ser do sexo masculino e 95,5% (695) apontaram ser do sexo feminino. A terceira correspondia ao sexo da criança 51,2% (371) corresponderam ao sexo feminino, enquanto 48,8% (354) correspondiam ao sexo masculino.

No item número quatro foi abordado qual era a idade da criança, 32,3% (234) responderam ser responsáveis por pequenos de 2 a 3 anos, 31,3% (227) disseram tomar conta de crianças de 4 a 6 anos, 13,7% (99) apresentaram ter filhos de 7 a 8 anos, 13,0% (94) indicaram ser responsáveis por pequenos de 9 a 10 anos e 9,8% (71) corresponderam a ter filhos de 11 a 12 anos. A pergunta de número cinco averiguou sobre onde a criança estudava 54,9% (398) apresentaram que seus pequenos estudavam em creche, escolinha ou escola pública, 31,2% (226) responderam que esses estudavam em creche, escolinha, ou escola particular e 13,9% (226) apresentaram que eles não estudavam e nem iam a creche.

A de número seis, questionava como era o comportamento da criança na hora da compra, 42,2% (306) responderam que este pode até escolher, mas a decisão final é do responsável, 27,9% (202) dos dados corresponderam que acompanha as compras, mas não opina, já 19,3% (140) não acompanha e 10,6% (77) acompanham as compras e opina ou escolhe. A pergunta de número sete interrogava sobre qual era a forma de vestir da criança, e os dados foram 35,8% (260) estavam relacionadas a suas atividades diárias (brincar e estudar), 26,7% (194) disseram que a criança não ligava para moda (o responsável escolhe as roupas), 25,9% (188) dizem que a criança segue a sua própria vontade, ela veste o que tem vontade de usar, 7,3% (53) é influenciada a vestir-se como personagens (personagens de novela, desenho, filmes, *barbie* ou super heróis), 3,0% (22) utilizam peças do vestuário igual a um adulto de referência (mãe, pai, avôs ou tios) e 1,4% (10) responderam que a criança é influenciada pelas amigas (o grupo que ela pertence).

A pergunta de número oito, era destinada para o responsável escolher as opções que se encaixavam na forma ou estilo da criança se vestir, o respondente podia marcar mais de uma opção, sendo assim as respostas foram, 10% (72) moda mãe e filha, 6,5% (47) moda pai e filho, 83,4% (601) casual e confortável, 24% (174) modernas e acompanhando as tendências de roupa dos adultos, 10,4% (73) roupas mais clássicas e sofisticadas, 44% (319) roupas de personagens de desenho e jogos.

A questão de número nove também tinha a opção de escolher mais de uma

alternativa, abordava sobre quais eram os brinquedos e brincadeiras da criança e as respostas foram, 50% (362) brinquedos para meninos, 42% (304) brinquedos para meninas, 75% (543) gosta de brincar com outras crianças, 66% (478) gosta de brincar em ambientes abertos, 2,2% (14) não gosta de brincar com outras crianças, 29,4% (210) prefere brincar com *smartphones* ou *tablets*, 21,5% (152) gosta de praticar esportes, 24,5% (177) gosta de brincar dentro de casa ou jogos de tabuleiro.

Na questão dez, sobre o que os pequenos costumam fazer nas horas vagas, 49,2% (357) brincar, 24,6% (178) mexer em *smartphones*, *tablets*, *notebook* ou computador, 19,4% (141) assistir Tv, 3,9% (28) jogar vídeo game e 2,9% (21) fazem o dever da escola.

Na interrogação de número onze sobre a quantidade de atividades extracurriculares que a criança fazia, as respostas foram, 52% (162) uma atividade extracurricular, 30,9% (95) duas atividades, 11,4% (35) três atividades, 3,9% (12) quatro, e 1,0% (3) cinco.

A de número doze indagava se a criança possuía alguns hábitos ou costumes de adultos, nesta pergunta o responsável poderia optar por mais de uma alternativa que correspondesse com o comportamento de seu pequeno comparado ao dos adultos, 17% (129) não possuía hábitos ou costumes de adultos, 35% (253) têm a consciência de que as coisas custam dinheiro, 22,6% (163) utiliza palavras do vocabulário adulto, 25% (181) Se porta em algumas situações como uma pessoa adulta (apresenta às vezes um comportamento maduro), 11,8% (85) entende assuntos do mundo adulto (assuntos variados que normalmente não são discutidos com crianças), 2,7% (19) Se veste como adulto, 9,4% (68) faz o uso de redes sociais (*facebook*, *instagram* ou *snapchat*), 11,5% (162) veste-se com roupas de um dos pais (gosta de brincar com os elementos que compõem o vestuário do pai ou da mãe).

Na pergunta de número treze, que questionava sobre o que as fotos expostas transmitiam, esta que está na próxima página. As respostas foram, 60,7% (440) disseram que acham muito exagerado e sensual (poses muito sensuais para uma criança), 31,0% (225) dizem não gostar de ver crianças vestidas como adulto, 3,2% (23) nada demais, 3,2% (23) acham lindo meninas se divertindo como mulher (como uma brincadeira em casa), 1,0% (7) acham bonito, 1,0% (7) é um exercício de feminilidade ela está aprendendo a ser mulher.



Fonte: Verbo (2011) - Adeus à infância.

A questão quatorze interrogava se o responsável acreditava que hoje em dia as crianças estão sendo tratadas ou criadas como pequenos adultos, e o resultado das respostas foram, 92,4% (670) disseram que sim, e os outros 7,6% (55) disseram que não. A quinze indagava se o respondente acreditava que as mídias (comerciais, revista, TV, internet) tem adultizado ou erotizado a imagem infantil diminuindo a infantilidade da criança, e as respostas foram, 91,4% (663) disseram que sim enquanto 8,6% (62) acreditam que não.

Na pergunta dezesseis cujo qual interrogava sobre a que se devia, esta realidade das crianças estarem se tornando adultas mais cedo, 46,6% (339) ao acesso de informação com muita facilidade (tecnologia), 37,3% (271) aos próprios pais ou responsáveis, 7,2% (52) ao excesso de acesso aos comerciais e propagandas voltadas para crianças, 6,7% (49) ao Consumo, e 2,2% (16) outros. Na opção outros o respondente podia expor sua opinião sobre o assunto questionado, e as respostas foram as seguintes uma mãe responsável por uma criança de 4 a 6 anos diz: “Tanto ao excesso de tecnologia onde muitos pais obrigam a induzir a criança a isto, quando a falta de tempo dos pais, e acabam repassando algumas responsabilidades de adulto desde cedo para os filhos.”. Figura feminina responsável por menina de 9 a 10 anos responde: “Imposição da mídia em geral”. Mãe de menina de 4 a 6 anos diz: “Dificuldades dos pais, questões sociais, muitos estímulos e falta de um olhar mais atento, precisam de limites com amor.” Homem responsável por menino de 4 a 6 anos relata que: “A imaturidade dos responsáveis e a mídia consumista. Que se tornam “ Maria vai com as outras” “O mundo de hoje acaba obrigando as

crianças a serem mais adultas”. Mãe de menino de 2 a 3 anos expõe: “Na minha opinião, é uma junção de tudo, ao hábitos que as crianças tem, os lugares que frequentam, o que assistem e se os pais têm tempo para as atividades infantis, por que as crianças aprendem com aquilo que vê, se seu costume e só ficar junto com adultos, só assiste programas de adultos, e seus pais ou responsáveis permite é isso que vão ser pequenos adultos.”. Mulher responsável por menino de 4 a 6 anos fala: “Famílias menores, vidas mais racionais e conversas qualificadas, sem tantas mentiras para as crianças. O consumo e a tecnologia colaboram ”.

4 | DISCUSSÃO

Kehl (2005), diz que a criança em algum estágio de sua vida se identifica com sua imagem no espelho, em um estágio de maturação. Nesse sentido Hallawell (2010), diz que a imagem do corpo, irá determinar a identidade sexual da criança, porém a imagem do rosto tem um peso maior na construção dos aspectos de identidade. Sendo assim o autor ressalta que não é a criança que determina sua imagem pessoal, mas sim a mãe, esta que é responsável por determinar ou impor a aparência, estética de seu filho.

Analisando o que o autor descreve acima, e analisando os resultados da pesquisa é possível notar que a família tem uma parcela de culpa sim no comportamento e modo de vestir de seu filho, e isso se esclarece na questão que aborda sobre como era o comportamento da criança na hora da compra e 42,2% das respostas mostraram que esta pode até escolher, mas a decisão final é do responsável, 27,9% responderam que a criança acompanha mas não opina enquanto 19,3% não acompanham sobrando somente 10,6% dos pequenos que acompanham e opinam no momento da compra de artigos do vestuário. Esses dados evidenciam a culpa que os adultos têm na construção da imagem infantil. Hallawell (2010), acrescenta que até mesmo na adolescência, esta fase que é quando a criança assume a criação de sua própria imagem, ainda assim esse indivíduo é influenciado por preconceitos e padrões do meio em que vive.

Muitas vezes nos deparamos com propagandas e mídias digitais de comunicação que nos intriga, justamente pela forma que a figura infantil é tratada, muitas vezes é mostrada de forma erotizada e também adultizada. O que Silva (2011) confirma quando diz que países como a Suécia, Noruega, Grécia e o Estado Quebec (província do Canadá), estão dando atenção aos comerciais vinculados ao público infantil, que muitas vezes tem o caráter persuasivo e manipulador, e por esses motivos proibiram todos os comerciais que são vinculados com este público. O autor ainda ressalta que em uma sociedade capitalista, as crianças

desde pequenas tendem a pensarem que tudo que desejam é realizado mediante ao consumo, compra. Porém nesse sentido a grande questão que deve ser observada é se esse tudo também engloba a felicidade, bem-estar e amor, do ponto de vista que a mente infantil é imediata e curiosa, pode dizer que sim. Mas o que a sociedade, pais e educadores precisam indagar é se esses valores são os que queremos transmitir as nossas crianças? O cérebro das crianças é voraz quando se trata de conhecimento, aprendendo mais rápido que os adultos (SILVA,2011).

De acordo com Postman (1999) na última década a indústria de vestuário infantil sofreu mudanças em uma velocidade que acabou desaparecendo do mercado, comparando as brincadeiras infantis, que antigamente eram vistas com frequência nas ruas das cidades, com a forma de vestir das crianças que eram tão visíveis e agora estão desaparecendo. E ainda exemplifica que até a brincadeira de esconde esconde que era praticado há mais de dois mil anos atrás está agora, hoje, na idade contemporânea está quase sumindo do repertório das brincadeiras, o que mostra que os jogos infantis estão com seus dias contados, como na verdade até a própria infância. Ele acrescenta que é visível que o comportamento, atitudes, desejos, linguagem e aparência física de adultos e crianças tem se tornado cada vez mais semelhantes.

Carvalho (2015) aponta que o comportamento e a moda sempre andaram junto, dizendo que a moda sempre teve mais relação com o comportamento do que com o contexto de roupa em si. O que evidencia que o comportamento está ligado com a forma de vestir também. O que confirma quando analisa a idade média, de acordo com Postman (1999) as pinturas nesta época retratavam as crianças como pequenos adultos, um exemplo disso eram os bebês que quando deixavam de usar cueiros, passavam a se vestir da mesma forma como os adultos de mesma classe social que correspondia a ele.

Postman (1999) já dizia que os estilos e valores do adulto e da criança tendem a se fundir, o que se confirma com a moda infantil que se reflete com a moda adulta. A separação entre moda infantil e adulta que antes existia agora desapareceu. O que Schor (2009) confirma quando diz que nos anos de 1990, os compradores e pais perceberam uma mudança entre as meninas de 6 a 10 anos, que começaram a optar por pessoas mais adultas e modernas, estando propensas à moda.

No mundo medieval não existia tal distinção entre crianças e adultos, sendo imersas em um mundo oral, as crianças viviam na mesma esfera social dos adultos não havendo desagregação. A criança na idade média possuía acesso a quase todos os tipos de comportamentos comuns a cultura (POSTMAN, 1999). Postman (1999) diz que nessa época as crianças participavam dos mesmos jogos e histórias que os adultos, e viviam sempre junto, não se separando deles nem em momentos de festas, essas que eram cheias vulgaridades com homens e mulheres embriagados

e se apalpando. O autor salienta que não existia “segredos” sobre sexualidade entre os adultos e crianças, nesse sentido as crianças viam cenas escabrosas e ouviam assuntos sexuais com frequência. Para a mentalidade medieval as práticas de brincar com os órgãos sexuais da criança eram apenas brincadeiras maliciosas.

As crianças acabam se afastando de suas próprias identidades, por acreditarem que suas aptidões são as mesmas das figuras que lhes servem de modelo, por sempre estarem se identificando com as figuras de destaque da mídia e da moda (MASQUETTI, 2008).

Hill (2003) aponta que gradativamente as crianças estão sendo tratadas como adultos, desse modo existem dois fatores que conduzem essa tendência. O primeiro fator é que os pais ou responsáveis por crianças querem que eles saiam na frente, em tudo na chamada corrida da vida. Pois, existem evidências de que quando o processo educacional começa bem mais cedo, ele permite que as crianças tenham um benefício maior do que as outras. O segundo fator que alimenta essa vertente da precocidade é que os responsáveis por crianças hoje em dia podem pagar pelos produtos, o que reflete nos produtos que são oferecidos no mercado. Nesta abordagem sobre tendência de consumo prematuridade infantil, o autor ressalta esta tendência está diretamente ligada a roupas, ou a atividades para depois da escola ou a brinquedos. Silva 2014, aponta que, KGOY é a denominação desta nova geração, do inglês *Kids Growing Older Younger* que em tradução livre significa “crianças que se comportam como adultos precocemente”. Esta geração em consequência da demasiada quantidade de informações disponibilizada pela internet se caracteriza pela aprendizagem e adultização mais precoce.

Por conta de começarem cedo demais as crianças podem estar acelerando seus problemas também além de suas oportunidades. Já outros especialistas acreditam que existe um preço bem mais sério a ser pago, por essas crianças iniciarem a vida adulta tão mais cedo. Desse modo prevendo o fim da inocência de qualquer idade, contribuindo com o aumento de problemas como excesso de gastos no cartão de crédito, a atual epidemia de adolescentes fumantes, problemas de alcoolismo infantil. O mesmo ainda prevê, o aumento de jovens passando por crises de meia-idade. (HILL, 2003).

No item que questionava sobre a que se devia essa realidade das crianças estarem se tornando adultas mais cedo, uma mãe responsável por uma criança de 4 a 6 anos diz “Tanto ao excesso de tecnologia onde muitos pais obrigam a induzir a criança a isto, quando a falta de tempo dos pais, e acabam repassando algumas responsabilidades de adulto desde cedo para os filhos”. O que se relaciona com o que Silva (2014) diz, amadurecer é um processo lento e complexo, e quando isso é adulterado, está contribuindo para boas ou mal consequências, em uma geração que está consumindo a sua própria infância e interrompendo o desenvolvimento

físico e psicológico, é imprevisível o que acontecerá com essas crianças no futuro.

Silva (2014) diz que os pais têm uma grande influência sobre o comportamento dos filhos especialmente ainda quando eles são crianças. Esses, que costumam ter uma admiração pelos pais, enxergando algumas qualidades como forma de super poderes. Os valores aprendidos nesta fase são eternos, porém o outro lado preocupante sobre essa influência dos pais é a sociedade capitalista que os pais se envolvem a cada vez mais com o trabalho e acabam esquecendo de se dedicar ao filho, por falta de tempo. É aí que eles tentam compensar essa falta com bens materiais, buscando preencher o vazio das crianças com brinquedos. O que o autor diz está totalmente ligado com a contemporaneidade, o que vemos muito são os pais dando *smartphones* e *tablets* aos filhos e dizendo que é bom pois com aquele aparelho eletrônico a criança não dá trabalho e fica quieta, o que é muito preocupante.

Na pesquisa de campo foi encontrado alguns números que revelam a relação das crianças com a tecnologia, a questão que abordava sobre o que os pequenos faziam nas horas vagas 47,9% das respostas foram relacionadas a meios tecnológicos, ou seja os responsáveis confirmaram que esses ficavam utilizando *smartphones*, *tablets*, *notebook*, computador, televisão ou vídeo game em suas horas vagas, se contrapondo com os 49,2% que disseram apenas brincar e 2,9% fazer o dever de casa. Com essa confirmação de dados é possível notar que a frequência de acesso a meios de tecnológicos pelas crianças é grande. Silva (2014) discorre sobre a transformação do mundo atual enfatizando que contemporaneamente sofremos por fortes influências tecnológicas, pontuando que esta geração é a primeira que nasce com *tablets*, *smartphones*, e com um amplo acesso a múltiplos meios de informação.

5 | CONCLUSÃO

Diante do objetivo proposto no estudo, cujo foi investigar a proximidade da tendência de consumo prematuridade infantil com a forma com que a criança se veste, foi possível notar que a tendência de comportamento prematuro está totalmente ligada com a forma com que a criança se veste sim de acordo com os dados apresentados. O que foi possível notar também, é que uma parte de culpa se dá aos pais, na questão que aborda sobre quem toma a decisão final na hora da compra é apontada pelos pais, o que confirma que eles têm uma parcela de culpa na forma com que a criança consome.

Desse modo então com o presente estudo foi possível notar o delineamento que se tomou os avanços tecnológicos e falta de tempo dos pais, esses fatores são os que mais contribuíram com os problemas encontrados. A figura infantil tem mudado, e com a pesquisa feita esclareceu que não só na idade contemporânea

que estamos vivendo, mas também que ocorria na idade média, ambos fatores que contribuem cada vez mais com a erotização e visão desfigurada da figura infantil.

REFERÊNCIAS

ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. *Site institucional*. Disponível em: <www.abnt.org.br>. Acesso em 10, mar. 2020.

CARVALHAL, André. **Moda com Propósito**. Rio de Janeiro: Senac, 2015.

GOOGLE DOCS. **Questionário sobre tendência de comportamento infantil**. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1xp_BCMEFp8zrBYm0Hhv1mFEd_nM2sbwKNDxbs6huhUA/edit> Acesso em: 29, mar. 2020.

HALLAWELL, Phillip. **Visagismo Integrado Estilo e Beleza**. Editora SENAC São Paulo, 2010.

HILL, Sam. **60 Tendências em 60 minutos**. São Paulo, SP: Futura, 2003.

KEHL, Maria Rita. “O espelho partido”. Em folha de São Paulo, São Paulo, 11, Ago. 2005.

MASQUETTI, M. **Parecer psicológico sobre o outdoor da grife Lilica Ripilica** - Empresa Marisol S.A. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/06/08_parecer_marisol.pdf> Acesso em: 19, mar. 2020.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SILVA, Ana. **Mentes consumistas: Do consumo à compulsão por compras**. São Paulo: Globo, 2014.

SILVA, A. C. T. da ; NEVES, F. M. ; MESTI, R. L. (orgs). **Educação, Comunicação e Mídia**. Maringá: Eduem, 2009.

SCHOR, J. B. **Nascidos para comprar: uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo**. São Paulo: Gente, 2009.

VERBO, Eduardo. **Adiós a la infancia: niñas de seis años que llevan tacones de aguja y carmín en los labios**. Disponível em: <http://podrozniczkanaobcasach.blogspot.pt/2011/09/prawdy-i-mity-o-modzie-fashion-truths_23.html> Acesso em: 10, mar. 2020.

A INCLUSÃO SOB UM ENFOQUE POLÍTICO

Data de aceite: 04/05/2020

Data da submissão: 02/04/2020

Sandra Faria Silva
UNIVERSIDAD TÉCNICA DE
COMERCIALIZACIÓN Y DESARROLLO.
SALTO DEL GUAIRÁ – PY.
<http://lattes.cnpq.br/0020080660132642>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo realizar uma proposta que possa criar uma sociedade mais equitativa. Inicialmente há uma justificação e a explanação de motivos que comprovam que a inclusão precisa ser vista desde um prisma político. Alguns avanços são reconhecidos e destacados com o objetivo de encará-los como base para outras melhorias e avanços. Feito isso há um resgate e uma visão geral dos principais teóricos que contribuíram para as principais correntes ideológicas que impulsionaram ações coletivas que resultaram em progressos na inclusão social. Embasados com essas teorias inicia-se uma argumentação para comprovar que as instituições de ensino são imprescindíveis para que haja e se mantenha cada ação inclusiva na sociedade. Finalmente ocorre a explanação das propostas que precisam

ocorrer dentro das escolas com o objetivo de desinstitucionalizar a exclusão e os padrões preestabelecidos socialmente. Acredita-se que ações contínuas e contundentes que ocorram dentro das relações sociais possam ir além das teorias e reformar atitudes e valores.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Política. Social. Cultura.

LA INCLUSIÓN BAJO UN ENFOQUE POLÍTICO

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo realizar una propuesta que pueda crear una sociedad más equitativa. Inicialmente hay una justificación y una explicación de los motivos que comprueban que la inclusión necesita ser vista desde un prisma político. Algunos avances son reconocidos y destacados con el objetivo de encararlos como base para otras mejoras y avances. Eso realizado, hay un rescate y una visión general de los principales teóricos que contribuyeron para las principales corrientes ideológicas que impulsaron acciones colectivas que resultaron en progresos en la inclusión social. Embasados con esas teorías iniciase una argumentación para comprobar que las instituciones de enseñanza son imprescindibles para que haya y se mantenga cada acción

inclusiva en la sociedad. Finalmente ocurre la explicación de las propuestas que necesitan ocurrir dentro de las escuelas con el objetivo de desinstitucionalizar la exclusión y los padrones preestablecidos socialmente. Créese que acciones seguidas y contundentes que ocurran adentro de las relaciones sociales puedan ir más allá de las teorías y reformar actitudes y valores.

PALABRAS CLAVE: Inclusión. Política. Social. Cultura.

1 | INTRODUÇÃO

Ver a inclusão social sob um enfoque político deveria ser um procedimento padrão. Afinal, não há como falar de inclusão social sem falar de políticas públicas.

Vive-se um momento em que é possível constatar que vários avanços nesse campo já foram conquistados. Mas, é imperativo que se continue o processo de adequação e criação de espaços sociais inclusivos que possam propiciar alternativas viáveis para o convívio social das diversidades.

As ações coletivas por parte de organizações sociais é o que permite enxergar as práticas inclusivas sob um enfoque político. Essas ações vão mais além das ações filantrópicas muitas vezes desenvolvidas por meio de organizações não governamentais.

O presente artigo além de apontar o enfoque político da inclusão, também lança mão de vários teóricos que compõem as principais correntes ideológicas que contribuíram até o presente momento para ações inclusivas.

Este documento trata de propor ações mais profundas e mais contundentes por evidenciar o papel importante da escola em ações sociais inclusivas. A educação inclusiva pode corroer e desfazer processos excludentes. Esse processo vai impactar desde dentro das relações sociais, e dessa forma, concretizar ações inclusivas e ir mais além de regras institucionalizadas por transformar atitudes e valores.

A seguir, todas essas etapas são explanadas e desenvolvidas com embasamento teórico. Acredita-se que essas reflexões e propostas possam contribuir para a equidade social.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A inclusão e as políticas públicas

Falar sobre políticas inclusivas significa falar sobre a organização social e política que deveria viabilizar os direitos individuais da população. Há de se reconhecer que houve avanços significativos produzidos pela democratização social, muitas vezes impulsionada por movimentos de direitos humanos. Porém,

faz-se emergente a construção de espaços sociais inclusivos e com alternativas para o convívio da diversidade.

A facilidade que a cultura tem de englobar a diversidade que a compõe passou a ser considerada como um critério de avaliação de sua evolução, principalmente em épocas de intolerâncias muitas vezes fundamentalistas e de todas as ordens.

Considerar a inclusão como uma política só é possível por meio da participação de ações coletivas por parte da sociedade. Dessa forma, os que são considerados como marginalizados logram não somente um emprego e renda, mas também uma vivenda descente, facilidades de ordem cultural e social, bem como acesso à educação e saúde.

Essa ação vai mais além do trabalho filantrópico realizado por diversas ONGs, pois exige constantemente a participação do poder público por meio de projetos preventivos de ordem econômicos e em nível federal.

Essas políticas citadas, não têm por objetivo anular as ações propagadas pelas ONGs e nem mesmo competir com elas. Pelo contrário, ambas as ações são imprescindíveis para que o desenvolvimento político da inclusão ocorra.

2.2 Correntes ideológicas e a inclusão

Olhando para trás, nas últimas décadas pode-se notar que houve um lento avanço de aceitar as diversas camadas da sociedade em momentos de decisões políticas, até mesmo na organização e disponibilização de recursos governamentais.

Dessa forma, é possível afirmar que haverá um período em que os líderes e as instituições tentarão manter uma boa imagem social por defender os interesses das classes excluídas. Ao mesmo tempo, as muitas organizações sociais, ao adquirir conhecimentos e habilidades para defender suas causas publicamente, vão conquistar cada vez mais autonomia e capacidade de direcionar melhor seu futuro e o processo de evolução social.

Via de regra, os especialistas sociais se agrupam em três vertentes ideológicas falando-se de intervenções visando mudar estruturas sociais. No começo do século XX, podemos citar a ideologia marxista que tinha como base a tomada do poder por meio da força. Passados cem anos, o fim da União Soviética e a falência do socialismo (considerando todas as perdas sociais devido ao nivelamento social forçado bem como os estragos causados pela industrialização), surge a necessidade de rever criticamente os métodos de aplicação dessa ideologia.

Outra tendência ideológica voltada à reforma, porém sem lançar mão de movimentos de revolução social, tinha por objetivo uma mudança por meio da educação dos grupos segregados, para que estes pudessem se beneficiar de situações oportunas e dessa forma produzirem sua ascensão social. Considerando-se sua situação econômica desfavorável e o sistema de acumulação de capital, fica

claro que essa proposta se baseava em uma ideologia ilusória, principalmente por não considerar a evolução da demanda de mão de obra de trabalho e o progresso tecnológico.

Uma terceira ideologia que conquistou muitos adeptos, inclusive o Presidente Fernando Henrique Cardoso, dá destaque a um sistema de tributação progressiva. Os países ricos possuem uma alíquota de 50%, e às vezes até mais que esse percentual, de imposto de renda considerado com usual, no Brasil continua com 27,5%. A Taxa Tobin voltou a estar vigente, algo parecido com a CPMF, que é aplicada a transações internacionais, e que se deveriam usar seus rendimentos para projetos sociais em países subdesenvolvidos.

A referida tendência ideológica, bem como a anterior, se vê tolhida por uma questão de poder, ou seja, na viabilidade e no desejo do Estado de aquiescer aos levantamentos sociais e aplicar um regime tributário mais equilibrado dos recursos públicos.

Ante esse desafio tão complexo e com tantos elementos intervenientes, pode-se afirmar que certamente não há uma chave mestra para resolver essa situação. Uma sociedade realmente democrática necessita ser construída por meio de um longo e penoso processo por causa das constantes resistências das autoridades conservadoras que mantêm as estruturas de poder.

Dessa forma, como se pode lutar contra todas as adversidades econômicas que têm levado à exclusão social, e assim, impedindo os pobres o acesso a um trabalho bem remunerado, a uma vivenda descente e aos cuidados de saúde, educação e lazer?

Uma quantidade considerável de gestores municipais tem conquistado progressos no desenvolvimento da equidade social por meio da fusão de programas que têm por objetivo o resgate social.

Programas políticos de cunho habitacional são relacionados a programas que visam gerar renda e labor por meio de cooperativas mantidas pelo microcrédito e constantemente renovadas por meio de processos de capacitação profissional. Concomitante a isso, os grupos segregados são orientados a exercer sua cidadania, por meio de programas educativos, e muitas vezes alfabetizadores, e também pela criação e manutenção de encontros para recreação e produção de artesanato.

Há dois campos de desenvolvimento que englobam todo o trabalho realizado nessa referida proposta social: o saber e o fazer. Os conhecimentos específicos precisam sempre estar atrelados à compaixão, à ética, à responsabilidade e ao compromisso com o bem-estar coletivo e à equidade social.

O saber engloba a aquisição dos conhecimentos gerais sobre o estudo e os debates relacionados a temas sociais contemporâneos, que para o qual se faz essencial estudar a história para entender os processos de criação e recriação

cultural e seus reflexos na personalidade das pessoas.

Apenas elaborar teorias e projetos transformadores não é suficiente. Para que haja resultados significativos é imprescindível unir a aprendizagem cultural com elementos de ação coletiva, experiências sociais e políticas públicas transformadoras. Os referidos projetos precisam ser disponibilizados a todas as camadas da sociedade para que possa ocorrer uma melhoria na compreensão, na elaboração e na construção de valores e práticas sociais. Outro elemento se torna de suma importância é o desenvolvimento da capacidade de avaliar adequadamente as propostas do poder público às demandas sociais referentes ao exercício da cidadania.

A aquisição de conhecimentos e a elaboração de ações coletivas devem ser norteadoras para os programas de inclusão social. É preciso ir mais além dos conhecimentos setorializados. É necessário aplicar uma abordagem que privilegie o pensamento sistêmico por meio de equipes que sejam interdisciplinares e por meio da troca de experiências com profissionais que possam capacitar os incluídos nos programas a participarem ativamente de conselhos, parcerias, grupos de trabalhos, fóruns, ou seja, atuar em contextos sociais que possam contribuir a mudanças e transformações inclusivas.

A inclusão social vista desde essa vertente, passa a ser mais que uma obrigação política governamental, ou de um grupo específico de pessoas com alguma diferença, para ser uma questão elementar de toda a sociedade.

Estabelece-se um paradoxo ao comparar a realidade social de exclusão com os crescentes programas de sustentabilidade e viabilização da igualdade. É claro que não se pode diminuir a importância das ações das instituições que disseminam essas ideologias, porém, paralelo há isso se pode notar que também existem instituições criadas para estabelecer regras sociais de interação, reforçar ideologias discriminatórias, classificar e hierarquizar cidadãos considerando suas diferenças. Nesse contexto, as pessoas com algum tipo de deficiência ou socialmente classificadas como páreas sociais passam a ser classificadas como excluídas da sociedade.

A escola é uma instituição que constantemente é impelida a construir pontes inclusivas. Por fazer parte dos elementos culturais e dessa forma sociais, precisa lidar adequadamente com a diversidade de sua clientela. Clientela esta que se apresenta como aprendizes da cidadania e que não desejam apenas o direito de expressão, mas também que suas diferenças contribuam para se exercer a cidadania e dessa forma criar aos poucos uma sociedade mais justa.

Há uma gama de teóricos, técnicos e políticos que convergem seus esforços para contribuir no processo de construção de uma educação inclusiva que possa realmente lidar com as tamanhas transformações que esse processo necessita.

Uma educação realmente inclusiva precisa desinstitucionalizar os processos excludentes, ocorridos nas instituições de ensino ou em qualquer instituição social. Dessa forma, para que uma política inclusiva possa ser efetivada e durar ela precisa atuar dentro das relações sociais que concretizam as ações excludentes e ir mais além de regras institucionalizadas, precisa transformar atitudes e valores.

2.3 Constatando a exclusão para buscar a inclusão

A desigualdade e a exclusão são realidades sociais. Esses dois processos fazem parte do que é chamado de “sistema de hierarquização social”. Porém, cada um desses processos tem características ímpares. A desigualdade é um elemento sócio-econômico é caracterizada por uma “integração subordinada” e tem como seu maior teórico Karl Marx. Já a exclusão, com as teorias de Foucault, ocorre por meio de decisões, expulsões e eliminações de grupos segregados, assim sendo “freqüentemente informada por características sócio-culturais” (STOER e CORTESÃO, 1999, p.15).

Mas, é notável que a desigualdade pode permitir a integração submissa, porque ela permite que o grupo dominante coexista com o grupo submisso no mesmo contexto social, desde que se mantenham as relações de dominação e submissão. Agora a exclusão tem um caráter mais permanente, pois, segundo Stoer e Cortesão (1999), ocorre baseada em padrões e regras construídas de formas arbitrárias dentro do que é considerado como normal ou aceitável. Aquele que transige esses padrões e regras é eliminado do convívio social.

Os problemas sociais e culturais relacionados à desigualdade e a exclusão que ocorrem dentro e fora da escola, precisam ser trabalhados minuciosamente por meio da educação formal e da educação informal por meio de um currículo integrado nas instituições de ensino.

Podemos citar vários desses problemas, como por exemplo, o preconceito racial, o respeito às diferenças, a discriminação étnica, o preconceito de gênero, a exclusão dos que tem necessidades especiais e assim por diante. Devido a essa constatação, é imperativo abrir as instituições de ensino a essas questões a fim de reintegrar os segregados.

Essa reintegração precisa ser vista como um processo de abertura de um espaço ou realidade social para que as pessoas possam ser consideradas pertencentes a um grupo. Pertencentes no sentido de poder ter poder de decisão, ter o sentimento de fazer parte do grupo, participar da convivência, sendo que seus desejos, necessidades, vocação, anseios, façam parte do grupo.

A pessoa reintegrada consegue participar de qualquer realidade social, seja escolar ou não. A educação inclusiva é o meio que pode construir essa realidade social que muitos consideram como utópica.

Para realmente incluir não se deve criar um micro-espço para um determinado grupo à parte. A escola que tem por objetivo ser inclusiva não é apenas aquela que não expulsa alunos com necessidades especiais. Mas sim aquela que recebe esse tipo de alunos sem classificar ou seriar sua clientela. A inclusão social citada neste artigo não se limita à inclusão de alunos com necessidades especiais, mas também alunos com realidades sociais diversas.

A referida inclusão não se limita a adequação dos espaços físicos e mobílias, mas principalmente a questões pedagógicas como adequar os processos de ensino e aprendizagem respeitando as diferenças e individualidades tais como ritmo e limites momentâneos.

Enfim, a real inclusão precisa aceitar a participação de todos dentro das realidades sociais. Ela está diametralmente oposta à segregação de qualquer ordem, seja de pessoas com necessidades especiais ou educacionais, algum tipo de déficit mental ou físico, particularidades econômicas, étnicas, raciais ou regionais.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já ficou mais do que claro que a inclusão social faz parte das políticas públicas. Não é possível dissociar a inclusão do conceito político. Porém, como foi explanado, estamos diante de um desafio extremamente complexo, ou seja, reintegrar pessoas segregadas à realidade social.

Essa reintegração precisa ser real no sentido de propiciar o poder de decisão, criar o sentimento de pertencer à sociedade na qual está inserido, participar da convivência, tendo seus desejos, necessidades, vocação e anseios respeitados.

É claro que não há uma resposta pronta ou projeto que possa resolver essa situação como se fosse uma panacéia. Uma realidade social realmente democrática precisa ser construída durante um longo período de tempo, porque sempre há resistências por parte das classes conservadoras que visam reforçar as estruturas de poder.

É por isso que apenas elaborar teorias não traz resultados eficientes. Para que possamos esperar resultados satisfatórios é preciso unir as teorias às ações coletivas, experiências sociais e políticas públicas reformadoras.

Os projetos sociais precisam englobar todas as classes sociais para que possa ocorrer um progresso na compreensão, elaboração e construção de práticas sociais mais equitativas.

É preciso capacitar as classes segregadas a avaliar adequadamente as propostas do poder público às suas demandas sociais e a exercer adequadamente sua cidadania. Para isso, é preciso ir mais além dos conhecimentos setORIZADOS. É

preciso aplicar uma real visão de integração, uma que possam utilizar o pensamento sistêmico por meio de equipes interdisciplinares e trocas de experiências com profissionais que capacitem os incluídos em programas sociais a participar ativamente em ações coletivas e dessa forma contribuir com as transformações inclusivas.

As instituições de ensino têm um papel primordial na efetivação desses objetivos, desde que recebam tanto alunos com necessidades especiais como alunos das mais diversas realidades sociais sem classificá-los ou seriá-los. A escola precisa desinstitucionalizar os processos excludentes por dentro das relações sociais e dessa forma transformar atitudes e valores que vão impactar positivamente na realidade social da inclusão.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2ªed., 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo de educação especial brasileira**. Florianópolis, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza E. **Educação Inclusiva**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

TOURAINÉ, A. **A Igualdade e Diversidade: O sujeito democrático**. São Paulo, 1999.

A MIGRAÇÃO NA MÚSICA *FOTOGRAFIA 3X4*, DE BELCHIOR: ILUSÃO E EXPRESSIVIDADE DO OPRIMIDO

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 06/03/2020

Alison Menezes Freitas

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Paranaíba, MS
<https://orcid.org/0000-0001-9861-8180>

José Antonio de Souza

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Paranaíba, MS
<https://orcid.org/0000-0002-4397-9701>

RESUMO: Há muito a questão da migração está presente no cenário artístico e cultural brasileiro: os chamados romances da década de 1930 consagraram autores como Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, entre outros. Mesmo posteriormente, já na década de 1970, Clarice Lispector também revigora a questão ao nos apresentar uma personagem como Macabéa. O cancionista brasileiro possui composições que permanecem vivas até os dias atuais e que abordam a questão da migração, privilegiando de forma particular o universo nordestino de nosso país, ou melhor, os deslocamentos que atingem as pessoas que possuem suas raízes nesse universo.

Objetivamos, neste trabalho, identificar e analisar, na composição *Fotografia 3 X 4*, a questão da migração e, assim, evidenciar o pensamento de Belchior acerca do fenômeno migratório. Foram efetivados levantamentos e leituras de referências que abordam a literatura e questões sociais, além de trabalhos sobre as composições do compositor sobralense. A análise permitiu considerar que o artista, efetivamente, viveu, em sua vida pessoal, a migração e, assim, representou artisticamente, em suas composições, sua percepção acerca de tal fenômeno, especialmente na década de 1970; também é revelada uma espécie de interlocução do artista com o público, a fim de demonstrar o fenômeno migratório e suas consequências caóticas na vida do sujeito que migra, especialmente o preconceito e a opressão. Belchior foi um provocador da música brasileira, no sentido de tirar do ouvinte a ideia de “arte alegre”, tornando sua música um canal de denúncia de um povo que tem sofrido há mais de um século com as questões migratórias e suas consequências.

PALAVRAS-CHAVE: música brasileira, fenômeno migratório, opressão.

ABSTRACT: The issue of migration has long been present in the Brazilian artistic and cultural

scene: recognized romances, published in the 1930s, written by renowned authors such as Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, among others. Even later, in the 1970s, Clarice Lispector also invigorates the issue by presenting us with a character like Macabéa. The Brazilian songs has compositions that remain alive to the present day and that approach the issue of migration, privileging in a particular way the northeastern universe of our country, or rather, the displacements that affect people who have their roots in this universe. We aim, with this work, to identify and analyze the question of migration, in the composition *Fotografia 3 X 4*, thus, to highlight Belchior's thinking about the migratory phenomenon. Surveys and readings of references that consider literature and social issues were carried out, as well as works on the compositions of the composer from Sobral. The analysis allowed to consider that the artist, in fact, lived, in his personal life, the migration and, thus, represented artistically, in his compositions, his perception about such phenomenon, especially in the 1970s; a kind of dialogue between the artist and the public is also revealed, in order to demonstrate the migratory phenomenon and its chaotic consequences in the life of the migrating subject, especially prejudice and oppression. Belchior was a provocateur of Brazilian music, in the sense of removing from the listener the idea of "cheerful art", turning his music into a denunciation channel for a people that has suffered for more than a century with migration issues and their consequences.

KEYWORDS: Brazilian music, migratory phenomenon, oppression.

1 | INTRODUÇÃO

É inegável a presença da arte na vida de qualquer ser humano e embora exista a premissa que condiciona a literatura à letra escrita, o reconhecimento, o envolvimento musical e a percepção visual antecedem o conhecimento da leitura de textos escritos.

Não é ousadia dizer que a cantiga que embala o bebê também o desperta para o mundo literário e, na medida em que o ser humano se desenvolve, novas outras músicas são escutadas e com elas podem nascer a sensibilidade artística e a percepção de quem consegue entender o mundo por intermédio das metáforas - como sabe quem já leu ou ouviu *Roda Viva*, de Chico Buarque de Holanda.

A arte, seja musical ou visual dança, enfeita, gira, cintila e encanta. Tem-se, então, que destacar nas suas manifestações a fecunda capacidade de avivar o imaginário das pessoas, pois elas relatam a beleza em tons, a nostalgia em poeticidade.

Embora a música esteja ligada ao lirismo, há que se ressaltar o caráter social que muitas composições e compositores assumem: tanto a música, quanto a poesia podem se voltar à crítica social, à reflexão acerca de fenômenos que perpassam as sociedades.

No caso de Belchior, suas composições tomaram várias direções: é perceptível o lirismo que emana de várias composições; da mesma forma, a intertextualidade com outros escritores/artistas também pode ser ressaltada. No caso específico desta proposta, voltamo-nos para a questão da migração nordestina e para as condições de vida dos nordestinos no Brasil, seja enquanto estão em suas próprias regiões, seja quando migram para a cidade grande, em busca do sonho.

Objetivamos, assim, identificar e analisar na composição “Fotografia 3x4”, de maneira mais evidente, a questão da migração e da vida do nordestino e, dessa maneira, evidenciar/realçar o pensamento do cantor e compositor acerca de tal fenômeno.

2 | SOBRE A MIGRAÇÃO E BELCHIOR: DO NORTE AO SUL

A imigração é um fenômeno que, recentemente, tem merecido estudos e mesmo demandado preocupação em diversos países e cenários: o êxodo Sírio tem sido acompanhado de perto e despertado posições divergentes em vários países da Europa e mesmo em outros países, fora do velho continente. Observa-se um recrudescimento em relação ao tratamento dispensado àqueles que, por motivos diversos, normalmente para além de suas próprias vontades, muitas vezes são obrigados a abandonar seus lares. Posturas xenófobas são disseminadas, cada dia mais.

No Brasil, na fronteira com a Venezuela, há municípios que estão em situação alarmante em função do grande número de pessoas do país vizinho que deixam seu país em busca de melhores condições de vida em território brasileiro.

Quando uma pessoa país é submetida a tais mudanças, há toda uma adaptação à nova cultura, forçando o sujeito a se adaptar às condições da sua nova rotina e a um novo sistema de valores morais, sociais, éticos e econômicos. Por que as pessoas estão dispostas a enfrentar diferentes formas de preconceito para ter uma suposta melhoria na qualidade de vida?

Um levantamento feito em 2015 pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), da ONU, revelou um número assustador de migrantes internacionais: cerca de 244 milhões de pessoas, um crescimento de 41% em comparação ao ano de 2000.

Segundo Campos (2015), há duas definições de migrações: as voluntárias e as forçadas. A primeira é quando a vontade parte do próprio indivíduo, a segunda ocorre por forças externas que se sobrepõem de modo que faça a pessoa não ter outra escolha, o que ocorre em muitos casos, mesmo quando a pessoa é levada a pensar que se deslocou pela própria vontade. Quando os indivíduos tomam a decisão de (i)migrar, é normal que adotem uma regra geral de como agir e pensar,

como destaca a autora, porque é uma forma das pessoas economizarem esforço cognitivo. No entanto, conforme Campos (2015, p. 276) “determinar se o estímulo para a migração parte ou não do indivíduo, assim como a carga de racionalidade supostamente envolvida em qualquer decisão de migrar é uma tarefa extremamente difícil”.

O mundo sempre foi marcado por migrações. Se olharmos para a história da humanidade, sempre existiu aquele povo que em determinado período teve que peregrinar, às vezes sem rumo algum. Cada tempo, no decorrer da história da humanidade, teve seus modos de produção de vida específicos, por isso há uma distinção muito grande entre os motivos que levaram o ser humano à busca de uma nova região. Na pré-história, os *homo sapiens* sempre estiveram em movimento pela terra em busca de uma região com menor escassez de alimentos e condições climáticas melhores, mas esse tipo de migração está distante do nosso objeto de estudo, no qual o foco é a questão social ou econômica que leva as pessoas a migrarem.

Existe outro tipo de migração, mais intensificada e recorrente devido à política de globalização e avanço do neoliberalismo, podemos chamar de migração “moderna” Enriconi (2017), que é caracterizada após a Revolução Industrial. Esse tipo de migração parece ter caráter extrínseco ao migrante, porque ele migra não só para atender seus objetivos, mas sim para fazer girar toda uma engrenagem do sistema e existe uma força de coerção obrigando-o a agir esta forma. Roberto Kurz (apud MARINUCCI, R & MILES, 2011) é bastante incisivo e pontual quando afirma:

É preciso deixar de dar explicações do tipo “o ser humano sempre fez guerras e sempre migrou”. Isto não ajuda a compreender este fenômeno que é inédito e nunca ocorreu em tão alta escala como agora. A migração não é nada novo na história da modernização, mas, sim, há um erro na avaliação ao dizer que as pessoas migram livremente em busca de melhores condições. É um processo coativo. Os pobres são livres para vender sua mão de obra, porém fazem isto porque não têm condições para controlar sua existência. A transformação da sociedade capitalista numa situação mundial produziu uma sociedade de exclusão. O ser humano participa de um sistema no qual vende abstratamente sua mão de obra e integra uma engrenagem (montada) para produzir acumulação infinita de capital. (MARINUCCI, R & MILES, 2011, p. 05)

Portanto, é razoável afirmar que a migração, na maioria das vezes, é uma política forjada para atender aos interesses de determinado grupo que lucra com esta ação. Quando uma pessoa imigra a outro país, ela fica à mercê da política local e quase sempre é vista com certo estranhamento ou como uma pessoa que vem de fora para tomar o emprego do cidadão ali já consolidado, daí decorrem muitos casos de recusa ou aversão ao imigrante.

Há muito a questão da migração está presente no cenário artístico e cultural brasileiro: os chamados romances da década de 1930 consagraram autores como Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, dentre outros. Mesmo posteriormente, já na década de 1970, Clarice Lispector também revigora a questão

ao nos apresentar uma personagem como Macabéa. De acordo com Justino (2017, p. 65)

A alteridade de Macabéa, a “agonia” do narrador em relação à alteridade de Macabéa, quero pensá-la colocando toda vez um “local” de fala, de uma enunciação marcadamente nordestina, porque acredito que toda crítica intercultural tem que ser a crítica de uma fala “local”, em virtude de o diálogo entre as culturas e suas formas de vida conter sempre o risco de reterritorializar a diferença sob a forma estigmatizante do clichê, o que *A hora da estrela* demonstra à mancha, sem dar conta de seus foras, de suas virtualidades infinitas.

No cenário musical, o cancionista brasileiro possui canções que permanecem vivas até os dias atuais e que abordam a questão da migração, privilegiando de forma particular o universo nordestino de nosso país, ou melhor, os deslocamentos que atingem as pessoas que possuem suas raízes nesse universo: *Asa branca*, de Luiz Gonzaga; *Disparada*, de Geraldo Vandré, imortalizada por Jair Rodrigues; *Romaria*, composição de Renato Teixeira e eternizada por Elis Regina são exemplos dessa apropriação.

Se pensarmos a definição de literatura empreendida por Antonio Candido (2011, p. 176), temos a indicação de que o autor considera

literatura, de maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.

De tal forma, os compositores da música popular brasileira são fontes imprescindíveis que revelam, por suas composições, o “toque poético” inerente à toda manifestação literária assinalada por Candido.

Antônio Carlos Belchior, mais conhecido como Belchior, foi um cantor e compositor nascido no Ceará, em Sobral, no dia 26 de outubro de 1946. De família típica da região, convivia com seus 22 irmãos, tios, avós e pais. Foi essencial para a vida do cantor a convivência com essa gente quando criança, pois foram essas pessoas que lhe apresentaram a música e, especialmente, a poesia. Sua mãe cantava no coral da igreja, seu avô tocava flauta e saxofone e seus tios eram poetas; não poderia ser de outra forma senão se apaixonar pela arte musical.

Quando adolescente Belchior partiu rumo à Fortaleza para estudar. cursou Filosofia e Humanidades no Liceu do Ceará e posteriormente ingressou na faculdade de Medicina, mas abandonou o curso no 4º ano para dedicar-se à música. O cantor/compositor teve também uma experiência religiosa, já que estudou em colégio de padres capuchinhos, onde foi noviço franciscano, durante três anos em um mosteiro no Ceará, como nos demonstrou Medeiros (2017) em uma biografia sobre o artista cearense.

Belchior fez shows amadores e nas casas noturnas de Fortaleza e demonstra, em várias composições, que era explorado, como informa na letra da música: “O meu

canto tinha um dono e esse dono do meu canto, pra me explorar, me queria sempre bêbado de gim” (*Ter ou não ter*, 1978). A indústria fonográfica logo reconheceu o talento do cantor sobralense; ele também já participava de festivais de música no Nordeste entre 1965 e 1971 e, mais tarde, teve veiculação nas rádios com algumas canções que ficaram no topo do sucesso por semanas. Com a música *Como Nossos Pais* (álbum *Alucinação*, de 1976), interpretada pela Elis Regina, Belchior ganhou espaço no cenário musical brasileiro.

Entretanto, a mídia teve suas limitações diante da obra de Belchior. Nas interpretações das canções, resumiam-no como um simples cantor romântico, como com a música *Todo sujo de batom*, em que fazem uma interpretação rasa, deixando de lado toda sua filosofia transpassada em seus versos marcantes. Não que a obra do poeta não tivesse pontos que se atentassem ao amor, mas resumir um artista a um simples cantor romântico, ignorando a sua filosofia materialista e ácida, certamente pode ser considerado um equívoco, ou diríamos que era a própria estratégia e repressão que os artistas sofriam com a censura da Ditadura, uma tática dos governantes para que as pessoas não pudessem compreender e ter um olhar mais crítico.

A indústria cultural acreditava que Belchior seria o novo sucesso da música popular brasileira; e foi. Mas, diferentemente de Caetano e do movimento Tropicalista, Belchior não compactuava com a ideia de arte alegre, difundida por alguns artistas nas décadas de 1960 e 1970, porque enquanto as pessoas tivessem uma vida fadada à miséria seria impossível criar uma arte alegre. A arte não se distanciaria, na visão do compositor cearense, da vida do sujeito, por isso muitas das vezes a canção tem um engajamento político (não necessariamente partidário), e isso Belchior fez muito bem.

A filosofia era uma grande companheira do poeta Belchior, mas não a idealização constante de um mundo melhor, como podemos observar em seus versos musicados. Foi seguindo esses passos que ele compôs canções duras contra os idealistas como percebemos na canção *Alucinação*:

Eu não estou interessado em nenhuma teoria / em nenhuma fantasia / nem no algo mais / nem em tinta pro meu rosto / oba oba, ou melodia / para acompanhar bocejos / sonhos matinais / eu não estou interessado em nenhuma teoria / nem nessas coisas do oriente / romances astrais / a minha alucinação é suportar o dia-a-dia / e meu delírio é a experiência / com coisas reais (*Alucinação*, 1976).

Belchior não parecia mais estar interessado pela vida corrida que levava “entre o sono e o som” (*Todo sujo de batom*, 1974). Uma reportagem feita pelo programa de televisão *Fantástico* fez uma busca por quatro semanas atrás do cantor e conseguiu localizá-lo, estava vivendo no Uruguai, no ano de 2009. Na entrevista, Belchior demonstra bastante desconforto com a presença da mídia em

sua casa. Num primeiro instante não quis gravar, mas depois, com a insistência da reportagem, acabou cedendo e fez uma entrevista, notadamente contrariado. Então tomou uma atitude radical. Desapareceu da mídia, dos shows, da família e foi viver escondido de tudo e de todos com sua esposa Edna. Talvez tenha perdido a esperança.

Em 30 de abril de 2017, foi noticiado o falecimento do artista. Suas canções, que sempre estiveram presentes no cenário da música popular brasileira, cantadas por jovens que sequer haviam nascido quando o compositor havia gravado tais composições, tornaram-se ainda mais ouvidas, difundidas.

3 | ILUSÃO E EXPRESSIVIDADE DO OPRIMIDO EM 3X4

A música escolhida para demonstrar parte de nossa pesquisa foi lançada em 1976, no álbum *Alucinação*, logo após Belchior enfrentar o eixo Fortaleza/Rio/São Paulo. A partir dessa produção, o sujeito que estava a andar pelas ruas desse país estava, enfim, com uma condição financeira firmada e não mais precisaria peregrinar como cantou em *Passeio* (1974). Destacaremos a letra, na íntegra, como forma de valorização da própria composição e, na sequência, empreenderemos nossas observações, considerando nossa proposta de análise.

Fotografia 3x4

“Eu me lembro muito bem do dia que eu cheguei
Jovem que desce do Norte pra cidade grande
Os pés cansados e feridos de andar légua tirana
De lágrimas nos olhos de ler o Pessoa
E de ver o verde da cana

Em cada esquina que eu passava um guarda me
parava

Pedia os meus documentos e depois sorria
Examinando o 3x4 da fotografia

E estranhando o nome do lugar de onde eu vinha

Pois o que pesa no Norte, pela lei da gravidade
Disso Newton já sabia: cai no Sul, grande cidade
São Paulo violento, corre o Rio que me engana
Copacabana, Zona Norte e os cabarés da Lapa
onde eu morei

Mesmo vivendo assim, não me esqueci de amar
Que o homem é pra mulher e o coração pra gente
dar

Mas a mulher, a mulher que eu amei
Não pôde me seguir não

Esses casos de família e de dinheiro eu nunca
entendi bem
Veloso, o sol não é tão bonito pra quem vem do
Norte e vai viver na rua
A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia
E pela dor eu descobri o poder da alegria
E a certeza de que tenho coisas novas
Coisas novas pra dizer

A minha história é talvez
É talvez igual a tua, jovem que desceu do Norte
Que no Sul viveu na rua
E ficou desnordeado, como é comum no seu tempo
E que ficou desapontado, como é comum no seu
tempo
E que ficou apaixonado e violento como eu como
você

A minha história é talvez
É talvez igual a tua, jovem que desceu do Norte
Que no Sul viveu na rua
E que ficou desnordeado, como é comum no seu
tempo
E que ficou desapontado, como é comum no seu
tempo
E que ficou apaixonado e violento como eu como
você

Eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você que me ouve agora
Eu, eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você”
(1976)

A maior parte dos brasileiros provavelmente já ouviu algo relacionado à migração nordestina. Mas o que será que ouviu, quais as interpretações acerca desse fenômeno? O cidadão nordestino teria aceitado pacificamente a migração? Por quais motivos se dão esses fenômenos? Belchior foi, dentre milhares, um dos migrantes. Por conta disso as suas músicas abordam, quase sempre, a migração e os problemas a ela relacionados. Em *Fotografia 3X4*, podemos perceber alguns elementos que podem esclarecer alguns desses aspectos relacionados a como o

sujeito nordestino vive(u) esse processo migratório.

Num primeiro momento, revela-se o tom crítico de sua música em relação à migração nordestina, evidenciando a “descida” do migrante da região Norte do país para o Sudeste, com toda a tristeza de ter que peregrinar sem rumo. Apesar do embrutecimento da cidade grande e das condições que angustiam o eu lírico, não é perdida a sua sensibilidade ao destacar o nome de Fernando Pessoa, na primeira estrofe de sua canção. Talvez o confortasse.

Assim como a migração, o eu lírico escancara outro problema que decorre desse fenômeno: o preconceito com os migrantes do Norte e Nordeste. Até os dias atuais, vemos piadas com nordestinos, insinuando que eles não gostam de trabalhar ou satirizando a sua constituição física, como recentemente tem feito o Presidente da República ao se referir a um sujeito cearense como “cabeçudo”. Além do preconceito, outro elemento é perceptível aos ouvintes das canções do período de regime ditatorial brasileiro, que durou entre 1964 e 1985: o guarda que deveria zelar pela segurança da população, ao recolher o documento do nordestino migrante, zomba do lugar de onde nascera, e em seguida ri da situação olhando a fotografia 3x4 contida no documento, desprezando-o.

Embora as regiões mais ricas do país sejam Sul e Sudeste que, tratando da particularidade econômica, possuem maiores riquezas, o cidadão que migrava para tais regiões nem sempre gozaria de uma vida, ao menos, mais humana. Essas regiões têm mais dinheiro, mas também mais violência, típico das regiões metropolitanas; nota-se, na composição, a percepção de tal aspecto por parte do eu lírico.

Com todo esse sentimento de ilusão com a vinda para a região central do país, percebemos no cancionário que, apesar das dificuldades que tinha na sua terra, ele não deixou de conviver com essas pessoas e de amá-las. É uma expressão do sentimento de saudade do povo que deixou, em busca da nova vida.

Enquanto alguns artistas se instalaram muito bem nessa nova região, Belchior passava pela dor de viver na rua, de passar frio e esperar o dia amanhecer para que o sol o aquecesse, especificamente quando se instalou no Rio de Janeiro, em 1971. Esses momentos fizeram com que ele passasse a levar a vida com um tom de mais realidade, abandonando o sonho da “boa vida” na cidade grande. No entanto, a desesperança não o consumiu por inteiro. Ainda estava disposto a cantar e compor, mostrar qual a situação do povo nordestino nessas grandes metrópoles. De tal sorte, luta e poesia andam lado a lado.

Já nos trechos finais o eu lírico revela que é igual a quem o ouve, já que as histórias, apesar do seu tempo histórico, acontecem sempre do mesmo jeito, rodeada de tristeza, solidão e miserabilidade. O letrista tinha a plena consciência que tinha alguém que o ouvia, uma pessoa cuja amargura da vida fora ocasionada

pelas mesmas circunstâncias, por isso repetia várias vezes o verso “Eu sou como você”, com a esperança de que alguém encontrasse conforto ao escutar que ele também passou por essa situação aflitiva, ou talvez de alertar para as verdadeiras condições de vida dos migrantes da região Norte e Nordeste.

De acordo com a composição, o que “pesa no norte [...] cai no sul”: tal organização nos permite, para além da abordagem da migração, observar que, poeticamente o artista representou a questão social, uma vez que o país, a despeito de suas diferenças regionais, é um só, ou seja, não há como ocorrer algo no Norte que não afete, de alguma maneira, o Sul.

O vocábulo “desnortado”, na composição, também possui um duplo sentido, uma vez que a palavra pode significar aquele que perdeu o rumo, mas também aquele que ficou sem Norte. No caso, ficar sem o Norte é também a sensação (de vazio) do migrante, mas é também ficar sem rumo, diante da metrópole; “desnortado”, “desapontado”, “apaixonado” e “violento” são as expressões que aproximam a voz do poema de quem a ouve. Assim, ficam ressaltadas algumas sensações comuns aos migrantes, quais sejam: de não pertencimento, de desapontamento, paixão e violência. De tal forma, a migração, em *Fotografia 3X4*, também não pode ser entendida, considerando a composição, como algo totalmente positivo, ou seja, nota-se um questionamento acerca do fenômeno e de suas consequências, seja no campo pessoal, seja em relação às questões sociais.

Como se evidencia, portanto, na canção “Fotografia 3x4”, o compositor além de sofrer as consequências diretas da vida de migrante, atuou incessantemente para desconstruir a migração enquanto sinônimo de melhoria de vida, entoando versos que o aproximam do sujeito migrante, como “a minha história é igual a tua, jovem que desceu do norte”. Empregando memórias da vida que deixou para trás, o agora cidadão da grande metrópole vive a grande arte de viver com o perigo, tendo consigo somente a memória de sua saudade predileta: sua terra.

Há que se destacar, ainda, a menção a “Veloso”, no trecho “Veloso, o sol não é tão bonito pra quem vem do Norte e vai viver na rua”. O vocativo remete, imediatamente, ao compositor baiano Caetano Veloso, com quem Belchior, em várias composições, demonstrou ter posicionamentos distintos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Belchior, enquanto compositor e cantor, ocupa um lugar singular no cenário da música brasileira: à época de sua afirmação artística, destacou-se por uma postura de combate às desigualdades, de denúncia em relação ao povo nordestino, sem deixar de lado a preocupação com o lirismo, com a elaboração poética de suas composições e com as experimentações musicais.

Depois de ter reconhecimento de crítica e de público, de ter se destacado tanto por suas composições quanto por sua postura política diante da realidade, acabou por se distanciar do cenário artístico e, mesmo distante, não deixou de figurar entre os compositores/cantores mais expressivos e admirados de nosso cancioneiro. Ao se retirar da exposição pública, muitas especulações passaram a existir acerca de tal opção.

Em nossa pesquisa, buscamos evidenciar um aspecto específico que perpassa a discografia do artista sobralense: a questão da migração e do universo nordestino, ou melhor, a visão que brota a partir das composições do artista acerca dessa temática, tão cara a vários poetas e artistas brasileiros.

Percebemos, a partir da análise empreendida da canção *Fotografia 3x4* que, em quase toda a música, é remetido ao ouvinte a saudade de um sujeito que migrou em busca de uma vida mais digna, mas que ao chegar na cidade percebeu que o que tem ali é somente a indiferença, o preconceito e a saudade de sua terra.

Nesta canção, o cancioneiro lida diretamente com o fato migracional, ou apresenta as sequelas de um sonho que não se efetivou. É nesse sentido que nos propomos a discutir a migração. O discurso da vida melhor, das condições de trabalho, que fez com que o próprio sobralense descesse do Nordeste em direção ao Sul é, na verdade, uma falácia introduzida ao nordestino.

Belchior vivera as sequelas do processo migracional, pois foi um entre os milhares de sujeitos migrantes. Foi nessa perspectiva que o cantor fez da sua música um canal de denúncia de uma vida não existente na região mais desenvolvida do país, expondo o que passou quando migrou com o intuito de alertar seus conterrâneos para que não caíssem mais no discurso de uma “vida melhor”.

Buscamos, ainda, evidenciar o quanto a migração é um termo que tocou toda a produção de Belchior, com maior ou menor tenacidade. A verdade é que o sobralense-migrante não leu sobre migração em um livro de Filosofia, mas sim passou por essa árdua realidade e, partindo disso, dispôs-se a enfrentá-la, fazendo de sua canção uma interlocução com seu ouvinte para alertá-lo dos perigos da migração e seus malefícios à vida de quem migra.

Também foi possível verificar o quanto de lirismo e poeticidade emanam da composição. De tal forma, é possível considerar que, mesmo tratando de uma questão social, de um tema um tanto quanto árido, verifica-se o trabalho com a linguagem de maneira a revelar a força artística de suas composições. Além do mais, em várias outras composições, evidenciou-se a intertextualidade e o diálogo das composições com outros autores/artistas, tais como: João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade, Euclides da Cunha, William Shakespeare, Caetano Veloso, entre outros.

A força poética das composições é um elemento que, certamente, contribuiu

para que o compositor, mesmo depois de ter abandonado o cenário artístico, permanecesse sendo ouvido e cultuado por várias gerações de brasileiros: há, mesmo hoje em dia, um grande número de jovens que, apesar de não terem nascido à época em que o cantor atuava, ainda ouvem e admiram a obra do artista cearense.

Recentemente, várias releituras/apropriações das músicas de Belchior tem ocupado o cenário artístico brasileiro: Emicida, por exemplo, elaborou um trabalho digno de nota, ao incorporar *Sujeito de sorte* (1976) em *AmarElo*; vários artistas tem se empenhado em difundir as canções do eterno rapaz latino-americano. Assim, aquele sujeito que compõe a golpe de martelos se torna, cada vez mais, reconhecido pelo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BELCHIOR. **Fotografia 3 X 4**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/belchior/132598/> . Acesso em 01/03/2020

CAMPOS, M. B. Características demográficas e a voluntariedade da migração. In: **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, vol. 23 nº 45, July/Dec. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000200273#fn09>. Acesso em 01/03/2020.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

ENRICONI, L. **A história mundial é uma história de migrações**. 2017. Disponível em: < <http://www.politize.com.br/migracoes-historia-mundial/>>. Acesso em 02/03/2020.

JUSTINO, L. B. A hora da estrela: por uma leitura nordestina. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 51, p. 64-82, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/elbc/n51/2316-4018-elbc-51-00064.pdf> . Acesso em 06/03/2020

MARINUCCI, R & MILESI, R. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2005. Disponível em:<<https://www.migrante.org.br/refugiadoserefugiadas/migracoes-internacionais-contemporaneas/>>. Acesso em 03/03/2020.

MEDEIROS, J. **Belchior - apenas um rapaz latino-americano**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2017.

A PRISÃO PREVENTIVA EM TRÁFICO DE DROGAS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO ENCARCERAMENTO EM MASSA

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 05/03/2020

Beatriz Ramos de Paula

Faculdade de Direito da Universidade de São
Paulo – FDUSP
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/7595565327943260>

RESUMO : O presente artigo tem, por objetivo, analisar como os magistrados têm fundamentado a não concessão de liberdade provisória em tráfico de drogas, tendo em vista o contexto de superlotação do sistema penitenciário brasileiro. Para tanto, foram analisados *habeas corpus* do Tribunal de Justiça de São Paulo cujo pedido de concessão de liberdade provisória em tráfico (artigo 33, *caput*, Lei 13.343/06) fora denegado no período de fevereiro de 2016 a junho de 2017. Após a análise dos acórdãos, foi possível concluir que o acusado em geral corresponde à figura do “pequeno traficante” e que os magistrados se baseiam em argumentos genéricos para a manutenção da prisão. Com base nestes resultados, apontaram-se duas estratégias de política criminal: o reconhecimento por meio de

Súmula Vinculante da inconstitucionalidade da expressão “liberdade provisória” do artigo 44 da Lei de Drogas e a descriminalização do porte de entorpecentes para consumo pessoal.

PALAVRAS-CHAVE: *habeas corpus*; tráfico de drogas; prisão preventiva; encarceramento; política criminal.

PRE-TRIAL DETENTION IN DRUG

TRAFFICKING: AN EMPIRICAL ANALYSIS OF MASS IMPRISONMENT

ABSTRACT: The present article has, as its objective, to analyze how the magistrates have been justifying the non-granting of provisional release in drug trafficking, in the context of the overcrowded Brazilian penitentiary system. For that, were analyzed *habeas corpus* from São Paulo Supreme Court of Justice, in the judicial district of São Paulo, which had their request for provisional release in drug trafficking (article 33, *caput*, from the Law n. 11.343/06) denied in the period of February 2016 to June 2017. The survey results show that the patient’s profile is mostly composed by first-time offenders and the magistrates based their votes in abstracts arguments for justifying the imprisonment. Based on this, two possible criminal policy strategies to reduce mass incarceration in this

crime were pointed out: to turn the unconstitutionality acknowledgment of the expression “provisory release” of the article 44 into a *súmula vinculante* (a binding precedent), and the decriminalization of drug possession for personal use.

KEYWORDS: *habeas corpus*; drug trafficking; pre-trial detention; incarceration; criminal policy.

1 | INTRODUÇÃO^{1*}

É fato notório que o sistema carcerário brasileiro se encontra em crise – a superlotação, as violações de direitos e o tratamento degradante aos encarcerados são uma realidade constatada. O Brasil hoje ostenta a terceira posição no *ranking* de países com a maior população prisional do mundo². De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em agosto de 2018 o país contaria com 602.217 mil pessoas privadas de liberdade.³ Destes, 35,9% seriam apenas de presos provisórios. O número total de presos salta para mais de 750 mil pessoas se contabilizados os presos em regime semiaberto e os das carceragens da Polícia Civil, para uma capacidade de 415.960 vagas.⁴

No contexto nacional, São Paulo se apresenta como o estado possuidor da maior população carcerária: as mais de 238 mil pessoas presas se amontoam em 147.343 vagas, correspondendo a um déficit de 61,78% nas prisões paulistas – número que aumenta ano a ano.⁵

O que se pode notar com clareza é que um dos pontos chave para a perpetuação deste “caos carcerário” é a política criminal de drogas, responsável por parcela significativa do encarceramento no Brasil: em 2017, mais de 182 mil⁶ presos eram por tráfico de entorpecentes. A atual Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) é

1. * O presente artigo é uma adaptação de pesquisa de Iniciação Científica realizada no curso de graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Mauricio Stegemann Dieter, apresentada no 26º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP em 2018. A base de dados e a bibliografia correspondem à época em que o trabalho fora redigido (2017). Porém, devido ao lapso temporal entre a conclusão da pesquisa e a publicação deste artigo, para fins de atualização, foram apresentados dados mais recentes dos que originalmente constaram na Iniciação Científica, a respeito da situação prisional brasileira na introdução.

2. World Prison Brief. Highest to Lowest – Prison Population Total. Disponível em: < http://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All> Acesso em: 22 jan. 2018.

3. Conselho Nacional de Justiça. *Banco Nacional de Monitoramento de Prisões* – Cadastro Nacional de Presos. 2018.

4. Dados de abril de 2019, do “Monitor da Violência”, um estudo realizado pelo Núcleo de Violência da USP (NEV) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o G1. in VELASCO, C.; REIS, T.; CARVALHO, B.; LEITE, C.; PRADO, G.; RAMALHO, G. *Superlotação aumenta e o número de presos provisórios volta a crescer no Brasil*. G1, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/superlotacao-aumenta-e-numero-de-presos-provisorios-volta-a-crescer-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

5. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário brasileiro de segurança pública*. 2019. p. 201.

6. Sem dados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro. Ver: VELASCO, C.; D’AGOSTINO, R.; REIS, T. *Um em cada três presos do país responde por tráfico de drogas*. G1, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-traffic-de-drogas.ghtml>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

o que conferiu status de legalidade ao superencarceramento nos crimes de tráfico de drogas.

Segundo CARVALHO (2016), a lei foi criada a partir da base ideológica do proibicionismo, que se manifesta na obsessão pela repressão do comércio ilegal de drogas e na idealização moralizadora da abstinência, sustentada pelo discurso médico-jurídico em relação ao usuário/dependente⁷. Como consequência, a lei instituiu o aumento da pena de tráfico, vedou expressamente a fiança e a concessão de liberdade provisória para este crime e restringiu ainda mais as hipóteses de incidência dos substitutos penais.

Desta forma, a política criminal da Lei nº 11.343/06 intensificou o punitivismo estatal, o que vai na contramão da função declarada do direito penal – de intervenção extrema em casos de ofensas graves e de busca pela redução da criminalidade⁸. Incapaz de cumprir com as tarefas que lhe são atribuídas, o sistema penal incrementa a violência ao selecionar os casos que na prática irá criminalizar, atribuindo aos sujeitos selecionados o rótulo de “criminoso” e provocando, assim, danos que por vezes ultrapassam os custos do delito⁹.

É neste contexto que o presente trabalho se insere. Considerando-se o alto montante de prisões preventivas decretadas no Brasil, especialmente em São Paulo, bem como o fato de os magistrados possuírem um papel essencial na perpetuação ou não deste cenário alarmante, a presente pesquisa buscou analisar, a partir do estudo de acórdãos de *habeas corpus* do Tribunal de Justiça de São Paulo, como é fundamentado o tratamento dos julgadores àqueles a quem é negada a liberdade provisória em tráfico de drogas. A partir desta análise, foram apontadas duas estratégias de política criminal que podem ser efetivas à redução do encarceramento em tráfico de entorpecentes.

2 | METODOLOGIA

O objeto de pesquisa escolhido foi o de acórdãos de *habeas corpus* impetrados no Tribunal de Justiça de São Paulo, na comarca de São Paulo, que requeressem revogação de prisão preventiva para pacientes incursos no *caput* do artigo 33 da Lei nº 11.343/11) e que tiveram sua ordem denegada, no período de fevereiro de 2016 a junho de 2017.

Os julgados foram selecionados junto à plataforma de pesquisa online de jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo. Dos 391 acórdãos encontrados, selecionou-se 150 que correspondiam aos critérios de pesquisa. A análise orbitou

7. Salo de Carvalho, *A política criminal de drogas no Brasil...*, p. 103-105.

8. *Ibidem*, p. 137.

9. Como a promoção de desvios secundários, em que se inclui, ironicamente, o desenvolvimento de adição a drogas. Vide Salo de Carvalho, *A política criminal de drogas no Brasil...*, p. 138.

em três enfoques: traçar o *perfil do paciente* (gênero, primariedade etc.), verificar se havia um padrão quanto às *drogas apreendidas no flagrante* (tipos e quantidade) e sistematizar quais os *argumentos utilizados pelos magistrados* para motivar as negativas de liberdade provisória.

Finalizada a análise supracitada, passou-se à elaboração das estratégias de política criminal. Essas se basearam no estudo de estratégias já existentes e nos resultados da pesquisa empírica, tendo como enfoque apontar soluções para a diminuição do encarceramento em tráfico de entorpecentes.

3 | RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

3.1 Quanto perfil do paciente

Analisando-se o gênero dos pacientes dos *habeas corpus*, conclui-se que a esmagadora maioria é composta por homens. Dos 150 acórdãos analisados, em 140 os presos eram do gênero masculino, para apenas dez casos de presas mulheres. Em relação ao impetrante, 108 dos 150 *habeas corpus* foram impetrados pela Defensoria Pública, ao passo que somente 42 foram por advogado(a) particular. Isto possibilita inferir, mesmo sem informações complementares sobre o perfil socioeconômico, a vulnerabilidade econômica da amostra, dada a função de assistência exercida pela Defensoria Pública.

A respeito das condições pessoais dos pacientes, dos 78 casos que trouxeram as informações nos votos, 60 possuíam residência fixa. Quanto à ocupação profissional lícita, dos 66 casos em que foi citada, 40 declararam ter emprego fixo. Com relação à primariedade, em 81 dos 97 acórdãos em que a informação foi trazida os pacientes eram primários. Da população masculina (93 casos), 82,8% era primário. Dos 16 casos de reincidentes, a maioria era reincidente específico. Dos 4 casos de mulheres, todas eram primárias.

Percebe-se, portanto, um perfil predominante na amostra: paciente majoritariamente do gênero masculino, primário e assistido pela Defensoria Pública do Estado.

3.2 Quanto aos entorpecentes

Dos 150 acórdãos analisados, 126 citaram quais drogas foram apreendidas no flagrante. Na maioria das vezes foram encontradas uma, duas ou três substâncias (33%, 26% e 20% dos casos, respectivamente). Em apenas um caso foi apreendido cinco tipos diferentes de drogas com o mesmo paciente.

Os entorpecentes que apareceram na amostra foram: maconha, cocaína, crack, lança-perfume, LSD, MDMA (*ecstasy*), *skank* (ou *skunk*), haxixe e

metanfetamina¹⁰. Destas, cocaína, maconha e crack foram as mais presentes (em 98, 87 e 46 acórdãos, respectivamente). Os outros tipos de entorpecentes apareceram em apenas 15 *habeas corpus*, quase sempre acompanhados de outras substâncias (em geral, com mais dois ou três tipos diferentes). Nos subitens abaixo, encontra-se um panorama das quantidades apreendidas de cocaína, maconha e crack, que são os entorpecentes de maior incidência na amostra. Desta análise, é possível concluir que as drogas em sua maioria foram apreendidas em pequenas ou médias quantidades.¹¹

3.2.1 Cocaína

Dos 126 acórdãos em que as substâncias apreendidas foram citadas, em 98 houve presença de cocaína. Em 73,5% das vezes a droga não foi a única apreendida – em geral, vinha acompanhada de maconha (28 dos 34 casos). A análise se restringe aos 52 casos a quantidade foi indicada em gramas.

A menor quantidade encontrada foi a de 0,65 grama da droga; porém, o paciente também tinha a posse de um tijolo de maconha. Assim, a menor quantidade de cocaína encontrada sem a posse de outra substância foi a de 5,1 gramas, divididas em 7 cápsulas. A maior quantidade da amostra pesava 5,238 quilos, apreendida sem outra substância. Apesar dos valores extremos, em mais da metade dos casos (56,86%) as quantidades não ultrapassaram 30 gramas:

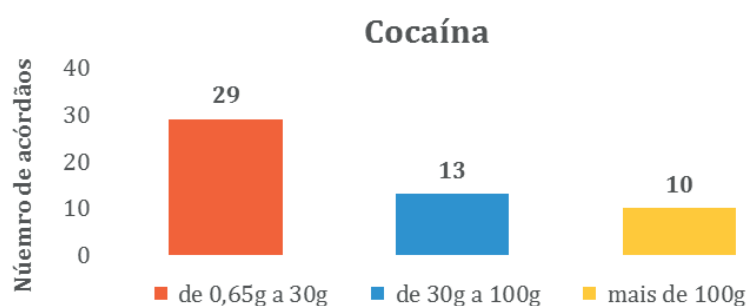


Figura 3. Quantidade de cocaína em gramas

3.2.2 Maconha

Em 87 casos houve apreensão de maconha no flagrante. Destes, 56 acórdãos informaram a quantidade em gramas. A menor quantidade apresentada foi de

10. Apesar de maconha, *skank* e *haxixe* serem todos entorpecentes retirados da espécie *Cannabis sativa*, foram tratados como tipos distintos de drogas, já que assim foram apresentadas nos acórdãos.

11. Prezando-se pela precisão dos resultados, somente foram analisados os casos em que as quantidades de drogas foram apresentadas em gramas, excluídos os que apresentavam os entorpecentes a partir de sua forma de armazenamento (pino, pedra, cápsula, porção, tijolo, frasco, dentre outros).

5,1 gramas, porém, foi apreendida com mais outros dois tipos de droga (cocaína e lança-perfume). Das 14 vezes em que foi a única droga apreendida, a menor quantidade encontrada foi a de 48,1 gramas e, a maior, de 253 quilos. Contudo, como se observa na figura 4, em 55,3% dos casos (31 acórdãos) as quantidades permanecem dentro do intervalo de 5 a 100 gramas:

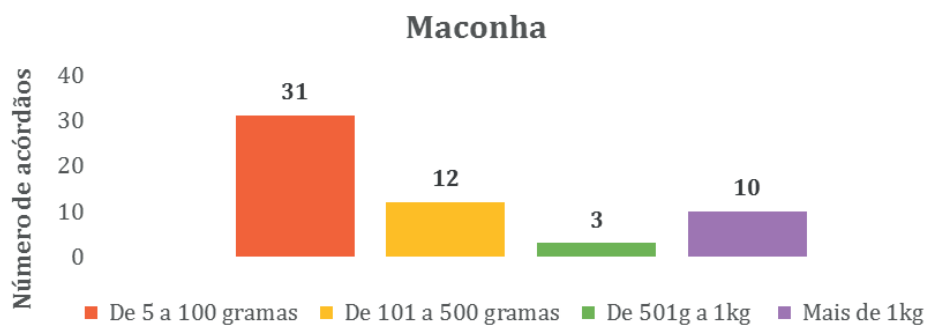


Figura 4. Quantidade de maconha em gramas

3.2.3 Crack

Dos 46 casos em que foi apreendido crack, apenas 21 apresentaram a quantidade encontrada em gramas. A menor porção da amostra foi apreendida sem a presença de outras substâncias e pesava 0,9 grama. A maior quantidade encontrada foi 918 gramas. Como demonstrado no gráfico abaixo, na maior parte dos casos (61,9%) a quantidade encontrada não ultrapassou 25 gramas.

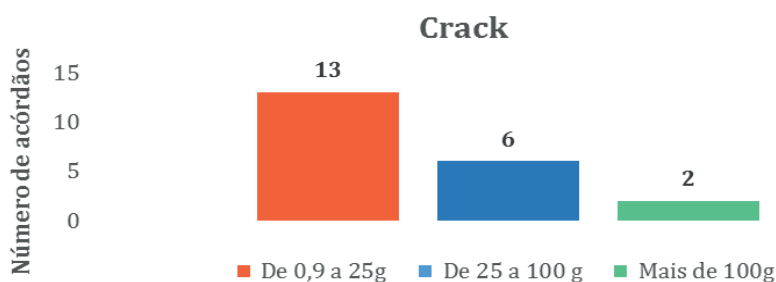


Figura 5. Quantidade de crack em gramas

3.3 Quanto às motivações dos votos

A prisão preventiva é uma medida cautelar pessoal essencialmente excepcional. Para que seja decretada, é necessário a presença de *fumus comissi delicti* (prova de existência do crime e indícios suficientes de autoria), de uma das hipóteses de *periculum libertatis* (art. 312, *caput*, CPP), além do cabimento em uma das hipóteses expressamente definidas no artigo 313, do CPP. Orientada pela

garantia constitucional da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF), não pode ser usada como antecipação de pena, vez que ainda não foi realizado juízo de certeza a respeito da culpabilidade do acusado. Contudo, o que se nota da análise dos julgados é o exato oposto: o aprisionamento preventivo em tráfico é usado de maneira muito pouco criteriosa.

Na amostra, é clara a existência de um padrão decisório. Em primeiro lugar, na esmagadora maioria dos casos os magistrados se basearam em argumentos abstratos para a composição de sua motivação. A “garantia da ordem pública” é o ponto chave das denegações dos *habeas corpus*. Em segundo lugar, a vedação à liberdade provisória ao crime de tráfico de entorpecentes, presente no artigo 44 da Lei de Drogas, também é fator relevante para a manutenção das preventivas.

3.3.1 *Garantia da ordem pública*

Devido à indeterminação e vagueza semântica do conceito de “garantia da ordem pública”, foi possível observar que os magistrados possuem ampla discricionariedade para determinar o que a expressão significa, utilizando-a da maneira mais conveniente em cada caso para a manutenção das prisões.

O argumento se manifestou em 94% dos acórdãos. Não somente a expressão é usada *ipsis litteris*, como também surge acompanhada de outros argumentos que dela se desdobram: a gravidade em abstrato do delito (presente em 86% da amostra); o dano causado pelo tráfico à saúde pública (presente em 60,6%); a “periculosidade” inata do traficante (38,6%); a preocupação social causada pelo crime (36,7%) e a indução a outros delitos (31,3%).

O conceito da “garantia de ordem pública” foi, em quantidade considerável de casos, equiparado ao suposto “clamor público” que a conduta provocaria. A intranquilidade e a insegurança social se fazem, em quantidade considerável de acórdãos, motivo suficiente para a manutenção da cautelar.

(...) A custódia cautelar do paciente se encontra devidamente justificada, pois presentes o “*fumus commissi delicti*” e o “*periculum libertatis*”, este sob a perspectiva da garantia da ordem pública, haja vista que se imputa ao paciente a autoria de crime gravíssimo, tráfico de drogas, **espécie de crime que vem intranquilizando a sociedade, gerando clamor público**, estando o Estado de São Paulo infestado, em ordem crescente, de crimes desta natureza, que **trazem insegurança social e ceifam inúmeras famílias**. (Habeas Corpus n. 2198377-24.2016.8.26.0000) (g.n.).

Também é perceptível na amostra a presença de argumentos de cunho moral. As preventivas são tratadas pelos magistrados como instrumentos de promoção de paz e tranquilidade à “população ordeira”. A oposição entre estas “pessoas de bem” e os “traficantes” se ancora na concepção de “personalidade deturpada” atribuída aos acusados. Não raramente os magistrados apontam uma “insensibilidade

moral” inata aos pacientes, por vezes baseada na existência de antecedentes criminais ou na ausência de ocupação lícita e residência fixa, mas não somente nisto. Não raramente, o simples fato de o acusado ter supostamente praticado o ato (considerando-se a fase ainda inicial da instrução) é suficiente para comprovar uma personalidade voltada à criminalidade e merecedora de condenação.

Tal posicionamento converge diretamente com a gravidade em abstrato do delito, argumento utilizado em 86% dos acórdãos. Ela é representada nos votos pela alta pena cominada do artigo 33 da Lei de Drogas e pela equiparação a crime hediondo. Justifica-se que, se o legislador escolheu punir com maior rigor, há uma presunção de ofensividade à ordem pública, provando-se por necessário coibir a conduta a partir dos meios mais gravosos.

Outro ponto decorrente da garantia da ordem pública é o argumento de que o tráfico de drogas desencadearia a prática de outros crimes (v.g. patrimoniais) e que a prisão preventiva seria instrumento apto a aplacá-los. A cautelar é tomada como meio viável para cumprir a função de prevenção especial e geral da pena: busca-se a neutralização do acusado à prática de novos delitos e o desestímulo da prática a terceiros, mediante pena exemplar. Entretanto, tal concepção estigmatiza o acusado como culpado desde o início da instrução, indo na contramão da natureza puramente processual da medida.

3.3.2 Tratativa da inconstitucionalidade da vedação de liberdade provisória nos crimes de tráfico de drogas:

O segundo eixo argumentativo dos votos parte da vedação de concessão de liberdade provisória aos crimes de tráfico presente artigo 44 da Lei 11.343/06. A disposição do artigo condizia com a insuscetibilidade de graça, indulto, anistia e liberdade provisória ao tráfico de drogas antes prevista no artigo 2º da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90). Em 2007, a redação desta lei foi alterada, retirando-se o termo “liberdade provisória” do artigo 2º, o que passou a permitir revogação de prisão preventiva para tráfico. O texto do artigo 44 da Lei de Drogas, no entanto, permaneceu inalterado.

Em 2012, no julgamento do HC 104339, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da expressão “liberdade provisória” do artigo 44. Considerou que a vedação é incompatível com a presunção de inocência e o devido processo legal, uma vez que a liberdade deve ser a regra do sistema e, a prisão, a exceção, decretada de forma fundamentada. Desta forma, a Corte passou a admitir a prisão cautelar em tráfico apenas quando concretamente verificado um dos requisitos do artigo 312, do CPP. Entretanto, a inconstitucionalidade foi reconhecida de forma incidental, o que serve para determinar o parâmetro de julgamento do STF, mas

não para vincular os tribunais inferiores. Assim, estes continuaram utilizando da proibição do artigo para fundamentar a denegação de liberdade.

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal reafirmou a sua jurisprudência com status de repercussão geral no Recurso Extraordinário (RE) 1038925. Quando o STF assim decide, uma tese sobre a matéria apreciada é produzida. Isto deve orientar Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais a uma rediscussão de seus julgados, para adequá-los ao entendimento do STF. Porém, também é fato que a Repercussão Geral não constitui um precedente vinculante, mas um precedente persuasivo.¹² Ou seja: há um incentivo de ordem institucional para que seja seguido, mas nenhuma obrigatoriedade, significando em muito na prática a manutenção do entendimento pré-existente dos tribunais.

A partir deste contexto, parte-se à análise de como os magistrados têm usado o artigo 44 da Lei de Drogas nas motivações dos votos.¹³ Na amostra foram percebidos dois tipos de abordagens da inconstitucionalidade do artigo a partir do entendimento do STF, como é demonstrado na figura 6:

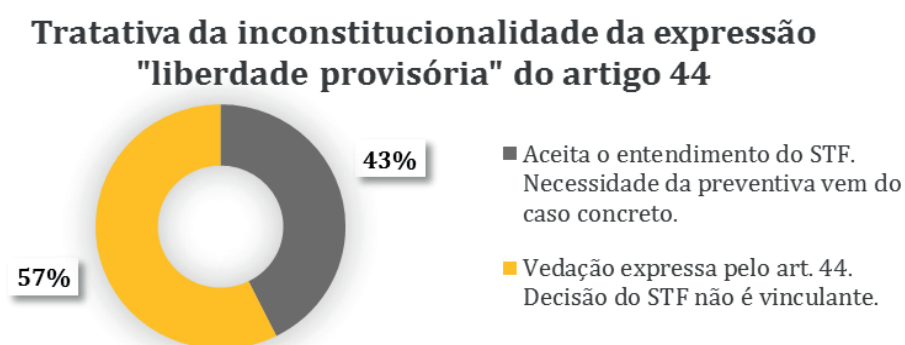


Figura 6. Tratativa da inconstitucionalidade da expressão “liberdade provisória” constante no artigo 44 da lei de drogas pelos magistrados nas motivações dos acórdãos

O primeiro tipo de abordagem, presente em 57% dos casos, é a de rejeição do entendimento do STF: uma vez que o reconhecimento se deu de forma incidental, falta força vinculante. Assim, consideram que a vedação imposta pelo artigo é constitucional, sendo suficiente para permitir por si só a denegação da liberdade, como estrito cumprimento de determinação legal:

Outrossim, mesmo com o advento da Lei nº 12.403/11, **o réu não faz jus à liberdade provisória, com base no art. 44, da Lei nº 11.343/06**, que veda expressamente a aludida benesse ao indiciado por tráfico de drogas. Destaco, por oportuno, que **a declaração de inconstitucionalidade** do dispositivo legal supramencionado foi lançada no HC 97.256, pelo Supremo Tribunal Federal, de forma **incidental**. Portanto, **não vincula os tribunais inferiores**, além de o julgamento ter se dado por maioria apertada. (Habeas Corpus nº 2246189-62.2016.8.26.0000 – Grifos nossos)

12. LANA, Natalia Pereira. *Os objetos da reforma do Judiciário à luz dos debates legislativos...*, p. 20.

13. O recorte temporal dos julgados analisados coincide com o marco de reconhecimento incidental pelo Supremo da inconstitucionalidade da expressão “liberdade provisória” do artigo 44 da Lei de Drogas.

Também foi possível perceber que os magistrados ainda associam a inafiançabilidade do crime com a impossibilidade de concessão de liberdade provisória. Ou seja: a retirada da expressão “liberdade provisória” do artigo 2º da Lei de Crimes Hediondos não chegou a interferir no entendimento sobre a vedação de livramento provisório. Além disso, em alguns votos a declaração de inconstitucionalidade feita pelo STF foi, inclusive, considerada errônea. O excerto abaixo exemplifica – pontua-se que o entendimento é “flagrantemente minoritário” e que a verdadeira inconstitucionalidade é permitir a liberdade provisória para tráfico:

Em caso de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, não cabe a concessão de liberdade provisória ou fiança. **O impedimento não decorre de interpretação, disto ou daquilo, mas do escorreito cumprimento de texto expresso de lei que veda a concessão desse benefício.** É que o artigo 44 da nova Lei de Tóxicos determina. (...) **A pretexto de garantir a constitucionalidade de um entendimento particular e flagrantemente minoritário, pratica-se uma escancarada inconstitucionalidade.** (Habeas Corpus nº 2000480-85.2016.8.26.0000 – Grifos nossos).

A segunda forma de abordar a inconstitucionalidade, presente em 43% dos acórdãos, consiste em aceitar como válido o entendimento do STF, mas declarar que, no caso concreto, subsistiram as condições necessárias à decretação da preventiva, de acordo com os requisitos dispostos no artigo 312, CPP (que é hipótese aceita pelo Supremo).

Muito embora o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão de 10 de maio de 2012, tenha declarado a inconstitucionalidade do referido dispositivo legal, (...) **a manutenção da restrição à liberdade do réu** por imperativo de ordem procedimental **não é excluída**, de *per si*, da ordem constitucional vigente, **sendo admissível quando presentes os requisitos previstos no artigo 312**, do Código de Processo Penal, **o que ocorre in concreto.** (Habeas Corpus nº 0009815-65.2016.8.26.0000 – Grifos nossos).

No entanto, o que se percebe nestes casos é que, mesmo reconhecido o entendimento do Supremo, a justificativa de que a preventiva se faz necessária no caso concreto é comumente apresentada de forma genérica, sem fundamentação expositiva da necessidade concreta da medida.

4 | CONCLUSÕES

Pode-se concluir que o perfil dos presos em flagrante por tráfico é composto majoritariamente por homens, primários, que receberam assistência jurídica da Defensoria Pública. Em geral, os acusados trazem consigo de um a três tipos de droga, majoritariamente maconha, cocaína e crack e, em média, as quantidades apreendidas não se revelaram muito altas. O perfil geral do acusado é, portanto, o do pequeno traficante, que compõe o baixo escalão do mercado de drogas. Entretanto, é notório que o tratamento dos magistrados com os casos em que se

apreendeu pequenas porções não se diferenciou significativamente dos com quem foram encontraram grandes quantidades de droga.

Isto porque, em primeiro lugar, sempre são usados elementos que não os relacionados às quantidades de entorpecentes para a caracterização da conduta como tráfico: o fato da droga ter sido ou não encontrada com o paciente, a “atitude suspeita” do acusado, a presença de dinheiro (independentemente da quantia), o local do flagrante (seja ele em via pública, local fechado ou veículo). Qualquer elemento pode ser utilizado para justificar a manutenção da cautelar. Até mesmo a presença de condições pessoais favoráveis – residência fixa, ocupação lícita, primariedade e bons antecedentes – se mostraram irrelevantes para convencer os julgadores da desnecessidade da preventiva.

Em segundo lugar, porque os argumentos das turmas julgadoras, independentemente das circunstâncias concretas, invariavelmente perpassam pela vagueza semântica da “garantia da ordem pública”. Essa expressão, presente no artigo 312, CPP, dá grande discricionariedade aos julgadores para que decidam subjetivamente quais motivos são suficientes para justificar a manutenção da cautelar. A proteção da saúde coletiva, os vícios causados aos usuários, a periculosidade do acusado de tráfico, a possibilidade de fomentar outros delitos – todos são motivos abstratos que recebem status de legalidade, uma vez que ancorados na expressão “garantia da ordem pública”.

Como desdobramento disto, a gravidade do delito – não *in concreto*, mas abstrata – tem força argumentativa tal como se estivesse expressamente positivada no Código de Processo Penal. Isso porque, ancorada na percepção social que se faz do delito – ou na percepção subjetiva do julgador a respeito dele –, o fato de o tráfico ser “grave” justifica automaticamente o aprisionamento cautelar. Como bem aponta BARATTA (1999), uma imagem de crise de ordem pública se transmite à opinião popular de tal forma que esconde a política de deterioração do Estado de Direito e a gestão autoritária que se faz da própria sociedade¹⁴.

Todo esse cenário aponta para a inevitável conclusão de que a prisão preventiva é a regra em tráfico de drogas, e não a exceção. Ela tem servido como instrumento de antecipação da punição: aquele que é enquadrado na figura de traficante logo no flagrante pelos policiais (ou selecionado como tal), pode tomar como certa sua condenação, que já começa a produzir efeitos desde a decretação da prisão preventiva.

A suposta busca por preservação das garantias constitucionais e pela redução da criminalidade podem ser funções declaradas de política criminal, porém não se concretizam no sistema de justiça penal brasileiro. O que existe, de fato, é uma “democracia autoritária”, em que se aumenta cada vez mais a barreira que divide

14. Alessandro Baratta, *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*, p. 195.

“a população garantida da zona sempre mais vasta da população marginalizada e excluída da dinâmica oficial de trabalho”¹⁵. Como bem aponta CARVALHO (2016), pela criação da categoria do traficante como “inimigo” interno da sociedade,

Deflagra-se no senso comum dos juristas e do homem de rua (*every day theories*) a ideia de políticas públicas de segurança pautadas pela lógica beligerante de eliminação dos incômodos. A ação conjunta dos mecanismos de salvaguarda pública (agências de punitividade) adquire, neste contexto, legitimidade na qual inexistem limites ou barreiras legais a respeitar.¹⁶

Da maneira como o sistema funciona, só há a retroalimentação da criminalidade. Etiqueta-se aqueles a quem quer considerar criminosos, o cárcere termina por estigmatizá-los e diferenciá-los da “sociedade de bem” e, em se tratando de tráfico, os condenados tendem a retornar à prática como forma de subsistência (e não raramente, como forma de manutenção do próprio vício em entorpecentes)¹⁷. Assim, a questão das drogas permanece inabalável, uma vez que a punição só atinge a ponta do *iceberg*, que são os pequenos traficantes, personagens fungíveis – prende-se um hoje, substitui-se facilmente amanhã por outro, que executará a mesma função.

Faz-se então mais do que urgente a adoção de medidas de política criminal que busquem a minimização da ação desmedida do poder punitivo, mediante a aplicação de uma *criminologia da praxis*¹⁸. É o que se pretende a partir das duas seguintes propostas, que podem se mostrar viáveis à redução do encarceramento pelo resultado obtido na pesquisa empírica.

4.4 Alternativas de política criminal de drogas

4.4.1 O reconhecimento por Súmula Vinculante da inconstitucionalidade da vedação à liberdade provisória

A primeira proposição se relaciona com a flagrante inconstitucionalidade da vedação à liberdade provisória presente no artigo 44 da Lei 11.343/06. Como se percebeu no ponto 3.4.2 deste trabalho, a vedação presente no artigo ainda é utilizada como fundamentação para a não revogação das prisões preventivas, alegando-se escorreito cumprimento de texto expresso de lei.

Também como destacado neste ponto, apesar de o Supremo Tribunal Federal ter entendido que a vedação presente no artigo é inconstitucional, o entendimento não é obrigatório em relação aos tribunais inferiores. Se a inconstitucionalidade do artigo fosse vinculante, pelo menos nos casos em que os magistrados rejeitaram o pronunciamento do STF por não ser obrigatório (que são 57% da amostra), este

15. Ibidem, p. 196.

16. Salo de Carvalho, *A política criminal de drogas no Brasil...*, p. 378.

17. Ibidem, p. 138.

18. Vide Salo de Carvalho, *A política criminal de drogas no Brasil...*, p. 382.

argumento não poderia ser utilizado para a manutenção da prisão preventiva.

Uma forma viável de se alcançar esse objetivo é transformação do entendimento em Súmula Vinculante, instrumento previsto no artigo 103-A da Constituição Federal e que tem poder de obrigar os demais órgãos do judiciário a adotarem o conteúdo disposto pelo entendimento do STF, afastando o caráter de mera orientação.

A finalidade do instrumento, prevista no parágrafo 1º do artigo citado, se encaixa perfeitamente na questão aqui em apreço: a validade, a interpretação e a eficácia de *norma* (artigo 44 da Lei de Drogas) da qual haja *controvérsia atual* entre órgãos judiciários (inconstitucionalidade da expressão “liberdade provisória” reconhecida pelo STF e não considerada pelos tribunais inferiores, a exemplo do TJ-SP) e que acarrete grave insegurança jurídica.

Por mais que tal medida não seja suficiente para breçar a decretação desenfreada de prisões preventivas em tráfico, ao menos cessaria o uso de um de seus argumentos mais relevantes, retirando da justificativa o status de legalidade que atualmente é conferida pela regra do artigo 44 da Lei 11.343/06.

4.5 A necessidade da descriminalização do porte para uso pessoal

Durante a análise da amostra, restou claro que as quantidades das drogas apreendidas em regra não se mostraram elevadas. Em mais da metade dos casos as quantidades de maconha permaneceram entre 5 e 100 gramas, as de cocaína entre 0,6g e 30g, e as de crack não ultrapassaram 25 gramas.

Poderia se dizer que, se houvesse a adoção de critérios mais objetivos para a determinação de quanto de droga é necessário para caracterizar a conduta como tráfico, a grande quantidade de prisões preventivas da amostra seria minimizada. Porém, essa é uma resposta eficiente apenas na aparência.

Como é perceptível pela leitura dos julgados, invariavelmente são utilizados elementos não relacionados às quantidades para a caracterização da conduta como tráfico. Estes critérios permaneceriam independentemente da adoção de quantidades que diferenciasses essa conduta do porte para consumo pessoal. Além disso, a mera estipulação de critérios quantitativos se partiria precipuamente da diferenciação estigmatizada entre traficantes e usuários, que na prática não se revela assim tão óbvia, mas sim meramente circunstancial. Como bem aponta SHIMIZU e CACICEDO,

Nas prisões, o que se verifica é que a pessoa presa por tráfico, quase invariavelmente, é usuária de drogas que, seja para sustentar o próprio uso, seja pela precariedade socioeconômica, acaba se envolvendo pontualmente na mercancia, ocupando os estratos mais baixos do negócio.¹⁹

19. Bruno Shimizu e Patrick Cacicedo, *Crítica à estipulação de critérios quantitativos objetivos para diferenciação entre traficantes e usuários de drogas: reflexões a partir da perversidade do sistema penal em uma realidade marginal*.

Outro ponto importante é que, pela observação de experiências internacionais, fica claro que as quantidades estipuladas, em regra, não são realistas e acabam por gerar o efeito oposto, de aumento da repressão. É o que aconteceu no caso da Rússia e do México, em que as quantias estipuladas para diferenciar o tráfico da posse para consumo pessoal foram tão pequenas que se tornaram insignificantes, sujeitando à pena até os que antes não seriam enquadrados como traficantes²⁰.

Assim sendo, pela seletividade estrutural, a simples adoção deste critério poderia perpetuar a criminalização daqueles que são mão de obra descartável ao tráfico, sem atingir a intocabilidade dos “traficantes empresários”, que são uma “figura social e geograficamente distante das periferias, que lucra e investe no mercado de drogas a partir de operações financeiras e logísticas”.²¹

O que parece ser mais efetivo, portanto, é a descriminalização da posse de drogas para uso pessoal. A posse para consumo, em nível mundial, é responsável por 83% de todos os delitos envolvendo drogas.²² A descriminalização se mostra como a alternativa que mais traria impacto na redução do encarceramento em São Paulo e, também, em âmbito nacional.²³

Não se pretende, por meio dessa alternativa, ignorar a questão do uso problemático de drogas. Porém, duas ressalvas se fazem necessárias. A primeira é que questões como o tratamento da dependência a drogas são assunto de saúde pública, que não podem ser resolvidos pela justiça criminal. A segunda ressalva é que, ao contrário do senso comum, tem se evidenciado na realidade internacional não haver ocorrência de nenhum aumento significativo no consumo de drogas nos países que adotaram respostas não punitivas ao consumo.²⁴

Por fim, é importante ressaltar que nenhuma dessas proposições são respostas prontas ao problema da guerra às drogas em São Paulo ou no Brasil. Elas são, em verdade, tentativas de desestímulo ao uso sem critério da prisão preventiva em tráfico de drogas e, conseqüentemente, tentativas de redução do encarceramento. Porém, também é fato que por meio de reformas combinadas na política criminal de drogas é possível sim a redução dos danos da guerra às drogas. É por meio de alternativas assim que se poderá breçar o punitivismo estatal e, conseqüentemente, diminuir as mazelas que vêm assolando o sistema de justiça penal brasileiro.

20. Vide Comissão Global de Política sobre Drogas, *Avanços na reforma...*, p. 20.

21. Bruno Shimizu e Patrick Cacicedo, *Crítica à estipulação de critérios quantitativos objetivos...*

22. Penal Reform International (2016), *Global Prison Trends 2015: Drugs and Imprisonment...*

23. Neste sentido, vale lembrar o que aponta Salo de Carvalho: “(...) não ocorreu processo de descriminalização do porte para consumo pessoal de drogas. O art. 28 da Lei de Drogas mantém as condutas dos usuários criminalizadas, alterando apenas a sanção prevista, impedindo, mesmo em caso de reincidência (art. 28, §3º) a pena de prisão”. (CARVALHO, 2016, p. 161).

24. Comissão Global de Política sobre Drogas, *Avanços na reforma...*, p. 13.

REFERÊNCIAS

- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.
- CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS. **Avanços na reforma de políticas sobre drogas: Uma nova abordagem à descriminalização**. 2016.
- COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS. **Relatório da Comissão Global de Políticas sobre Drogas**. 2011.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre medidas destinadas a reduzir o uso da prisão preventiva nas Américas**. 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – Cadastro Nacional de Presos**. 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Levantamento dos Presos Provisórios do País e Plano de Ação dos Tribunais**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84371-levantamento-dos-presos-provisorios-do-pai...>>. Acesso em: 28 jan 2018.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 2017. 2019.
- LANA, Natalia Pereira. **Os objetos da reforma do Judiciário à luz dos debates legislativos: um estudo sobre as Súmulas Vinculantes e a Repercussão Geral**. Monografia. Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP. 2017.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen. Brasília: Depen, jun. 2016.
- SHIMIZU, B.; CACICEDO, P. Crítica à estipulação de critérios quantitativos objetivos para diferenciação entre traficantes e usuários de drogas: Reflexões a partir da perversidade do sistema penal em uma realidade marginal. **Boletim IBCCRIM**, v. 24, p. 8-9, 2016.
- World Prison Brief. **Highest to Lowest – Prison Population Total**. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- Penal Reform International (2016), **Global Prison Trends 2015: Drugs and Imprisonment**, PRI: London, 2, <<http://www.penalreform.org/wp-content/uploads/2015/04/PRI-Prisons-global-trends-report-LR.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

ALTMETRIA E COMUNICAÇÃO ONLINE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ASSUNTO PENA DE MORTE

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 06/03/2020

Ane Caroline dos Santos Melo

Curso de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Maceió – Alagoas, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/3125482256102537>

Rosana Rodrigues dos Santos

Curso de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Maceió – Alagoas, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6285667800373720>

Eugenio dos Santos Rocha

Curso de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Maceió – Alagoas, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7569161015249871>

Paulo Vieira Rijo dos Santos

Curso de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Maceió – Alagoas, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/3181446226235614>

artigo de reportagem de caráter científico, disponível na plataforma *ScienceOpen*. Mediante a realização de uma pesquisa bibliográfica exploratória e descritiva, foram utilizadas fontes específicas fundamentadas na coleta de dados a partir de materiais já publicados. Foi analisado o alcance do envolvimento e da atenção gerada sobre um assunto de grande relevância na sociedade, tendo em vista a identificação de variáveis que se relacionam com o assunto pena de morte. Mensura a influência do produto de pesquisa por meio do impacto, buscando compreender a atenção online – conhecidas como *altmetrics* ou métricas alternativas – que o artigo recebe no *Twitter*. Em termos de atenção online alcançada pelo artigo em valores altmétricos, o *Twitter* é a mídia mais expressiva (290). As menções estão distribuídas por categorias para o *Twitter*, na qual predomina o compartilhamento sem posicionamento com relação ao conteúdo (219), explicativo, com breve comentário de parte do texto (33), conclusivo, que se utiliza do estudo para contestar outros (8), argumentativo, no qual discute de forma ativa uma visão a favor do assunto (7), exortativo, servindo-se do estudo para sensibilizar práticas e ações (33) e problematizante, em

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo verificar as aplicações altmétricas em um

que faz crítica ao estudo ou meio pelo qual foi abordado (1). Assim, por meio das métricas alternativas, foi possível constatar as diversas formas de interação em torno de um artigo de reportagem e como as mídias sociais podem ser utilizadas para disseminação de informação científica.

PALAVRAS-CHAVE: Almetria. Análise de menções. Twitter. ScienceOpen.

ALTMETRIC AND ONLINE COMMUNICATION: A CASE STUDY ON THE DEATH PENALTY ISSUE

ABSTRACT: This study aimed to verify the altmetric applications in a scientific report article, available on the ScienceOpen platform. Through an exploratory and descriptive bibliographic research, specific sources based on data collected from previously published studies were used. The extent of involvement and attention generated on a subject of great relevance in society was analyzed, considering the identification of variables related to the death penalty issue. It measures the influence of the research product through its impact, seeking to understand the online attention – known as altmetrics or alternative metrics – that an article receives on Twitter. In terms of online attention achieved by the article in altmetric values, Twitter is the most expressive media (290). The mentions are distributed into categories for Twitter, as follow: sharing without expressing an opinion on the subject (219); explanatory, with brief commentary on part of the text (33); conclusive, in which the study is used to controvert others (8); argumentative, which actively discusses a view in favor of the subject (7); exhortative, in which the study is used to sensitize practices and actions (33); and problematizing, in which criticism is made on the study or medium from which it was addressed (1). Thus, through alternative metrics, it was possible to verify the various forms of interaction around a report article and how social media can be used to disseminate scientific information.

KEYWORDS: Altmetric. Mention analysis. Twitter. ScienceOpen.

1 | INTRODUÇÃO

A altmetria é um campo recente de estudo da comunicação científica. Também chamada de métricas alternativas ou altmetrics, a altmetria objetiva analisar o impacto da produção científica no ambiente on-line (BARROS, 2015).

As métricas alternativas se dedicam em compreender os indicadores de engajamento, debate e outros tipos de interação em torno da informação científica na web social. Desse modo, “podem contribuir na identificação de assuntos ou temas populares nas mídias sociais; oferecer uma visão panorâmica do que tem recebido atenção online; e identificar grupos de interesse ou comunidades de atenção” (ARAÚJO; FURNIVAL, 2016, p. 69).

A altmetria não se propõe a substituir as métricas tradicionais como uma forma mais moderna de mensuração, mas sim complementar e permitir uma avaliação de novas formas de impacto que não são possíveis com os métodos tradicionais (COPETTI, 2015, p. 35). Nesse sentido, a altmetria permite verificar impactos em audiências diversas que inclui profissionais, educadores e o público em geral, além de pesquisadores. Ademais, considera não apenas as citações, mas também leituras, debates e recomendações (ARAÚJO, 2015).

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo verificar as aplicações altmétricas em um artigo de reportagem de caráter científico que trata sobre o assunto pena de morte, relacionando os dados altmétricos gerados e as citações que o artigo recebe. Para isso, foi realizado o levantamento altmétrico do artigo escolhido nas mídias sociais. Em seguida, foi analisado o conteúdo dos compartilhamentos do artigo no Twitter e atribuída uma categoria a fim de compreender as razões pelas quais o artigo foi mencionado. Foram examinados também os dados geográficos e demográficos dos compartilhadores para entender de onde, no mundo, esses usuários se originam e o perfil que apresentam. Por fim, com base na descrição do perfil no Twitter, foram analisadas as características dos compartilhadores e elaborada uma nuvem de palavras a qual ficaram em destaque as palavras com mais incidência utilizadas pelos usuários ao se autodescreverem.

Este trabalho é produto da disciplina Comunicação Científica e Métricas da Informação na *Web*, cursada pelos autores durante a graduação em Biblioteconomia. Assim, a motivação desse estudo surgiu a partir de discussões realizadas em sala de aula sobre as métricas alternativas que despertaram a curiosidade em conhecer o envolvimento dos usuários na web com um artigo de temática que divide opiniões, bem como as características dos compartilhadores e seu possível posicionamento.

A escolha da temática – pena de morte – se deu devido às visões antagônicas existentes em torno desse assunto. Conforme Galvão e Camino (2011, p. 229), “de um lado, existem aqueles [...] que defendem que a parte que coloca o todo em risco deve ser eliminada. Do outro, existem aqueles que se posicionam contra a pena de morte [...]” e acreditam existir uma arbitrariedade praticada pelos governantes na criação de tipos penais e em excessos na sua execução.

Já a escolha do artigo de reportagem, se deu pelo fato de ter sido o artigo que trata sobre pena de morte com mais pontuação online recuperado pela *ScienceOpen*, plataforma utilizada na busca.

2 | ALTMETRIA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Os estudos altmétricos permitem, por meio das ferramentas sociais da Internet, medir quantas vezes um artigo foi mencionado em *blogs*, compartilhado no *Twitter* e

Facebook, salvo no *Mendeley*, etc. Essas medidas complementam estudos métricos tradicionais, pois, segundo Araújo (2015 p. 75), “medem aspectos desconsiderados nas citações, como, onde um artigo está sendo baixado, lido, compartilhado e discutido, o que amplia o olhar para a visibilidade e o alcance dos resultados de investigação, para além da comunidade científica”.

Uma característica peculiar e exclusiva da altmetria é a variedade de públicos. Diferentemente de outros indicadores que captam apenas informações de cientistas e pesquisadores para avaliar a produção científica, a altmetria capta informações de um público diversificado, o que amplia de forma significativa a possibilidade de circulação e apropriação social de informações acadêmicas (MARICATO; MARTINS, 2017).

Dessa forma, de acordo com Barros (2015), as métricas alternativas rastreiam o impacto fora da academia, a disseminação de um trabalho influente - mas que ainda não foi citado - e o impacto a partir de fontes que não passam pelo processo de revisão por pares.

Assim, a altmetria trata de uma nova forma de perceber o uso e citação da informação científica, pois antes de ser citada de maneira convencional em outra publicação científica, ganha visibilidade nas menções, curtidas e compartilhamentos nas redes e mídias sociais (ARAÚJO; FURNIVAL, 2016).

Existem ferramentas que podem ser utilizadas para acompanhamento, coleta e análise de dados altmétricos. É o caso do Altmetric.com, que localiza e avalia a citação em blogs, mídias sociais (*Twitter*, *Facebook* e *Google+*) e gestores de referências (*Mendeley*, *CiteULike* e o *Zotero*), de qualquer artigo que possua um *Digital Object Identifier – DOI*, ou outro identificador padrão (GOUVEIA, 2013).

Diante disso, Priem et al. (2010), afirmam que essas novas ferramentas refletem e transmitem o impacto acadêmico, ampliando nossa visão não somente para enxergá-lo, mas também, perceber o que está causando o impacto. São expressões importantes, pois mostram a diversificação do conhecimento.

3 | CARACTERIZAÇÃO DO ARTIGO DE REPORTAGEM

O artigo intitulado *Death-penalty analysis reveal extent of wrongful convictions* (Análise de pena de morte revela extensão de condenações injustas) está inserido na *Nature – International Weekly Journal of Science*, uma revista científica interdisciplinar britânica publicada pela primeira vez em 1869, conforme mostra a Figura 1.

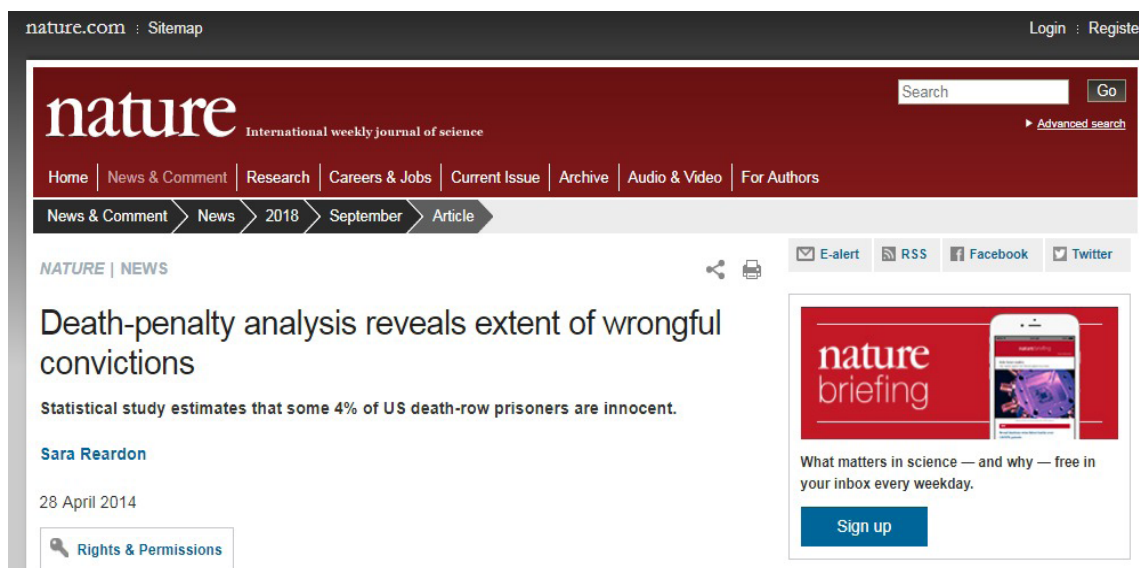


Figura 1. Layout do site da Nature – International Weekly Journal of Science.

Fonte: Nature.com (2018)

A matéria, da repórter e biomédica Sara Reardon, é baseada no artigo intitulado *Rate of false conviction of criminal defendants who are sentenced to death* (Taxa de falsa condenação de réus criminais que são condenados à morte), de Samuel R. Gross, Bárbara O'Brien, Chen Hu e Edward H. Kennedy, publicado em 2014 nos Anais da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América.

De acordo com a reportagem, o estudo trata de uma estatística a qual estima que cerca de 4% dos prisioneiros nos Estados Unidos da América (EUA) na linha da morte são inocentes. Isso significa que, segundo a matéria, nos EUA, a cada 25 pessoas no corredor da morte, pelo menos uma seria exonerada se tivesse tempo suficiente.

Assim, a partir dessa notícia de caráter científico sobre um tema que divide opiniões, foram analisados os dados altmétricos de atenção online e divididas em categorias as menções que o artigo de notícia recebeu, conforme explicado a seguir.

4 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho trata-se de um estudo bibliográfico, “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), ou seja, consiste na coleta de dados a partir de materiais/documentos já publicados.

No que se refere aos procedimentos, o estudo pode ser definido como exploratório que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Pode ser

considerado também descritivo, pois visa “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28).

Além disso, é direcionado ao levantamento estatístico, sistematização e análise de dados altmétricos baseado em um artigo de reportagem de periódico internacional de acesso aberto. Desse modo, possui uma abordagem qualitativa de análise.

O artigo de reportagem de um periódico de acesso aberto proposto para análise está disponível no *ScienceOpen* (www.scienceopen.com), “plataforma de pesquisa e serviço de descoberta de livre acesso que promove a contextualização da pesquisa, permitindo aos usuários inserir comentários, fazer recomendações ou mesmo revisões de pares pós-publicação” (ARAÚJO et al., 2017, p. 3).

A partir desta plataforma, na última semana de setembro de 2018, foi realizada uma busca por meio do termo em inglês *Death penalty* (Pena de morte), que agregada ao *Altmetric.com* recuperou diferentes tipos de conteúdos ordenados por maior pontuação altmétrica. Foi selecionado o artigo de reportagem *Death-penalty analysis reveal extent of wrongful convictions*, – pois como já explicado, possuía a maior pontuação altmétrica – e realizada a coleta de dados altmétricos concentrados no *Twitter* – uma das maiores e mais utilizadas mídias sociais em termos de usuários ativos. Foi dada ênfase à análise da atenção online recebida, que foi categorizada a partir dos tipos de interação com o artigo estudado.

A busca por artigos contendo o assunto “Pena de morte” também se deu pelo termo em português, no entanto, os dados altmétricos recuperados não eram suficientes para obter um diagnóstico satisfatório. Isso justifica a busca pelo termo em inglês, visto que o impacto social e atenção online recebida por meio dos dados altmétricos são maiores em publicações internacionais.

De acordo com Araújo e Furnival (2016, p. 74), os dados altmétricos indicam

a atenção que os artigos (e outras formas de informações científicas) recebem logo após a publicação e podem ser indícios de citações futuras. São métricas que consistem na repercussão que artigos científicos alcançam em portais de notícias, *blogs*, mídias sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Google+* e serviços de referência como *Mendeley* e *CiteUlike*.

A pontuação *Altmetric* deve refletir (i) a visibilidade – quantidade de atenção recebida – que no geral, quanto mais pessoas visualizam ou falam sobre um artigo, maior sua pontuação; e (ii) a qualidade da atenção – local postado e reputação de quem posta (ARAÚJO, 2015, p. 100).

Nessa perspectiva, foram trabalhadas e analisadas seis categorias mostradas a seguir no Quadro 1. Essas categorias são fundamentadas por meio do estudo realizado por Araújo e Furnival (2016, p. 78), que nos serviu como guia de análise

do contexto para a execução do procedimento adotado - a análise do conteúdo das mensagens textuais.

Categoria Analítica	Descrição do Conteúdo
Compartilhamento (repasso)	Cópia do URL do artigo com uma breve síntese do conteúdo semelhante ao título do artigo.
Explicativo	Procuram detalhar mais os resultados do estudo.
Conclusivo	Afere credibilidade científica do estudo; Qualifica o estudo como incontestável (devido ao método, tamanho da amostra, etc); Se utiliza do estudo para refutar outras teorias (ex. a relação entre a vacina tríplice e o autismo).
Argumentativo	Argumentando/discutindo um ponto; Energicamente a favor da abordagem do estudo; Lista este estudo entre outros semelhantes.
Exortativo	Se utiliza do estudo para sensibilizar práticas e ações (ex. mensagem de saúde pública a favor da vacinação).
Problematizante	Crítica e/ou desqualifica o estudo; Crítica o método do estudo (ex. o estudo se baseia em dados enviesados); Problematiza a abordagem (ex. é um estudo epidemiológico e estatístico e não clínico-qualitativo).

Quadro 1. Categorias analíticas geradas para o conteúdo das menções.

Fonte: Araújo e Furnival (2016)

Tais categorias buscam compreender as razões pelas quais o artigo é citado, identificando os acontecimentos por meio do impacto social estimulado pela pesquisa, descrevendo a atenção online recebida pelo artigo no *Twitter* e considerando os prováveis motivos que induzem as menções. Isso inclui verificar quem são os usuários que mencionam o artigo na mídia social, e principalmente constatar como esse artigo é mencionado, as menções a favor ou contra o artigo analisado, levando em consideração as menções objetivas ou subjetivas de cada usuário que se posiciona em relação ao artigo no *Twitter*.

A partir dos dados levantados e tendo em vista essa distribuição, o trabalho teve como foco a análise da atenção recebida no *Twitter* por se tratar de uma mídia de maior incidência no artigo explorado.

Por conseguinte, foram analisados os dados geográficos e demográficos também gerados pelo *Altmetric.com*. A ferramenta categoriza os usuários do *Twitter* com base no histórico de postagem e nas informações de perfil. Os dados geográficos indicam de onde no mundo os usuários compartilharam o artigo. Já os dados demográficos analisam as descrições de perfil, os tipos de periódicos aos quais os usuários se conectam e as listas de seguidores para atribuir a cada perfil uma categoria: membro do público (alguém que não tem *links* para literatura

acadêmica), pesquisador (alguém familiarizado com a literatura), praticante (um clínico ou pesquisador da área da saúde) e comunicador de ciência (alguém que se conecta frequentemente a artigos científicos de diversos periódicos/editores).

Para detalhar melhor as características dos compartilhadores, foi feita uma verificação da descrição de cada perfil que compartilhou o artigo. Em seguida, as descrições foram traduzidas para o português com o auxílio do *Google Tradutor* e foi elaborada uma nuvem de palavras, na qual ficaram em destaque as palavras mais usadas pelos compartilhadores ao se autodescreverem.

5 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O valor dos dados alométricos para o artigo analisado é de 251, conforme Figura 2. Esses dados, de acordo com a *Altmetric.com*, são derivados de um algoritmo automatizado e representa uma contagem ponderada de toda quantidade captada para uma saída de pesquisa.

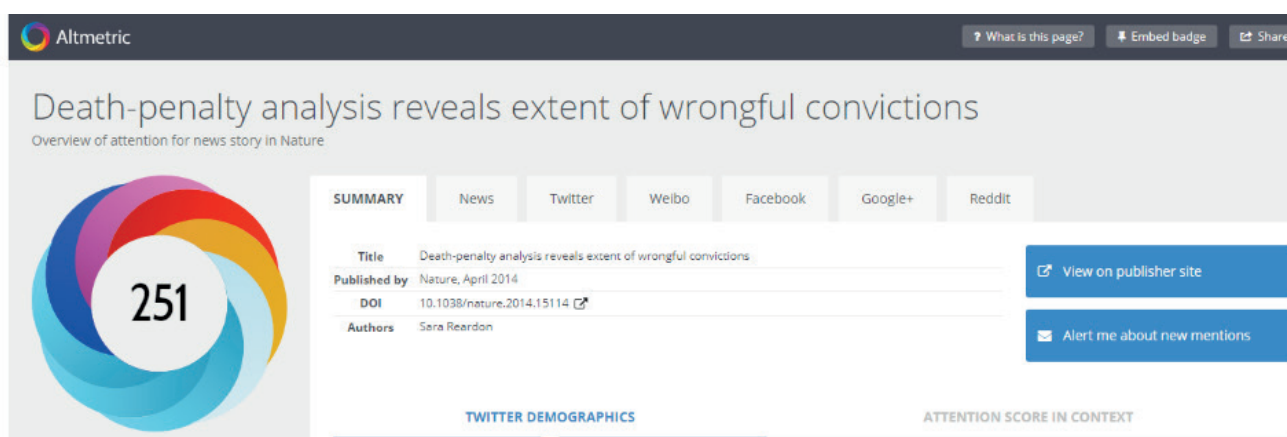


Figura 2. Artigo com a representação dos seus dados alométricos.

Fonte: *Altmetric.com*

A distribuição dos dados alométricos nas mídias sociais pode ser vista no Quadro 2.

Canais nas mídias sociais	Dados alométricos
Sites de notícias	3
Twitter	290
Weibo	1
Facebook	3
Google +	6
Redditors	5

Quadro 2. Distribuição das menções nas mídias sociais do artigo *Death-penalty analysis reveals extent of wrongful convictions*.

Fonte: *Altmetric.com* <https://scienceopen.altmetric.com/details/2310282>

É comum a predominância do *Twitter* e do *Facebook* entre os levantamentos dos dados alométricos, conforme Araújo e Furnival (2016). No entanto, divergindo um pouco dos autores citados, apenas o *Twitter* foi a mídia mais expressiva (290) em termos de atenção online alcançada pelo artigo em valores alométricos.

O Quadro 3 apresenta o quantitativo da distribuição das menções por categorias para o *Twitter* e exemplifica *tweets* enquadrados em cada categoria.

Categoria	Twitter	Exemplos
Compartilhamento	219	<i>Death-penalty analysis reveals extent of wrongful convictions</i> < http://t.co/omcUhAtfEx > (Tradução: Análise de pena de morte revela extensão de condenações injustas < http://t.co/omcUhAtfEx >)
Explicativo	33	<i>At least one in 25 people on death row in the US would be exonerated if given enough time, says new study nature.com/news/death-pen...</i> (Tradução: Pelo menos uma em 25 pessoas no corredor da morte nos EUA seria exonerada se tivesse tempo suficiente, diz novo estudo < http://t.co/t40ElqSGLN >)
Conclusivo	8	<i>I am against death penalty & here is why: "Death-penalty analysis reveals extent of wrongful convictions" (link: http://www.nature.com/news/death-penalty-analysis-reveals-extent-of-wrongful-convictions-1.15114?WT.ec_id=NEWS-20140429)nature.com/news/death-pen...</i> (Tradução: Eu sou contra a pena de morte e aqui está o porquê: "a análise da pena de morte revela a extensão de condenações injustas" (link: http://www.nature.com/news/death-penalty-analysis-reveals-extent-of-wrongful-convictions-1.15114?WT.ec_id=NEWS-20140429)nature.com/news/death-pen...)
Argumentativo	7	<i>Death-penalty analysis reveals extent of wrongful convictions. And if murder's a crime, why does State kill people?<http://bit.ly/1lkBowe></i> (Tradução: A análise da pena de morte revela a extensão de condenações injustas. E se assassinato é crime, por que o Estado mata pessoas? < http://bit.ly/1lkBowe >).

Exortativo	22	<i>Only 96% of American death row inmates are guilty, but you want to bring back death penalty?</i> < http://tinyurl.com/kgtkp4g > (Tradução: Apenas 96% dos presidiários americanos são culpados, mas você quer trazer de volta a pena de morte? < http://tinyurl.com/kgtkp4g >)
Problematizante	1	<i>Statistics in 1 of 25 on the death row in the USA are innocent. Logical to think that the numbers are higher than 4%.</i> < http://t.co/mjJGxhHoWD > (Tradução: Estatísticas mostram que 1 a cada 25 no corredor da morte nos EUA são inocentes. É lógico pensar que os números são superiores a 4%. < http://t.co/mjJGxhHoWD >)

Quadro 3. Categorias analíticas das menções.

Fonte: dados da pesquisa (2018)

A grande maioria dos *tweets* se encontra na categoria Compartilhamento e restringiu-se à replicação do *URL* com o título do artigo de reportagem. Esse comportamento não permite identificar qual o posicionamento do compartilhador em relação ao conteúdo da reportagem, se é que ele tem uma opinião formada sobre o assunto. No entanto, foi verificado que a maioria dos compartilhamentos foi feito por pessoas do gênero masculino, somando 109 compartilhamentos, enquanto 75 foram feitos por perfis institucionais, e 35 compartilhamentos foram feitos por pessoas do gênero feminino.

Em relação à categoria explicativa, 13 perfis pertencentes a pessoas do gênero feminino fizeram esse tipo de compartilhamento, além de 12 perfis de usuários do gênero masculino e oito de perfis institucionais. Para tentar explicar o conteúdo, a maioria dos usuários parafraseou uma frase do artigo de reportagem no compartilhamento.

As mensagens de cunho conclusivas foram compartilhadas por cinco perfis pertencentes a pessoas do gênero masculino, dois de perfis institucionais e um do gênero feminino. Os oito compartilhadores aferiram credibilidade ao conteúdo da reportagem e, a partir dele, se posicionaram contra a pena de morte.

No caso das mensagens da categoria argumentativa, três compartilhamentos foram de perfis ligados a uma instituição, enquanto dois foram de pessoas do gênero feminino e outros dois de usuários do gênero masculino. Um dos comentários foi *“Death-penalty analysis reveals extent of wrongful convictions and if murder’s a crime, why does State kill people? <http://bit.ly/1lkBowe>”* (A análise da pena de morte revela a extensão de condenações injustas. E se assassinato é crime, por que o Estado mata pessoas? <<http://bit.ly/1lkBowe>>). Por esse comentário, subentende-se que o compartilhador é contra a pena de morte e usou o artigo de reportagem como argumento para fazer um questionamento.

Em relação à categoria exortativa, 13 perfis de pessoas do gênero masculino fizeram esse tipo de compartilhamento, enquanto seis foram de perfis institucionais

e três perfis de pessoas do gênero feminino. Usando dados do artigo, os usuários tentaram sensibilizar outros a se posicionarem contra a pena de morte, como foi o caso do seguinte comentário: “*Only 96% of American death row inmates are guilty, but you want to bring back death penalty? [http://tinyurl.com/kgtkp4g]*” (Apenas 96% dos presidiários americanos são culpados, mas você quer trazer de volta a pena de morte? <<http://tinyurl.com/kgtkp4g>>).

Por fim, houve apenas um compartilhamento contestando o conteúdo da reportagem em que o compartilhador do gênero masculino acredita que os dados estatísticos os quais a reportagem se refere são mais altos na prática.

Além de analisar o conteúdo dos compartilhamentos, foram analisados também os dados geográficos e demográficos, conforme mostra a Figura 3.

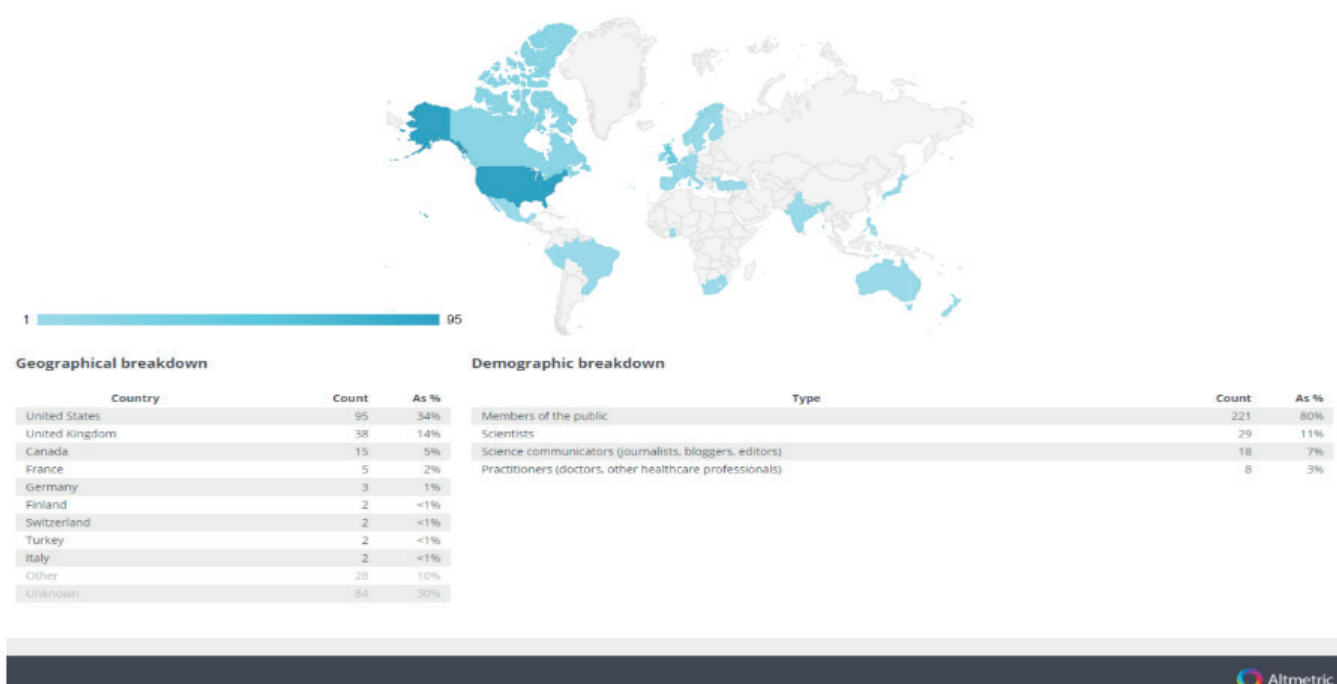


Figura 3. Dados geográficos e demográficos dos compartilhadores da reportagem.

Fonte: *Altmetric.com*

Os dados geográficos referem-se ao país onde o usuário do *Twitter* compartilhou o artigo. Nota-se que 95 compartilhamentos, o equivalente a 34%, foram feitos de usuários localizados nos Estados Unidos da América (EUA). Esse número significativo certamente se deu devido ao assunto da reportagem tratar sobre a pena de morte especificamente nos EUA.

Embora o artigo analisado pertença a uma revista de origem britânica, foram feitos apenas o correspondente a 14% compartilhamentos no Reino Unido, menos da metade de compartilhamentos em relação aos EUA. Canadá aparece em terceiro lugar com o equivalente a 5% dos compartilhamentos.

Como a reportagem foi publicada no idioma inglês, é justificável que o maior

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das métricas alternativas, foi possível constatar as diversas formas de interação em torno de um artigo de reportagem e, que por meio dele, os compartilhadores apresentaram seu posicionamento sobre a pena de morte. Além disso, foi possível observar que a maioria dos compartilhadores possui alguma relação com a Ciência – são professores, pesquisadores, *PhD* –, indicando assim que, além de usar a revista científica como fonte de informação, dissemina informação científica em suas mídias sociais.

Dessa forma, as menções no *Twitter* têm sido utilizadas como uma das principais fontes de estudo com um crescente número de pesquisadores que fazem uso dessa ferramenta para divulgar suas pesquisas, trocando experiências com outros pesquisadores e acompanhando as indicações de referências de interesse e atenção online também com um público não acadêmico acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

- ALTMETRIC. **How is the Altmetric score calculated?**.2018. Disponível em: <http://support.altmetric.com/knowledgebase/articles/83337-how-is-the-altmetricscore-calculated->. Acesso em: 19 set. 2018.
- ARAÚJO, R. F. Mídias sociais e comunicação científica: análise altmétrica em artigos de periódicos da ciência da informação. **em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 21, n. 1, p.96-109, maio 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/47918/33745>. Acesso em: 19 set. 2018.
- ARAÚJO, R. F.; FURNIVAL, A. C. M.. Comunicação científica e atenção online: em busca de colégios virtuais que sustentam métricas alternativas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 2, p.68-89, dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27297/20120>. Acesso em: 19 set. 2018.
- ARAÚJO, R. F.; OLIVEIRA, M.; LUCAS, E. R. O. Altmetria de artigos de periódicos brasileiros de acesso aberto na ScienceOpen: uma análise das razões de menções. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, p.1-7, nov. 2017. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1376/pdf1376>. Acesso em: 19 set. 2018.
- ARAÚJO, R. F.. Marketing científico digital e métricas alternativas para periódicos: da visibilidade ao engajamento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p.67-84, set. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2402/1638>. Acesso em: 18 set. 2018.
- BARROS, Moreno. Altmetrics: métricas alternativas de impacto científico com base em redes sociais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p.19-37, jun. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1782/1592>. Acesso em: 18 set. 2018.
- COPETTI, Filipe. **Altmetria**: uma revisão de suas principais ferramentas e fontes de dados. 2015. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/122423>. Acesso em: 17 out. 2018.

sobre pena de morte e redução da maioridade penal. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 228-236, ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200003. Acesso em: 18 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEIA, Fábio Castro. Almetria: métricas de produção científica para além das citações. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.214-227, maio 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3434/3004>. Acesso em: 18 set. 2018.

MARICATO, João de Melo; MARTINS, Dalton Lopes. Almetria: complexidades, desafios e novas formas de mensuração e compreensão da comunicação científica na web social. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, Lima, n. 68, p.48-68, jan. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562-47302017000300004. Acesso em: 18 set. 2018.

PRIEM, J. ; TARABORELLI, D.; GROTH, P.; NEYLON, C.. **Altmetrics**: a manifesto. Out. 2010. Disponível em: <http://altmetrics.org/manifesto>. Acesso em: 18 out. 2018.

SANTOS, Paula Wivianne Quirino dos; ALBUQUERQUE, João Pedro Silva de. Almetria: Uma nova lente para os estudos métricos da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p.3-12, jan. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/35874/19240>. Acesso em: 03 out. 2018.

SCIENCEOPEN. **ScienceOpen**: the only networking platform you'll ever need. 2018. Disponível em: <http://about.scienceopen.com/>. Acesso em: 12 set. 2018.

SOUZA, I. V. P.; MARCONDES, C. H. Introdução à altmetria: métricas alternativas da comunicação científica. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 14, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2459/INTRODU%C3%87%C3%83O%20%C3%80%20ALTMETRIA.pdf?sequence=1>. Acesso em:18 set. 2018.

ANÁLISE DE RISCO EM SEGUROS: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA LÓGICA FUZZY

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 06/03/2020

Elizabeth Borelli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –
FEA
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/9418133745150995>

Ana Carolina Falcão

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –
FEA
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/3403390897259303>

Bruna Dias Lucena

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –
FEA
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/5450377475827828>

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar o gerenciamento de risco nas seguradoras, através da identificação e redução dos riscos existentes, assim como propor alternativas, utilizando a Lógica Fuzzy, para uma gestão eficaz de risco. Apresenta um histórico da indústria de seguros, seguido da elaboração de uma revisão teórica sobre os conceitos que envolvem risco. Depois,

aborda uma teorização acerca da Lógica Fuzzy, para, a partir daí, estudar a questão de sua aplicabilidade ao risco em seguros. A Lógica Fuzzy, também conhecida como lógica nebulosa ou lógica difusa, é uma ferramenta essencial na tomada de decisão, tendo como finalidade transformar expressões imprecisas em valores numéricos. Com o avanço da matemática e da estatística, muitos métodos foram desenvolvidos para trabalhar dentro da ciência atuarial, todavia, são necessárias estruturas matemáticas que se adaptem ao tratamento de incertezas não estatísticas. Assim, com essa característica, a Lógica Fuzzy se apresenta como uma teoria adequada para lidar com alguns assuntos da Ciência Atuarial. A Metodologia Fuzzy é aplicada em um sistema baseado em regras que identifica quando um determinado segurado apresenta um risco mais elevado para a seguradora; dessa forma, a companhia pode estabelecer o grau do risco que pretende aceitar para se prevenir e aprimorar o cálculo de precificação dos produtos.

PALAVRAS-CHAVE: seguros, risco, Lógica Fuzzy.

ABSTRACT: This research aims to analyze risk management in insurance companies, through the identification and reduction of existing risks, as well as proposing alternatives, using Fuzzy Logic, for an effective risk management. It presents a history of the insurance industry, followed by the elaboration of a theoretical review on the concepts that involve risk. Then, it addresses a theory about Logica Fuzzy, to, from there, study the question of its applicability to risk in insurance. Fuzzy logic is an essential tool in decision making, with the purpose of transforming inaccurate expressions into numerical values. With the advancement of mathematics and statistics, many methods have been developed to work within actuarial science, however, it still lacks mathematical structures that adapt to the treatment of non-statistical uncertainties. Thus, with this characteristic, Fuzzy Logic presents itself as an adequate theory to deal with some matters of Actuarial Science. The Fuzzy Methodology is applied in a system based on rules that identifies when a certain insured presents a higher risk for the insurer, in this way, the company can establish the degree of risk that it intends to accept in order to prevent and improve the pricing calculation of the products.

KEYWORDS: insurance, risk, Fuzzy Logic.

1 | INTRODUÇÃO

Classificar e selecionar riscos é de primordial importância para as companhias de seguro, a fim de manter o equilíbrio do negócio. Por meio de análises de risco é possível reduzir e estimar os custos envolvidos, entretanto, mesmo com o avanço da tecnologia, o mercado ainda não dispõe de estruturas matemáticas suficientes que se adequem as suas necessidades estatísticas.

O Seguro é um negócio que visa proteger pessoas e/ou empresas contra o risco de eventos imprevisíveis; a partir desse acordo, transfere-se o risco de perdas financeiras resultantes desses eventos especificados para uma seguradora, em troca de uma taxa ou prêmio. Em troca da aquisição de um contrato (a apólice), por um valor (o prêmio, menor e conhecido), diminui-se a possibilidade de uma perda maior.

O principal custo de uma companhia seguradora é o sinistro (evento aleatório), e isto faz com que exista uma grande preocupação na seleção dos riscos que ela venha a assumir. Por esse motivo, existe uma avaliação que classifica a situação do cliente em relação aos riscos aos quais ele se expõe, como seus hábitos interferem nesses riscos e o quanto ele consegue pagar em uma apólice de seguros. O futuro segurado é avaliado com um modelo de questionário simples, respondendo perguntas como idade, estado civil, condição de saúde, ocupação, entre outras. A seguradora, então, submete esses fatores a modelos estatísticos e precifica o

seguro de acordo com o que vai segurar e com seu estilo de vida: é o processo de subscrição. Em geral, quanto maior o risco, maior o prêmio.

Com o intuito de diminuir os prejuízos da seguradora, os critérios de análise de riscos têm se tornado cada vez mais sofisticados e precisos, graças ao avanço da matemática e da estatística, mas ainda carecem de estruturas matemáticas que se adaptem ao tratamento de incertezas não estatísticas. Assim, com essa característica, a lógica Fuzzy se apresenta como uma teoria adequada para lidar com tais assuntos.

O termo Fuzzy, em língua inglesa, pode ter vários significados, mas o conceito básico do termo passa sempre a ideia de vago, indistinto, incerto. As tentativas de tradução para o português ainda não são unanimidade: “nebuloso” e “difuso” são as traduções mais usuais.

Os princípios da lógica Fuzzy foram desenvolvidos primeiramente por Jan Lukasiewicz (1878-1956), que, em 1920, introduziu conjuntos com grau de pertinência combinados aos conceitos da lógica clássica, desenvolvida por Aristóteles.

Observando que muitas regras presentes no cotidiano da população não podiam ser explicadas pelas pessoas que as usavam - e baseando-se nos estudos de Lukasiewicz - Lofti Asker Zadeh, professor de Ciências da Computação da Universidade da Califórnia, foi o primeiro autor de uma publicação sobre lógica fuzzy, na década de 1960.

O objetivo dessa lógica é fornecer os fundamentos para efetuar o raciocínio aproximado com proposições imprecisas, usando a teoria dos conjuntos nebulosos como ferramenta principal. A proposta desta lógica nebulosa é assumir uma premissa que varia em grau de pertinência, no intervalo de 0 a 1, o que leva o elemento do conjunto nebuloso a ser parcialmente verdadeiro ou parcialmente falso. Portanto, os conceitos da Lógica Fuzzy podem ser utilizados para traduzir em termos matemáticos a informação imprecisa, expressa por um conjunto de regras linguísticas.

A Teoria dos Conjuntos Fuzzy tem sido cada vez mais utilizada em áreas como análise de dados, sistemas especialistas, controle e otimização, biomedicina, biomatemática e estatística, tornando-se cada vez mais importante como ferramenta capaz de capturar informações vagas, ambíguas ou imprecisas, além de proporcionar a análise de uma grande quantidade de conceitos difusos, frequentemente presentes no processo de análise de risco nas seguradoras.

Em geral, o risco pode ser tratado como um conceito nebuloso, pois varia de acordo com o tempo e circunstâncias, ou seja, existe a possibilidade de ocorrer inúmeros sinistros para um determinado evento numa parcela de tempo.

Esta pesquisa apresenta um histórico da indústria de seguros, seguido da elaboração de uma revisão teórica sobre os conceitos que envolvem risco. Depois,

apresenta uma teorização acerca da Lógica Fuzzy, visando estudar a questão de sua aplicabilidade ao mercado de seguros. O foco é auxiliar a tomada de decisão dos agentes envolvidos, proporcionando meios para uma análise que contenha o comportamento real dos segurados, indo além dos dados obtidos em cadastros e formulários. Estudos de caso mostram que a utilização da Lógica Fuzzy equivale a uma gestão mais eficaz no processo de subscrição, reduzindo o preço final do seguro e os riscos inerentes ao produto.

Esta análise tem como objetivo geral aplicar a metodologia da Lógica Fuzzy para viabilizar a gestão de riscos do mercado segurador. Como objetivo específico, procura analisar o desenvolvimento do mercado de seguros através do gerenciamento de risco, partindo da sua identificação para propor alternativas, utilizando a Lógica Fuzzy para reduzir os riscos existentes e, conseqüentemente, o preço do produto final.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que partiu da técnica de pesquisa bibliográfica para caracterização teórica do problema.

Inicialmente, procedeu-se à busca por bibliografias específicas sobre Teoria dos Risco, Seguros e Lógica Fuzzy, buscando autores e conteúdos concernentes ao objetivo da pesquisa. Os assuntos foram pesquisados separadamente, para uma melhor observação dos dados e compreensão das suas relações, visando atender o objetivo final do trabalho. Em seguida, procedeu-se ao levantamento da literatura relacionada à aplicação da Lógica Fuzzy no gerenciamento de riscos diversos e específicos para o ramo de Seguros, a fim de analisar a importância da sua utilização.

2 | TEORIA DA ANÁLISE DE RISCO

Na análise de quaisquer operações financeiras é possível perceber que existem riscos intrínsecos em seus contratos, como a capacidade de adimplência por parte do contratante do serviço, e a capacidade do contratado de disponibilizar o serviço prometido. Diante da inerente potencialidade de perda do credor, é necessário estabelecer um critério que estime o seu risco latente. Sendo assim, a Teoria do Risco tem como objetivo ponderar o equilíbrio entre a solvência da instituição no longo prazo e cumprimento de suas obrigações e das variações aleatórias do risco segurado, por meio de uma tarifação, ou prêmio, que seja competitivo no mercado e viabilize o negócio.

Quando o risco em questão se enquadra no mercado segurador, deve seguir, ainda, alguns critérios de segurabilidade para que seja possível a aplicação da Análise de Risco, tais como: ser possível, futura ou incerta sua ocorrência, ser

independente da vontade das partes, ser causador de dano econômico, ser mensurável economicamente (RODRIGUES, 2008).

Assim, a Teoria do Risco busca um prêmio justo para um determinado bem, seja ele de ordem material, ou a própria vida humana, com base em análise científica, garantindo o equilíbrio econômico das instituições financeiras e seguradoras. O dano causado ao bem segurado deve ser futuro, mensurável, incerto quanto ao prazo ou à ocorrência e independente da vontade das partes do contrato.

O processo de subscrição é utilizado para classificar o risco, onde é possível estabelecer níveis de incerteza e a capacidade da companhia de arcar com a aquisição do risco, baseando-se na análise de dados históricos de grupos de segurados e análises de estimativas.

Segundo a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), a definição de prêmio é referente ao valor que o segurado paga à seguradora pelo seguro para transferir a ela o risco previsto nas Condições Contratuais. Portanto, pagar o prêmio é uma das principais obrigações do segurado. Ou seja, para minimizar a incerteza causada pelo risco, o segurado adquire uma apólice, que lhe garantirá proteção ao transferir este risco à seguradora e, em contrapartida, paga por um prêmio menor e conhecido, excluindo a possibilidade de uma perda maior.

Ao pulverizar o risco entre integrantes de um grupo segurado através de prêmios e eventos individuais, o prejuízo financeiro é reduzido. Entretanto, cada apólice representa um nível de risco diferente para a seguradora, o que leva à uma análise de classificação de risco para garantir que o prêmio seja justo a todos.

Além disso, à seguradora é reservado o direito de não aceitar o risco, com base em critérios particulares de cada instituição, como a capacidade que ela terá em assumir as avarias de determinado contrato, ou especificidades que este possa apresentar.

A análise de risco é economicamente eficiente, já que ela permite que o preço do seguro reflita o custo da sua oferta.

O cálculo do prêmio é, geralmente, realizado com base na probabilidade de ocorrência de um evento, acrescido de ajustes, devido ao cumprimento das despesas da companhia e, ainda, uma margem de lucro, como mostra a fórmula (INSURANCE EUROPE, 2012):

$$\text{Montante de indenização esperado} \times \text{probabilidade de pedido de indenização} + \text{despesas} + \text{margem de lucro} + \text{margem de segurança} = \text{prêmio}$$

O prêmio se relaciona ao risco quando há a necessidade, para fins comerciais, de se precificar eventos incertos, futuros e mensuráveis. É a forma de se quantificar a incerteza, com o objetivo de materializar a transferência do risco, bem como as

possíveis indenizações, no caso de perda.

3 | A LÓGICA FUZZY

Os princípios da Lógica Fuzzy foram desenvolvidos primeiramente por Jan Lukasiewicz (1878-1956), que, em 1920, desenvolveu e introduziu conjuntos com grau de pertinência combinados aos conceitos da lógica clássica, dando embasamento suficiente para que na década de 1960, Lofti Asker Zadeh, professor da Universidade da Califórnia, chegasse a ser o primeiro autor de uma publicação sobre o assunto.

Zadeh (1981) observou que muitas regras presentes no cotidiano da população não podiam ser explicadas pelas pessoas que as usavam. Esta ideia levou Zadeh a desenvolver o que se conhece por lógica fuzzy (RUSS, 1996).

Diferente da Lógica Booleana, que admite apenas valores booleanos, ou seja, verdadeiro ou falso, a lógica difusa ou fuzzy, trata de valores que variam entre 0 e 1. Assim, uma pertinência de 0.5 pode representar meia verdade, logo 0.9 e 0.1, representam quase verdade e quase falso, respectivamente (SILVA, 2005).

Dada a necessidade de lidar com a complexidade dos problemas, a teoria da probabilidade era usada com sucesso em muitas áreas da ciência, porém, com essa teoria da Lógica Fuzzy, tornava-se mais fácil tratar da questão da incerteza. Um exemplo disso era considerar o período meia-idade, começando em 35 anos e terminando em 55 anos (MUKAIDONO, 2001). Utilizando a lógica tradicional, uma pessoa com 34 anos só iria pertencer a esse grupo após completar seu 35º aniversário. Assim como., uma pessoa que tivesse 56 anos não faria parte de tal grupo. A figura 1 mostra a definição de meia idade, segundo a teoria de conjuntos convencional.

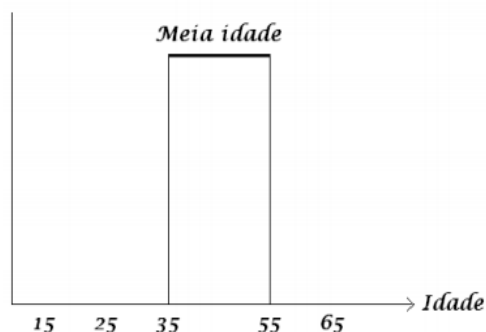


Figura 1 - Definição de meia idade em conjuntos convencionais. (Adaptado de COSTA *et al*, 2007).

A figura 2 apresenta a definição de meia idade segundo a teoria fuzzy. Nota-se que o grau de pertinência que uma pessoa de 25 anos pertença a tal grupo é muito

menor do que o de uma pessoa de 45 anos (MUKAIDONO, 2001).

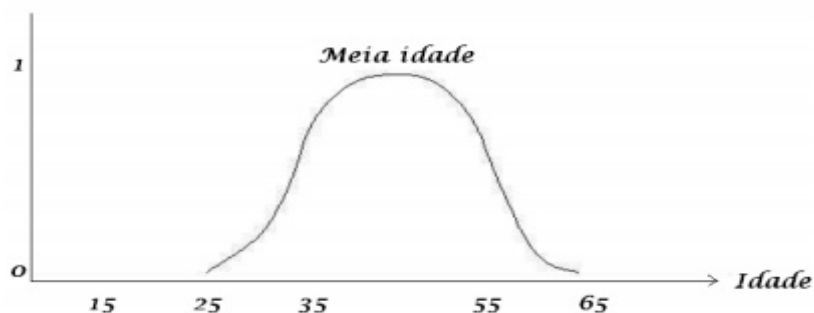


Figura 2 - definição de meia idade em conjuntos fuzzy – (Adaptado de COSTA et all, 2007)

Segundo (WAGNER, 2003), a lógica difusa é uma ferramenta capaz de capturar informações vagas, geralmente, descritas em linguagem natural e convertê-las para um formato numérico, de fácil manipulação.

São inúmeras as aplicações da lógica fuzzy na área de seguros, incluindo classificação, subscrição, precificação, reservas técnicas e alocações de ativos e investimentos. A aplicação da Lógica Fuzzy para elaboração de estudos técnicos deve seguir as etapas de fuzzificação, inferência e defuzzificação.

O processo de definição das variáveis linguísticas de forma subjetiva engloba a análise do problema, bem como a construção da função de pertinência. Nesta etapa, serão estabelecidas variáveis de entrada para, então, extrair-se uma variável de saída. Como exemplo, pode-se considerar uma análise de porte de empresas, levando em conta o número de funcionários. Na figura 3 são apresentados três conjuntos de empresas: Pequena, Média e Grande. Cada conjunto é segregado por meio do grau de pertinência - o valor que delimita as características de cada grupo, ou seja, quanto maior o número de funcionários, maior é a empresa. Uma empresa é considerada média se tiver entre 100 e 400 funcionários.

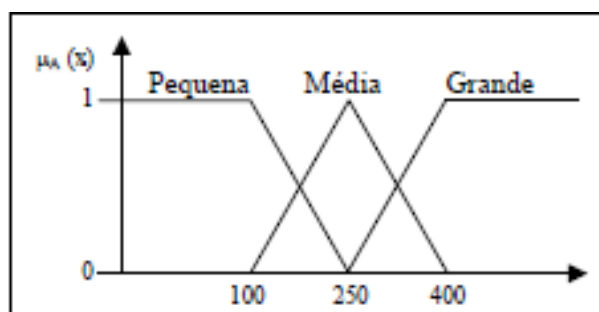


Figura 3 - definição do grau de pertinência da empresa - (Adaptado de BOJADZIEV, 1997)

A função de pertinência é uma forma de se atribuir um significado numérico aos conjuntos, podendo ser calculada por meios dos métodos seguintes:

Triangular	$Triângulo(x, a, b, c) = \max\left(0, \min\left[\frac{(x-a)}{(b-a)}, \frac{(c-x)}{(c-b)}\right]\right)$
Trapezoidal	$Trap(x, a, b, c, d) = \max\left(0, \min\left[\frac{(x-a)}{(b-a)}, 1, \frac{(d-x)}{(d-c)}\right]\right)$
Gaussiana	$Gaussiana(x, s, c) = \exp\left\{-\frac{(x-c)^2}{s}\right\}$
Sigmoidal	$Sig(x, a, c) = \frac{1}{1 + \exp[-a(x-c)]}$

Figura 4 - definição da função de pertinência da empresa - (Adaptado de BOJADZIEV, 1997)

Nesta etapa, são definidas e analisadas as proposições condicionais SE-ENTÃO (*IF-THEN*) que descrevem a ação a ser feita em resposta às várias entradas.

A defuzzificação é um processo de conversão das regiões resultantes em valores para a variável de saída do sistema *fuzzy*, já que a extração de resultados numéricos é desejável para a tomada de decisão final. Os principais métodos utilizados para defuzzificação nos estudos recorrentes são o Centro-da-Área, a Média-dos-Máximos e a Média-dos-Centros.

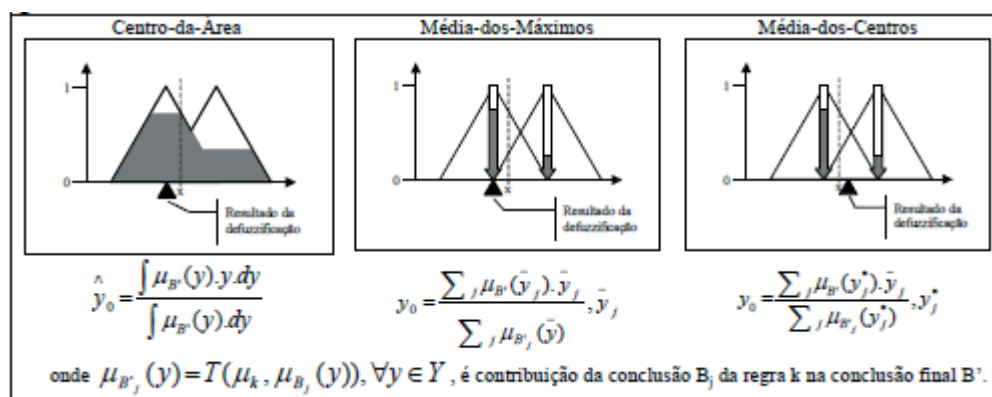


Figura 5 – defuzzificação Adaptado de SHAW E SIMÕES, 2001)

Na teoria clássica, desenvolvida por Aristóteles, os conjuntos são denominados “crisp” e um dado elemento do universo em discurso pertence ou não pertence ao referido conjunto. Já na teoria dos conjuntos difusos, existe um grau de pertinência de cada elemento a um determinado conjunto (ABAR, 2004).

A teoria para conjuntos fuzzy permanece a mesma, normalmente definida por uma coleção de elementos ou objetos X e X , que pode ser finito, contável ou infinito. Cada elemento pode pertencer ou não a um conjunto $A \subseteq X$.

Na metodologia dos conjuntos fuzzy: se X é uma coleção de objetos x , então um conjunto fuzzy A em X é um conjunto de pares ordenados:

$A = \{(x, U_A(x)) \mid x \in X\}$ e $U_A: X \rightarrow M$ é a função de associação de A para todo x em X , onde M é um subconjunto limitado de R^+ ou $[0, \infty)$ chamado de espaço de associação. É suficiente assumir que M é o intervalo $[0, 1]$, com 0 e 1 representando, respectivamente, o menor e o maior grau de afiliação. O grau de

associação de x em A corresponde a um “valor de verdade” da declaração “ x é um membro de A ”. Quando M contém apenas os dois pontos 0 e 1, A não é um conjunto fuzzy.

Se $\sup_x U_A(x) = 1$, então o conjunto difuso A é normal. Um conjunto difuso pode sempre ser normalizado dividindo $U_A(x)$ pelo seu supremo:

$$\frac{U_A(x)}{\sup_x U_A(x)}$$

Pode-se omitir elementos com grau de adesão de 0 ao escrever os conjuntos difusos. Um conjunto difuso está contido ou é um subconjunto de um conjunto difuso B ($A \subset B$) se for $U_A(x) \leq U_B(x) \forall x$.

A união $A \cup B$, é definida como o menor conjunto fuzzy contendo A e B . Sua função de associação é dada por:

$$U_{A \cup B}(x) = \max [U_A(x), U_B(x)] \quad x \in X$$

A interseção $A \cap B$, é definida como o maior conjunto difuso contido tanto em A como em B . Sua função de pertencimento é dada por

$$U_{A \cap B}(x) = \min [U_A(x), U_B(x)] \quad x \in X$$

A noção de intersecção tem uma relação próxima com a noção de conectivo “e”, assim como a união de A e B tem uma relação próxima com o conectivo “ou”. Pode-se mostrar que essas definições de união e intersecção fuzzy são as únicas que naturalmente estendem as noções de teoria de conjuntos padrão correspondentes, satisfazendo todos os requisitos usuais de associatividade, comutatividade e distributividade (LEMAIRE, 1990).

4 | APLICAÇÃO DA LÓGICA FUZZY EM SEGUROS

Um estudo elaborado por Boissonnade (1984) combinou o reconhecimento de padrões e Lógica Fuzzy para avaliar a intensidade sísmica e previsão de danos, desenvolvendo modelos para estimar os prêmios e criar estratégias para seguros de terremoto. Suas bases foram as influências no desempenho das estruturas como fatores quantificáveis, obtidos a partir de modelos probabilísticos conhecidos, e fatores não quantificáveis, como a influência a partir da qualidade da construção e dos detalhes arquitetônicos, usando modelos de conjuntos Fuzzy. Como exemplo, ele definiu a porcentagem de um edifício danificado por um terremoto por termos difusos como médio, severo e total, e representou as funções de associação desses termos, conforme mostrado na Figura 7.

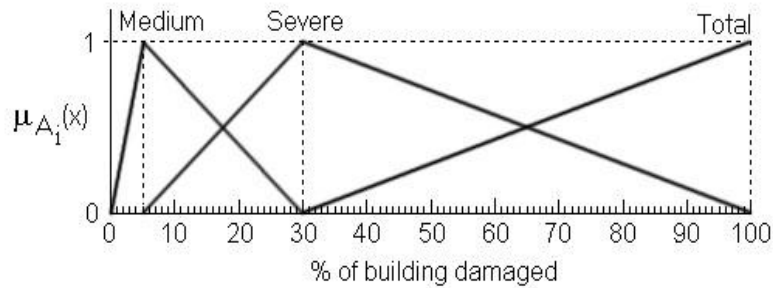


Figura 7: Funções de associação dos danos nas construções – Adaptado de (LEMAIRE, 1990)

Lemaire (1990) baseou o processo de tomada de decisão na seleção dos excessos de retenção de perdas de resseguro, utilizando essencialmente a técnica “Maximin”, que visa a maximização do ganho mínimo, semelhante à seleção de uma estratégia considerada ótima na teoria dos jogos não cooperativos. Como exemplo, considerou quatro variáveis de decisão (dois objetivos e duas restrições) e suas funções de associação: probabilidade de ruína, coeficiente de variação, prêmio de resseguro como a percentagem do prêmio cedente e dedutível (retenção) como percentagem do lucro de prêmios cedentes (franquia relativa). As notas de associação para a decisão das variáveis (onde as linhas verticais cortam as funções de associação) e seu grau de aplicabilidade são apresentados na Figura 8.

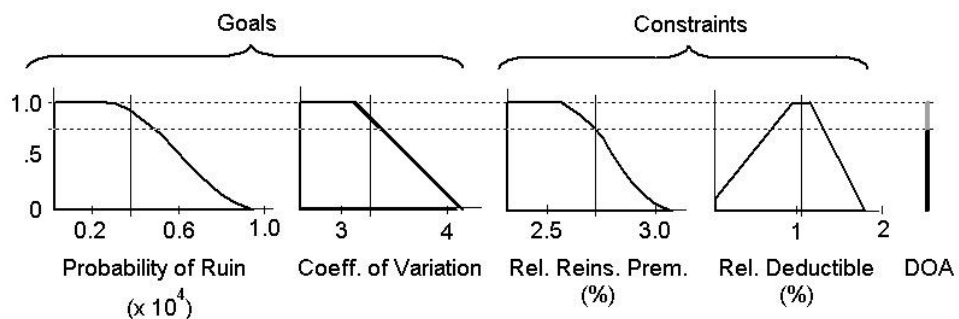


Figura 8: retenção ideal dada metas e restrições Fuzzy – (Adaptado de LEMAIRES, 1990)

Na escolha representada na figura, o prêmio relativo de resseguro tem o valor mínimo de adesão e define o grau de aplicabilidade para o excesso de perda no resseguro. O programa ideal é aquele com o mais alto grau de aplicabilidade.

Cummins e Derrig (1993) estudaram as tendências difusas nos custos de sinistros dos seguros de responsabilidade civil, como um acompanhamento de sua afirmação de que “a abordagem atuarial à previsão é rudimentar”. A essência do estudo foi que eles enfatizaram a seleção de uma previsão “boa”, onde a “bondade” foi definida usando vários critérios que podem ser vagos ou difusos, em vez de um modelo preciso. Começaram calculando várias tendências possíveis,

usando procedimentos estatísticos e, para cada tendência, determinaram o grau em que a estimativa era boa, cruzando os objetivos difusos de exatidão histórica, imparcialidade e razoabilidade.

O resultado pode ser observado comparando os gráficos da Figura 9, que mostram os valores de associação Fuzzy para 30 previsões de acordo com a precisão histórica (meta 1), ordenada da melhor para a pior, e imparcialidade (meta 2), antes da interseção, gráfico (a) e após intersecção, gráfico (b).

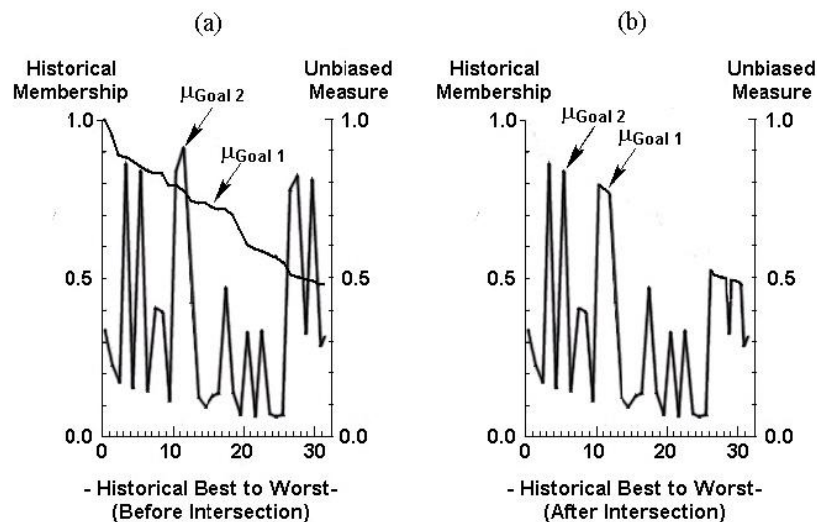


Figura 9: A interseção da precisão histórica e imparcialidade – (Adaptado de CUMMINS e DERRIG, 1993)

Eles sugeriram que se pode escolher a tendência que tem o maior grau de “bondade” e propuseram que uma tendência que considera todas as tendências possa ser calculada pela formação de uma média ponderada, usando os graus de associação como pesos. Concluíram que a lógica Fuzzy fornece um método eficaz para combinar critérios estatísticos e de julgamento, na tomada de decisões de seguro (SHAPIRO,2005).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem tradicional da análise de risco baseia-se na premissa de que a teoria da probabilidade fornece as ferramentas necessárias e suficientes para lidar com a incerteza e a imprecisão que sublinham o conceito de risco na análise de decisão. A teoria clássica da probabilidade tem sua eficácia limitada ao lidar com problemas nos quais algumas das principais fontes de incerteza são de natureza não estatística.

Já a teoria dos conjuntos fuzzy, questiona a validade das premissas da análise de risco tradicional e não equaciona imprecisão com aleatoriedade; sugere que

grande parte da incerteza, que é intrínseca na análise de risco, está enraizada na imprecisão da informação que reside na base de dados e na imprecisão das probabilidades subjacentes.

Portanto, a teoria dos conjuntos difusos fornece uma estrutura melhor do que a teoria da probabilidade e da análise de risco para modelar problemas que possuem alguma imprecisão inerente, como as que podem ser identificadas na área de seguros.

REFERÊNCIAS

ABAR, C. *O Conceito Fuzzy*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/~logica/Fuzzy.htm>.

BOISSONNADE, A.C. *Earthquake damage and insurance risk*. Stanford University, 2001.

BOJADZIEV, G.; BOJADZIEV, M. *Fuzzy Logic for Business, Finance and Management*. London: World Scientific, 1997.

COSTA, A; RODRÍGUEZ, A. G; SIMAS, E. P.; ARAÚJO, R. S. *Lógica Fuzzy: Conceitos e aplicações*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

CUMMINS, J. D. DERRIG, R. A. *Fuzzy Financial Pricing of Property-Liability Insurance*. North American Actuarial Journal, 1997.

INSURANCE EUROPE. Annual Report 2012.

LEMAIRE, J. *Fuzzy Insurance*. ASTIN Bulletin, 1990.

MUKAIDONO, M. *Fuzzy Logic For Beginners*. Singapore: World Scientific, 2001.

RODRIGUES, J. A. *Gestão de risco atuarial*. São Paulo: Saraiva, 2008

RUSS, E; SIMPSON, P; DOBBINS, R. *Computational Intelligence PC tool*. London: AP Professional, 1996.

SHAW, I. S. ; SIMÕES, M. G. *Controle e Modelagem Fuzzy*. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

SHAPIRO F. *Insurance Applications of Fuzzy Logic*. Institute of Actuaries of Australia, 2005.

SILVA, R. A C. *Inteligência artificial aplicada a ambientes de Engenharia de Software: uma visão geral*. Universidade Federal de Viçosa, 2005.

SUSEP. *Perguntas mais frequentes sobre seguro*. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/seger/coate/perguntas-mais-frequentes-sobre-seguros-1?&r=1>>. Acesso em 18/11/2018

WAGNER, A. *Extração de Conhecimento a partir de Redes Neurais aplicada ao problema da Cinemática Inversa na Robótica*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

ZADEH, L. A. *Fuzzy systems theory: a framework for the analysis of humanistic systems*. 1981.

APLICAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTEIO VARIÁVEL, PARA O PROCESSO DECISÓRIO GERENCIAL

Data de aceite: 04/05/2020

Joel da Silva Ramos

Acadêmico do curso de graduação de Ciências Contábeis Bacharelado em Centro Universitário da Grande Dourados – Unigran.

RESUMO: O artigo tem como finalidade, demonstrar os métodos de aplicação do custeio variável do processo decisório gerencial. Analisando as vantagens e desvantagens deste método para a tomada de decisões. Auxiliando em que formato este método poderá trazer melhorias de mecanismos adotados pela empresa, fazendo com que seja identificado a forma mais rentável.

PALAVRAS - CHAVE: Método; Custeio Variável; Aplicação;

ABSTRACT: The purpose of the article is to demonstrate the methods of applying variable costing to the managerial decision-making process. Analyzing the advantages and disadvantages of this method for decision making. Helping in what format this method can bring improvements to mechanisms adopted by the company, ensuring that the most profitable way is identified.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem a finalidade de apuração dos resultados aplicados pelo custeio variável, que neste caso está diretamente ligado a uma das Funções da Controladoria.

O método de custeio variável no sistema de controladoria dos custos e as informações que são por ele geradas, têm sido objeto de pesquisas e também de críticas, entre alguns estudiosos, demonstrando que existem diversos equívocos das informações contábeis gerenciais, o que são fatores críticos aos processos decisórios.

Sendo assim, a função do gestor, com o suporte da Controladoria, está voltada para buscar os melhores meios de se eliminar todo e qualquer desperdício, fazendo assim com que seja possível reduzir custos dos produtos e serviços, e também melhorando o resultado para as tomadas de decisões gerenciais.

Custeio Variável, só são adicionados aos produtos os custos variáveis, ficando os custos fixos separados e considerados como despesas do período .

Maher (1999) alega que no sistema de Custeio Variável, são contabilizados e atribuídos os custos variáveis nos custos de

produção dos produtos e as despesas vão diretamente para a apuração do resultado.

MÉTODO DE CUSTEIO VARIÁVEL

Precisa-se conhecer os custos de produção de um negócio, sejam eles fixos ou variáveis, para que se opere tal negócio; E isto é de responsabilidade dos administradores. Ficam sobre eles a responsabilidade de conferir, verificar e elaborar relatórios a fim de demonstrar os custos fixos e variáveis, para que possa ser estabelecido um preço de venda que atenda os pontos de equilíbrios necessários da empresa, e ainda assim consiga acompanhar os valores dos custos de todos os setores da empresa.

Fica claro que para uma tomada de decisão o Custeio Variável possui perfeitas condições de demonstrar mais rapidamente as informações mais vitais à empresa, e também o resultado apurado pelo critério deste método, parece ser mais informativo à administração, pois ele já separa os custos fixos como despesas e analisa separadamente o custo variável, uma vez que o custo fixo está contabilizado diretamente nas despesas, não sofre influencia sobre a quantidade dos produtos. (Martins, 2003)

No custeio variável, os custos fixos são tratados, como custos do período, assim são considerados despesa dentro do período em que são ocorridos.

Mesmo possuindo um tratamento de custeio nos custos de produção (fixos e variáveis), através do Custeio Variável, é possível reconhecer os custos fixos como despesas fixas no DRE, e ainda assim se consegue apurar qual a Margem de Contribuição é necessária para cobrir os custos fixos da produção.

Neste método, deixa claro a separação dos custos em fixos e variáveis. Deixa-se claro a importancia de observar que, para a valorização dos estoques, só serão adicionados aos produtos os Custos Variáveis, assim, os Custos Fixos acabam sendo tratados como custos do período, sendo direcionado diretamente para a apuração da DRE.

VANTAGEM E DESVANTAGEM DOS MÉTODOS

Mesmo sendo este estudo sobre uma industria de fabricação e instalação e toldos, a utilização do Custeio Variável é fundamental, porque nos custos de fabricação são computados todos os custos variáveis e fixos que posteriormente são transferidos para os estoques e ou despesas.

Algumas empresas decidem por utilizar o Custeio Variável/Direto. O Custeio Direto/Variável, segundo alguns gestores, é utilizado para fins decisórios, trazendo

como sua principal informação a Margem de Contribuição. Este Índice trazido pelo sistema de custeio variável auxilia o gestor na decisão para saber se é viável ou não fabricar determinado produto, ou se é viável ou não aceitar determinada encomenda.

Neste caso, o custo de fabricação é composto apenas dos custos variáveis, e os custos fixos deverão ser descarregados nos resultados.

ALGUMAS VANTAGENS NA UTILIZAÇÃO DO CUSTEIO VARIÁVEL

Os custos são divididos pelos produtos por forma de rateios que contém em maior ou menor grau a arbitrariedade. Todavia, para a tomada de decisão, o rateio, por melhores que sejam os critérios pode fazer um produto não rentável, e é claro, isto não é correto.

O custeio variável tende a ser mais utilizado, lembrando que não é um sistema aceito legalmente, pois a sua utilização está limitada a contabilidade para efeitos internos da empresa, conhecida como Contabilidade Gerencial.

Padovezze (2003) descreve:

- a. Os custos dos produtos são mensuráveis objetivamente, pois não sofrerão processos arbitrários ou subjetivos de distribuição dos custos comuns;
- b. O lucro líquido não é afetado por mudanças de aumento ou diminuição de inventários;
- c. Os dados são necessários para a análise das relações custo-volume-lucro são rapidamente obtidos do sistema de informação contábil;
- d. É mais fácil para os gerentes industriais entender o custeamento dos produtos sob o custeio direto, pois os dados são próximos da fábrica e de sua responsabilidade, possibilitando a correta avaliação de desempenho setorial.
- e. O custeamento direto é totalmente integrado com o custo padrão e o orçamento flexível, possibilitando o correto controle de custo.

ALGUMAS DESVANTAGENS DO CUSTEIO VARIÁVEL

De acordo com Padovezze (2003):

- a. A exclusão dos custos fixos indiretos para valoração dos estoques causa a sua subavaliação, fere os princípios contábeis e altera o resultado do período;
- b. Na prática, a separação de custo fixos e variáveis não é tão clara como parece, pois existem custos, semivariáveis e semifixos, podendo o custeamento direto incorrer em problemas semelhantes de identificação dos elementos

de custeio;

- c. O custeamento direto é um conceito de custeamento e análise de custos para decisões de curto prazo, mas subestima os custos fixos, que são ligados à capacidade de produção e de planejamento de longo prazo, podendo trazer problemas de continuidade para a empresa.

Pode-se inferir que o custeio direto/variável oferece mais informações úteis e relevantes para a tomada de decisão do que as demais abordagens do método de custeio, principalmente por evidenciar, de forma mais clara e objetiva, a margem de contribuição que a instituição precisa ter para suportar determinado volume de atividade, de modo a absorver os seus custos fixos e gerar resultados positivos para a empresa. Sendo assim observa-se que o método do custeio variável consegue oferecer boas condições para os gestores na tomada de decisões.

METODOLOGIA DA APLICAÇÃO DO CUSTEIO PARA O PROCESSO DECISÓRIO

Ao utilizarem o Custeio Direto/Variável, as empresas desejam assim alcançar o objetivo de auxiliar na tomada de decisão, demonstrando de uma melhor forma, uma melhor informação por não contemplar os custos fixos, eliminando o arbitramento na distribuição dos custos e despesas fixas, possibilitando verificar a participação e capacidade de cada produto na diluição dos custos e despesas fixas.

CONCLUSÃO

Analisando o método utilizado por esta empresa, percebe-se que este método consegue atender as necessidades da empresa. O método do custeio variável, trás para a empresa informações importantes para tomada de decisão, facilitando na elaboração de relatórios gerenciais internos e na visualização da melhor utilização da margem de contribuição, porém este método nao se é permitido utilização de seus relatórios de forma externa.

Fica claro que a análise, conferencia e verificação deste método de custeio é de responsabilidade do setor administrativo/gestor. Lembrando que a tomada da decisão de forma mais viável para a empresa afeta de forma diretamente no ramo competitivo das empresas que trabalham no mesmo ramo. Pois conseguindo verificar as melhores formas de reduções de custos e diferenciações em serviços e produtos, faz com que a empresa se sobresaia a frente das outras no mercado. Sendo assim indispensável a inobservancia sobre os fatores que alteram suas variações no processo de produção.

Não existe o melhor método de custeio numa decisão gerencial, pois as

informações geradas pelo sistema é apenas um complemento das necessidades de cada empresa.

Com o custeio variável, a empresa tem diversas informações importantes para tomadas de decisões, dentre essas informações de destacam a da margem de contribuição a ser utilizada pela empresa e a elaboração de relatórios gerenciais.

Portanto, o método abordados neste estudo é relevante para a gestão estratégica de custos das empresas, todavia, não é possível recomendar um único método de custeio para todas as atividades, ou seja, cada empresa deve encontrar e fazer adesão do método que melhor se adapte à sua realidade produtiva e que também consiga fornecer todas as informações necessárias para a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

PADOVEZZE, Clóvis,L. **Controladoria Estratégica e Operacional** – Editora: CREPALDI, Silvio Aparecido – **Curso Básico de Contabilidade de Custos** – São Paulo: Atlas, 2004.

LEONE, George Sebastião Guerra – **Custos: Planejamento, Implantação e Controle**– 3ª edição - São Paulo: Atlas - 2000

MARTINS, Eliseu - **Contabilidade de Custos** - 9ª edição – São Paulo: Atlas, 2003.

MAHER, M. - **Contabilidade de Custos: Criando Valor Para a Administração**; São Paulo: Atlas, 2001.

DUTRA, Rene G, - **CUSTOS Uma Abordagem Prática** – 5ª Ed. – São Paulo - Atlas - 2003

ARTE PÚBLICA: PRAÇA UNIVERSITÁRIA DE GOIÂNIA-GO

Data de aceite: 04/05/2020

Marília Guimarães Rodrigues

Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade. mariliagr.arq@gmail.com

Janes Cleiton Alves de Oliveira

Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade. estjan123@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem dois objetivos específicos principais: um, refletir sobre o que é a Arte Pública e, segundo, indagar acerca de quais os processos de representação social entre a Praça Honestino Monteiro Guimarães e as pessoas que por ali passam. Localizada em Goiânia-GO, e conhecida como praça universitária, ela é um exemplo de acervo de arte pública. Foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Goiás, possui uma morfologia diversificada e também é um museu ao ar livre com várias esculturas e intervenções artísticas. Autoras como Denise Jodelet (2001), que discute sobre representações sociais, norteiam a discussão na qual abordamos a representação social desta praça. A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa esteve composta por

pesquisas bibliográficas referentes à temática da praça e arte pública e uma pesquisa de campo com observação do uso da praça que junto com uma pesquisa quantitativa também complementou as análises.

PALAVRAS-CHAVE: Praça Universitária de Goiânia; Arte pública; Representações sociais.

INTRODUÇÃO

Aprópria cidade, em toda sua composição material e conteúdos simbólicos, pode ser considerada um museu a céu aberto, pois mantém um acervo de obras dispostas em sua paisagem, dispensando o uso de paredes ou livros de registros. De acordo com Freire (1997) “a cidade tem sido desde longuíssima data local para a exposição de obras de arte, para a implantação de monumentos” (p. 90). Nessa perspectiva, os sujeitos têm a possibilidade de estabelecer contato com várias representações artísticas que compõem os espaços públicos, sejam esculturas, painéis de grafite, entre outros.

Por sua parte, Abreu (1998, p.14) considera que “a cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não

permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço”.

Se no período moderno a cidade foi pensada na sua dimensão de *função*, hoje ela se inscreve numa dimensão de *existência*, em que as artes visuais têm participação ativa nesta nova condição. A arte que *existe nos* espaços públicos não se constitui como produto (não lida com as questões de compra ou venda), mas como *objeto de consumo, contudo, de algo já consumido, uma vez que já faz parte do organismo da cidade*. A indiscernibilidade entre a obra de arte pública e o espaço urbano (sua dissolução no espaço), revela a própria estrutura espacial contemporânea em que não existe a distinção entre os espaços internos e externos, individuais e coletivos, privados e públicos. A arte nos espaços públicos é, simultaneamente, meio de reflexão e *lugar*. (CARTAXO, 2009).

Arte pública nas últimas décadas, deixou de significar apenas “arte em espaços públicos”. As novas concepções passaram a enfatizar a relação arte/comunidade, ao invés de arte/objeto, o que resultou em práticas como “*site-specific*”, “arte socialmente responsável”, “arte-instalação”, sendo tais práticas articuladas pelas referências de tempo e espaço. Trata-se, portanto, de uma arte entranhada na historicidade do lugar, chamando a atenção por seu reconhecimento ou transformação (VELOSO, 2008, p.30).

A Arte Pública democratiza o acesso à cultura e apresenta para muitos membros da sociedade “o único contato com expressões plásticas “in loco” oferecendo ao observador as características da composição, formas, material, textura, cor, superfície, entre outras, elementos necessários a uma apreciação estética” (CABRAL, 2008, p.159).

A Praça Universitária no espaço urbano localizado na cidade de Goiânia, Goiás, é um exemplo de arte pública. Planejada na década de 1930 pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima e construída em 1969 pela Prefeitura Municipal de Goiânia, possui uma morfologia diversificada. Como já foi dito, esta praça é, também, um museu de esculturas ao ar livre, com formas e conteúdos abstratos e figurativos. Segundo Pelá (2009), “[...] a praça possui um dos maiores museus de esculturas a céu aberto da América Latina, sendo a única do gênero pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) ”.

Para Freire (1997) o monumento (objeto) que eterniza o tempo, articula a ideia de conservação, do que está para ser recordado: “o monumento, no sentido tradicional, remete ao ausente, a um fluxo de tempo passado que a peça, através de seus símbolos, pretende rememorar, eternizar” (FREIRE, 1997, p. 58).

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho foi baseada em uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa teórica foi conduzida a partir da análise de produções acadêmicas que possuem correlação com as reflexões produzidas. Ademais, foi realizada uma análise empírica da paisagem de Goiânia a partir de observações em campo e uma pesquisa quantitativa, com o intuito de compreender a representação social da praça com os usuários.

DESENVOLVIMENTO

Como Arte Pública entende-se “o conjunto de artefatos de características eminentemente estéticas que mobilam o espaço público” (podendo abranger o desenho do espaço, o paisagismo, a escultura ou até performances) (BRANDÃO e REMESAR, 2004, p.253). Pedro Brandão, especificamente, alega que “a definição de termo arte pública não é simples mas pode traduzir-se, no seu sentido mais lato, como as obras artísticas localizadas ou criadas no espaço público, e portanto universalmente acessíveis” (2003, p.27)

Historicamente o conceito de arte pública surge no final do século XIX e esteve vinculado à planificação urbana enquanto disciplina emergente, “[...] el arte público trasciende la idea de escultura conmemorativa o monumental, para significar el arte de hacer ciudad” (REMESAR *et. al.*, 2010, p.32).

No século XX, a arte pública começa a obter novas linguagens e, no entanto, é só a partir dos anos 1960 que o conceito se desenvolve através de diferentes estratégias de intervenção, levadas ao renascimento do interesse pela arte pública, principalmente por parte dos artistas, quem buscaram sair do espaço convencional da arte, que era o museu, para experimentar novos lugares, ou seja o espaço público e recuperar, assim, o valor do espaço e proporcionar, ao mesmo tempo, elementos artísticos no dia a dia dos habitantes da cidade.

Através da arte pública se anseia a produção de um espaço público que promova o local e o ponha em sintonia com a cidade, provocando o espírito crítico dos habitantes da cidade e de quem a vive, pois muitas destas obras tratam sobre temas relacionados com fatos históricos e políticos das cidades. De acordo com Cruz (2005),

Não chamamos, portanto, arte pública a qualquer objeto que se instale no espaço urbano mas às práticas artísticas e culturais que precisamente se dão por missão a produção de domínio público, entendendo-se para tal a produção de um espaço que dê aos cidadãos oportunidade de se encontrarem, discutirem e decidirem, através de processos de diálogo, sobre os assuntos comuns que lhes digam respeito. (p.13).

A cidade de Goiânia demonstra certa intimidade com a arte pública, tendo exibido grandes reproduções de telas em seus prédios, muros, ruas e praças. De acordo com isto, o objetivo da Praça Universitária é oferecer um museu aberto à população, agregando-a ao espaço por meio das diversas manifestações artísticas e culturais, tornando este local uma paisagem particular para a cidade de Goiânia.



Figura 1: Praça Universitária

Fonte: Google Maps

Edificada pela prefeitura no ano de 1969, ganhou o nome de Praça Honestino Monteiro Guimarães (importante líder estudantil), mas é conhecida popularmente como Praça Universitária (Figura 2). Esse nome popular deve-se a sua localização, pois divide a Avenida Universitária entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) Campus I e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), e além disso o público frequentador do local se constitui, principalmente, por estudantes universitários.



Figura 2: Homenagem ao importante líder estudantil

Fonte: Marília G. Rodrigues (2019)

Segundo Êgea e Felício (2010), a Praça Universitária tornou-se um importante referencial para a cidade ao congregar diversas manifestações sociais, culturais, políticas e artísticas. A Praça Universitária vem servindo de campo a várias manifestações, dentre elas: apresentações de dança, teatro, música, encontros de viés político, eventos estudantis, reuniões dos movimentos sociais e também territoriais.

[...] Em alguns momentos vemos que a praça serviu como: ponto de encontro a diferentes tribos urbanas que a utilizavam para conversar, descontrair e prestigiarem shows; local de reunião àqueles que lutavam contra as imposições de uma época; abrigo para os sem-teto; diversão nos momentos culturais promovendo shows, festivais, eventos estudantis, espetáculos circenses, feiras semanais, etc.; lugar do medo, onde por um tempo foi apropriada por pessoas usuárias de drogas e por vezes foi palco de assassinatos; é local de encontro e descanso nos barzinhos, pit-dogs, gramados e banquinhos onde estudantes de colégios e universidades e até mesmo moradores próximos a ela frequentam (ÊGEA; FELÍCIO, 2010, p. 2).

O local abriga 26 esculturas produzidas em diversas técnicas, entre elas: bronze, argila e concreto, além de várias intervenções urbanas como grafites. As peças escultóricas dispostas na paisagem da Praça Universitária possuem formatos que representam figuras de formas variadas: animais, mulheres, seres mitológicos, objetos futurísticos, feições geométricas, entre outros, provocando inúmeras interpretações para esses objetos, que podem ser observados nas figuras 3,4,5 e 6.



Figura 3: Gestante - Autora: Leila Leal.
Fonte: Marília G. Rodrigues (2019).



Figura 4: Os Dedos de Deus - Autoria: Hélio Miranda
Fonte: Marília G. Rodrigues (2019).



Figura 5: O sol - Autoria: Antunes Aranes
Fonte: Marília G. Rodrigues (2019).



Figura 6: Casca - Autoria: Gustavo Ritter

Fonte: Marília G. Rodrigues (2019).

A arte nos espaços públicos lida com a recuperação das relações entre o homem e o mundo, entre o sujeito e a cidade. Tendo em vista os problemas que a área urbanística vem enfrentando e que afetam tais relações, Argan (1998) aponta que:

É obvio que, não obstante o que se programe, planeje ou projete, o objeto é sempre a existência humana como existência social e que não se planejará ou projetará se não se pensasse que a existência social será, deverá ou deveria ser diferente e melhor com relação ao que é. (p. 212)

Para Pelá e Chaveiro (2011) as esculturas desta praça são um acervo admirável: “com esculturas ao ar livre, que fazem parte do Projeto Memória em Praça Pública, a Praça Universitária se constitui um dos maiores Museus de Escultura ao Ar Livre da América Latina. É considerada a única no gênero pelo Conselho Internacional e Museus (ICOM)” (p. 6). Lobato (2010), por sua vez, salienta que essas esculturas são formas de conversação que permitem a constituição de identidades: “são signos da visualidade artística e cultural, pois contribuem na construção da identidade goiana, reforçando assim os valores da identidade local” (p. 6).

Embora a Praça Universitária em Goiânia faça parte de nossas raízes e valorize também a arte urbana, não há como deixar de lado os problemas que estão ali escancarados para quem quiser ver. Não faz muito tempo que ela passou por uma reforma completa – fator que com certeza ajudou a resolver algumas questões que eram realmente preocupantes.

A Praça sedia o Palácio da Cultura, que hoje abriga a biblioteca pública Marieta Telles Machado no pavimento térreo. O primeiro andar do espaço está sem utilização e serve de abrigo para pessoas em situação de rua. É possível encontrar papelões, embalagens de bebidas, peças de roupa jogadas pelo chão, além de um forte odor de urina e fezes.



Figura 7: Palácio da Cultura

Fonte: Marília G. Rodrigues (2019).

Nesse sentido, são notáveis os vestígios de abandono e até mesmo de vandalismo na praça. Algumas esculturas se encontram pichadas ou com partes quebradas. Por conta deste estado a Prefeitura Municipal de Goiânia já anunciou que a praça vai ganhar uma revitalização completa ainda este ano, o projeto já foi realizado pela Secretaria de Infraestrutura de Goiânia.

Mesmo com o abandono da praça, é notória a representatividade que a praça tem para a população, principalmente para as pessoas mais velhas que conheceram e vivenciaram a história da mesma. De acordo com Jodelet (2001) as representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Para corroborar este pressuposto, uma pesquisa quantitativa foi realizada no meio desta pesquisa para saber a representação social que a praça tem para a população.

Trinta pessoas responderam um questionário (com opções de marcar): dezesseis pessoas tinham de 15 a 30 anos, e quatorze de 30 a 70 anos, como pode ser visto no gráfico 1, 93% das pessoas consideraram a praça um museu a céu aberto e um espaço de memórias, porém apenas 36% conhecem a história da praça, e 50% já pararam para observar as obras e conhecer os diferentes tipos de técnicas das esculturas e os diversos autores. Este índice pode ser visto com maior concentração nas pessoas de 15 a 30 anos, conforme o gráfico 1 que mostra por idade a porcentagem de pessoas que conhecem a história da praça e já apreciaram integralmente o museu a céu aberto.



Gráfico 1: Pesquisa Quantitativa

Fonte: Marília G. Rodrigues (2019).

Após analisar os gráficos nota-se que ainda é necessário a valorização da Praça Universitária como acervo de arte pública, ou seja valorizar nossa cultura local com o intuito de que as pessoas conheçam a própria cidade onde habitam, apreciando a arte pública existente. Isso pode ocorrer através do incentivo a políticas culturais, principalmente nas escolas, mostrando o grande repertório de artes que a cidade de Goiânia possui e que a praça universitária se consolida como um importantíssimo polo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Praça Universitária, como um acervo de arte pública, é um lugar de relações sociais e constitui-se como um lugar do encontro de lembranças. Os atores sociais, através de suas vivências e relações com este espaço, constituem ali algumas memórias da cidade. Pelá e Chaveiro (2011) afirmam que o mundo se manifesta ali, na Praça Universitária, e se não tivesse as esculturas e toda a arte que a contempla, ela não teria a mesma representatividade que tem para a população. Isto também foi confirmado na pesquisa, na qual 93 % das pessoas consideram a praça um museu a céu aberto e espaço de memórias. De acordo com as análises, para os mais velhos a praça é uma plataforma para lembrar do passado e resgatar memórias.

Para os mais novos esta praça representa um local através do qual é possível conhecer a história e apreciar a arte a céu aberto. Porém, o alto índice de pessoas de jovens que não conhecem a história da praça e nunca pararam para contemplar e conhecer de fato o museu a céu aberto, leva-nos a concluir que as políticas culturais nas escolas precisam valorizar mais a arte pública local, pois é através da Escola que poderemos expandir o repertório cultural das crianças e dos jovens, proporcionando-lhes uma maior pluralidade cultural, democratizando o acesso à cultura, fortalecendo as políticas culturais no Brasil, uma política que se centre no público, no que está acessível a todos.

Assim conclui-se que apesar de necessitar-se de incentivo à cultura local, a

praça é uma “galeria” de arte pública que proporciona uma vivência da (re)valorização cultural, social e estética, permitindo experiências ao público através do contato com essas representações, reafirmando a Praça Universitária como um espaço de memórias.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação do Brasil e ao Programa de Pós- Graduação em Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás pelo financiamento da pesquisa mediante bolsa de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. **Revista Território**, n. 4, p. 6-26, 1998.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRANDÃO, Pedro e REMESAR, Antoni. **Design Urbano Lisboa**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRANDÃO, Pedro e REMESAR, Antoni (Orgs.). **Design de Espaço Público**. Deslocação e Proximidade. Lisboa: Edições 70, 2003.
- CABRAL, Maria Madalena Roberto Cabral (org). **Iconografia**: documentação histórica e fotográfica do acervo artístico no município de Goiânia. Goiânia: Talento, 2008, p.196. CARTAXO, Zalinda. Arte nos Espaços Públicos: a cidade como realidade. **O Percebejo**, v.1, n.1, [online], 2009.
- CRUZ, Carla. Arte Pública, **Margens e Confluências**, n. 9, pp. 7-17, 2005.
- ÊGEA, Alessandra Pereira & CHAVEIRO, Eguimar Felício. Um Olhar Geográfico sobre a Praça Universitária em Goiânia-GO: História, Processos e Múltiplas Territorialidades. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, , pp. 1-10, 2010.
- FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas, os Monumentos no Imaginário Urbano Contemporâneo**. São Paulo: ANABLUME/SESC/FAPESP, 1997.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- LOBATO, Iolene Mesquita. Praça Universitária: Espaço de Sociabilidade e Integração Social. In: **Anais do X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História e Política**, pp. 1-11. Recife: UFPE, 2010.
- PELÁ, Márcia Cristina Hizim & CHAVEIRO, Eguimar Felício. Uma interpretação Socioespacial: Praça Universitária Goiânia-Goiás-Brasil. In: **Observatório Geográfico América Latina- XII Encontro de Geógrafos da América Latina**, pp. 1-13. San José, 2011.
- REMESAR, A; BRANDÃO, P. & FERNANDES, A. T. **O espaço público e a interdisciplinaridade**. Lisboa: Centro Português de Design, 2000.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. VELOSO, Mariza. Cidade, arte e patrimônio. In.: MENEGAZZO, Maria Adélia; et al. (orgs.). **Marco Cultural: questões contemporâneas em debate**. Campo Grande: UFMS, 2008, 64 p

CONSTITUIÇÃO DO GASTO TRIBUTÁRIO: SINAIS DA IRRESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A PARTIR DA ANÁLISE DO FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE

Data de aceite: 04/05/2020

Manoel Cícero Squiapati Seragini Gonzalez

RESUMO: O objetivo principal do presente estudo baseia-se no estudo dos benefícios fiscais, e do decorrente gasto tributário no que diz respeito aos seus resultados obtidos na esfera social. Um breve estudo da doutrina e da legislação, já deixa claro que os incentivos tributários, e as despesas que geram, não possuem somente um fim econômico, mas também, social. Entretanto, uma breve análise do histórico de instituição de incentivos fiscais já deixa claro que, por inúmeras vezes, o Estado não conseguiu atingir da forma esperada os objetivos principais ligados ao fenômeno em questão: como uma melhora nos níveis de desemprego, na infraestrutura local, e no desenvolvimento regional. Embora o demonstrativo de tais gastos, fornecidos pela receita federal, indique uma grande repercussão dos benefícios na arrecadação tributária, a administração pública, aparentemente não realiza um exame dos impactos dos benefícios, para verificar seu impacto na esfera social em relação ao que foi desejado no momento da sua concessão. Uma análise quantitativa realizada

1. BRASIL. Centro de estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal. **Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indire-**

no presente estudo, da evolução dos indicadores socioeconômicos, sugeriu como as renúncias fiscais supostamente não atingem os objetivos pretendidos pelo governo. Nesse sentido, foram comparados o desenvolvimento dos indicadores socioeconômicos de municípios que possuam setores desonerados tributariamente, e cidades, que, embora estejam presentes na mesma região do Estado, ou seja dentro de uma mesma esfera econômica e social, não disponham de setores incentivados.

PALAVRAS CHAVE: Benefícios fiscais; Gasto Tributário; Orçamento; Resultados.

1 | INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a conjuntura político-econômica do Estado nas últimas décadas, percebemos que o Brasil é pródigo tratando-se de concessão de benefícios fiscais. No país, tais gastos possuem grande impacto dentro do orçamento: são mais de 300 bilhões de reais, aproximadamente 4% do PIB destinados às renúncias de receitas, segundo o demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos e de Natureza Tributária (gastos Tributários) – PLOA 2019¹.

Espera-se que um instrumento de efeitos

tão significantes nos cofres públicos, atinja os objetivos a que se prepõe de maneira exitosa. Todavia, notícias e manifestações governamentais recentes demonstram um baixo crescimento a nível social das regiões supostamente privilegiadas.

Nesse contexto, o presente trabalho buscará averiguar qual a aptidão dos benefícios fiscais para produzirem efeitos na esfera social. Assim, identificar sinais de que não proporcionam em alguma medida o desenvolvimento social esperado nas regiões em que estão inseridos.

Dessa forma será analisada a evolução dos indicadores socioeconômicos das cidades que contém empresas beneficiadas, no intuito de verificar se tais municípios possuem um padrão de desenvolvimento social alto, quando comparadas às cidades que, embora estejam presentes na mesma região do Estado, ou seja, dentro de uma mesma esfera econômica e social, não disponham de setores incentivados.

2 | BENEFÍCIOS FISCAIS

Conquanto possua grande impacto no orçamento, o estudo jurídico dos incentivos ainda é incipiente. A própria conceituação dos termos utilizados pela doutrina, jurisprudência e legislação não é uníssona. Dessa forma, quando o instituto é abordado, são utilizados vocábulos como “benefícios fiscais”, “incentivos fiscais”, “desoneração tributária”, “isenções”, “privilégios fiscais”, “alívios fiscais”, entre outros².

O próprio legislador constitucional não cria um entendimento para interpretação desses termos. O artigo 150, §6, da Constituição Federal, bem como o artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal, faz uso dos vocábulos, entretanto não os hierarquiza ou define, fato que não impede à análise da figura desonerativa³.

Dessa forma, serão utilizadas as expressões supracitadas ao longo de todo estudo, dada inconstância de seu uso pela doutrina, jurisprudência e legislação, e pela necessidade da construção de um texto coerente, sem, no entanto tornar-se repetitivo ou cansativo.

Embora subsista a inexistência de definição satisfatória sobre o tema, alguns autores buscam determinar as principais diretrizes do instituto. Então, no intuito de saciar um desejo de definição, caracterizam-se os incentivos fiscais como instrumentos de desoneração tributária, desenvolvidos pelo próprio ente político autorizado à instituição do tributo, por meio de veículo legislativo específico. Assim, configura-se uma suspensão parcial ou total, mas sempre provisória, do poder que

tos e de Natureza Tributária (gastos Tributários) – PLOA 2019. Esplanada dos Ministérios, BL. P. Edifício Sede do Ministério da Fazenda, 6º andar, sala 602. Brasília – DF. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-ploa-2019.pdf>. Acesso em: 25 de abr. 2019. p.54.

2. HENRIQUES, Elcio Fiori. **Os benefícios Fiscais no Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 28.

3. NETO, Celso de Barros Correia. **O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. p.19.

lhe é inerente, a fim de conformar determinadas situações⁴.

O incentivo fiscal constitui um tratamento excepcional, concedido pelo legislador tributário, no intuito de estimular alguma ação com reflexo nas esferas política, econômica e social. Manifesta-se como uma redução ou eliminação do dever fiscal relacionado a determinado fato jurídico⁵.

Dessa forma o “benefício” constitui-se na medida que o valor do tributo a ser pago sofre abatimento total ou parcial. Como consequência temos a manutenção da propriedade de determinados padrões, desejados pela administração, provenientes do particular. Em contrapartida ocorre a diminuição da quantia a ser recebida pelo erário. Consequentemente, essa transferência de recursos não é realizada de maneira direta, mas sim indireta do Erário para o agente privado⁶.

É importante ressaltar que não se trata de mero favorecimento, uma mera redução da carga fiscal. As concessões dos benefícios devem estar relacionadas com a concretização dos valores e objetivos celebrados pela ordem jurídica. Assim, o governo abre mão de uma fatia de seus ganhos para estimular outras políticas⁷.

3 | GASTO TRIBUTÁRIO

Diferentemente das benesses fiscais, de origem imprecisa, a ideia de renúncia fiscal, é mais recente, e seu surgimento consegue ser mais facilmente determinado dentro da literatura jurídica. Assim, a doutrina, jurisprudência e legislação apresentam diversos conceitos para tais gastos, e assim como os incentivos, são tratado por inúmeros vocábulos como “gastos tributários”, “gastos fiscais”, “despesas fiscais”, “renúncia de receita”, “renúncias fiscais”, subvenções fiscais”, entre outros⁸.

Dessa forma, as expressões supracitadas serão utilizadas ao longo do texto como sinônimos de gasto tributário, na medida que não existem prejuízos decorrentes de tal uso. Essa utilização ainda permite a construção de um texto mais claro e menos repetitivo.

A criação do instituto aqui tratado tem origem norte americana. O Professor da Universidade de Direito de Harvard, Stanley S. Surrey criou a expressão “*tax expenditure*”, nas décadas de 1960 e 1970, para designar determinados efeitos de previsões tributárias dentro do orçamento público. Ele utilizou o termo pela primeira vez no intuito de demonstrar como certas previsões como deduções, exclusões e isenções, versados pela legislação do imposto de renda, constituíam gastos do

4. VINHAS, Marcos André. **Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 14.

5. VINHAS, Marcos André. **Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 14..

6. HENRIQUES, Elcio Fiori. **Os benefícios Fiscais no Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 28-29.

7. OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p.16.

8. HENRIQUES, Elcio Fiori. **Os benefícios Fiscais no Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p.55.

governo resultantes do sistema tributário⁹.

O autor indica como as “*tax expenditures*” configuram-se gastos indiretos, com origem nos benefícios fiscais, existentes no orçamento público, relacionando-as com despesas assistenciais diretas. Dessa forma, designam disposições tributárias equivalentes às despesas diretas, estabelecidas com o objetivo de favorecer determinado setor¹⁰.

4 | OBJETO DÚPLICE DE ANÁLISE

Benefícios fiscais e gastos tributários devem constituir um só objeto de análise. Tal exame é proposital, e sua execução estaria prejudicada caso fossem realizadas abordagens distintas para cada instituto, na medida que trata-se de uma só matéria vista de perspectivas diferentes.

Embora possuam uma clara relação de causa e consequência, ambos dizem respeito à instrumentos fiscais, com os mesmos objetivos alcançados por caminhos oposto. Os incentivos configuram-se como instrumentos positivos para direcionar a conduta do agente privado, enquanto as renúncias concretizam-se como instrumentos negativos de mesma finalidade¹¹.

Dessa forma, nos incentivos fiscais, recebem destaque os objetivos e as condutas obtidas, por meio da norma que possibilita o tratamento favorecido. Por outro lado, no gasto tributário, destacam-se as implicações decorrentes da perda de receita proporcionadas por essa mesma norma.

5 | FUNÇÃO EXTRAFISCAL

5.1 Fiscalidade e Extrafiscalidade

A fiscalidade diz respeito ao uso de instrumentos tributários, por parte da administração pública, visando resultados financeiros, ou seja, a arrecadação. Em alternativa, a extrafiscalidade caracteriza-se pela consecução de objetivos ou interesses diversos da obtenção de recursos públicos¹². Roque Antonio Carraza, ainda complementa: “extrafiscalidade é o emprego dos meios tributários para fins não fiscais, mas ordinatórios (isto é, para disciplinar comportamentos de virtuais administrados, induzindo-os a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa)”¹³.

9. SURREY, Stanley S. **Pathways to tax reform: the concept of tax expenditures**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1973, p.40.

10. NETO, Celso de Barros Correia. **O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. p.122.

11. NETO, Celso de Barros Correia. **O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, p.18. 2012.

12. BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. 3. Ed. São Paulo: Lejus, 2002, p.219-220.

13. CARRAZZA, Roque Antonio. **ICMS**. 8. Ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 314.

Nesse sentido, Celso de Barros Correia Neto coloca a extrafiscalidade como uma “situação atípica de exercício de competência tributária” com elementos adicionais para justificar o tratamento diferenciado estabelecido pela norma. Assim, a fronteira da disciplina jurídica da tributação é expandida, dada a extraordinariedade inerente ao fenômeno em relação à fiscalidade regular¹⁴.

5.2 Incentivos Fiscais como condicionante do bem-estar social

O Direito tributário, bem como seus instrumentos de atuação, tem como finalidade ser um meio para serviço de uma política. Tal política possui seus próprios e específicos objetivos no plano econômico-social. Dessa forma, o caráter extrafiscal presente nos incentivos, e no seu conseqüente gasto tributário, pode manifestar-se tanto na ordem econômica, quanto na esfera social¹⁵.

Souto Maior, ainda faz uma crítica ao termo aqui levantado. Segundo o autor a expressão correta a ser utilizada seria “incentivos extrafiscais”, dada a importância do impacto que tais benefícios possuem como instrumentos financeiros para provocação deliberada de certos resultados econômicos e sociais¹⁶.

O presente estudo, do ponto de vista extrafiscal, buscará abordar os efeitos sociais decorrentes dos benefícios fiscais, vez que subsiste a necessidade de entender qual o real impacto do gasto tributário, ainda que tal feito seja de difícil determinação.

A extrafiscalidade, como condicionante do bem-estar coletivo, deve ser analisada por meio de determinadas questões, relacionadas: (a) à aptidão dos benefícios para produzirem efeitos na esfera social, diversos dos seus efeitos econômicos e arrecadatórios, (b) à possibilidade de tais efeitos serem conscientemente direcionados pela legislação, (c) à relação entre o potencial impacto dos incentivos na economia, e seu subseqüente potencial arrecadatório, e suas demais conseqüências e finalidades a que pode ser orientado¹⁷.

Assim o primeiro aspecto ligado à ideia de extrafiscalidade é a constatação de que as renúncias fiscais tem capacidade para gerar efeitos na esfera social. Não só a doutrina, mas a própria legislação deixa clara a existência de efeitos extrafiscais das benesses tributárias no campo social. Marcelo Sobreiro Maciel, em artigo publicado no portal da Câmara dos Deputados, coloca a concessão de incentivos como uma política pública de finalidade social delineada por disposições

14. NETO, Celso de Barros Correia. **O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. p.62.

15. BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 3^a. ed. São Paulo: Lejus, 2002, p.596.

16. BORGES, José Souto Maior. “**Incentivos fiscais e financeiros**”, **Revista Trimestral de Direito Público**, v. 08, São Paulo, Malheiros, 1994, p. 86-106.

17. NETO, Celso de Barros Correia. **O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, p.76. 2012.

legislativas de todos os entes políticos ¹⁸.

A própria Constituição Federal, por meio do artigo 43, §2º, inciso III, deixa claro que as renúncias fiscais podem ser utilizadas como meio de aprimoramento do bem-estar coletivo: *para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.*

5.3 Falhas constatadas no processo de concessão

Como suscitado no tópicos anteriores, embora os benefícios fiscais sejam utilizados pela administração, como política pública de estímulo à melhoria do bem-estar coletivo, aparentemente não existem instrumentos de gestão, ou procedimentos específicos, relacionados aos efeitos sociais das renúncias de receita.

Nesse sentido, os instrumentos de controle apresentados pela legislação, como os artigos 70, 150 §6º e 165, §6º da CF; artigo 14 da LRF proporcionam, em certa medida a fiscalização, acompanhamento e monitoramento dos benefícios fiscais que recai tão somente sobre a função fiscal, e extrafiscal econômica, buscando sempre o equilíbrio orçamentário¹⁹.

Por consequência, subsiste uma carência relativa às ações do legislador que ensejem um controle adequado na geração do gasto tributário. Tal insuficiência já foi abordada em relatórios de auditoria do Tribunal de Contas da União, contudo a administração pública parece ignorar a problemática, e não toma medidas para extingui-la.

A auditoria TC 018.259/2013-8 solicitada pelo Tribunal de Contas da União constatou diversas falhas dentro de toda estrutura e todo processo relacionado à concessão de benefícios fiscais. Tal relatório foi utilizado como base de identificação das falhas, pois dentre os encontrados, foi aquele que as abordou com mais profundidade, além de ter se mostrado paradigmático no tema, vez que foi retomado diversas vezes nos relatórios posteriores feitos pelo TCU.

As falhas são claramente frutos da ausência de instrumentos de controle que possam ser utilizados pela Administração, a fim de garantir o impacto dessa política pública. Segundo o relatório, parte dos gastos possuem norma que institui procedimentos para concessão e controle, ou seja, prevê uma suposta gestão das atividades as quais deveriam ser aplicadas para obtenção do incentivo. Entretanto esse gerenciamento não se manifesta na prática, especialmente nas etapas finais,

18. MACIEL, Marcelo Sobreiro. **POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS: QUEM RECEBE ISENÇÃO POR SETORES E REGIÕES DO PAÍS**. Câmara dos Deputados Praça 3 Poderes Consultoria Legislativa Anexo III - Térreo Brasília – DF, p. 3. Disponível em http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema20/2009_9801.pdf. Acesso em: 15 de jul. 2018.

19. HENRIQUES, Elcio Fiori. **Os benefícios Fiscais no Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 132.

dada a existência de lacunas legais dentro do ciclo das políticas públicas que supostamente deveriam ser instituídas. Dessa forma os órgãos gestores dos gastos tributários não demonstram ter em sua rotina ações de avaliação e correção de resultados extrafiscais sociais²⁰.

Essa ausência de atividades específicas para acompanhamento das políticas vinculadas às renúncias de receita, se manifesta em todo sistema ligado aos incentivos, tanto nos órgãos centrais, como Ministérios, quanto nos órgãos periféricos, como as instituições criadas em lei para gerenciamento da renúncia. Independentemente de haver ou não órgão gestor indicado na norma, essa falha foi identificada em todos os gastos tributários²¹.

Nesse contexto, não são realizados sequer trabalhos rudimentares para levantamento dos resultados extrafiscais. Ademais, em grande parte dos gastos tributários, contata-se uma indefinição dos objetivos pretendidos, dos indicadores e metas estipulados para averiguar o impacto desses resultados²².

O sistema de criação e aplicação dos alívios fiscais e suas políticas pode ser caracterizado como caótico. Em parte dos casos, a legislação, embora exija contraprestação do agente privado beneficiado, não determina órgão gestor. A título de exemplo, evidencia-se a Lei 4.506/1964, que determina a contraprestação de aperfeiçoamento de produtos, processos, fórmulas e técnicas de produção. Todavia, a empresa, que calcula a isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, apenas deve guardar os comprovantes para eventual ação do fisco. Assim, fica claro que o controle recai somente no campo tributário, visto que não há órgão gestor instituído²³.

Quando o ordenamento jurídico se preocupa minimamente, e trata da gestão dos incentivos, não demonstra com exatidão quais órgãos são encarregados do controle ou quais suas responsabilidades no processo de concessão. Nesse sentido a auditoria demonstra que, atualmente, ocorre um desconhecimento relativo ao papel dos órgãos setoriais e centrais, no processo de concessão de um benefício tributário para financiamento de políticas públicas²⁴.

Assim, para consolidação do controle e transparência desses instrumentos de política pública, é necessário a fixação da competência de cada órgão, bem como os procedimentos a serem aplicados na tramitação e avaliação das propostas na formação ou ampliação renúncias de receita.

20. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relator: Raimundo Carreira. **Relatório de Levantamento de Auditoria TC 018.259/2013-8. Ata nº 16/2014**. Brasília, DF, Sessão 14/5/2014. Disponível em: http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20140516/AC_1205_16_14_P.doc. Acesso em: 15 de mai. 2018. p.12.

21. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relator: Raimundo Carreira. **Relatório de Levantamento de Auditoria TC 018.259/2013-8. Ata nº 16/2014. Brasília, DF, Sessão 14/5/2014**. Disponível em: http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20140516/AC_1205_16_14_P.doc. Acesso em: 15 de mai. 2018. p.37.

22. *ibid.*, p.47.

23. *Ibid.*, p.21.

24. *ibid.*, p.16.

6 | ESTUDO EMPÍRICO

O presente estudo, por meio da análise quantitativa da evolução dos indicadores socioeconômicos de regiões incentivadas, comparadas com a mudança nas regiões desprovidas de benefícios, buscou sinais de que o gasto tributário não tem o impacto esperado como instrumento de manutenção do bem-estar coletivo.

Aqui é importante salientar que a conclusão obtida pela observação da presença, ou não, de um padrão de mudança dos índices escolhidos, não é absoluta. É clara, e reconhecida, a possibilidade de influência sobre os indicadores socioeconômicos, de diversos fatores diferentes dos incentivos fiscais.

Todavia, não existem parâmetros estabelecidos pela Administração, tão pouco pela doutrina e jurisprudência para avaliação dos impactos dos benefícios. Nos raros momentos em que o Governo se preocupa em averiguar os efeitos do instituto, aparentemente são utilizados os mesmos indicadores como parâmetro de análise, quando o tema trata de resultados em âmbito social²⁵. Dessa forma, tais índices foram utilizados, dada a ausência de mecanismos para análise de resultados, bem como a possibilidade desses refletirem o impacto das renúncias.

6.1 Metodologia

A priori foi analisado o Demonstrativo de Gastos Tributários (2017), feito pelo Centro de Estudos Tributários e aduaneiros da Receita Federal, no intuito de escolher quais seriam os benefícios que seriam estudados com mais profundidade. Aqui os critérios de escolha basearam-se em “impacto no orçamento” e “destinação”. Dessa forma, buscava-se principalmente por renúncias, as quais acarretavam em altos gastos tributários, cujo incentivo seja destinado ao setor industrial. A destinação de grandes montantes às indústrias, supostamente, traria resultados mais expressivos na esfera social, e conseqüentemente seus resultados seriam mais evidentes no estudo dos indicadores socioeconômicos das regiões em que as indústrias estão localizadas.

Após exaustiva análise do demonstrativo, bem como pesquisa sobre os benefícios de grande influência no orçamento, foram escolhidos para estudo mais aprofundado, as renúncias ligadas ao Fundo de Investimentos do Nordeste, e às empresas referidas na lei 12.407 de 2011²⁶, o primeiro responsável por cerca de 400

25. BORGES, Ricardo. **Política de desoneração é ‘uma droga’, afirma fazenda**. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931782-desoneracao-da-folha-e-uma-droga-diz-secretario-da-fazenda.shtml>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

26. As empresas montadoras e fabricantes de veículos automotores, instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, habilitadas até 31/05/1997, farão jus a crédito presumido do IPI como ressarcimento do PIS/PASEP e da COFINS, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e a pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes, até o dia 29 de dezembro de 2010. O crédito presumido será equivalente ao resultado da aplicação das alíquotas previstas no art. 1º da Lei 10.485/02, sobre o valor das vendas no mercado interno, em cada mês, dos produtos dos projetos, multiplicado por: 2 no 1º ano; 1,9 no 2º ano; 1,8 no 3º ano; 1,7 no 4º ano e 1,5 no 5º ano.

milhões de reais em renúncias de receitas, já o segundo responsável por mais de 2 bilhões de reais em gastos tributários.

Depois de delimitado o objeto de análise, ocorreu a tentativa de recolher elementos relativos às empresas beneficiadas, como o seu nome, sua localidade, o ano em que recebeu o incentivo, e o valor dos gastos tributários gerados por cada uma. Os dados foram recolhidos por meio do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. Todavia não houve êxito na obtenção de dados das empresas envolvidas nas renúncias da lei 12.407 de 2011, bem como o valor dos gastos tributários gerados por cada uma, pois os órgãos contactados não possuíam tais informações. Fato que demonstra uma provável falha de organização e controle estatal das desonerações concedidas. Por outro lado, foram obtidas as demais informações desejadas das empresas presentes na carteira do FINOR.

Dessa forma, foram obtidos os seguintes dados:

CARTEIRA ATIVA DO FINOR				
Nº	EMPRESA	UF	MUNICÍPIO	Ano
1	AMBEV S/A - Filial CE (ex Cia de Bebidas das Américas - Ambev Filial CE)	CE	Aquiraz	29/07/1994
2	AMBEV S/A - Filial SE (ex Cia de Bebidas das Américas - Ambev Filial SE)	SE	Estância	25/07/1997
3	Colorado Couros S.A.	RN	São Gonçalo do Amarante	15/12/1993
4	Companhia de Papel de Alagoas - Codepal	AL	Marechal Deodoro	23/12/1996
5	Companhia Sulamericana de Brinquedos	PB	João Pessoa	04/10/2006
6	Cotece S.A. (ex Cia de Tecidos de Fortaleza-Cotefor)	CE	Maracanaú	05/10/1991
7	Esmaltec S.A.	CE	Maracanau	06/12/1999
8	Fibratex Fibras Têxteis S.A.	PB	Conde	06/12/1999
9	Frigorífico Ribeiro Gonçalves S.A.	PI	Ribeiro Gonçalves	11/06/1992
10	Indústrias Reunidas de Plástico e Mineração S.A.	PE	Petrolina	16/04/1992
11	Itagarana S.A.	BA	Ituacu	21/01/1992
12	Marlloy S.A. Industria e Comercio	MA	Rosário	31/12/1991
13	Rocha Santos Agroindustria S.A.	MA	São João dos Patos	26/07/1991
14	Suconor S.A.	PB	João Pessoa	24/11/1995
15	Telemar Norte Leste S.A. Filial Minas Gerais	MG	Belo Horizonte	30/06/1994
16	Transnordestina Logística S.A. (ex-Cia Ferroviária do Nordeste CFN)	PE	Recife	05/06/1997
17	Votorantim Cimentos N/Ne S.A. (ex - Cimesa)	SE	Laranjeiras	07/02/1992
18	XILOLITE S/A (Ex-Indústria Químicas Xilolite S.A.)	BA	Brumado	31/12/1991

Tabela 1 – Carteira Ativa do Fundo de Investimentos do Nordeste

Fonte: Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais

Aqui é importante ressaltar que as capitais dos estados, as quais continham empresas da carteira, foram excluídas do estudo, visto que detém polo industrial

de destaque, assim como forte setor de serviços. Tal fato gera uma independência maior da economia local, em relação às empresas que recebem incentivos fiscais, conseqüentemente, mudanças nos indicadores recebem uma menor influência da atuação dessas indústrias nos municípios estudados.

Em um segundo momento selecionou-se os indicadores socioeconômicos que seriam utilizados para avaliar os efeitos dos benefícios no âmbito social. Nesta fase foram escolhidos os seguintes indicadores: evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, Renda per capita, Coeficiente de Gini, Percentagem de Pobres, Percentagem de Extremamente Pobres, Rendimento Médio, Grau de Formalização dos Ocupados e Taxa de Desocupação.

Após isso, foi necessário estabelecer um parâmetro de comparação para verificar se as cidades que continham empresas beneficiadas, apresentavam um padrão de desenvolvimento social alto, que pudesse justificar seu grande impacto no orçamento da União. Assim, as mudanças dos indicadores dessas cidades, foram comparados com dados de municípios livres da influência da renúncia de receita, da mesma maneira que se confrontou os índices das cidades presentes na carteira do FINOR, com a evolução dos índices dos seus respectivos estados.

Para elaboração dos melhores parâmetros comparativos, os municípios escolhidos, necessariamente deveriam atender a dois requisitos: (i) estar localizado na mesma região, próximo à cidade supostamente beneficiada; (ii) possuir número de habitantes semelhante. Isto posto, foram escolhidos os seguintes municípios:

Estado	Cidade Beneficiada	Cidade desprovida de Benefício
CE	Aquiraz	Cascavel
SE	Estância	Itaporanga da Ajuda
RN	São Gonçalo do Amarante	Macaíba
AL	Marechal Deodoro	São Miguel dos Campos
CE	Maracanaú	Maranguape
CE	Maracanaú	Maranguape
PB	Conde	Alhandra
PI	Ribeiro Gonçalves	Santa Filomena
PE	Petrolina	Juazeiro
BA	Ituacu	Taiacu
MA	Rosário	Santa Rita
MA	São João dos Patos	Paraibano
SE	Laranjeiras	Areia Branca
BA	Brumado	Livramento de Nossa Senhora

Tabela 2 - Lista das Cidades que serão comparadas

Fonte: Produzido pelo próprio autor

Os indicadores socioeconômicos de tais municípios, os quais dizem respeito aos anos de 1991, 2000 e 2010, foram obtidos por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que pode ser acessado, pelo endereço eletrônico: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home>. Essa plataforma force outros indicadores, entretanto os escolhidos proporcionam uma melhor perspectiva da evolução do bem-estar coletivo.

Por fim, os índices passaram por um processo comparativo. Nesse momento tentou-se identificar um padrão de crescimento, e desenvolvimento nas cidades presentes na Carteira do FINOR, visto que é esperado um impacto dos benefícios no âmbito social, dada sua função extrafiscal exaustivamente tratada.

Aqui é importante ressaltar que em 2013, foi encontrado um relatório de avaliação dos fundos fiscais de investimentos, que buscou mostrar o impacto e importância do FINOR, e do FINAM. Todavia este documento realizou tal estudo com base na evolução dos indicadores socioeconômicos das localidades possuidoras de empreendimentos incentivados, por outro lado, diferentemente do presente trabalho, não estabeleceu parâmetros de comparação para concluir se essa evolução está acima do desenvolvimento de municípios não beneficiários.

6.2 Especificidades do Fundo de Investimentos do Nordeste

O Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), foi estabelecido juntamente com o Fundo de Investimentos da Amazônia, pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e posteriormente reformulado pela lei 8.167, de 15 de janeiro de 1991. O FINOR opera como instrumento, que visa estimular a instalação de empreendimentos considerados prioritários ao desenvolvimento socioeconômico do nordeste brasileiro, por consequência reduzir as diferenças existentes entre tal região, e as demais regiões localizadas ao sul do país.

Nesse sentido, a União abre mão de parte da arrecadação proveniente do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, para aplicação desse montante em sociedade empresária que executará determinado projeto prioritário, considerado viabilizador do desenvolvimento regional. Entretanto, esta renúncia não pode ultrapassar 70% do imposto devido, bem como, a sociedade investidora deve possuir o controle acionário da sociedade incentivada²⁷.

6.3 Análise dos Indicadores

Neste ponto do trabalho foi possível identificar nenhuma regularidade no crescimento dos indicadores socioeconômicos. Em diversos casos as cidades

27. LOBATO, Marcel Costa e Silva. **Breve Estudo sobre a Sistemática dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FINAM e FINOR)**. 13 de dez. 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,breve-estudo-sobre-a-sistemica-dos-fundos-de-desenvolvimento-da-amazonia-e-do-nordeste-finam-e-finor,41156.html>. Acesso em 25 de jul. 2018.

que não possuem empresas beneficiadas tiveram um desenvolvimento muito maior do que os municípios detentores de empreendimento da carteira do FINOR, especialmente na década de 90.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal²⁸, dentre os treze municípios estudados detentores de empreendimentos incentivados, **doze obtiveram crescimento inferior, entre 1991 e 2000, em relação àqueles desprovidos de empresas beneficiadas**. Embora grande parte deles tenha começado utilizar os recursos no início da década de 90, como indicado na figura 1, no tópico 4.2.1, somente Brumado, apresentou um crescimento superior do IDHM no período correspondente, onforme indicado na figura abaixo. Já no segundo período, correspondente aos anos entre 2000 e 2010, apenas seis cidades beneficiárias, apresentaram uma evolução no indicador, superior aos municípios usados como parâmetro comparativo.

Cidade com Empresa Beneficiária	Evolução IDHM 1991/2000	Cidade desprovida de empresa beneficiada	Evolução IDHM 1991/2000
Rosário	28,38%	Santa Rita	42,95%
São João dos Patos	37,75%	Paraibano	65,59%
Aquiraz	52,60%	Cascavel	55,03%
Maracanaú	36,90%	Maranguape	42,01%
Brumado	34,11%	Livramento de Nossa Senhora	32,43%
Ituaçu	36,36%	Tanhaçu	63,20%
Laranjeiras	32,77%	Areia Branca	50,17%
Estância	28,07%	Itaporanda d'ajuda	61,54%
São Gonçalo do Amarante	32,66%	Macaíba	38,04%
Marechal Deodoro	32,66%	São Miguel dos Campos	38,63%
Conde	39,27%	Alhandra	50,36%
Ribeiro Gonçalves	25,42%	Santa Filomena	39,86%
Petrolina	25,42%	Juazeiro	34,09%

Tabela 3 - Evolução IDHM

Fonte: Produzido pelo próprio autor

Durante a década de 90, oito das treze cidades estudadas tiveram crescimento da Renda per capita abaixo da expectativa. Logo nos primeiros anos após a instalação do empreendimento envolvido na renúncia fiscal, esperava-se um expressivo crescimento desse indicador, decorrente da instalação dos postos de trabalho. Entretanto a maior parte dos municípios mostrou desenvolvimento inferior da renda per capita quando comparadas com localidades fora da zona de influência

28. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: 02 de ago. 2018

dos incentivos. O crescimento do índice só melhora a partir dos anos 2000, situação na qual dez cidades demonstram crescimento superior aos municípios fora da carteira do FINOR:

No geral, entre 1991 e 2000, pode-se identificar um aumento da concentração de renda nas localidades averiguadas; apenas duas cidades apresentaram retração no coeficiente de gini²⁹. Embora o crescimento do indicador tenha ocorrido na maior parte dos municípios, sete apresentaram crescimento superior às cidades que não possuem empreendimentos estimulados pelo FINOR. Por outro lado, entre os anos 2000 e 2010, o quadro se inverte, e identifica-se uma retração dos indicadores, com exceção de Marechal Deodoro-AL. Entretanto, a redução da concentração de renda foi maior nos municípios com empreendimentos beneficiados: em 8 cidades a redução foi inferior às utilizadas como parâmetro comparativo.

Em todas as cidades envolvidas na pesquisa ocorreu uma diminuição na porcentagem da população extremamente pobre (renda domiciliar per capita de até 70 reais), e pobre (renda domiciliar per capita de até 140 reais) tanto no intervalo de 1991 a 2010, quanto no intervalo de 2000 a 2010. O primeiro período é marcado por uma redução inferior dessa população nas cidades beneficiárias, em relação aos outros municípios, visto que somente quatro obtiveram uma diminuição superior de extremamente pobres, e cinco de pobres. Contudo, no segundo período, ocorre uma inversão, e os municípios com empreendimentos presentes na carteira do FINOR apresentam uma redução mais significativa da porcentagem da população pobre: oito das treze cidades analisadas superam as demais em termos de diminuição da população pobre e 7 no tocante à retração de pessoas extremamente pobre.

No geral, as cidades apresentaram um crescimento no grau de formalização dos empregados³⁰. Todavia, grande parte dos municípios, seis dos treze, apresentou uma evolução menor em relação às localidades desprovidas de empreendimentos do FINOR. Brumado chama atenção por ter uma regressão desse índice no período analisado.

A taxa de desocupação³¹, configura-se um dos maiores indicadores para obtenção dos resultados pretendidos pelo Estado na concessão de determinado incentivo, vez que mostra a capacidade de geração de empregos do empreendimento

29. Índice de Gini - medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 02 de ago. 2018

30. Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100. São considerados como formalmente ocupados os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, os empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos, assim como os empregadores e trabalhadores por conta própria que eram contribuintes de instituto de previdência oficial. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/glossario/. Acesso em: 02 de ago. 2018.

31. Taxa de desocupação (ou desemprego aberto) - porcentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 02 de ago. 2018

beneficiado. Seguindo a tendência dos Estados de origem e da própria União, ocorreu uma diminuição das taxas de desocupação, entretanto verificou-se que essa diminuição foi inferior ao observado em municípios desprovidos de empreendimentos beneficiados em três cidades: Rosário (MA), Aquirraz (CE) e Petrolina (PE). Aqui ainda é válido ressaltar que São João dos Patos (MA) e Ituaçu (BA), apresentaram uma diminuição inexpressiva do indicador, próximo à 1%.

A análise dos indicadores socioeconômicos sinaliza que a concessão de benefícios fiscais não implicam necessariamente em um desenvolvimento local. As cidades de pequeno porte como as envolvidas no presente estudo, provavelmente refletiriam em seus indicadores a presença e o subsequente progresso esperado, das renúncias de receita, especialmente tratando-se de um gasto tributário de quase 400 milhões de reais como o do Fundo de Investimentos do Nordeste.

Dessa forma esperava-se a existência de um padrão de crescimento expressivo nas cidades detentoras de projetos autorizados pelo FINOR, quando comparadas às cidades desprovidas do incentivo. Contudo, como demonstra o presente texto, esse padrão não se verificou, e o progresso esperado dos municípios beneficiários foi identificado nas localidades desprovidas de empreendimentos ligados ao Fundo, bem como indica a evolução do IDHM e da renda per capita.

O estudo aqui realizado sobre o Fundo de Investimentos do Nordeste, indica a necessidade de repensar a funcionalidade dos benefícios fiscais. Afinal trata-se de um incentivo, com alto gasto tributário, ou seja, grande impacto no orçamento, que visa o desenvolvimento regional, cujo os efeitos esperados pela administração não são tão significativos quanto deveriam, ao menos pela análise dos indicadores sociais..

Nesse sentido, os objetivos pretendidos no momento da concessão, ou criação da renúncia de receita em questão, talvez não sejam atingidos na proporção desejada. A base teórica estabelecida nos capítulos anteriores, em relação à extrafiscalidade do instituto, proporciona a constatação de ao menos quatro objetivos conjecturados pelo administrador. O primeiro, seria o estímulo à instalação de empreendimentos considerados prioritários, que possibilita a obtenção dos outros três objetivos: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, e subsequente diminuição das disparidades entre a região nordeste e as demais.

Em recentes notícias, o antigo ministro da Fazenda criticou a atuação dos benefícios fiscais³². Segundo ele, a expansão dos gastos tributários gera incertezas e aumento dos juros, o que prejudica a geração de empregos, ao invés de melhorá-la. O presidente do TCU, Raimundo Carreiro, também afirmou que as desonerações do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados não renderam os

32. CARNEIRO, Mariana. **Política de desoneração da folha 'é uma droga', afirma Fazenda**. Folha de São Paulo. São Paulo, p. 1, 1 nov. de 2017.

empregos prometidos e sobrecarregaram os estados e municípios, visto que parte da arrecadação desses tributos é destinada aos governos regionais ³³.

Em recente crítica às desonerações da cesta básica, Fábio Kanczuk, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, alegou que o Bolsa Família é doze vezes mais eficiente que o benefício. Segundo cálculos realizados pela secretaria, a cada bilhão desembolsado com o programa, o índice de gini é reduzido em 0,06, por outro lado a incentivo tem um efeito redutor de 0,005 a cada bilhão gerado em gasto tributário. Nessa lógica, deveriam ser destinados os recursos da desoneração, ao bolsa família³⁴.

Dessa forma, o baixo impacto do Fundo de Investimentos do Nordeste na esfera social, sugerido pela comparação apresentada, apesar do alto investimento estatal, por si só já indica a provável ineficiência crônica dos incentivos como instrumentos de melhora do bem-estar coletivo. Essa desproporção entre custos e benefícios fica ainda mais evidente com a forte possibilidade de existirem mecanismos de menor impacto orçamentário, os quais proporcionem os mesmos, ou melhores resultados.

7 | CONCLUSÃO

A definição de “benefício fiscal” e “gasto tributário”, bem como a forma de seu funcionamento, elucidam como os institutos possibilitam o controle das ações do contribuinte em favor de determinada política que é desejada pelo Estado. A implantação dessa política, em detrimento da arrecadação, extrapola a função fiscal do instituto, e relaciona-se com a sua função extrafiscal que pode recair na esfera política, econômica e social.

O histórico de criação de renúncias de receitas, e as justificativas que as envolvem, indica como é marcante a função extrafiscal do instituto. Por inúmeras vezes os incentivos são concedidos, para aplicação de determinada política pública, que recaí quase sempre no âmbito social. Assim, a realidade legislativa demonstra como, no Brasil, os benefícios são utilizados como instrumentos de desenvolvimento do bem-estar social de determinadas populações.

Essa melhora da qualidade de vida nos municípios com empreendimentos beneficiários configura-se objetivo fim pretendido pelo legislador, entretanto provavelmente não é atingida, ao meno na proporção esperada. Tal fato é sugerido pelo estudo dos indicadores socioeconômicos de cidades beneficiadas pelos incentivos do Fundo de investimentos do Nordeste. Nesse contexto, as renúncias

deixam de ser instrumentos de implantação de políticas na esfera social, para

33. NASCIMENTO, Bárbara. **Meirelles diz que redução de subsídios é uma das políticas mais importantes do governo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/meirelles-diz-que-reducao-de-subsidios-uma-das-politicas-mais-importantes-do-governo-22013264> . Acesso em: 05 de ago. 2018.**

34. CARNEIRO, Mariana. **Política de desoneração da folha ‘é uma droga’, afirma Fazenda.** Folha de São Paulo. São Paulo, p. 1, 1 nov. de 2017.

tornar-se mecanismos de enriquecimento do particular, uma irresponsabilidade orçamentária do administrador, na proporção que os agentes privados não aplicam recursos para desenvolvimento das localidades onde estão estabelecidos. Em decorrência disto, o desenvolvimento esperado não é obtido e as regiões continuam carecendo de investimento adequado.

O distanciamento entre os resultados pretendidos e os obtidos é acentuado pela ausência de controle adequado no processo de concessão dos benefícios fiscais. A legislação brasileira fixa somente dispositivos que proporcionam um controle do efeitos orçamentários do instituto, mas não dos efeitos na esfera social. Em geral, como indicado em relatórios de auditoria do Tribunal de contas da União subsiste, no Brasil, um grande descontrole dos incentivos. Nesse cenário é identificado uma escassez de legislação específica sobre a criação de renúncias, algo que reflete na falta de atividades específicas para acompanhamento das políticas vinculadas, bem como carência de órgãos fiscalizadores.

A carência de controle na concessão dos incentivos, associada ao provável distanciamento entre resultados esperados e obtidos, averiguada pelo estudo aqui realizado, sugerem um grande problema na gestão fiscal relativa à constituição do gasto tributário, responsável por impacto expressivo no orçamento da União.

REFERÊNCIAS

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. 3. Ed. São Paulo: Lejus, 2002.

BORGES, José Souto Maior. “**Incentivos fiscais e financeiros**”, **Revista Trimestral de Direito Público**, v. 08, São Paulo, Malheiros, 1994.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relator: Raimundo Carreira. **Relatório de Levantamento de Auditoria TC 018.259/2013-8**. Ata nº 16/2014. Brasília, DF, Sessão 14/5/2014. Disponível em: http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20140516/AC_1205_16_14_P.doc. Acesso em: 15 de mai. 2018.

CARAZZA, Roque Antonio. **ICMS**. 11ª ed, São Paulo: Malheiros, 2006.

CARNEIRO, Mariana. **Política de desoneração da folha ‘é uma droga’, afirma Fazenda**. Folha de São Paulo. São Paulo, p. 1, 1 nov. de 2017.

LOBATO, Marcel Costa e Silva. **Breve Estudo sobre a Sistemática dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FINAM e FINOR)**. 13 de dez. 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,breve-estudo-sobre-a-sistemática-dos-fundos-de-desenvolvimento-da-amazonia-e-do-nordeste-finam-e-finor,41156.html>.

MACIEL, Marcelo Sobreiro. **POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS: QUEM RECEBE ISENÇÃO POR SETORES E REGIÕES DO PAÍS**. Câmara dos Deputados Praça 3 Poderes Consultoria Legislativa Anexo III - Térreo Brasília – DF, p. 3. Disponível em http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema20/2009_9801.pdf.

NETO, Celso de Barros Correia. **O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito**

brasileiro. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

HENRIQUES, Elcio Fiori. **Os benefícios Fiscais no Direito Brasileiro.** São Paulo: Quartier Latin, 2010.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro.** 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SURREY, Stanley S. **Pathways to tax reform: the concept of tax expenditures.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1973.

VINHAS, Marcos André. **Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE: CONCEITUAÇÃO E ENQUADRAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 23/03/2020

Giulia Ferrigno Poli Ide Alves

Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/2757687312606868>

RESUMO: Busca-se, com o presente trabalho, o desenvolvimento sistemático de assunto de importância contundente no que tange à responsabilidade civil: a perda de uma chance. A teoria da perda de uma chance é a representação da implacável tendência hodierna, no campo da responsabilidade civil, de propiciar a indenização de danos de natureza intangível e complexa. Isso se explica pelo conceito intrínseco de responsabilidade pela perda das chances: a responsabilidade decorre do malogro da possibilidade de realizar um evento favorável ou de evitar um prejuízo. Não se sabe, de fato, se o evento favorável ou o dano indesejado aconteceriam, caso a chance não tivesse sido frustrada pelo ofensor. E é justamente nesse ponto que se patenteia a frutuosidade da teoria e a conveniência de seu estudo.

PALAVRAS-CHAVE: perda da chance, responsabilidade civil, probabilidades

THE “LOSS OF A CHANCE” DOCTRINE:
CONCEPTUALIZATION AND APPLICABILITY
IN BRAZILIAN LAW

ABSTRACT: This study focuses on the systematic development of a highly important matter with regard to tort liability: the loss of a chance doctrine. The loss of a chance doctrine is the representation of the current tendency, in the field of tort law, to provide recovery for intangible and complex damages. This is explained by the intrinsic concept of responsibility for the loss of chances: The responsibility derives from the loss of the possibility to achieve a favorable event or to avoid an injury. It is not known for sure whether the favorable event or the unwanted damage would happen, had the opportunity not been thwarted by the offender. At this point, the fruitfulness of the theory and the convenience of its study become evident.

KEYWORDS: loss of a chance, tort liability, probability

1 | INTRODUÇÃO

Com a dinamicidade da vida moderna,

surge a necessidade de o direito possibilitar a reparação de danos mais complexos, intangíveis e emocionais, tendo como supedâneo o refinamento nos métodos de quantificação de evidências estatísticas, proporcionado pelo avanço tecnológico (SILVA, 2013). Tal contexto serviu como baluarte para o surgimento de um instituto dogmático riquíssimo: a responsabilidade pela perda de uma chance.

Em linhas gerais, a perda de uma chance traduz-se como sendo a perda de uma possibilidade de ganho pela vítima, de uma vantagem esperada, de uma expectativa necessariamente hipotética. Ou seja, o processo aleatório, conjunto de sequências causais que levariam a um evento favorável, é interrompido, gerando a perda das probabilidades de tal vantagem esperada e a conseqüente necessidade de reparação.

Esta breve definição traz à baila o ponto nevrálgico da teoria da perda de uma chance: a questão da certeza (BOCCHIOLA, 1976). Em outras palavras, por se tratar de uma possibilidade de ganho que foi perdida, nunca se terá certeza absoluta se haveria ou não ganho, caso a perda não tivesse ocorrido. Como não há certeza do resultado do evento aleatório, e, portanto, de um dano certo, a pergunta premente é: como seria possível falar em dano indenizável? (SAVI, 2006).

Toma-se como pressuposto a existência de uma esperança, de uma chance de obter uma vantagem futura, que representa um valor independente do ganho esperado, de modo a torná-la indenizável. A peculiaridade da teoria reside justamente na álea: trata-se de um processo interrompido, cujas chances de sucesso eram aleatórias. O prejuízo, nesse sentido, é, em princípio e de maneira simplificada, justamente o desaparecimento das chances, que não se confunde, com a perda da vantagem que seria gerada ao final do processo aleatório (JOURDAIN, 1992).

Nesse quadro, o estudo dos aspectos que permeiam a teoria da perda de uma chance, desde a sua natureza jurídica até sua quantificação, torna-se extremamente profícuo e desejável para que se possa compreender melhor a teoria e a melhor forma de aplicá-la no direito interno.

2 | PERDA DE UMA CHANCE: NATUREZA JURÍDICA

A primeira controvérsia oblíqua, dentre muitas, relacionadas à doutrina da perda da chance, relaciona-se com sua própria natureza jurídica. Segue-se, nesse ponto, o questionamento sobre se a doutrina da perda de uma chance indica um problema de causalidade ou uma expansão do conceito de dano.

Alguns doutrinadores acreditam que não se pode aceitar a perda de uma chance como dano indenizável, defendendo uma utilização heterodoxa do nexo de causalidade (BORE, 1974; MAKDISI, 1989). Nas teorias heterodoxas, trabalha-se com a ideia de causalidade alternativa, admitindo a existência de dois ou mais

fatores com potencialidades de causar determinado dano, não sabendo qual deles foi o verdadeiro causador (NORONHA, 2010). Não se sabe se o agravamento da doença de um indivíduo é consequência da própria evolução da doença, ou de algum erro médico, por exemplo (NORONHA, 2010). Constrói-se aos poucos, nessa toada, a complexidade necessária para o desenvolvimento e compreensão profícuos da teoria da perda de uma chance. De acordo com as teorias tradicionais, por exemplo, a reparação do dano final não seria possível, pois a conduta do agente não poderia ser considerada como causa necessária (*conditio sine qua non*) para a ocorrência do prejuízo final (SILVA, 2013).

Outra parte da doutrina, por seu turno, defende a consideração da perda de uma chance como dano autônomo e indenizável (KING JR., 1981). Por esse prisma, ao invés de provar a causalidade entre a conduta e o prejuízo final, basta que se afirme que a conduta ofensora retirou a própria chance e oportunidade de ocorrência do evento futuro, o que já seria, em si, o evento danoso (KFOURI NETO, 1998). Em outras palavras, confere-se caráter autônomo às chances perdidas, separando o dano representado pela interrupção do processo aleatório (perda da chance) do prejuízo representado pela perda da vantagem que se esperava (prejuízo final) (SILVA, 2013), sendo o primeiro um dano certo (futuro ou presente), e o segundo, dano eventual, impassível de indenização. Tal interpretação, como já visto, se alinha com o fenômeno contemporâneo da expansão dos danos suscetíveis de reparação (NORONHA, 2010), harmônico também com as tendências de responsabilização objetiva, deslocando a maior relevância para a reparação do prejuízo.

Como já visto, a vítima, na perda de uma chance, encontra-se no curso de um processo aleatório, que é interrompido antijuridicamente por um terceiro, frustrando as chances que a vítima teria, nesse processo aleatório, de alcançar a vantagem esperada. Dessa forma, há, no momento da apreciação, a ocorrência de um resultado negativo para a vítima, representado pelo prejuízo final. O resultado negativo causado pela perda das chances representa um dano passível de indenização, diferente do prejuízo final, que não é indenizável justamente por ser somente eventual, visto que não se sabe qual seria o desfecho do processo aleatório, caso não tivesse sido interrompido.

Assim, a consideração da interrupção desse processo aleatório e da frustração das chances como dano autônomo pareceria a alternativa mais viável, tendo em vista a problemática da indenização do prejuízo final a dificuldade no travamento de um nexos de causalidade entre a atitude ofensora e o prejuízo final.

Entretanto, é possível e até mesmo comum que haja outros casos de perda de uma chance, nos quais não há interrupção total do processo aleatório, mas sim diminuição das chances de obter o resultado esperado, como nos casos de erros médicos, ou responsabilidade de perda de uma chance por parte do advogado.

Nesses casos, a doutrina defensora da primeira corrente exposta (causalidade parcial) mostra a indissociabilidade das chances perdidas com o dano final, uma vez que a primeira não subsiste de forma separada do prejuízo representado pela segunda.

No caso, por exemplo, de um cliente contratar um advogado para realizar uma sustentação oral referente a um recurso de apelação, e o recurso ser provido, a despeito de o advogado, de forma negligente, não comparecer à audiência, não faz sentido pensar em indenização, uma vez que não ocorreu o prejuízo final (SILVA, 2013). Na seara médica, da mesma forma, o raciocínio continuaria fazendo sentido. Retirando chances de vida do paciente, que, apesar disso, não falece e se recupera, perde o sentido a indenização caso se considerasse a perda da chance como dano autônomo (MADKISI, 1989).

Diante do exposto, a doutrina majoritária francesa considera que, no que tange aos casos da seara médica, não se deve desviar da solução proposta pela causalidade parcial. E daí comumente separar os casos de perda de uma chance “clássicos” e os casos que dizem respeito à seara médica.

Após o estudo suficientemente aprofundado de diversos autores que se dedicaram ao tema, constata-se que há alguns doutrinadores que defendem sempre a consideração da perda de uma chance como dano autônomo, outros que defendem a causalidade parcial, outros que defendem os dois, dependendo da situação, como visível pela posição mostrada por R. Peteffi da Silva (2013), S. Savi (2006) e outros doutrinadores, aproximando-se da posição da doutrina majoritária francesa.

Segundo o raciocínio dos doutrinadores citados alhures, o que diferencia os casos de seara médica dos casos ditos “clássicos” é a interrupção total ou parcial do processo aleatório que estava em curso, sendo que na maioria das vezes, a seara médica representa uma interrupção parcial, e os casos clássicos, a interrupção total. Desse modo, no primeiro aplicar-se-ia a causalidade parcial, pela impossibilidade de dissociá-lo do dano final, e no segundo, a teoria do dano autônomo, pela problemática do nexos causal em relação ao prejuízo final.

3 | CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DA TEORIA PERDA DE UMA CHANCE

Para que a indenização ocorra, há, naturalmente, fronteiras que devem ser ressaltadas e analisadas com competência. Muito geralmente citados pela doutrina são os critérios inescusáveis de seriedade e realidade, isto é, as chances devem ser sérias e reais (MOORE, 1996). Como corolário, não são consideradas como “chances”, no nosso contexto, as esperanças subjetivas e as ilusões (SILVA, 2013), e tampouco as certezas absolutas, ou seja, “chances” de 100%.

A realização da chance perdida, de fato, e como já salientado em tal estudo, nunca será certa – e mais, seu resultado nunca será conhecido, uma vez que o processo aleatório fora interrompido. Apesar disso, a perda da chance pode ou não ser séria e real, e tal fato é justamente o que se tenta assentar como pressuposto e como critério de aplicação. O art. 403 do Código Civil bem afasta o dano meramente hipotético, mas, no contexto da perda de uma chance, se a vítima provar a existência do nexo causal entre a ação antijurídica do lesante e o dano (a perda da probabilidade séria e real), configuram-se os pressupostos para que se possa indenizar (MARTINS-COSTA, 2003).

Dessa forma, não se pode indenizar o evento vantajoso que não ocorreu, visto que se tratava de um processo aleatório, com a aleatoriedade intrínseca, mas, ao invés disso, indeniza-se a possibilidade que existia de esse evento se concretizar, desde que essa possibilidade seja existente (GONDIM, 2005). A essa probabilidade dá-se o nome de “chance”, e a perda de uma chance se torna reparável, justamente porque está presente a característica da certeza (VAILLIER, 2001). Em outras palavras, o evento poderia se concretizar (trata-se de fato verossímil), e é certo que, pelo ato ofensor, a vantagem esperada está perdida, e é justamente dessa certeza que se extrai a justificativa para a indenização. Há “incerteza no prejuízo – e certeza na probabilidade” (KFOURI NETO, 2006).

Além disso, ao se pensar em indenizar as chances perdidas, deve-se atentar à necessidade da existência de um prejuízo final. Ou seja, só se fala de “chance” dentro de um processo aleatório, levando ao evento danoso que se quer indenizar. Tal pressuposto se mostra elemento importante na conceituação do instituto, uma vez que a perda das chances se mostra como um dano perfeitamente indenizável quando há perda da oportunidade de sucesso em um processo aleatório, pela conduta antijurídica e outrem.

Ou seja, como requisitos de aplicação do instituto, deve-se considerar a existência prévia da chance séria e real e de conduta antijurídica que faça com que ela seja perdida, isto é, que interrompa o processo aleatório impedindo o alcance da vantagem esperada (CHABAS, 1991).

Nesse sentido, a “chance” precisa de um complemento, precisa estar a serviço de um evento (chance de ganhar um prêmio, de ser curado em um tratamento, de passar no vestibular, de conseguir um emprego no futuro, etc.). Considerando-se a perda da chance como um dano autônomo ou não, a doutrina da perda de uma chance estuda a chance contextualizada em um processo aleatório que visa a obtenção ou atingimento de um determinado resultado, que fora frustrado por ação antijurídica de terceiro. Dessa forma, a sua perda pode ser considerada um dano indenizável, seja ela entendida como dano autônomo, seja ela entendida como indissociável do prejuízo final.

Estes são, em suma, os critérios de aplicação da teoria da perda de uma chance – chances sérias e reais e inserção em um processo aleatório. Tais critérios se mostram algumas vezes, no entanto, demasiadamente permissivos, e, como corolário desta abertura terminológica, aparecem controvérsias oblíquas entre os doutrinadores. O que para alguns autores é uma chance séria e real de conseguir uma determinada vantagem (FRANZONI, 2009), bastando uma probabilidade suficiente e mínima analisada casuisticamente, é considerado, por outros, algo que certamente iria ocorrer (ANDREASSA JUNIOR, 2009).

Abre-se margem, assim, à argumentação de alguns, que aduzem ser necessária uma porcentagem matemática mínima de probabilidade de concretização do vento vantajoso (ANDREASSA JUNIOR, 2009) para que se caracterize as chances como “sérias e reais”, excluindo da apreciação até mesmo casos pretéritos paradigmáticos da jurisprudência nos quais as chances não atingiam o coeficiente mínimo exigido por tais autores.

Dentro desse grupo, as porcentagens variam. Há alguns que utilizam tal critério matemático somente para conferir uma segurança jurídica maior à análise de uma chance abstrata, impedindo que se indenizem danos meramente fantasiosos, e, dessa forma, as porcentagens são mantidas em números baixos, pois sua função passa a ser negativa, excludente. Há outros autores, ainda, que levam mais a sério o requisito da probabilidade matemática, admitindo que, para que a chance de ocorrência de um evento seja considerada séria e real, a probabilidade matemática teria que ser de, no mínimo, metade (50%) (SAVI, 2006).

Como já dito, trata-se de questão controversa entre os autores. Há somente um ponto pacífico entre todos: as chances devem ser sérias e reais. Não basta a existência das chances (que é um pressuposto, analisado anteriormente), mas é necessário que haja seriedade e realidade. Variante é o critério que se usa para o julgamento da seriedade das chances.

De qualquer maneira, em alguns casos, a utilização de probabilidades matemáticas de forma cega, ou seja, sem olhar para as peculiaridades do caso concreto, utilizando-a como uma forma de tesoura, para separar os casos que merecem indenização dos que não merecem indenização, parece equivocada, considerando as inúmeras situações cujas probabilidades são extremamente complexas.

Não se nega, no entanto, a importância do cálculo da álea conforme o caso concreto. Muito pelo contrário. Há quantidade notável de autores que, considerando a perda da chance como um dano autônomo, dão à incerteza, expressa por meio de porcentagens, um papel importante na quantificação da indenização, de modo que, quanto maiores as probabilidades de um evento ocorrer, maiores seriam as chances perdidas, e maior seria, por conseguinte, a indenização devida à vítima

(CARNAÚBA, 2012). Esse raciocínio poderia ser expresso pela fórmula $X-Y/100-Y$ (X sendo as chances antes da conduta antijurídica que reduz as chances, e Y as chances após a conduta, sendo X necessariamente maior que Y), a qual representa, na verdade, a própria lógica da reparação dos danos, e não somente da perda de uma chance.

4 | ACEITAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE NO BRASIL

No que tange à doutrina, há um reconhecimento da teoria da perda de uma chance pelos pensadores e a admissão de tal como uma espécie de dano reparável, seja como dano autônomo, seja utilizando a ideia de causalidade parcial. Ao mesmo tempo, percebe-se que a maior parte dos trabalhos brasileiros específicos em tal área passaram a ganhar forma a partir do século 21, sendo, portanto, relativamente recente o estudo aprofundado do tema, principalmente quando comparado aos países onde a teoria é bem desenvolvida.

Como manifestações contrárias à aceitação da teoria, necessária é a consideração da opinião de J. M. de Carvalho Santos em 1956. Para o autor, a ausência de recurso a uma sentença desfavorável por parte do advogado devidamente constituído não seria um dano passível de indenização, pois como não é possível provar o dano, seria duvidoso a existência de qualquer direito do constituinte em relação à exigência de indenização.

Outros autores, porém, já apontavam para a possibilidade de aceitação da “chance” como interesse digno de tutela (COUTO E SILVA, 2015), principalmente considerando sua importância em matéria de responsabilidade profissional, responsabilidade contratual, sobretudo dos médicos, advogados etc. J. A. Dias (1979), por exemplo, criticou tal posição (e, vale ressaltar, os dois autores pertencem, em certa medida, ao mesmo período), defendendo que o pensamento exposto revelaria a confusão entre *an debeatur* e *quantum debeatur*, pois, de fato, o dano deve ser certo e provado desde logo na ação, e, no caso, o dano é justamente a perda do direito de ver a causa julgada na instância superior. O insucesso, ainda que ocorresse, corresponderia ao *quantum debeatur*, ou seja, seria matéria de liquidação de sentença.

Dessa forma, mesmo entre os doutrinadores clássicos do século passado, a teoria já era conhecida, ainda que muitas vezes mal interpretada e pouco estudada, e as opiniões, como se viu, eram diversas. Além disso, se percebe que a consideração da teoria da perda de uma chance se restringia, muitas vezes, a casos de responsabilidade do advogado ou do médico, e estavam muitas vezes mais intrincados com a questão da culpa ou da classificação entre obrigação de

meio ou de fim do que de fato com a natureza jurídica da perda de uma chance e das vicissitudes do instituto em si.

Hodiernamente, o tema ganhou, de fato, mais atenção entre os doutrinadores. Diversos são os trabalhos que, não só tratam da teoria do prisma da responsabilidade civil do médico ou do advogado, mas que tratam da teoria pretendendo uma análise mais abrangente, com pretensão de exaurir o tema.

Ainda que muitas obras não analisem profundamente os pontos nevrálgicos da perda de uma chance, representado, em nossa opinião, pela natureza jurídica da perda de uma chance e pelo problema da quantificação, é inegável que houve uma contribuição ao desenvolvimento do instituto. Ou seja, houve, desde o século passado, o estudo da teoria de forma paulatina, se tornando mais aprofundado ao longo do tempo, de modo que as monografias que tratam de forma aprofundada sobre o tema são, em sua grande maioria, recentes. Houve, irrefutavelmente, avanços consideráveis e louváveis.

Apesar da aceitação doutrinária predominantemente uníssona, é preciso não se olvidar de que o instituto foi gerado historicamente, em linhas gerais, por grande influência de casos concretos e atuação jurisprudencial. Pela falta desse nascimento no Brasil, mesmo o trabalho da doutrina às vezes não encontra baluarte e comunicação com o que é aplicado na jurisprudência.

Em outras palavras, pode-se constatar que, a despeito do crescimento do movimento de aceitação da teoria pela doutrina e jurisprudência (SILVA, 2013), os tribunais brasileiros têm reconhecido a aplicação da teoria (i) há relativamente pouco tempo; (ii) empregando-a muitas vezes de forma equivocada; (iii) sem se atentar às discussões doutrinárias envolvidas no instituto (ROCHA, 2010).

É interessante observar, na toada da doutrina, uma certa tendência jurisprudencial inicial refratária à ideia de teoria da perda de uma chance (diz-se tendência pois, comparativamente, certamente é maior do que hoje, período em que impera a aceitação da teoria). S. Novais Dias traz em sua obra informação profícua sobre acórdão de 1926 do Desembargador Diógenes Pereira do Valle do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferido no sentido da irresponsabilidade do advogado em face dos danos causados por não ter preparado o recurso no prazo. Na ocasião, foi afirmado que a “simples possibilidade” de ser reformada a decisão mediante recurso não justifica a indenização de perdas e danos (NOVAIS DIAS, 1999). Novamente, Aguiar Dias, o qual já havia se contraposto à opiniões refratárias na doutrina, também se colocou contra decisões refratárias na jurisprudência, classificando o relator que proferiu decisão refratária em mesmo sentido no 1º Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro como “magistrado bisonho” (NOVAIS DIAS, 1999).

Já o STJ, corte de especial análise, visto que se trata da mais alta Corte do

país em matéria infraconstitucional, foi chamado para tratar do assunto em 1990, no AgRg no Agravo nº 4364/SP, negando a aplicação da teoria da perda de uma chance ao caso. Em 1997, nova manifestação do STJ ocorreu nesse mesmo sentido, baseando-se no mesmo artigo e na mesma argumentação do acórdão anterior.

O tratamento foi diferente em acórdão dos anos 2000, no qual coube ao STJ definir sobre a perda de uma chance no caso que ficou conhecido como o *leading case* da teoria no Brasil, visto que, dessa vez, houve não somente menção e utilização expressas e claras da teoria, como se deu provimento ao recurso. O caso trata do programa Show do Milhão, concurso de perguntas e respostas, cujo prêmio máximo de 1 milhão é oferecido ao participante que responder corretamente a uma série de questões versando sobre conhecimentos gerais.

Na ocasião, a autora participou do programa e acertou todas as questões formuladas com exceção da última (a “pergunta do milhão”), a qual a participante optou por não responder, visto que, em sua opinião, havia sido formulada sem resposta correta, razão pela qual a autora pleiteia danos materiais e morais. Na primeira instância, a empresa proporcionadora do programa foi condenada a pagar R\$ 500.000 (o valor que faltava para completar 1 milhão) à título de lucros cessantes. O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, por sua vez, negou provimento ao recurso. No recurso especial, a empresa argumentou que é descabida a condenação no importe relativo ao prêmio máximo, pois a recorrida fez opção por não responder à última pergunta, não ocorrendo qualquer dano apto a caracterizar os lucros cessantes. Disse ainda que mesmo se houvesse resposta certa, a chance de a autora acertar a pergunta ainda seria incerta, correspondendo a uma probabilidade de $\frac{1}{4}$ (25%), que traduziria melhor a indenização devida.

Em tal decisão, resta evidente e irrefragável a aplicação da corte da “teoria da perda de uma chance” como hipótese de ressarcimento, utilizando diversas doutrinas para servir como supedâneo a tal aplicação. Além disso, o próprio acórdão, ao reformar a sentença que havia sido proferida em primeira instância (que dava indenização de R\$ 500.000 a título de lucros cessantes) afasta justamente a hipótese de lucros cessantes, dizendo que, como não há como concluir que o andamento normal dos fatos conduziria ao acerto da questão, não é possível aventar lucros cessantes. No entanto, considerando que o direito não pode deixar tal caso sem tutela, aplicou-se a perda de uma chance, considerando como dano a própria perda da chance, e utilizando na quantificação a probabilidade de acerto, de 25%. Ou seja, ao aplicar a teoria, o acórdão deixa expresso que está fazendo uso desta aplicação, não a confundindo com os lucros cessantes como feito nos acórdãos anteriores e até mesmo deixando bem claro que tais modalidades não se confundem, na visão do Tribunal.

Após o *leading case*, outras aparições do STJ também foram importantes no

caminho da aceitação da teoria. O resultado para a pesquisa jurisprudencial no STJ por “perda de uma chance” no período de nosso enfoque – 2013 até 2018 – totaliza 57 resultados. Dentre eles, a frequência aumenta significativamente entre 2016 e 2018 em comparação com os anos anteriores. Isso indica, naturalmente, que a aplicação da teoria da perda de uma chance se tornou mais evidente a partir do século 21 (assim como se multiplicaram a partir dessa data os estudos doutrinários sobre a matéria), e que, nos últimos anos, a teoria anda ganhando ainda mais destaque nos tribunais.

No entanto, a despeito da multiplicação de acórdãos referentes ao tema, muitos deles nos anos mais recentes, muitas das problemáticas e defeitos de aplicação que já foram constatados por doutrinadores em relação à jurisprudência do início do século 20, quando a doutrina começou a ganhar mais evidência, continuam existindo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os acórdãos reconhecem a aplicação da teoria da perda de uma chance e os seus requisitos, máxime a necessidade de a chance ser séria e real, ainda há confusões conceituais que obstam o desenvolvimento e aplicação saudáveis da teoria. Como consectário, muitas vezes a perda de uma chance acaba por ser aplicada como forma de dano moral, ou senão é aplicada como dano material, mas na modalidade de lucros cessantes. Além disso, no que tange à quantificação, muitas vezes o tribunal arbitra o valor da indenização ou confirma o valor da indenização dado pelo tribunal anterior sem justificá-lo. Ou seja, depois de analisar o conceito e a aplicabilidade da teoria, o passo principal – que representa justamente o resultado, em última análise, o que o autor da pretensão realmente deseja ver – que é a quantificação, é muitas vezes simplesmente ignorado pelos aplicadores do direito, que mal se pronunciam sobre o assunto. Além disso, em muitos dos acórdãos analisados no tópico anterior, pode-se ver que o valor da indenização é arbitrado conforme “entende razoável” o ministro, não deixando transparecer a real lógica por trás dos números.

Vale ressaltar, no entanto, que a própria sistemática da responsabilidade civil no Código Civil de 2002 oferece amplas possibilidades de aceitação da teoria no Brasil. Aqui, há a cláusula geral de responsabilidade civil que consagra o princípio do *alterum non laedere*, pelo qual todos têm o dever de não causar dano a outrem e, se causar, o dano deve ser reparado (STOCO, 2007). No Código Civil de 2002, segundo o art. 927, aquele que comete ato ilícito fica obrigado a ressarcir, remetendo aos artigos 186 e 187 da parte geral no que tange ao conceito de “ato ilícito”. Quando o art. 186, relacionado com o art. 927, dispõe que quem causar “dano” fica obrigado a repará-lo, não se faz limitação alguma quanto às espécies de danos que devem ser reparadas (SAVI, 2006). Nesse sentido, representando a perda de uma chance um dano, não haveria motivos para não a incluir nas possíveis espécies de danos indenizáveis, visto que da perda da chance pode haver danos tanto patrimoniais,

quanto extrapatrimoniais, motivo pelo qual as chances perdidas seriam passíveis de indenização pelo direito brasileiro, desde que presentes os outros elementos da responsabilidade civil.

5 | CONCLUSÕES

Ao mesmo tempo em que é um tema clássico do direito, a responsabilidade civil é, dentre vários, um campo em que fica particularmente evidente a conexão inextricável do direito com as mudanças sociais, exigindo que o direito acompanhe a realidade no qual se aplica. Nesse quadro, a dinamicidade da vida moderna impõe ao direito a necessidade de permitir a reparação de danos mais complexos e intangíveis, que é possibilitada principalmente pelo refinamento nos métodos de quantificação de evidências estatísticas, proporcionado pelo avanço tecnológico.

A responsabilidade civil pela perda de uma chance inclui-se nesse contexto e se traduz, em linhas gerais, como sendo a perda de uma possibilidade de ganho pela vítima, de uma vantagem esperada, de uma expectativa necessariamente hipotética, que se dá pela interrupção total do processo aleatório ou, pelo menos, pela interferência negativa nesse processo, retirando as chances de alcançar um resultado positivo. Percebemos, durante esse estudo, que o instituto é revestido de inúmeras celeumas doutrinárias e jurisprudenciais que compõem a teoria e tornam seu estudo extremamente interessante.

Com relação à aplicação da teoria no Brasil, percebe-se que a maior parte dos trabalhos brasileiros específicos em tal área passaram a ganhar forma a partir do século 21. Na mesma medida, a aplicação jurisprudencial é também relativamente recente e vem se intensificando conforme os anos passam, isto é, trata-se de uma tendência que tende a aumentar nos próximos anos.

Por fim, concluímos que há o reconhecimento da teoria da perda de uma chance pelos doutrinadores e pela jurisprudência e a admissão de tal como uma espécie de dano reparável, seja como dano autônomo, seja utilizando a ideia de causalidade parcial, principalmente em virtude do atual Código Civil, que oferece uma “cláusula aberta” de responsabilidade civil, permitindo a reparação de danos decorrentes da perda de uma chance.

REFERÊNCIAS

AGUIAR DIAS, J., **Da Responsabilidade Civil**. 6. ed. v. 1, Rio de Janeiro: Forense, 1979.

AGUIAR DIAS, J., **Da Responsabilidade Civil**, 7. ed. v. 2, Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ANDREASSA JUNIOR, G. A responsabilidade civil pela perda de uma chance no direito brasileiro. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v.10, n. 40, 2009.

BOCCHIOLA, M. Perdita di una chance e certezza del danno. **Revista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**, p.55-101, 1976.

BORE, J. L'indemnisation pour les chances perdus: une forme d'appréciation quantitative de la causalité d'un fait dommageable. **JCP**, 1974.

CARNAÚBA, D.M. A responsabilidade civil pela perda de uma chance: A técnica da jurisprudência francesa. **Revista dos Tribunais**, v. 922, p. 139, 2012.

CARVALHO SANTOS, J.M. **Código Civil Brasileiro interpretado**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1956.

CHABAS, F. La perte d'une chance en droit français. Guillod, Olivier, **Développements recents du droit de la responsabilité civile**. Zurich : Schulthess Polygraphischer Verlag, 1991.

COUTO E SILVA, C.V. O Conceito de Dano no Direito Brasileiro e Comparado. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, vol. 2, p. 333-348, 2015.

FRANZONI, M. La chance, il danno non patrimoniale e il caso Mondadori. **Contratto e Impresa**, Padova, v.25, n.6, 2009.

GONDIM, G.G. Responsabilidade civil: teoria da perda de uma chance. **Revista dos Tribunais**, v. 840, 2005.

SILVA, R. P. **Responsabilidade civil pela perda de uma chance: uma análise do direito comparado e brasileiro**. 3. ed., São Paulo, Atlas, 2013.

JOURDAIN, Patrice, Sur la Perte d'une Chance. **Revue Trimestrielle de Droit Civil**, 1992.

KFOURI NETO, M. **Responsabilidade Civil do Médico**, 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1998.

KING JR., J. H. Causation, valuation, and chance in personal injury torts involving preexisting conditions and future consequences. **Yale Law Journal**, p.1353, 1981.

MAKDISI, J. Proportional liability: a comprehensive rule to apportion tort damages based on probability. **North Carolina Law Review**, v. 67, 1989.

MARTINS-COSTA, J. **Comentários ao Novo Código Civil**. V.5, tomo II, Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MOORE, B. B. South Carolina rejects the lost chance doctrine. **South Carolina Law Review**, p. 201, 1996.

NORONHA, F. **Direito das Obrigações**, 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

NOVAIS DIAS, S. **Responsabilidade Civil do Advogado: perda de uma chance**. São Paulo: LTR, 1999.

ROCHA, V.S. A responsabilidade civil pela perda de uma chance no direito brasileiro. **Direito & Justiça**, vol. 36, n.1, p. 45-60, 2010.

SAVI, S. **Responsabilidade Civil por Perda de uma Chance**. São Paulo: Atlas, 2006.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

VAILLIER, P. Responsabilités civiles particulières: Responsabilité civile et assurances. **JCP**, 2001.

EDUCAÇÃO OU INSTRUÇÃO?

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 03/04/2020

Vanderlei Souto dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

Pedagogo Licenciado e Especialista em
Pedagogia Empresarial.

Porto Alegre – RS

<http://lattes.cnpq.br/6749428585046659>

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é discutir e apresentar os conceitos e diferenças fundamentais entre educação e instrução, em função de uma compreensão qualificada dos processos que envolvem a prática diária dos profissionais da área de educação e do magistério no Brasil. A partir do desenvolvimento deste artigo, foi possível compreender que a Instrução não é sinônimo de Educação. Aquela é, necessariamente, parte desta última. Em síntese, foi possível entender, ainda, que a educação familiar possui importante influência no desenvolvimento da educação escolar e das demais formas de educação no contexto social, na medida em que, na família, os indivíduos são expostos às primeiras noções de valores morais e éticos, bem como ao afeto, à disciplina,

à segurança etc.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, instrução, magistério, sociedade, civilização.

EDUCATION OR INSTRUCTION?

ABSTRACT: The main objective of this article is to discuss and present the fundamental concepts and differences between education and instruction, due to a qualified understanding of the processes that involve the daily practice of professionals in the field of education and teaching in Brazil. From the development of this article, it was possible to understand that Instruction is not synonymous with Education. That is necessarily part of the latter. In summary, it is also possible to understand that family education has an important influence on the development of school education and other forms of education in the social context, insofar as, in the family, individuals are exposed to the first notions of moral values and ethics, as well as affection, discipline, security, etc.

KEYWORDS: Education, instruction, teaching, society, civilization.

1 | INTRODUÇÃO

No mundo atual, a educação é cada vez

mais decisiva para o processo civilizatório e de desenvolvimento das sociedades. Todavia, a maneira pela qual os processos educativos modernos estão sendo estruturados marca uma grande mudança quando comparamos tais processos e técnicas de ensino com os do passado.

Assim sendo, os novos conhecimentos e tecnologias criadas modificaram consideravelmente nosso entendimento sobre o que é e como se faz educação. Exemplos de novas práticas educacionais são o uso da modalidade EAD (Educação à Distância) e a IA (Inteligência Artificial).

Todavia, para fins didáticos e pedagógicos, é importante enfatizar que há diferenças e complementariedade entre a educação desenvolvida na família e na escola/universidade, bem como em outros espaços no âmbito da sociedade.

Porém, a educação estudada no presente trabalho é uma só. Considerando que, por sua condição originária e pelos poderes outorgados aos pais, a família é a principal responsável pela educação de base ou inicial e pela educação contínua dos filhos.

A educação é uma necessidade universal para a humanidade, conforme se pode compreender da seguinte citação:

“O homem é a única criatura que tem de ser educada. Por educação compreendemos os cuidados (alimentação, subsistência), disciplina e instrução juntamente com a formação. Por conseguinte, o homem é bebê – educando – formando.” (KANT, 2019, p. 9)

O grande pensador Emanuel Kant, cujos ensinamentos, ainda hoje, estruturam a forma como pensamos e desenvolvemos a educação nas escolas e universidades, definiu com propriedade o conceito sobre educação e explicitou que a instrução é parte do processo de formação do indivíduo, não sendo esta sinônimo daquela.

O autor referido também ensina que o processo de educar requer sempre a presença do outro e este outro, por sua experiência e nível de conhecimento, se pressupõe apto ao processo de educar os demais, permitindo assim o desenvolvimento da sociedade e da civilização humana.

Assim posto, o objetivo principal deste artigo é discutir e apresentar os conceitos e diferenças fundamentais entre educação e instrução, em função de uma compreensão qualificada dos processos que envolvem a prática diária dos profissionais da área de educação e do magistério no Brasil.

2 | EDUCAÇÃO OU INSTRUÇÃO?

Há muito tempo discute-se a importância da educação na sociedade e sua relevância para o desenvolvimento da civilização.

No Dicionário da Língua Portuguesa¹, o significado de educação é “ato ou

1. Dicionário da Língua Portuguesa/ [organização do texto Sandra Esteves de Souza; revisão crítica Ciro de Moura

efeito de educar(-se); desenvolvimento integral e harmônico de todas as faculdades humanas; bons modos; cortesia; polidez; civilidade”, enquanto que a instrução significa “ato ou efeito de instruir(-se); conhecimentos adquiridos; saber; erudição; educação; conjunto de diligências para o esclarecimento de uma causa ou tarefa”.

Outrossim, a instrução é tão importante quanto a educação (aqui analisada em sentido específico como ato de educar para a formação do ser humano). O ato de instruir está relacionado ao fazer em termos técnicos e, ao contrário da educação, não se preocupa com a formação humana global de um indivíduo.

Dessa forma, a educação enquanto prática que objetiva a formação integral do indivíduo em seus aspectos morais, éticos, psicológicos, emocionais, espirituais etc, difere consideravelmente da instrução. Esta objetiva o preparo técnico para a realização de atividades, em sua essência, sendo uma parte do processo de educação.

A temática é bastante recorrente, principalmente no debate no âmbito do magistério, por um lado. Por outro lado, nota-se uma grande confusão na prática cotidiana, muitas vezes, em relação aos conceitos e suas diferenças entre educação e instrução por parte de vários profissionais que atuam, sobretudo, na área da educação no Brasil.

Para indicar uma diferença fundamental, por exemplo, originalmente a educação inicia-se no seio familiar, enquanto que a instrução tende a começar fora da família, comumente na escola ou assemelhado (em outros espaços de aprendizagem não-formal) – complementando a educação inicial da família.

Nesse momento, é importante destacar a educação dos pais promovida pela sociedade e fomentada pela escola/universidade para que acompanhem e auxiliem seus filhos durante os anos de estudos escolares/acadêmicos. A educação dos pais, vale dizer, é fundamental para a efetividade da educação dos filhos, possibilitando a integração da educação familiar com a promovida pelo Estado e pela sociedade.

Outra variável marcante é que a educação tem como características intrínsecas o afeto e o cuidado, bem como os valores humanos fundamentais. Na instrução, algumas dessas características podem ser facultativas, a depender da situação concreta do ato de instruir.

Todavia, é evidente que o conceito de educação sofreu mudanças ao longo da história da civilização, no entanto, a essência dele não se desfez. Por isso, é importante entender que, no mundo atual da sociedade da informação e do conhecimento, os conceitos são, frequentemente, relativizados, muitas vezes “persuadindo e convencendo” os indivíduos para uma desconstrução deles.

Porém, se analisarmos os pensadores pioneiros – desde a Grécia antiga- que se dedicaram ao estudo e estruturação da educação, compreenderemos que os

Ramos], Itapevi, SP: Fênix, 2000.

pilares e valores da educação são, em grande parte, os mesmos que sustentam e permitem a existência da civilização tal qual conhecemos.

Assim sendo, mudanças de conceitos e paradigmas são delicadas e merecem atenção redobrada. Não se defende a inflexibilidade e a não quebra de paradigmas (muitas vezes ultrapassados), porém é necessário ponderar até que ponto algumas novas formas de conceituação podem estar “enviesadas”.

Contudo, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, conforme preceitua o art. 205 (CRFB, 1988):

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Nota-se, a partir da disciplina constitucional, que a educação é um processo global e envolve todos os membros da sociedade brasileira, objetivando atingir o desenvolvimento pleno do cidadão.

Outrossim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) estabelece conceitos e regramentos fundamentais e norteadores para o desenvolvimento do processo educacional no Brasil:

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”

Assim ocorrendo, resta evidente que a LDBEN trata da educação escolar e, em sequência, organiza e estrutura esta, conforme os seguintes artigos:

“Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

“Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

(...)"

Dessa forma, a LDBEN de 1996, de forma progressiva, consolida o ciclo da educação básica com o Ensino Médio:

"Seção IV

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

(...)"

Todavia, ainda no âmbito do Ensino Médio, possibilita o ensino técnico. Podendo este ser concomitante ou sequencial, objetivando a formação para o trabalho:

"Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional."

No caso da Educação Profissional e Tecnológica, esta abrange a Educação Básica e a Superior, além da formação inicial e de qualificação para o trabalho, conforme a LDBEN:

"Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.”

Na Educação Superior, a LDBEN destaca o “ápice” do sistema educacional brasileiro, explicitando as amplas possibilidades para o desenvolvimento da civilização por meio da educação:

“Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.”

Dessa forma, a referida lei nacional explicita o amplo alcance e relevância da educação para a sociedade brasileira.

De igual modo, depreende-se, a partir da leitura dos artigos citados, que o sistema educacional brasileiro tende a ser progressista, na medida em que organiza-se de maneira que cada etapa do processo de ensino seja compatível com o desenvolvimento orgânico/biológico e social do indivíduo. Isto é, o desenvolvimento global do cidadão depende do cumprimento de cada fase/etapa da educação, sejam elas básica e superior.

3 | CONCLUSÕES

A partir do desenvolvimento deste artigo, foi possível compreender que a Instrução não é sinônimo de Educação. Aquela é, necessariamente, parte desta última.

Em síntese, foi possível entender, ainda, que a educação familiar possui importante influência no desenvolvimento da educação escolar e das demais formas de educação no contexto social, na medida em que, na família, os indivíduos são expostos às primeiras noções de valores morais e éticos, bem como ao afeto, à disciplina, à segurança etc.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 fev. 2020.

KANT, Emanuel (1724-1804). **Sobre a Pedagogia** – (Textos Filosóficos). Edições 70, Lisboa: Portugal, 2019, 2ª ed.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO ELEMENTO PRIMORDIAL PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 12/03/2020

Lucineia Evangelista

Assistente Social graduada pela Faculdade Padre João Bagozzi. Curitiba- Paraná. <http://lattes.cnpq.br/2206960252399603>

Gilcéia Martins dos Santos

Professora da Graduação de Serviço Social da Faculdade Padre Joao Bagozzi – Curitiba – Paraná – Especialista. <http://lattes.cnpq.br/9004714996058059>

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo estudar as condições objetivas da realização do estágio supervisionado como elemento primordial no processo de ensino aprendizagem para a formação profissional na graduação em Serviço Social da Faculdade Bagozzi, utilizando o materialismo histórico-dialético será apresentado o processo histórico do Serviço Social; expondo em que condições se estabelecem as relações entre o processo de formação dos alunos e de supervisão, dos supervisores de campo e supervisores acadêmicos na graduação de Serviço Social na Faculdade Bagozzi. Pois o estágio tem papel essencial no processo de formação profissional

acompanhado da supervisão que visa propiciar a reflexão, análise crítica das condições objetivas vivenciando a dimensão investigativa e interventiva da profissão. Realizou-se a pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa tendo como sujeitos os supervisores de campo e acadêmicos e os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Supervisionado. Supervisão Direta. Formação profissional. Faculdade Bagozzi. Processo Ensino-Aprendizagem.

SUPERVISED INTERNSHIP AS A PRIMORDIAL ELEMENT FOR THE TEACHING LEARNING PROCESS FOR VOCATIONAL TRAINING

ABSTRACT: The research aims to study the objective conditions of the performance of the supervised internship as a fundamental element in the teaching-learning process for the professional training in the undergraduate course in Social Work at Faculdade Bagozzi, using the historical-dialectical materialism the historical process of the Service will be presented. Social; exposing under what conditions the relationships are established between the process of training students and supervisors, field supervisors

and academic supervisors in the undergraduate course in Social Work at Faculdade Bagozzi. Because the internship has an essential role in the professional training process accompanied by supervision that aims to provide reflection, critical analysis of objective conditions experiencing the investigative and interventional dimension of the profession. Bibliographic and field research with a qualitative. Approach was carried out with subjects as field supervisors and academics and students.

KEYWORDS: Supervised Internship. Direct Supervision. Professional qualification. Bagozzi College. Teaching-Learning Process.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado de questionamentos levantados durante o período de estágio obrigatório realizado junto à Coordenação de Estágio do curso de Serviço Social da Faculdade Padre João Bagozzi. Foi tema desta pesquisa as condições objetivas para a realização do estágio supervisionado como elemento primordial para o processo de ensino aprendizagem, para a formação profissional na graduação em Serviço Social da Faculdade Bagozzi. O curso de Serviço Social da Faculdade Bagozzi, tem a preocupação de formar profissionais comprometidos com a comunidade e uma das etapas de formação é o estágio supervisionado. A concepção de estágio envolve contradições que merecem serem debatidas e instigaram a acadêmica a pesquisar em que condições o estágio tem sido realizado, pois o mesmo tem papel fundamental no processo de formação profissional. Esse processo é histórico, segue os avanços da profissão e desde o surgimento da mesma o estágio faz parte dessa etapa formadora. Acompanhado da supervisão, enfrentando todas as questões instigadoras dos espaços sócios ocupacionais e que implica ter postura investigativa diante dos novos elementos da realidade, com alternativas de atuações concretas.

O processo do estágio é complexo e tem seu fundamento no trabalho visando sua capacitação profissional, dirigido por diretrizes curriculares e entendido como atividade curricular obrigatória que se estabelece a partir da inserção do aluno no espaço sócio ocupacional. Esta inserção destaca-se como momento privilegiado de aprendizagem. Necessitando de supervisão direta para enfrentar o dilema do confronto com o cotidiano da realidade social dos campos de estágio. Direcionando as mediações necessárias para o desenvolvimento da capacidade do discente de produzir conhecimentos e intervir na realidade em que está inserido. O cotidiano do estágio supervisionado é o momento de troca de experiências entre os sujeitos envolvidos nesse processo, é rico de possibilidades e construção de ensino-aprendizagem de forma mais completa e melhor apreendida, contribuindo positivamente do ponto de vista prático, teórico e reflexivo. A partir das indagações

propôs-se o seguinte problema: Quais são as condições objetivas que proporcionam o desenvolvimento do estágio como parte do processo de formação dos alunos da Faculdade Bagozzi?

2 | ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL

No Brasil, o Serviço Social surge no século XX, mais precisamente em 1930, respaldado pela Igreja Católica, com caráter de filantropia, baseando sua conduta no Serviço Social europeu e norte-americano. Este profissional aparece em função da questão social crescente decorrente do capitalismo industrial. É contratado pela burguesia, mas para atender a classe operária, configurando os antagonismos próprios do sistema capitalista. A profissão desenvolve-se juntamente com as transformações ocorridas na sociedade brasileira. Do século XVIII para o século XIX o país vivia da agricultura. É no início do século XX que a sociedade capitalista brasileira se desenvolveu e fez a transição de centro agroexportador para centro industrializado, trazendo impactos para a vida da população. Nesse processo, aumentou a classe trabalhadora, o custo de vida e, como reflexo disto, aumentou a pobreza. Após a crise de 1929 o cenário da sociedade brasileira é de reorganização das esferas estatal e econômica. (BATTINI, 2009, p. 29-32).

As primeiras instituições assistenciais são criadas nos anos quarenta, legitimando essa atividade pela sociedade e Estado. Torna-se assim, o Estado regulador e os profissionais executores das políticas sociais. Segundo Portes (2016), entre os anos de 1940 e 1950, a profissão buscou legitimar-se por meio de movimentos acadêmicos e políticos, refletindo sobre o exercício profissional e o caráter interventivo da profissão. No final desta década, a profissão sofre influência do funcionalismo norte-americano, rendendo “comportamento tecnicista, marcado pela reprodução do método e pela separação entre teoria e prática”. (LIMA; SILVA, 2016, p. 49). O profissional terá caráter conservador e de filantropia baseando sua conduta no Serviço Social europeu e norte-americano. Este perfil é gestado porque as primeiras escolas eram confessionais, dirigidas pelo pensamento filosófico tomista e neotomista, próprio da Igreja Católica. Assim, a profissão surge no seio da igreja Católica.

O movimento de ruptura se inicia na efervescente década de 1980, na qual se observa um salto na qualidade acadêmico-profissional. Ocorreram mudanças significativas na sociedade civil. Após a ditadura, ocorreu expansão monopolista, avanços tecnológicos, havendo uma reorientação, o que impulsionou a qualidade e fez com que a profissão adquirisse visibilidade pública. Iamamoto (2001, p. 90) diz que esses anos marcam a “maturidade intelectual e profissional dos assistentes sociais”. A ética torna temática central na discussão da categoria, juntamente com

os fundamentos teórico-metodológicos e a historicidade. A profissão é reconhecida como especialização do trabalho. Os anos de 1990 são marcantes para a profissão, o Projeto Ético-Político (PEP), construído na década anterior, consolida-se através dos marcos normativo, que são “as bases do PEP, respectivamente, o Código de Ética profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996”. (ABRAMIDES, 2016, p. 470).

O Serviço Social no Paraná foi partidário desta história. Tem sua gênese conforme Battini (2012), em três conjunturas, econômico-políticas (1930-1947, 1951-1955, 1956-1959). Sob o ponto de vista da economia, a particularidade desta história no Paraná em sua gênese e institucionalização, é permeada pelas forças e interesses de uma fração da burguesia ligada à indústria ervateira e ao comércio da madeira e do aço, em tempos de expansão territorial do Estado, em transição da economia agroexportadora para o urbano industrial. Com a emergente classe trabalhadora, recrudescem as expressões da questão social, as quais se configuram em objetos de intervenção do assistente social. Aliado a economia toma relevo o pensamento da Igreja renovada. Emergem as bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico assumindo os trabalhos de promoção humana e acolhendo as demandas do capital e de uma das suas importantes requisições: os serviços sociais. (BATTINI, 2012).

3 | PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Segundo Pereira (2014), a década de 1990 registra um franco processo de expansão e mercantilização do ensino superior, pautados no pressuposto de que a educação é um “bem público”, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem serviços educacionais com caráter inovador. Neste período de auge das políticas neoliberais presenciamos investimentos cada vez menores do Estado na educação superior pública, transformando a educação em mercadoria, modificando o cenário educacional, instaura-se a competitividade visando à lucratividade. Pereira afirma que “a característica do ensino superior a partir dessa década é: privado, mercantil e não universitário”:

A ação estatal na política educacional de nível superior a partir dos anos 1990 foi e é um determinante fundamental para proporcionar tal perfil expansionista: de um lado, enxugou recursos/ investimentos para o setor público, precarizando as condições do trabalho docente e a formação profissional, proporcionando uma clara desvalorização da universidade pública brasileira; de outro, criou uma farta legislação, que garantiu subsídios fiscais e incentivos financeiros para o fortalecimento e a expansão do setor privado mercantil, atraindo segmentos das camadas médias para o consumo desse tipo de “serviço” educacional, descaracterizando-o como um direito social (PEREIRA, 2014, p. 183).

Com a aprovação, em 1996, da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro, Lei de

Diretrizes e Base da Educação (LDB), incorporou-se:

A explicitação dos variados tipos de IES admitidos por universidades se admitiu a instituição que articulasse ensino e pesquisa. A nova Lei fixou a obrigatoriedade do recredenciamento das instituições de ensino superior, precedida de avaliações, além de estabelecer a necessidade de renovação periódica para cursos superiores. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 07).

Desde a aprovação da lei supracitada, em consonância com as diretrizes do Banco Mundial para os países em desenvolvimento, principiou uma série de Mudanças para ensino superior, ampliou as possibilidades de oferta de educação privada e ocorreu um crescimento abrupto de cursos na modalidade EaD, revelando um interesse empresarial nos cursos exploráveis pelo capital, principalmente na área de Humanas.

Nos anos 2000, direcionada pela política neoliberal, a educação superior brasileira passa por reformas: um conjunto leis, decretos e medidas provisórias com ações que afetam a educação no país. Destacando o Plano Nacional da Educação (PNE) aprovado em 2001, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para todos (PROUNI), a modalidade de Educação à Distância (EaD) e, mais recentemente, a Lei nº 11.788/2008, conhecida como a Lei do Estágio. Neste cenário, o Serviço Social como uma profissão que se desenvolve com a sociedade, busca nova direção curricular para enfrentar os desafios propostos pelas expressões da reforma do Estado.

Segundo Castro (2015), a instauração do Código de Ética e a Lei que regulamenta a profissão, ambos de 1993 foram conquistas influenciaram as Diretrizes Curriculares, que é integrante do processo de formação histórico e de luta da categoria profissional. Essas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social foram aprovadas em 08 de Novembro de 1996, sendo desde 1994 amplamente discutidas com toda categoria Profissional. A necessidade de um marco comum que normatiza e dá padrão de qualificação e universalidade a formação, foi nessa direção pensada às diretrizes pela ABESS. Salienta-se que essas diretrizes estão em consonância com a lei que regulamenta a profissão do Serviço Social, a Lei nº 8.662 de 07 de Junho de 1993 e a Resolução CFESS nº 273 de 13 de Março de 1993, que institui o Código de Ética do Assistente Social e contém toda direção para o exercício da profissão. Contém a teoria e visão crítica adotada pela categoria, os valores que determinarão as práticas profissionais, o compromisso com a classe trabalhadora e a emancipação societária.

No cenário neoliberal contemporâneo de transformações ocorridas na sociedade brasileira, foi formulado a Política Nacional de Estágio (PNE) em 2010, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com intuito de basear o processo formativo do Assistente Social. A referida política tem

caráter mobilizador para enfrentamento da precarização do ensino superior. A PNE aborda todos os aspectos inerentes ao estágio supervisionado. Alguns pontos são primordiais na PNE como: os princípios norteadores para a realização do estágio, que estão em concordância com o código de ética da profissão, a concepção de estágio, estabelecendo duas modalidades, o obrigatório e o não obrigatório, sendo que o obrigatório vincula-se ao projeto ético-político da profissão.

4 | O CAMINHO DA PESQUISA NA FACULDADE BAGOZZI

A pesquisa foi realizada na Faculdade Padre João Bagozzi, com 49 (quarenta e nove) alunos do 5º, 6º, 7º e 8º período do curso de Serviço Social, 29 (vinte e nove) supervisores de campos, dos quais 09 (nove) responderam, e 02 (dois) supervisores acadêmicos. O planejamento inicial era enviar por e-mail os questionários ao público pesquisado. Mas para garantir êxito no número de alunos pesquisados, optou-se por aplicar os questionários para estes em sala de aula. Enviando por e-mail para os supervisores de campo e supervisores acadêmicos. Foram elaborados três questionários diferentes com perguntas abertas e fechadas.

Após a aplicação dos questionários alunos, analisando-se as informações obtidas e baseadas nos objetivos específicos elencados, surgiram três categorias de análise, A primeira categoria foi nomeada “Perfil dos alunos inseridos nos campos de estágio”, a segunda “Estágio processo formativo: Campo de estágio” e a terceira “Articulação teoria e prática”. Dos questionários dos supervisores, emergiram destas informações três categorias; “Perfil profissional dos supervisores”, a segunda “Desafios da supervisão no processo de formação profissional” e a terceira e última “A importância da relação entre supervisor acadêmico e supervisor de campo”.

A categoria: Perfil dos alunos inseridos nos campos de estágio. De acordo com a pesquisa, caracteriza-se o perfil dos alunos de Serviço Social, como aluno/trabalhador. Este aluno precisa exercer atividade remunerada para permanecer estudando. O campo que mais alunos estão inseridos é o da Saúde. Na categoria: Estágio componente do processo formativo: campo de estágio. Inicia-se esta categoria pontuando que o estágio é um componente curricular obrigatório, por isso, não é atividade complementar, faz parte do processo formativo que ocorre durante todo o período de graduação. Para os alunos da Faculdade Bagozzi, o principal impedimento enfrentado para serem inseridos nos campos foi a dificuldade em conseguir um estágio, devido o horário para a realização não ser condizente com os seus trabalhos remunerados. Isso se justifica porque os alunos da Faculdade Bagozzi têm a peculiaridade de estarem inseridos no mercado formal de trabalho e frequentarem o curso no período noturno, restringindo o horário de estágio para os finais de semana. Na categoria: Articulação teoria e prática. Os alunos inseridos

no campo de estágio tem a supervisão direta de um supervisor de campo e um supervisor acadêmico, é na articulação entre esses atores que se operacionaliza o estágio. Perguntou-se para os sujeitos da pesquisa, como era construída a mediação entre teoria e prática no âmbito da supervisão de campo e a supervisão acadêmica. Para 8 (oito) alunos pesquisados, não souberam fazer esta relação, optando por não responderem esta questão. Na percepção de 04 (quatro) alunos, a mediação não ocorre na totalidade. Os alunos citam a falta de tempo e também o não compromisso com o aprimoramento intelectual como condicionantes para a inexistência dessa interação.

No questionário dos supervisores, a categoria: Perfil profissional dos supervisores. O objetivo desta categoria é conhecer os sujeitos da pesquisa, apresentar algumas características, é conhecer as particularidades de cada profissional, relacionado à sua área de atuação, tempo de formação e sua experiência profissional de forma a refletir-se sobre as condições objetivas que o estágio como processo se materializa. A participação era voluntária, apenas 09 supervisores aderiram à pesquisa e 20, ou seja, a maioria não aceitou participar. Os dados obtidos revelam que o tempo (em anos) de ação profissional (graduação): são de 13-16 anos, a maior área de atuação é a Educação. Quanto à idade (anos) caracterizam-se pela heterogeneidade, inicia-se com 20 – 55 anos. A maioria possui uma ou mais especialização, além da graduação. Um aspecto interessante diz respeito ao tempo que os supervisores trabalham na instituição/campo de estágio, acima de 05 anos. E todos os supervisores começaram a exercer a atribuição da supervisão de campo, após 05 anos de graduação.

Na categoria: Desafios da supervisão no processo de formação profissional. No operacionalizar do estágio curricular a supervisão é essencial neste processo de ensino-aprendizagem. Mas algumas dificuldades são enfrentadas pelos supervisores para sua efetivação, ocasionando-se equívocos. Foi questionado sobre o papel da supervisão de estágio no processo de formação profissional dos estudantes. E a maioria entende como fundamental essa função de direcionamento do estagiário para o conhecimento da dinâmica institucional, reflexão das possibilidades de ação profissional comprometida com o projeto ético-político. Outro aspecto apontado como a maior dificuldade para a condução do exercício da supervisão de campo foi o tempo. É a construção da identidade que requer tempo, inicia-se na formação e continua no exercício profissional. A falta de capacitação também foi apontada como dificuldade do profissional de campo.

Para a categoria: A importância da relação entre supervisor acadêmico e supervisor de campo. Conforme direcionamento das Diretrizes Curriculares, PNE e o PPC da Faculdade Bagozzi o estágio se efetiva de fato com a articulação de todos os sujeitos envolvidos neste processo. Assim, questionou-se, Se o curso de Serviço

Social da Faculdade Bagozzi mediante ao processo de estágio, tem desenvolvido a criticidade e as competências profissionais necessárias para a ação profissional. As respostas mostra que o curso tem procurado propiciar este desenvolvimento, a fim de capacitar os alunos para um agir qualificado. Questionado sobre a percepção da relação entre Unidade de Formação Acadêmica e o campo de estágio, as respostas indicam o conhecimento da importância dessa articulação e relatam que as condições objetivas de trabalho dos supervisores acadêmicos e de campo necessitam de precaução. Existe uma intenção de interação, trabalhar coletivamente realizando tarefas conjuntas, excluindo o distanciamento entre instituição/campo e instituição de ensino.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação profissional é dinâmico. O componente curricular obrigatório, estágio supervisionado, configura-se neste processo de formação que é refletido na capacitação do estudante para o trabalho cotidiano profissional. Seu pressuposto é propiciar ao discente a inserção no espaço sócio ocupacional, possibilitando conhecer os aspectos contraditórios do qual transcorre o exercício profissional. Com os dados levantados consegue-se esboçar o perfil dos alunos da Faculdade Bagozzi. Que é o perfil de aluno/trabalhador, pois a maioria exerce uma atividade remunerada e não consegue permanecerem no curso sem esta renda. Muitos são os condicionantes que afetam o processo formativo. Essas condições geram tensões nos discentes. Percebe-se que a saúde é o maior campo que os alunos se inserem, exatamente por ter a opção de fazer o estágio no fim de semana. Pois não conseguem ser liberados do emprego para realizar esta atividade. Para a pesquisadora, enquanto estagiária na Coordenação de Estágio, foi possível perceber a dificuldade em conseguir campos para o fim de semana. Os campos estão se fechando e sendo transferidos para durante a semana, por motivos de redução dos profissionais nestes espaços, a carga horária ser 30 horas semanais, permanece no fim de semana um número menor de profissionais com uma grande demanda, inviabilizando o estágio.

A supervisão direta orientada pela categoria profissional tem sido feita. Ressalta-se aqui, que muitos alunos desejam mais tempo de supervisão, mais tempo para leituras acerca do campo, debates dos atendimentos, mas isso é impossibilitado pela grande demanda do campo, pela rotina dos alunos, que tem atividades para fazerem no trabalho, na faculdade e no estágio, acumulando grande número de atividades. A aprendizagem necessita de tempo para assimilação do conhecimento, mas na conjuntura atual de redução e retrocessos de direitos, o tempo se torna escasso para a aprendizagem totalizante. Constatou-se que os alunos sabem a importância

da indissociabilidade entre a teoria e a prática. Como é primordial esta conexão, o campo de estágio exige esta articulação para se transformar em unidade. Mas verificou-se também, alunos que tem uma visão equivocada da mesma, tem um entendimento endógeno e messiânico da profissão.

Quanto aos supervisores o perfil é de experiência, a maioria tem mais de 13 (treze) anos de profissão. São comprometidos com a formação continuada e aprimoramento intelectual, possui alguma especialização a grande maioria. Por outro lado, existe um déficit referente à capacitação específica para exercer a supervisão. Tem supervisores exercendo esta atividade pela primeira e vez. No quesito supervisão, nota-se uma necessidade urgente de um evento periódico possibilitando a capacitação dos supervisores. Os supervisores acadêmicos e de campo mostraram-se conhecer as normatizações vigentes que regulamenta o estágio supervisionado e a imprescindível articulação das supervisões para o ensino aprendizagem se efetivar na sua totalidade. Porém o estudo apontou uma lacuna que precisa ser corrigida. O obstáculo que foi pontuado por todos os supervisores foi o tempo. Os supervisores de campo sinalizaram a falta de uma aproximação maior da faculdade, principalmente caracterizado pelas visitas ao campo de estágio. E os supervisores acadêmicos sinalizam isso também, não há tempo suficiente para as visitas a todos os campos, surge um impasse que convém ser desfeito em conjunto. Sugere-se ter um encontro no início de todo semestre com a participação de todos os supervisores para alinhamento de todas as atividades do estágio, melhorando assim, as condições de realização do estágio, seja na forma de organização e funcionamento ou na em relação às condições dos supervisores e dos espaços de atuação.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.127, p. 456- 477, set./dez. 2016.

BATTINI, Odária. **As determinações sócio-históricas do Serviço Social no Paraná: Gênese e Institucionalização 1940/1959**. ed. Londrina: Eduel, 2009.

CASTRO, Ana Flávia Luca. **Formação profissional em serviço social: Estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante**. 188 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138490/000864726.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 25 de maio de 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13. ed. São Paulo: Cortez; (Lima, Peru): CELATS, 2001.

LIMA, Laura Cristina Gomes; Silva, Hilda Maria Gonçalves. A Formação do Assistente Social no Brasil: Contextualização Histórica. **Camine: Caminhos da Educação**, Franca, v. 8, n. 2. p. 45-57, 2016. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Gviomt1kgGUJ:https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/download/1921/1823+&cd=1&hl=pt BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 19 de novembro de 2017.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EaD e presenciais. **Temporalis**, [S.l.], v. 1, n. 27, p. 181-202, ago. 2014. ISSN 2238-1856. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7189/5844> . Acesso em: 22 de novembro de 2017.

SANTOS, Adilson Pereira; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas. Ensino Superior: Trajetória Histórica e Políticas Recentes. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis, 25 a 27 de novembro, 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

EXPRESSÕES CIBERNÉTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: APLICATIVOS E REDES SOCIAIS

Data de aceite: 04/05/2020

Henrique Hugbert de Oliveira Reis

Graduando em Ciências Sociais pela
Universidade Federal do Pará.

E-mail: henriquehugbert@gmail.com

Artigo enviado para o I Encontro Norte e Nordeste da
ABCiber no GT 03

RESUMO: A presença do ciberespaço e sua possibilidade de compartilhamento de informações instantâneas moldam a sociedade do século XXI, dando oportunidade para a criação e divulgação de sites e aplicativos móveis dos mais diversos interesses e objetivos, dentre estes *softwares* existem os criados com intuito de expressar questões de segurança pública, tais como mapeamento de criminalidade e eventos que fragilizam a segurança pública cotidiana. O artigo busca analisar aplicativos e sites brasileiros de expressão popular de segurança pública e sua relação com o ofício estatal, suas problemáticas e se a existência dos mesmos impacta positivamente na manutenção de políticas públicas de segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança pública, ciberespaço, aplicativos, internet, criminalidade.

INTRODUÇÃO

A Internet é fundamental para a interação social no século XXI, sua existência no cotidiano passa gradativamente de vantagem para necessidade ao ponto de que certos serviços e solicitações só podem ser feitos online. O ciberespaço impulsiona vários dos mecanismos capitalistas em nossa sociedade, tendo todo um mercado e decisões empresariais voltadas para a internet assim como aprimoramento de mecanismos obsoletos. Isso se dá pela mudança de necessidades da sociedade pós-industrial para a sociedade cibernética que emerge com novos desafios e demandas. Assim, um amplo mercado se abriu graças a internet e sua existência se torna cada vez mais relevante para aqueles que querem adentrar o mercado cibernético.

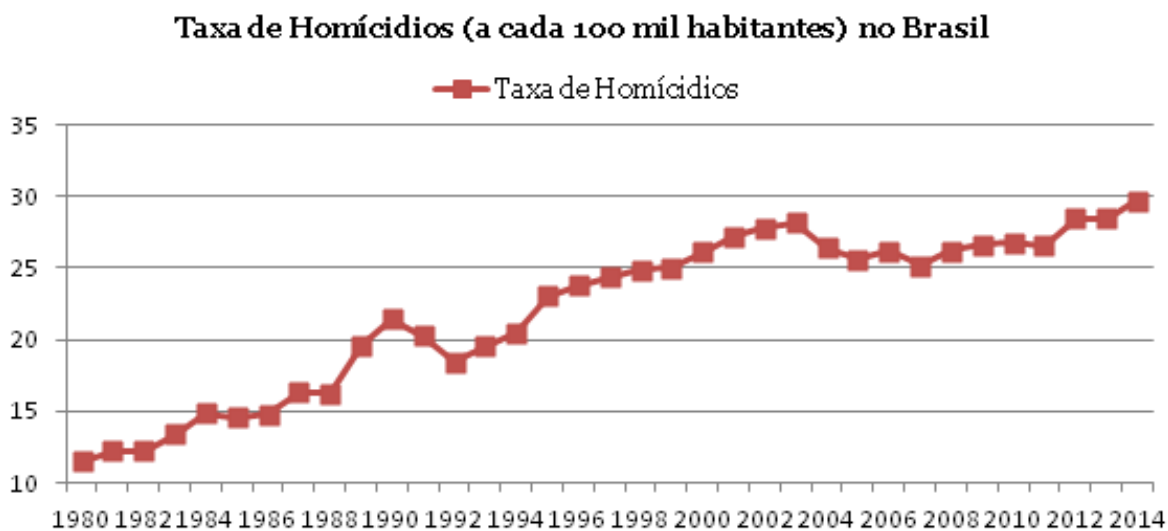
A sociedade atual consome informações sobre os mais diversos assuntos e eventos do cotidiano, levantando sérias questões quanto sua veracidade e a expressão popular sobre o ocorrido, visto que diversos assuntos que fogem das mídias tradicionais possuem espaço na internet para ampla divulgação. No ato de criação de conteúdo e sua divulgação

um vasto número de sites e aplicativos existem com suas devidas finalidades, fazendo com que a questão de segurança pública seja um assunto corriqueiro no cotidiano cibernético e se expressa em notícias, comentários e dados expostos publicamente, sua manifestação tem recorrentemente um tom de denúncia e/ou repúdio.

No ciberespaço brasileiro é amplamente comentado e questionado a eficiência da segurança pública e os índices de violência, ocorrendo a criação de *softwares* voltados para o assunto numa busca de auxiliar a segurança dos usuários de forma preventiva. A ideia de utilizar o ciberespaço para auxílio público é uma concepção aplicada pelo Estado em diversas frentes de serviço, a questão de segurança pública apresenta expressões governamentais e informais. Neste trabalho foram escolhidos 05 *softwares* de segurança pública e suas respectivas funções que serão expostas a seguir.

JUSTIFICATIVA

Com sua expressão midiática pelo ciberespaço, os índices de homicídios são os que mais impactam a opinião pública sobre segurança e atuação Estatal. A necessidade de análise dos aplicativos vem do crescente índice de violência no Brasil como mostra a tabela a seguir com dados coletados até 2014:



Fonte: TABNET do DATASUS - Atualizado e baseado em Cerqueira (2014)

Aliado com a onda de *softwares*, que buscam facilitar a rotina de seus usuários, a internet já é comumente usada para a comunicação de trânsito urbano e acontecimentos na região do usuário. Essa praticidade de informação fica tangente à questão de segurança do usuário, fazendo com que haja uma necessidade de se criar *softwares* para lidar com questões de segurança pública. A problemática ocorre

quando se populariza aplicativos que exercem um papel que é de responsabilidade do Estado e como afeta a estrutura já existente, é necessário uma análise da expressão que estes *softwares* exercem e se sua presença é benéfica ou maléfica em seu ofício e quais medidas devem ser tomadas quanto sua existência.

Os aplicativos analisados levam três categorias definitivas em sua expressão: a primeira é a de *software* estatal que faz parte do planejamento do Estado-nação sobre segurança pública na questão de registro de boletim de ocorrência; a segunda é de *software* informal que exerce função similar a estatal de registro; a terceira é a de *softwares* de segurança que exercem um papel de relatar acontecimentos que expõem o usuário a riscos de vida. Nesse terceiro tópico será analisado aplicativos que relatam questões de tiroteios no Rio de Janeiro e seu perímetro.

A SEGURANÇA PÚBLICA NACIONAL E SEU CENÁRIO

O Brasil atualmente perpassa por uma grave crise de segurança pública, problemas estruturais sociais de longa data cresceram a níveis alarmantes tornando a rotina urbana cada vez mais conturbada e arriscada, os índices de violência no Brasil subiram expressivamente do início do século XXI até o ano de 2018. As percepções destes índices reverberam na opinião pública e suas manifestações na internet (nos portais de notícias e nas publicações individuais), os bancos de dados sobre índices gerais de violência e criminalidade Estatais na internet (como IBGE, por exemplo) dão acesso público a dados que expressam a realidade Brasileira. Discute-se os motivos das quais levaram o país a atual problemática de criminalidade, o *paper* tratará dessa questão apenas de forma a sustentar o cenário na qual a argumentação principal se posiciona, sem se aprofundar nas motivações históricas e estruturais da criminalidade.

A repercussão negativa na internet sobre a atuação estatal em questões de segurança pública leva os usuários a se posicionarem de forma revoltosa, clamando por soluções e buscando formas de auxiliar outros usuários com informações sobre acontecimentos ou denúncias. Essa atuação coletiva leva a criação de canais de informação por meio das redes sociais como forma de alertar e eventualmente criar um banco de dados informal com o registro de criminalidade pelo ciberespaço. O principal conceito da manifestação de segurança pública por usuários sem vínculo com o Estado é a de que o mesmo expressa e acumula dados por visualizar que o Estado não o faz de forma eficiente, por vezes questionando a atuação e eficiência Estatal na manutenção da segurança pública.

A EXPRESSÃO CIBERNÉTICA: OS SOFTWARES

Os *softwares* de segurança pública que emergem na internet nesse cenário nacional apresentam duas frentes distintas: a atualização e aprimoramento dos mecanismos estatais pelo uso de *softwares* para atender necessidades sociais pela internet, e a criação de *softwares* informais por indivíduos ou grupos que veem a necessidade de transparecer problemáticas de segurança pública. Esse processo é feito por meio de informações em tempo real ou de banco de dados por ocorrência registrada de forma que visualizaram a necessidade de tomar providências por si mesmos ao invés de aguardar o Estado tomar uma frente nesse quesito. Os programas escolhidos para análise são “onde fui roubado”, “BO coletivo”, “fogo cruzado”, “onde tem tiroteio” e o registro de ocorrência online da Polícia Civil do Pará.

Onde Fui Roubado

O site “Onde Fui Roubado” (Imagem 01) possui uma interface local onde fica visível os crimes que ocorreram na cidade a partir da localização do usuário. O mesmo pode relatar se fora vítima de um crime, especificar, e anexar ao mapa a localização do ocorrido, criando um mapa da criminalidade. Além disso, o site disponibiliza estatísticas dos crimes e do gênero das vítimas, assim como a porcentagem dos relatores que afirmaram terem feito boletim de ocorrência numa delegacia convencional.

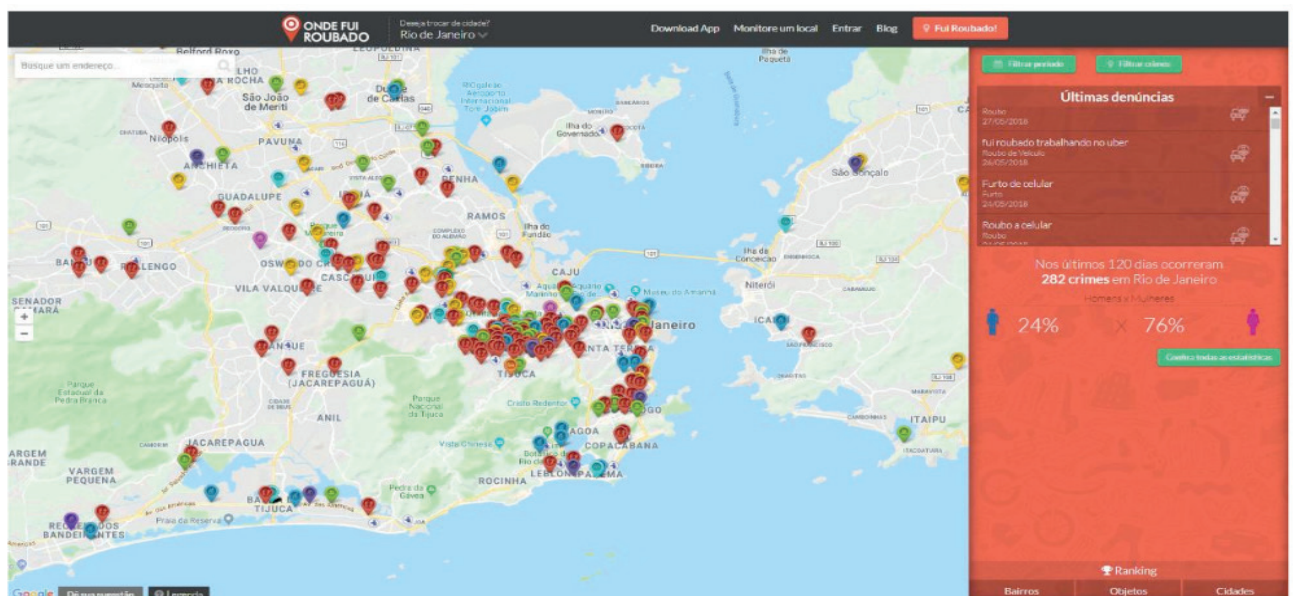


Imagem 01: Layout do site ondefuiroubado.com.br com as ocorrências e sua visualização individual.

B.O Coletivo

O aplicativo mobile “BO Coletivo” tem como objetivo mostrar quais ruas são

perigosas e os crimes que ali ocorreram. Todas essas informações são relatadas por usuários e o aplicativo mobile mostra a partir de um mapa quais índices de criminalidade no perímetro selecionado, dando assim, a oportunidade do usuário registrar uma ocorrência que será depositada no banco de dados e visualizada por outros usuários. A ideia do aplicativo segue o mesmo objetivo do “Onde Fui Roubado”.

Fogo Cruzado

A plataforma tem como objetivo alertar seus usuários sobre tiroteios que ocorrem na região do Rio de Janeiro, como forma de prevenção de riscos, alertando sobre eventos de tiroteio e criando um mapa dos tiroteios na região (Imagem 02). O *software* se vê cada vez mais presente na rotina carioca com a ascensão do número de tiroteios na capital desde o início do ano de 2018, ocorrendo 2389 disparos na capital carioca nos 100 primeiros dias do ano de acordo com o próprio site. A plataforma também disponibiliza relatórios de vítimas, número de ocorrências e a possibilidade de seus usuários relatarem tiroteios na cidade, atualmente a plataforma estendeu suas atividades para Recife.

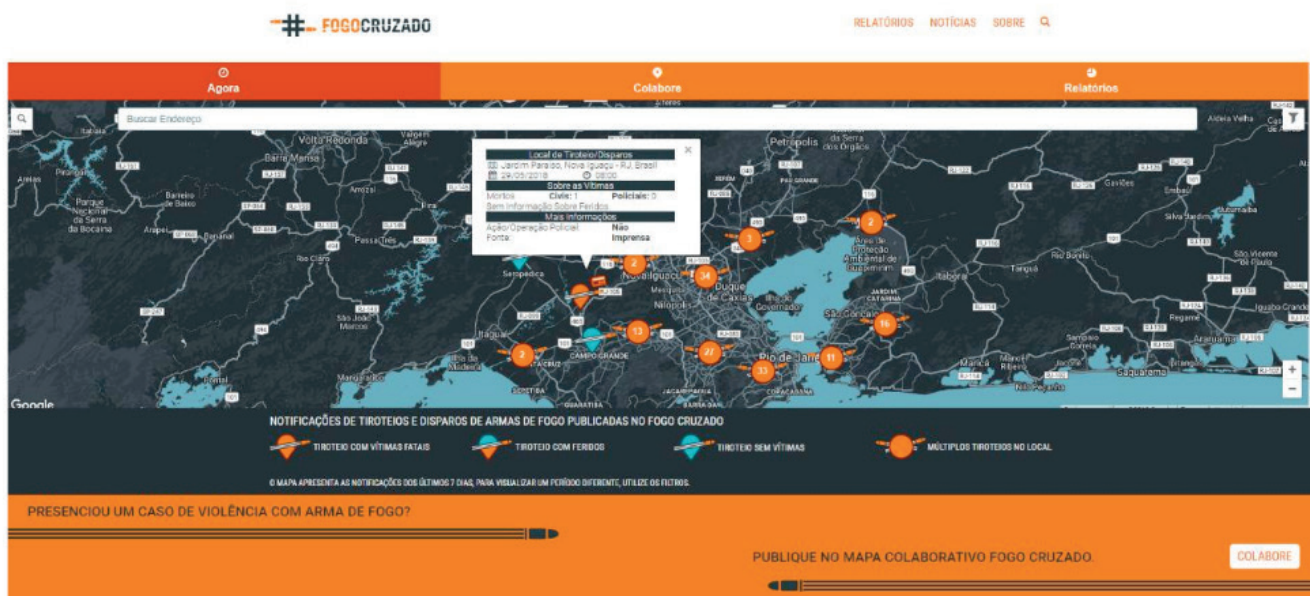


Imagem 02: Layout parcial do site fogocruzado.org.br com locais de tiroteio e relatório de danos e perdas.

Onde Tem Tiroteio (OTT)

O aplicativo OTT é exclusivamente mobile e possui objetivo semelhante ao do “Fogo Cruzado”, alertando o usuário em tempo real de tiroteios na capital do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sua atuação possui a praticidade de alertar o usuário diretamente pelo *hardware mobile*, dando visibilidade semelhante ao fogo cruzado das ocorrências na cidade que fragilizam sua segurança pessoal.

SOFTWARE ESTATAL

O *software* disponibilizado para uso público de registro de ocorrência possui sua presença estadual e federal. Comumente à plataforma da qual o cidadão utilizará para registro de ocorrência online é a de esfera estadual, variando de estado para estado, o *software* pode ser mais moderno e funcional ou arcaico e desatualizado. A análise feita de plataforma estatal fora da Polícia Civil do Pará está disponível em <http://www.delegaciavirtual.pa.gov.br/> (Imagem 03) e que disponibiliza a criação de boletim de ocorrência na qual deverá ser encaminhada para oficialização numa seccional urbana. A tipologia de crimes disponíveis na delegacia virtual são extravio/perda de documentos ou celular, crime (furto, roubo, contra mulher), acidente de trânsito sem vítima, disponibilizando também segunda via de boletim de ocorrência.



Imagem 03: Layout parcial da página <http://www.delegaciavirtual.pa.gov.br/>

DUAS FRENTES DE EXPRESSÕES: ESTATAL E INFORMAL

As expressões cibernéticas de segurança pública apresentam frentes semelhantes na Estatal e informal, apesar de existirem plataformas que diferem dos objetivos das Estatais como “Fogo Cruzado” e “OTT” que possuem o objetivo informativo e preventivo. Os aplicativos de boletim de ocorrência informais e estatais se assemelham em seus objetivos sendo apenas a visibilidade das ocorrências o fator que determina a diferença. Aplicativos estatais sucedem o registro que gera a ocorrência para procedimento em seccional urbana (ainda assim não sendo possível relatar qualquer tipologia de crime, apenas os mais recorrentes) e a visualização das estatísticas de ocorrência ficam ocultas para o público, não tendo o mapa interativo que os programas informais possuem.

OS PROS E CONS

Os aplicativos “Fogo Cruzado” e “OTT” apresentam uma frente inovadora de

segurança pública por serem iniciativas civis que implicam na integridade do cidadão de forma preventiva. Sua presença ganha repercussão midiática e se apresenta como necessária frente às adversidades sociais da rotina metropolitana do Rio de Janeiro. Os aplicativos “BO Coletivo” e “Onde Fui Roubado” apresentam duas funcionalidades atrativas ao usuário: transparência dos dados e praticidade; dois aspectos essenciais na rotina sócio-cibernética atual, ambas as frentes informais são vantajosas em sua ideia pela acessibilidade e por atender necessidades sociais pertinentes de segurança pública.

A problemática quanto à existência dos *softwares* estatais recai no conflito com os aplicativos informais de Boletim de Ocorrência, pois os dois possuem o mesmo objetivo com layouts diferentes, já que enquanto os informais dão visibilidade aos casos relatados, os estatais dão o alcance e a possibilidade de tramitação legal do caso e possivelmente um prosseguimento judicial da ocorrência. Esse alcance não é possível pelos aplicativos informais, sendo necessário o usuário fazer uma ocorrência tanto na plataforma informal quanto na estatal, tornando redundante a ação. E ainda sendo margem para a problemática do usuário preferir fazer a ocorrência apenas na plataforma informal pela sua praticidade, criando um banco de dados que a polícia não tem acesso, limitando a visualização da criminalidade pelo Estado que é essencial para a definição estratégica de segurança pública.

CONCLUSÕES

O ciberespaço se apresenta como plataforma de aprimoramento das expressões de segurança pública por parte da sociedade. A dinâmica e praticidade criam a oportunidade de aplicativos cada vez mais práticos de necessidades básicas/e ou rotineiras da sociedade urbana, a prática do uso pela sociedade da informação se mostra um desafio para o Estado na busca de adaptação de suas estruturas de atendimento. A presença de *softwares* que exercem funções semelhantes às do Estado demonstram que uma frente informal tem crescido na ideia de que o Estado não se faz presente no desenvolvimento cibernético e não exerce a transparência ou eficiência exigida publicamente sobre seus mecanismos de segurança pública.

A necessidade de aprimoramento de plataformas online e a criação de aplicativos mobile que possam atender as necessidades públicas se vêem necessário, com urgência, para que não haja falta de dados para traçar estratégias devidas. Assim como banco de dados informais coletando da sociedade informações com fins semelhantes sem a possibilidade de modificar de fato as estruturas Estatais de prevenção e repressão de crimes. Bem como, analisando a frente cibernética de segurança pública do Estado do Pará existe espaço para diversos aprimoramentos, análises mais profundas de *softwares* Estatais de outros estados com IDH maior

são necessários para analisar o avanço nacional na problemática, sendo necessário ainda para visualizar se a solução proposta resolve o problema aqui posto e possíveis problemáticas não visualizadas neste *paper*.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 10ª edição. São Paulo. 2013.

CASTELLS, Manuel. **The Internet Galaxy**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3ª Edição. São Paulo. Editora 34, 2010.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. 5ª Edição. São Paulo. Edições LOYOLA, 2007.

MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. 1ª Edição. New York. Bloomsbury Academic. 2013.

WELLMAN, Barry e RAINEY, Lee. **Networked: The New Social Operating System**. Massachusetts instituteoftechnology, 2012.

Fogo Cruzado. Balanço: 100 Dias de 2018. Disponível em: <http://fogocruzado.org.br/balanco-100-dias-de-2018/> acesso em 04/06/18 às 15:26

FORMAS DE PASTORAL NO BRASIL

Data de aceite: 04/05/2020

Everaldo José de Oliveira

Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em Ciências da Religião Aplicada.

Possui curso de Parapsicologia ministrado pelo Padre Juarez da Silva Farias, no Colégio Santa Sofia, Garanhuns-PE (2004). Produção técnica, participação em currículos científicos com apresentação em anais. Pós graduando - Mestrado em Teologia Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2018), dissertação título, Elementos do “Trânsito Religioso” na Atuação Pastoral, sob orientação da Prof.^a. Dr.^a Alzirinha Souza. Possui graduação em Filosofia (2003) pela Escola Teológica São Bento de Olinda - ETSBO, Olinda - PE e graduação em Teologia (2016) pela Faculdade Católica de Fortaleza - FCF, Fortaleza - CE. OLIVEIRA, Everaldo José de. INTERPRETAÇÃO DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO A PARTIR DE MEDELLIN. In: VII Semana Teológica da Faculdade Diocesana de Mossoró - Mossoró - RN, 2019.

RESUMO: As formas de pastorais brasileiras têm trazido muita discussão em torno das problemáticas vividas na atualidade. Os tipos de pastorais existentes no país refletem para a realidade das comunidades e os problemas enfrentados por elas diariamente. O objetivo de cada pastoral é a evangelização, proclamando

o Evangelho de Cristo Jesus através do serviço, do diálogo, dos testemunhos da vida em comunhão, levando a luz de Deus aos mais carentes, tentando resgatar a dignidade humana aos mais desfavorecidos socialmente, buscando uma sociedade mais igualitária e com justiça. Esse artigo tem por objetivo identificar quais são essas pastorais e os problemas enfrentados por elas e orientar para uma tentativa de solução desses problemas, quais suas funções e obrigações. Usando com base da pesquisa uma revisão sistemática através de livros e artigos sobre o assunto e a temática do Concílio Vaticano II. O enfrentamento das dificuldades encontradas nas comunidades pelas pastorais é contínuo, tem que haver uma grande abertura de consciência por parte dos colaboradores dessas pastorais para saber lidar com a realidade humana, principalmente de pobreza e marginalização, que foi o grande objetivo do Concílio Vaticano II. O Concílio também transformou a visão da Igreja a respeito de outras religiões e como cada uma ver a verdade do mundo. Foi uma novidade para formação do diálogo inter-religioso, isso deu abertura para que surgissem e sejam ainda hoje expressões de trabalho de da própria Igreja. A Igreja Católica ainda possuía raízes rurais e agrárias e voltadas para as aglomerações

urbanas que até então eram de pequeno porte, mas que a partir do Concílio Vaticano II a visão de mundo da Igreja foi se modificando. O Vaticano II traz um estilo atual sobre o novo ministério a respeito do anúncio da Palavra de Deus, ligando à teologia a inspiração pastoral que deve ser o vetor do processo de inculturação. Para isso é necessário uma linguagem pastoral que encontre consenso entre fiéis católicos e aqueles que se procura evangelizar. Faz-se urgente desenvolver uma estratégia que leve em consideração a diversidade das pessoas, das culturas e regiões. Os problemas do contexto de pastoral no Brasil é urgente e deve ser tratado com atenção pela Igreja Católica para que não afete outros setores dentro da própria Igreja criando, assim, outros conflitos de identidade religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: Pastoral Urbana; Concílio Vaticano II.

ABSTRACT: The forms of Brazilian pastoral care have brought a lot of discussion around the problems experienced today. The types of pastoral that exist in the country reflect the reality of the communities and the problems faced by them on a daily basis. The objective of every pastoral is evangelization, proclaiming the Gospel of Christ Jesus through service, dialogue, the testimonies of life in communion, bringing the light of God to the most needy, trying to rescue human dignity to the most socially disadvantaged, seeking a more egalitarian society and with justice. This article aims to identify what these pastorals are and the problems they face and to guide an attempt to solve these problems, what are their functions and obligations. Using the basis of the research a systematic review through books and articles on the subject and the theme of the Second Vatican Council. The confrontation of the difficulties encountered in the communities by the pastorals is continuous, there must be a great opening of conscience on the part of the collaborators of these pastorals to know how to deal with the human reality, mainly of poverty and marginalization, which was the great objective of the Second Vatican Council. The Council also transformed the Church's view of other religions and how each sees the truth of the world. It was a novelty for the formation of interreligious dialogue, this opened the way for expressions of work from the Church itself to emerge and still stain today. The Catholic Church still had rural and agrarian roots and focused on urban agglomerations that until then were small, but that since the Second Vatican Council the Church's worldview has been changing. Vatican II brings a current style about the new ministry regarding the proclamation of the Word of God, linking to theology the pastoral inspiration that must be the vector of the process of inculturation. This requires a pastoral language that finds consensus between Catholic faithful and those who are trying to evangelize. There is an urgent need to develop a strategy that takes into account the diversity of people, cultures and regions. The problems of the pastoral context in Brazil are urgent and must be treated with attention by the Catholic Church so that it does not affect other sectors within the Church itself, thus creating other conflicts of religious identity.

KEYWORDS: Urban Pastoral; Vatican Council II.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente muitos estudiosos da Teologia têm dado atenção especial ao tema sobre as formas de pastorais no Brasil. No que diz respeito às pesquisas sobre pastorais, percebe-se que elas estão ganhando seu espaço nas comunidades. Com a disseminação das tecnologias de informação e comunicação muitas mudanças ocorreram. Essas mudanças estão ligadas aos novos olhares a respeito das formas de expressão religiosa, interação e usos da fé, interferindo de maneira significativa nos modos de comunicação e interação entre as pessoas.

Assim, essas mudanças também se refletem nos estudos sobre os fenômenos religiosos atuais, tendo em vista, eles serem centrais na organização da vida em sociedade, conforme Libânio (1982). Segundo esse autor, em meio a esses novos contextos, a Igreja faz sua atuação de missão no mundo através das pastorais. Nesse sentido, a literatura especializada em tratar do assunto pastoral os aborda como essenciais para o processo de interação entre Igreja e sociedade e também em outras formas de interação mediadas pelas tecnologias.

Aqui no Brasil, as pesquisas sobre pastoral ganharam considerável respeito após o estudo feito por Libânio (1982) sobre esse tema, em que ele fez um tipo de análise descrevendo o que a Igreja deve ser nesses novos tempos. Nesse trabalho será enfatizada a importância que as pastorais têm dentro da Igreja para a evangelização e como se deu seu surgimento após o Concílio Vaticano II.

2 | HISTÓRICO DA PASTORAL

Conforme Fuentes (2008) A natureza do ministério da Igreja tem sua justificativa e explicação na existência da espiritualidade pastoral. Segundo o autor a palavra “pastoral” é derivada de pastor que se referia à doutrina e prática de formação de presbíteros inicialmente no seu uso no final do século XVIII e começo do século XIX, mas na atualidade esse significado foi ganhando amplitude e formando outros conceitos.

Para o autor, pastoral:

“É o ministério da Igreja, povo de Deus, que sob o impulso do Espírito Santo, atualiza a práxis evangelizadora de Jesus, voltada para a auto-edificação dela mesma e para a expansão do Reino de Deus no mundo” (FUENTES, 2008, p. 20).

Do seu lado Libânio (1982) ressalta que a ação pastoral católica ou como costumamos chamar somente de pastoral é a ação da Igreja Católica no mundo, onde, através de várias atividades a Igreja realiza sua missão evangelizadora levando Jesus Cristo a todo e qualquer grupo social. Ainda segundo o autor, a Bíblia aponta Deus como o bom pastor que cuida de suas ovelhas, que somos nós, sem

querer perder nenhuma. Jesus também é comparado ao bom pastor. A Igreja, como instituição, atua na transmissão de valores, ideologias e no serviço à comunidade, a chamada teologia pastoral.

O objetivo da pastoral, segundo Libânio (1982), é a evangelização, proclamando o Evangelho de Cristo Jesus através do serviço, do diálogo, dos testemunhos da vida em comunhão, levando a luz de Deus aos mais carentes, tentando resgatar a dignidade humana aos mais desfavorecidos socialmente, buscando uma sociedade mais igualitária e com justiça.

A Igreja divide a pastoral em três funções:

- 1) Função profética: abrange as diversas formas do ministério da Palavra de Deus (evangelização, catequese e homilia), bem como a formação espiritual dos católicos;
- 2) Função litúrgica: refere-se à celebração dos sacramentos, sobretudo da Eucaristia, à oração e aos sacramentais;
- 3) Função real: diz respeito à promoção e orientação das comunidades, à organização da caridade e à animação cristã das realidades terrestres. Neste último aspecto, a ação da Igreja engloba campos da sociedade como a saúde, a juventude, a solidariedade social, a educação e o meio ambiente¹.

As Comissões Pastorais buscam atingir públicos diferentes dentro da comunidade, se dividindo em seguimentos: Pastoral Afro-Brasileira; Pastorais Sociais: Pastoral Carcerária - tem como objetivo a evangelização das pessoas privadas de liberdade, bem como zelar pelos direitos humanos e pela dignidade humana no sistema prisional²; Pastoral da Criança; Pastoral da Mulher Marginalizada; Pastoral da Saúde; Pastoral do Menor - é um serviço da Igreja católica voltada para o atendimento de diferentes situações como, saúde, terra, trabalho, moradia, crianças e adolescentes. A Pastoral do Menor iniciou em São Paulo, em 1977, tendo como missão a “promoção e defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais”. Seu lema é “Quem acolhe o menor a mim me acolhe”³; Pastoral do Povo de Rua; Pastoral dos Migrantes; Pastoral dos Nômades; Pastoral dos Pescadores; Pastoral Operária; Pastoral Indigenista; Pastoral da Terra; Pastoral do Batismo; Pastoral da Comunicação; Pastoral de DST/AIDS - tem como objetivo o serviço de prevenção ao HIV e a assistência aos soropositivos, acompanhando e defendendo seus direitos⁴; Pastoral da Catequese; Pastoral da Cultura; Pastoral do Dízimo; Pastoral da Educação; Pastoral da Juventude do Brasil.

1. Secretariado Nacional da Educação Cristã. **Curso de Iniciação - Livro do Formando**. Lisboa (Portugal), 2003. Pág. 33

2. Página da Pastoral Carcerária

3. http://www.pastoraldomenornacional.org/quem_somos.htm.

4. Página da Pastoral de DST/AIDS

2.1 Pastoral Pós Vaticano II

Para Lamberigts *et al* (2017), o Concílio Vaticano II inaugurou uma nova etapa de conscientização do caráter da Igreja no mundo e suas relações. Ele modificou a relação da Igreja Católica com as outras igrejas por meio do seu caráter ecumênico estreitando os laços dos fiéis com seguidores de outras religiões. Para o autor, o desafio maior para aplicar o que foi discutido no Concílio “é a realização e a expressão em atos de sua proclamação efetiva” (...). Segundo Lamberigts *et al*, o Vaticano II convidou os católicos a se relacionarem com outros crentes de outras religiões, buscando novos valores que agregam na construção de uma comunidade de respeito, amor e paz.

Do seu lado Routhier *et al* (2017) corrobora quando afirma que o Concílio Vaticano II tomou um caminho de reconciliação. “Superando uma longa tradição de definir a verdade por oposição e na hostilidade para com outros pontos de vista” (...). Para o autor, ele, o Concílio, transformou a visão da Igreja a respeito de outras religiões e como cada uma ver a verdade do mundo. Foi uma novidade para formação do diálogo inter-religioso, isso deu abertura para que surgissem e sujam ainda hoje expressões de trabalho de da própria Igreja.

Segundo o autor:

“Os desenvolvimentos precedentes mostraram: a Igreja quer estar em marcha na história, par a par com homens e mulheres de boa vontade. Não é anódino que, graças ao Vaticano II, isso tenha sido notado de maneira particularmente intensa. Desse modo, a conciliaridade da Igreja, da qual o Vaticano II foi uma expressão que não poderia ter sido mais forte, é também um meio privilegiado de não só aceitar, *nolens volens*, uma certa evolução histórica da Igreja como também assumir a responsabilidade que daí vem” (ROUTHIER, 2017, p. 29).

Voltando o olhar para esse novo pensamento que trouxe a Igreja para a atualidade, Oliveira *et al* (2017) faz uma observação importante, ele ressalta que a Igreja Católica ainda possuía raízes rurais e agrárias e voltadas para as aglomerações urbanas que até então eram de pequeno porte, mas que a partir do Concílio Vaticano II a visão de mundo da Igreja foi se modificando. O autor continua sua observação trazendo a contemporaneidade da realidade quando cita a migração da zona urbana para a zona rural para a zona urbana, essas pessoas que chegam às cidades, tanto estrangeiros como migrantes, trazem consigo suas raízes e culturas próprias e também suas religiões e ficam procurando um espaço no meio cultural e social. Espelham-se em figuras importantes da sociedade em que estão em convívio, segundo Oliveira *et al* (2017), em pessoas de representações religiosas, “cujo ministério é centrado nas pessoas desarraigadas e marginalizadas”, como por exemplo, as pastorais da Igreja.

Assim:

(...) “Nas partes das cidades que não são integradas nas estruturas paroquiais tradicionais, as Igrejas deveriam organizar pequenas redes sociais, culturais e religiosas (chamadas comunidades de base), as quais poderiam oferecer lugares onde os migrantes pudessem exprimir sua experiência e partilhar o que vivem. Há um grande desafio para a teologia e a pastoral. Em conformidade com a opção preferencial pelos pobres, as Igrejas deveriam tentar retomar as propriedades urbanas criando ambientes de vida social partilhada. Com recursos locais e simbólicos, as Igrejas podem dar uma grande contribuição a esse esforço (OLIVEIRA, 2017, p. 65-66).

Acredito que Oliveira *et al* (2017) esteja dando um alerta para as pastorais da Igreja, acordando-as para as dificuldades que a Igreja Católica vivencia na atualidade. A migração de pessoas para outras religiões pode ser falta da efetividade das pastorais de acolhida para com as mesmas. A deficiência, em algumas situações, desses grupos leva os fiéis a procurarem outras religiões em que se identifiquem com o que já trazem consigo como conceito de cultura e religiosidade ou, mesmo que se identifiquem o acolhimento da acolhida de alguém que já vem fulgindo de uma realidade dura, não acontece de forma eficaz por parte da Igreja. Daí o alerta do autor para a teologia e a pastoral.

Concordando com o pensamento de Oliveira *et al* (2017), Theobald *et al* (2017) ressalta uma característica das sociedades ocidentais que “é um processo de desinstitucionalização religiosa ou a desfiliação da crença religiosa”. Para o autor em conformidade da valorização cultural da autonomia da consciência, as instituições religiosas são cada vez mais incapazes de propor sistema unificado de significação.

Para ele:

“Ligado aos processos de privatização e de pluralização, sublinhamos o crescimento do subjetivismo ou a individualização da esfera religiosa”. (...) “O eu se torna o polo integrador da fé ou da busca de cada um. Eis por que a religião é vivida mais como uma escolha pessoal do que como algo a receber dos outros” (THEOBALD, 2017, p. 77-78).

Theobald *et al* (2017) continua o alerta de Oliveira ressaltando um fator significativo que é o crescimento de diversos movimentos pentecostais ou neopentecostais. As origens de sua abrangência são inúmeras. O autor diz que essas novas expressões de fé facilitam o desenvolvimento de laços afetivos fortes, de uma moralidade clara e de um senso partilhado de responsabilidade no seio da comunidade, os quais constituem uma fonte possível de modalidade social. Este fenômeno não é fácil de entender por sua forma complexa e diversificada.

Para o autor, a situação atual constitui um desafio ao mesmo tempo em que é uma oportunidade para uma renovação do catolicismo. E continua ressaltando que a centralidade da experiência de fé e a persistência da busca de sentido espiritual pessoal são o início do reconhecimento da importância do indivíduo na cultura contemporânea tratadas como necessidade desse mesmo indivíduo.

Acompanhando a evolução das estruturas institucionais religiosas como processo de prioridade de transformações, Theobald *et al* (2017) destaca que a transmissão das tradições depende dessas instituições e esse processo requer um grau de abertura, de flexibilidade e sensibilidade das mesmas para com a consciência do indivíduo de si mesmo. Para o autor é uma representatividade de um desafio grandiosa para a Igreja Católica e suas pastorais.

De acordo com Bosschaert *et al* (2017, p. 83) “ a experiência missionária da Igreja durante os séculos XIX e XX levou o Concílio Vaticano II a reposicionar as noções de catolicidade e de ecumenicidade, autorizando-a a inscrever o Evangelho na pluralidade das culturas” (...). Ainda segundo ele, os discursos dos papas da modernidade “com um notável cuidado pastoral”, trazem um estilo atual sobre o novo ministério a respeito do anúncio da Palavra de Deus, ligando à teologia a inspiração pastoral que deve ser o vetor do processo de inculturação.

Existe uma relação íntima entre teologia e pastoral, catolicidade e contextualidade, segundo Bosschaert *et al* (2017) essa relação é a força para que haja a transformação da teologia de seu sentido de universo abstrato para um sentido metodológico onde concede direito pleno à pastoralidade e à tradição de fé.

Penso que o autor trás uma sugestão para a tentativa de uma solução para o problema que as pastorais enfrentam diante do processo de trânsito religioso, permanecer atentos aos desafios da exclusão, a partir das experiências vividas principalmente pelas pessoas marginalizadas da sociedade e da Igreja. Seria um passo a ser seguido pelas pastorais, buscar um reajuste e aperfeiçoamento para as tarefas já existentes.

Ele ainda ressalta outro fator importante:

“Os princípios de base, formulados pelo Vaticano II, permanecem, pois, os mesmos: deveríamos ser profundamente apegados ao relacionamento pessoal com Jesus Cristo, encontrado através da comunidade chamada Igreja, e, ao mesmo tempo, abertos a ações espontâneas e imprevisíveis do Espírito Santo nas pessoas marginalizadas, nas outras religiões e no mundo ao nosso redor. (...) As relações entre unidade e diversidade, entre autoridade central e liderança e costumes locais, entre fé comum e expressões culturalmente condicionadas indicam, se for o caso, os desafios diante de nós. O fato de acrescentar a dimensão de implicar pessoas de outras religiões ou até sem nenhuma religião complica ainda mais a tarefa de procurar ouvir a voz de Deus e de viver o Evangelho numa situação concreta” (BOSSCHAERT *et al* 2017, p. 116).

Para isso é necessário uma linguagem pastoral, segundo o autor, que encontre consenso entre fiéis católicos e aqueles que se procura evangelizar. Faz-se urgente desenvolver uma estratégia que leve em consideração a diversidade das pessoas, das culturas e regiões. “Se o Cristianismo quer ser uma religião universal e “católica”, deveria encarar seriamente as necessidades das comunidades locais, diversas quanto a suas situações” (BOSSCHAERT *et al*, 2017, p. 119).

Em concordância com Bosschaert, Beozzo (1985) ressalta a importância de

desenvolver tais estratégias, para levar a Igreja a descobrir o valor de sua missão evangelizadora. Segundo o autor no Vaticano II foi assinalada ainda na pastoral “uma caminhada maior com o povo, visando à transformação da sociedade brasileira”, abrindo os trabalhos para os leigos, a renovação dos Direitos Humanos, a opção pelos pobres e pelos jovens em Puebla, a criação da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). (...) “o Vaticano II emerge como o divisor de águas fundamental para a Igreja, recebendo ao mesmo tempo uma valorização extremamente positiva, como momento de abertura, de renovação, de participação” (BEOZZO, 1985, p. 03).

2.2 Contextualização da Pastoral Hoje

As pastorais fazem parte do cotidiano das pessoas na atualidade. Todas as relações que temos com familiares, amigos e colegas são exemplos disso, cada um se encaixa em um grupo dentro da sociedade e da Igreja. A expansão dos relacionamentos com outras culturas e religiões possibilitou o surgimento de novas pastorais no Brasil.

Segundo Fuentes (2008, p. 163) “a autenticidade e a autoridade pastoral daqueles que realizam a tarefa evangelizadora da Igreja depende em grande parte de sua capacidade de fazer uma leitura evangélica dos sinais dos tempos e de responder a eles”.

Nesse sentido o autor traduz esses sinais dos tempos como fenômenos com seus significados e frequência e que caracterizam uma época onde se expressam as necessidades e os desejos da humanidade atual. Ou seja, são fenômenos sociais e culturais, são a palavra de Deus concretizada. Ele ressalta que se esses sinais são rejeitados no presente tempo e só se sobressai às atitudes radicais de conservadorismo dentro da Igreja, a pastoral hoje não conseguirá ser capaz de traduzir tais sinais. Deve haver aceitação desses fatos como uma realidade certa que precisa de mudanças de acordo com o tempo vivido.

De seu lado o Documento de Aparecida (DAp, n. 365; 370), corrobora quando afirma que a conversão pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária. Esta decisão missionária deve ser firme e empregar todas as estruturas eclesiais e todos os planos de pastorais de dioceses, paróquias, comunidades religiosas, movimentos e qualquer instituição da Igreja. Nenhuma comunidade deve se negar a participar do processo constante de renovação missionária e de abandonar as estruturas ultrapassadas que já não favorecem a transmissão da fé.

Fuentes (2008) continua citando alguns desses sinais dos tempos na atualidade da Igreja: “a revalorização e ressurgimento do laicato; o ecumenismo, o diálogo inter-

religioso; a crescente crise de vocações sacerdotais e religiosas; a proliferação de novos carismas e institutos religiosos”. Essa última citação remete-nos aos novos tipos de religiões existentes no Brasil, o nascimento desses templos traz para a realidade da Igreja Católica uma preocupação sobre como estão acontecendo os trabalhos pastorais. Se os fiéis, como agentes pastorais, estão sabendo interpretar esses sinais.

A pastoral da Igreja, para o Documento de Aparecida (DAp, n.367), não pode dispensar o contexto histórico em que vivem seus membros. Sua vida acontece em contextos sócio-culturais concretos. Essas modificações sociais e culturais retratam novos desafios para a Igreja em sua missão de construção do Reino de Deus. Por isso há a necessidade da renovação eclesial incorporando reformas espirituais, pastorais e também institucionais.

Nesse sentido Fuentes (2008) afirma que a espiritualidade pastoral deveria reunir contexto da cultura pós-moderna e da globalização mundial com uma observação quando não se refere ao perfil espiritual que devem ter os agentes de pastoral que trabalham em cada pastoral específica, mas a uma espiritualidade da pastoral como um todo. De uma espiritualidade da esperança pascal e da confiança e não do otimismo ingênuo, de uma espiritualidade da fidelidade e não do êxito imediato, do serviço oculto e não do fazer que deslumbra, de uma espiritualidade do fazer sossegado e não do ativismo frenético, do essencial e da interioridade e não de aparências nem de sentimentalismo, de uma espiritualidade do amor à cruz e não do prazer dos sentidos, da comunhão e não individualismo intimista, reinocêntrica e não de interesses egoístas, pessoais ou institucionais, de uma espiritualidade mariana.

Assim, Passos (2014) corrobora:

“A Igreja se faz na ação concreta no mundo como sinal e instrumento do Reino de Deus. Para essa missão é que ela existe com suas tradições, celebrações e estruturas. Por essa razão, a Igreja se renova à medida que se encarna nas diversas realidades, buscando ser fermento e luz, servindo como Jesus Cristo serviu e dialogando com as diferenças que caracterizam os diferentes grupos humanos. A pastoral entendida como missão que nasce do próprio Evangelho, fonte e base do que a Igreja é e deve ser, constitui a busca de renovação permanente para as estruturas e para as linguagens que fazem parte da Igreja em cada tempo e lugar. Toda renovação autêntica exige conversão de pessoas e estruturas, tendo em vista que individualidade e coletividade constituem dois aspectos de uma realidade única que é a vida humana. Converter significa optar por uma nova direção e, a partir dessa, refazer os objetivos e as estratégias de ação e, em muitos casos, o próprio modo de ser. O convertido vive uma dinâmica permanente de conformar-se a uma direção escolhida e de reafirmar constantemente essa escolha como orientação fundamental de vida. O cristianismo se constituiu numa autocompreensão e, antes, numa prática de renascimento da pessoa na comunidade” (PASSOS, 2014, p. 01).

2.3 Pastoral urbana: Novos desafios

O Instituto Nacional de Pastoral (INP) é um órgão vinculado à CNBB e tem como função refletir a ação evangelizadora da Igreja no Brasil.

Segundo Brighenti (2010) para uma evangelização inculturada no mundo urbano, a prioridade é o conhecimento da cidade profundamente, já que a cidade não é somente um espaço físico, principalmente no que diz respeito ao espaço da cultura que tem um estilo próprio de ser, conviver e viver. Nela existe uma ligação entre seres humanos. Aparecida (DAp, n. 510) diz que “a cidade se converteu no lugar próprio das novas culturas que se vão gestando e se impondo, com nova linguagem e nova simbologia. Essa mentalidade urbana se estende também ao próprio mundo rural”.

Brighenti (2010) destaca os desafios para uma evangelização inculturada na urbanização. Ele começa pela exigência da atrasada passagem de uma pastoral de conservação, estruturada numa sacramentalização com mínima ênfase na evangelização para uma pastoral totalmente missionária. E continua relatando que o resultado deste tardamento é uma grande quantidade de católicos não evangelizados, sem conversão pessoal e nenhuma experiência com Jesus, que já traciona para outra consequência, a substituição do “substrato católico” por uma religiosidade eclética e prolixa, “numa espécie de neopaganismo imanentista” (BRIGHENTI, 2010, p. 10).

Aparecida (DAp, n. 513), trás outra dificuldade:

(...) Mas se percebem atitudes de medo em relação à pastoral urbana; tendências a se fechar nos métodos antigos e a tomar atitude de defesa diante da nova cultura, com sentimentos de impotência diante das grandes dificuldades da cidade.

Para Brighenti (2010) entender o fenômeno urbano não é suficiente apenas um olhar amador e empírico, além da sabedoria popular é necessário uma análise científica e profissional, entretanto, sem esperar que a ciência esclareça todos os problemas que passam nas cidades. Para o autor a primeira atitude tem que ser construída de modo coletivo, conhecendo a cidade em todos os seus aspectos com o maior comprometimento possível, engajando-se nas comunidades a fundo, mesmo com suas características de exclusão e violência. “Para isso, dada a complexidade da realidade urbana, não basta um olhar empírico, espiritualista, pragmático, amador. Além de convocar teólogos e pastoralistas, é preciso recorrer também a outros especialistas” (BRIGHENTI (2010, p. 27).

Diante dessas problemáticas Aparecida (DAp, n. 513) sustenta que a Igreja teve início nas grandes cidades de seu tempo e por esta razão pode realizar com coragem a evangelização nas cidades em seu estado atual, com a renovação das paróquias, setores, ministérios e associações novos, comunidades, grupos e

movimentos.

Face a esses desafios, Brighenti (2010) analisa a importância das pessoas e da comunidade, ressaltando que a pastoral urbana precisa proporcionar uma presença pública da Igreja na cidade. Diante disso, o autor considera que em quanto sociedade a Igreja só conseguirá cumprir sua missão à medida que se faz missionária, realiza um trabalho na comunidade com todas as dificuldades e complicações que essa comunidade apresenta, deve seguir o princípio da solidariedade. Além disso, “cabe à sociedade reger-se igualmente pelo princípio da complementariedade ou subsidiariedade, segundo o qual, ela deve ajudar a complementar a ação das pessoas ou comunidades, naquilo em elas não são capazes” (BRIGHENTI, 2010, p. 35).

O projeto de Deus é “a Cidade Santa”, Aparecida (DAp, n. 515), para que esse sonho se realize Aparecida sugere que a Igreja fomente a pastoral da acolhida, recebendo os que chegam nas cidades e aos que já vivem nela se transformando em um ativo buscar e chegar aos que estão longe, com estratégias inovadoras, visitando as casas, utilizando meios de comunicação social e proximidade constante com as pessoas que convivem no dia-a-dia. Continua quando aconselha que um estilo pastoral adequado com a realidade urbana é aquele em que a comunicação entre as pessoas deve ter uma linguagem adequada, “às estruturas e práticas pastorais, assim como aos horários” (DAp, n. 518 a).

Para Brighenti (2010):

“O sistema liberal capitalista tende a submeter as pessoas e as comunidades a seus objetivos pragmáticos, uniformizando povos e culturas. Defender as culturas agredidas por modismo hegemônicos e os valores populares ameaçados de desaparecimento, é uma das missões mais prementes da Igreja hoje, sobretudo na cidade” (BRIGHENTI, 2010, p. 36).

Enfim, os desafios presentes todos os dias. Para o autor ou a igreja entra na lógica de entender a cidade e seus habitantes, partindo deles mesmos, ou ela corre o risco de continuar a falar a partir de si mesma para si mesma. Por esse motivo o papel dos padres e dos agentes de pastorais é muito importante, pois são interlocutores teológicos dentro da sociedade brasileira.

Para Ferraro (1990) falar de pastoral urbana é falar dos projetos que a Igreja procura organizar dentro da instituição no seu sentido teológico e como comunidade dos crentes que se unem e reúnem em torno de Jesus Cristo, inspirados pelo Espírito Santo. E, conclui que ao pensar em pastoral urbana esse deve ser um pensamento de salvação da cidade, pois a Igreja não deve apenas falar sobre ela, mas seguir o que Deus manda: ir ao encontro do pobre.

2.4 Novos Paradigmas Pastorais

O momento atual eclesial e pastoral, segundo Brighenti (2015) está marcado por mudanças nas experiências religiosas e na Igreja, a instituição eclesial, as teologias e a pastoral estão passando por um processo de crise em torno do meio religioso, sendo este invadido por uma realidade nova e novos desejos. “E também nós, os cristãos, se formos às causas da atual crise pastoral, depararemos com a crise da sociedade, que afeta igualmente a Igreja. E nem poderia ser diferente, pois o mundo é constitutivo da Igreja” (BRIGHENTI, 2015, p. 02). Para o autor a Igreja está presente no mundo todo e o destino dos filhos de Deus é o mesmo da humanidade inteira e da mesma maneira em que a sociedade atual está entrelaçada com a modernidade, assim também está a Igreja enfrentando dificuldades para se localizar e interagir diante dos novos tempos.

Nesse sentido, Brighenti (2018) aponta para os novos modelos de pastorais a serem seguidos, principalmente após o Vaticano II, como uma forma de tentativa da Igreja se engajar na modernidade vivida atualmente.

O autor inicia:

“A “pastoral orgânica e de conjunto” entende-se como: “orgânica”, na medida em que cada iniciativa, setor ou frente pastoral se constitui num “órgão”, inserido num único “corpo”, que é comunidade eclesial; de “conjunto”, porque as diferentes iniciativas pastorais de uma determinada comunidade eclesial, se inserirem no conjunto das iniciativas da Igreja Local ou da Diocese. Com isso, se passa de um “conjunto de pastorais”, ou seja, de organismos, movimentos e serviços pastorais que atuam de maneira desconcertada e separada uns dos outros, para uma “pastoral de conjunto”, no seio da qual, cada uma destas iniciativas está inserida no conjunto das ações da comunidade eclesial como um todo, perseguindo um objetivo comum. Há uma diversidade de iniciativas e ações, mas que convergem para um fim único, que é a edificação do Reino de Deus, no seio da Igreja Local” (BRIGHENTI, 2018, p. 01).

O autor afirma que o Concílio Vaticano II assumiu uma característica de renovação assumindo um novo modelo de compreensão da nova Igreja. Um exemplo disso foi a criação de outra nova pastoral, a “Pastoral de Comunhão e Participação” que busca fazer da comunidade eclesial sujeito da ação pastoral. “Promove-se um laicato com “voz e vez”, ministérios próprios, com oportunidade de formação bíblica e teológico-pastoral, poder de decisão em conselhos e assembleias, bem na coordenação dos diferentes serviços pastorais” (BRIGHENTI, 2018, p. 01). Para ele, deve-se superar a centralidade das paróquias dividindo-se em comunidades e inseridas na sociedade. Essas comunidades eclesiais, por sua vez, baseiam-se na palavra de Deus e devem ser comunidades onde acontecem os serviços, missas, reuniões, serviços, cada uma com sua própria identidade de culturas, ritos, simbologias da fé cristã.

Brighenti (2018) desenvolve sua reflexão sobre a pastoral de comunhão e

participação, ele argumenta que essa pastoral deve conter um desenvolvimento de um estudo teológico contextualizado com a vida dos participantes, sobretudo na maior atuação das mulheres no âmbito religioso, também como indígenas e afro-americanos, (...) “desde a fé, forma-se igualmente a consciência cidadã, para que os membros das comunidades, organizados como cidadãos, sejam protagonistas de um mundo solidário e inclusivo de todos, no seio da sociedade civil” (BRIGHENTI, 2018, p. 01).

Outra característica, com base no autor, da Pastoral de Comunhão e Participação é a ação sócio-transformadora com uma maior atenção voltada para os pobres e excluídos, esse caráter libertador que deve existir dentro desse contexto social acontece devido ao olhar diferenciado junto à pobreza. A pobreza passa a ser parte para que as comunidades se tornem mais humanas e fraternais. Para que isso ocorra é necessário assumir verdadeiramente sua causa junto aos pobres, trazendo-os para o seio da sociedade e o valorizando na pastoral social, perante a situação já de abandono em que vivem.

Assim:

“Consequentes com o Evangelho social nascem serviços de pastoral com espiritualidade e ação específica, tais como a pastoral operária, a pastoral da terra, a pastoral da saúde e dos enfermos, dos direitos humanos, a pastoral da criança, do menor, da ecologia, da consciência negra e indígena, da mulher, etc. É a peregrinação das comunidades eclesiais na fé, fazendo a passagem de uma situação de cativo à libertação dos sinais de morte, que ferem a dignidade e a grandeza dos filhos de Deus e contradizem os ideais do Reino de Deus” (BRIGHENTI, 2018, p. 02).

Outro retrato da Pastoral na atualidade é o que Brighenti (2018) chama de Pastoral Secularista que é a emergência de uma religiosidade sincrética e irradiada, uma mistura de práticas de devoção e imediatismo. “Em tempos pós-modernos, também a religião passa a ser comunista, centrada no indivíduo e na degustação do sagrado, entre a magia e o esoterismo.

Brighenti aponta:

“Esta prática religiosa, também presente no catolicismo, se propõe responder às necessidades imediatas dos indivíduos, em sua grande maioria, órfãos de sociedade e de Igreja. É integrada por pessoas desencantadas com as promessas da modernidade, por “pós-modernos” em crise de identidade, pessoas machucadas, desesperançadas, frustradas, depressivas, sofredoras, em busca de autoajuda e habitadas por um sentimento de impotência diante dos inúmeros obstáculos a vencer, tanto no campo material como no plano físico e afetivo. Em suas fileiras, estão pessoas que querem ser felizes hoje, aqui e agora, buscando solução a seus problemas concretos e apostando em saídas providencialistas e imediatas. Nestes meios, há um encolhimento da utopia no momentâneo” (BRIGHENTI, 2018, p. 01).

Para o autor, essa pastoral confunde salvação com a prosperidade material, saúde física e realizações afetivas, professando assim um “paganismo imanentista”

(BRIGHENTI, 2018, p. 01), como uma espécie de religião à escolha do “freguês”, tratam Deus como Àquele que está presente para realizar os desejos pessoais, oportunidade para aquelas pessoas que usufruem da “fé” alheia para tornar a religião como algo rentável.

Aqui pode está um dos motivos que levam as pessoas a transitarem por tantas religiões:

“No seio da Pastoral Secularista, há um deslocamento da militância para a mística na esfera da subjetividade individual, do profético para o terapêutico e do ético para o estético. Isto contribui para o surgimento de “comunidades invisíveis”, composta por “cristãos sem Igreja”, sem vínculos comunitários. E na medida em que há uma internalização das decisões na esfera da subjetividade individual, leva ao esvaziamento as instituições, incluída a instituição eclesial, que passa a ser constituída também por membros sem espírito de pertença” (BRIGHENTE, 2018, p. 02)

Nesse sentido o autor continua ressaltando que a mídia também é responsável pela a banalização da religião como um espetáculo de entretenimento:

“Neste contexto, a mídia contribui para a banalização da religião, não só reduzindo-a a esfera privada, como a um espetáculo para entreter o público. Trata-se de uma “estetização presentista”, propiciadora de sensações “intranscendentes”, espelho das imagens da imanência. Uma mescla de profissão de fé a afirmação narcisista, típicas de um sujeito ameaçado. Também a religião passa a ser consumista centrada no indivíduo e na degustação do sagrado, entre a magia e o esoterismo” (BRIGHENTI, 2018, p. 02).

Outro modelo de pastoral atual é a Pastoral de Conversão Missionária que, segundo Brighenti (2018) implica na transformação da consciência eclesial que deve acolher e colaborar com as ações que o Espírito concede, fora dos muros da Igreja também. Para um relacionamento com o outro é necessário abrir a mente, se colocar no lugar do próximo conhecendo sua história e suas raízes, para que isso ocorra é preciso um diálogo entre duas partes, Igreja e povo.

Outra mudança para Brighenti (2018) é no âmbito das ações. Ele relata que a ação pastoral deve começar pelos protagonistas participantes das próprias pastorais, onde esses vão atuar conhecendo a realidade do irmão para poder melhor trabalhar em conjunto em busca de auxílio frente as suas necessidades.

Aparecida (DAp, 226 a) confirma essa ideia: (...) “o testemunho pessoal dos evangelizadores, que leve a uma conversão pessoal e a uma mudança de vida integral”. Esse deve ser o objetivo das pessoas que se disponibilizam a enfrentar os desafios pastorais. Por isso cabe a Igreja a missão de promover novos esforços para fortalecer a Pastoral Social transformando-a em uma estrutura de base, orgânica e integral e que promove a assistência a vida humana e que esteja presente na realidade marginalizada dos mais pobres (DAp, 401). Essa conversão pastoral deve ter decisão missionária em relação à vida.

3 | CONCLUSÃO

A análise das pastorais tem se tornado consideravelmente popular e intensa nos últimos anos, apesar de ser um estudo relativamente recente na área das pesquisas aplicadas a Teologia. São desenvolvidas, aqui no Brasil e internacionalmente, várias pesquisas tentando esclarecer as questões acerca dos problemas e tentativas de soluções para essa pastoral. A atenção voltada para os problemas da sociedade não parte somente da própria pastoral em si, mas também da Igreja como um todo.

Esse interesse é explicado pela grande quantidade de questões a serem pesquisadas envolvendo os mais diversos grupos circulantes na sociedade. Como cada esfera da sociedade usa uma infinidade de formas religiosas em seu dia a dia para comunicação, trabalho e outros âmbitos, existe muito para se pesquisar em várias áreas da pastoral, de modo mais específico. A criação, expansão e popularização das Pastorais específicas para cada setor da sociedade possibilitou também a instigante preocupação dos estudiosos da Teologia em pesquisar como ela acontece nesse ambiente religioso. O interesse em estudar as formas de pastoral, especificamente no Brasil surgiu a partir do momento em que começamos a refletir sobre como a sociedade enfrenta os problemas do dia-a-dia e como a Igreja tem participação na resolução desses problemas. Desse modo, as pastorais aparecem como um ótimo objeto de estudo pela sua imensa popularidade não somente entre os brasileiros, mas também entre outras tantas pessoas pelo mundo. Portanto, pesquisar como a Pastoral se dá nesses ambientes é uma maneira muito interessante para percebê-la como uma base sociocultural.

REFERÊNCIAS

BEOZZO, J. O. **A Igreja após o Vaticano II**. Vida Pastoral. Novembro-Dezembro, 1985.

BRIGHENTI, A. **A ação pastoral em tempos de mudança: Modelos obsoletos e balizas de um novo paradigma**. Vida Pastoral. Março – 2015.

BRIGHENTI, A. **A pastoral de comunhão e participação: modelo de ação (Em que o Vaticano II mudou a Igreja 7)**. Amerindia, Julho – 2018.

BRIGHENTI, A. **A pastoral de conversão missionária: modelos de pastoral em torno à renovação do Vaticano II, 10**. Amerindia, Setembro, 2018.

BRIGHENTI, A. **A pastoral orgânica e de conjunto: modelo de ação (modelos de pastoral em torno à renovação do Vaticano II, 5)**. Amerindia, Junho – 2018.

BRIGHENTI, A. **A Pastoral Secularista: Em que o Vaticano II mudou a Igreja, 9**. Amerindia, Agosto – 2018.

BRIGHENTI, A. (Org.). **Pastoral Urbana: Categorias de Análise e Interpelações Pastorais**. Brasília: Edições CNBB, 2010.

DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. 13-31 de maio de 2007. Paulus.

FERRARO, B. **Pastoral urbana Hoje**. Vida Pastoral. Julho-Agosto, 1990.

FUENTES, S. V. **Espiritualidade Pastoral: Como superar uma pastoral “sem alma”?**. São Paulo – Paulinas, 2008, p. 163; 167; 182-187.

http://www.pastoraldomenornacional.org/quem_somos.htm. Acessado em 18 de fevereiro de 2020.

LAMBERIGTS, M.; ROUTHIER, G.; OLIVEIRA, P. R. F.; THEOBALD, C.; BOSSCHAERT, D. **50 Anos Após o Concílio Vaticano II: Teólogos do Mundo Inteiro Liberam**. 1. ed. - São Paulo: Paulinas, 2017.

LIBÂNIO, J.B. **O que é Pastoral**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Página da Pastoral Carcerária. Acessado em 18 de fevereiro de 2020.

Página da Pastoral de DST/AIDS. Acessado em 18 de fevereiro de 2020.

PASSOS, J. D. **Conversão pastoral: desafios de renovação da Igreja**. Vida Pastoral. Edição especial (1º Centenário dos Paulinos), 2014.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ. **Curso de Iniciação - Livro do Formando**. Lisboa (Portugal), 2003. Pág. 33.

GOLPE DE 1964: INTERAÇÃO, ESCOLHAS E NEGOCIAÇÕES ENTRE ATORES POLÍTICOS

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 03/02/2020

Lucas Vieira de Souza

Mestre em Ciências Sociais – UNIFESP
Guarulhos – São Paulo

Antônio Sérgio Carvalho Rocha

Doutor em Ciência Política – USP
São Paulo – São Paulo

RESUMO: Em 1964 ocorre um golpe de Estado no Brasil onde uma coalização sobre o pretexto que afastaria e protegeria o país dos comunistas, dos civis corruptos e que promoveria desenvolvimento econômico afastou do poder o Presidente da República, João Goulart, eleito legitimamente pelo povo brasileiro. Em que condições civis e militares se uniram para derrubar um Presidente da República? Quais foram as interações, escolhas e negociações dos principais atores políticos envolvidos nessa dinâmica histórica? O Presidente João Goulart através de negociações políticas poderia ter evitado o golpe de 1964 ou ao menos dificultado a ação dos golpistas? Este presente trabalho tem como objetivo estudar a dinâmica das conspirações que foram responsáveis pela

derrubada do Presidente João Goulart, ou seja, reconstruir sistematicamente como ocorreu este fato histórico: os principais atores, as alternativas postas aos diferentes atores, as tensões e também as colaborações entre os civis e militares. O conjunto de tais conspirações se concretiza com uma militar – iniciada na madrugada do dia 31 de março 1964, com o general Olímpio Mourão Filho, após o Presidente João Goulart fazer um discurso favorável as reformas de base e uma civil que ocorre na madrugada do dia 2 de abril, quando o senador Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República diante do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, com João Goulart ainda em território nacional.

PALAVRAS-CHAVE: golpe de 1964; interação; escolhas; negociações; atores políticos.

1964 COUP: INTERACTION, CHOICES AND NEGOTIATIONS BETWEEN POLITICAL ACTORS

ABSTRACT: In 1964, a coup took place in Brazil, where a coalition on the pretext that would remove and protect the country from communists, from corrupt civilians and that would promote economic development

removed the President of the Republic, João Goulart, who was legitimately elected by the Brazilian people. Under what civil and military conditions did they come together to overthrow a President of the Republic? What were the interactions, choices and negotiations of the main political actors involved in this historical dynamic? Could President João Goulart, through political negotiations, have avoided the 1964 coup or at least made it difficult for the coup makers to act? This present work aims to study the dynamics of the conspiracies that were responsible for the overthrow of President João Goulart, that is, to systematically reconstruct how this historical fact occurred: the main actors, the alternatives put to the different actors, the tensions and also the collaborations between civilians and military. The set of such conspiracies materializes with a military one - started in the early morning of March 31, 1964, with General Olímpio Mourão Filho, after President João Goulart made a favorable speech to the basic reforms and a civil one that occurs in the early hours of the day April 2, when Senator Auro de Moura Andrade declared the Presidency of the Republic vacant before the President of the Federal Supreme Court, Álvaro Ribeiro da Costa, with João Goulart still in national territory.

KEYWORDS: 1964 coup; interaction; choices; negotiations; political actors.

1 | JOÃO GOULART ENTRE OS MILITARES: NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS OU GOLPE DE ESTADO?

Descrever a dinâmica interna que resultou no golpe em 1964 não é uma tarefa simples principalmente pelas várias escolhas, interações e negociações que ocorreram entre os diferentes atores políticos relevantes para que este fato histórico se consolidasse. Apesar de haver “arquipélagos de conspirações” (Stacchini, 1965) contra o Presidente João Goulart, é fato de que alguns militares defendiam seu mandato e de que uma negociação política seria possível naquele momento de grande radicalização política. Na manhã do dia 30 de março, o general Peri Constant Bevilacqua, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e amigo pessoal do Presidente da República convocou uma reunião com os chefes do Estado-Maior do Exército, Aeronáutica e da Marinha para sugerir que se João Goulart declarasse oficialmente que “I- não se admitiria a greve geral anunciada pela CGT; II- o compromisso de governar com os partidos, e não com os sindicatos e III- apoiar as Forças Armadas abrindo a estas um crédito de amplo de confiança na sua lealdade e na honra militar dos seus integrantes”¹, os militares desistiriam de iniciar um golpe de Estado. Todos concordaram, exceto o Chefe do Estado-Maior do Exército, Castello Branco, que desconfiado por rumores sociais de que a próxima

1. KEHL, Maria; SIMÕES, Inimá. Legalista, general Peri Bevilacqua, dá, em 1976, sua versão do golpe. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de dez. de 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/12/1564530-legalista-general-pery-bevilacqua-da-em-1976-sua-versao-do-golpe.shtml>>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

atitude de João Goulart seria exonerá-lo de seu cargo defendeu de que preferiria uma reunião pessoal com o Presidente da República.

A principal discordância entre os generais militares era quanto ao melhor dia para dar início a ação – caso fosse necessário realizar um golpe estatal. Em uma reunião ocorrida na tarde de 30 de março, o general Olímpio Mourão Filho defendeu que o movimento começasse no dia 1º de abril, porém, o general Luís Carlos Guedes afirmou que preferiria dia 30 de março, porque “é o último dia de lua cheia, e eu não tomo iniciativa na minguante; se não sairmos na cheia, irei esperar a lua nova e, então, será muito tarde” (Guedes, 1979, p.186). Por outro lado, Castello Branco defendia entre seus subordinados que o dia ideal seria 2 de abril, além disto havia “referências sobre o fato de que, no dia 29 de março, a guarnição de Salvador (Exército, Marinha e Aeronáutica) declarou-se sublevada, embora o Brasil disso não soubesse” (Ferreira, 2007, p.479).

Às 14 horas do dia 30 de março, seguindo sua superstição, o general Guedes sublevou o Estado de Minas Gerais reunindo seus sargentos e oficiais. Somente às 16 horas, é que o general Olímpio Mourão Filho soube em Juiz de Fora por um repórter do Jornal do Brasil de sua atitude (Cf. Dulles, 1979), e sentindo-se contrariado e ameaçado resolveu telefonar para seu companheiro de conspiração: “Você está redondamente enganado. Há está hora já fomos denunciados no Rio de Janeiro e vamos ser depostos. Virá outro general para aqui e, em seguida, um para aí, e teremos de entregar os comandos” (Guedes, 1979, p. 195). Como resposta, o general Luís Carlos Guedes afirmou que pediria para o governador mineiro Magalhães Pinto apoiá-lo e legitimar o movimento, o que tranquilizou temporariamente o general Olímpio Mourão Filho.

Contrariando o conselho do Ministro Chefe da Casa Militar, Assis Brasil, de que essa atitude seria o pretexto ideal para provocar uma revolta nos meios militares, o Presidente João Goulart decidiu comparecer na festa de aniversário da associação de sargentos e subtenentes da polícia militar no Automóvel Clube no Rio de Janeiro para defender as reformas de base através de um discurso que havia sido escrito pelo comunista Luís Carlos Prestes. João Goulart foi recebido por um grande abraço do ex-almirante Cândido Aragão e por gritos de “manda brasa, Presidente!” (Gaspari, 2002).

Em sua residência localizada em Ipanema, Castello Branco assistiu ao discurso acompanhado dos generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel. O Presidente da República discursou que:

Não admitirei o golpe dos reacionários. O golpe que nós desejamos é o golpe das reformas de base, tão necessários ao nosso país. Não queremos o Congresso fechado. Ao contrário, queremos o Congresso aberto. Queremos apenas que os congressistas sejam sensíveis as mínimas reivindicações populares (Gaspari, 2002, p.64).

Em um sinal de irritação, o general Guedes que estava no Comício do Automóvel Clube, desligou o rádio em que estava ouvindo o discurso. O discurso do Presidente da República terminou a 1 hora e 30 minutos da madrugada do dia 31 de março de 1964. O senador Ernâni do Amaral Peixoto, “com sua experiência em golpes, ora como beneficiário, ora como vítima, deu sua sentença: ‘o Jango não é mais Presidente da República’” (Gaspari, 2002, p.64). Antecipando sua ideia inicial, o general Olímpio Mourão Filho havia decidido derrubar o Presidente João Goulart que estaria a 150 Km de Juiz de Fora localizado no Rio de Janeiro, no Palácio Laranjeiras, através de uma *operação chamada “Popeye”* (Silva, 1978).

A primeira estratégia dessa operação seria executar a “*operação silêncio*” que consistiria em telefonar secretamente para militares e civis de sua confiança avisando sobre o início do movimento. Às 5 horas da madrugada do dia 31 de março, anotou em um papel uma lista de telefones. A primeira ligação do general Olímpio Mourão Filho foi feita às 6 horas da madrugada para o general Guedes ordenando que se o Governador mineiro Magalhães Pinto não apoiasse o movimento seria necessário prendê-lo para assumir o governo do Estado. Posteriormente, ao deputado Armando Falcão foi destinada a tarefa de avisar o governador da Guanabara Carlos Lacerda e o militar Eurico Gaspar Dutra sobre o fato:

- Olha Armando, avise ao Dutra e ao Carlos Lacerda que eu rebelei a minha tropa e estou partindo para o Rio de Janeiro.

- Mourão, quem lhe disse que o Dia D chegou? Com quem você está articulado?

- Estou articulado com a minha consciência. Não tenho mais tempo a perder. Até breve. Avise o Carlos Lacerda para que ele tome as preocupações (Chagas, 2001, p.1.119).

Em seguida, o general Olímpio Mourão Filho pediu ao deputado Armando Falcão que avisasse o general Amaury Kruel – comandante do II Exército sobre o movimento, ao ter conhecimento do fato, Kruel afirmou que não concordava e que faria o que fosse possível para proteger o Presidente da República.

Depois de 45 minutos, o deputado Armando Falcão recebeu uma ligação de Castello Branco para que se reunisse em sua casa com os generais Golbery do Couto e Silva, o general Ademar de Queirós e outros militares. Castello Branco afirmou que após a reunião todos iriam ao Estado-Maior do Exército.

Às 7 horas da manhã, o general Olímpio Mourão Filho telefonou para o almirante Silvio Heck para avisar sobre o movimento através de um código: “Silvio, aqui é Mário. Saí. Tome suas providências na Marinha” (Ferreira, 2007, p.549). Em seguida, telefonou para José Paranhos do Rio Branco ordenando que avisasse o Governador paulista Ademar de Barros sobre o movimento (Cf. Dulles, 1979). Por suas convicções sobre o dia perfeito para o início do movimento, preocupado, às 8

horas da manhã, Castello Branco telefonou para o general Guedes defendendo de que o movimento iniciado em 31 de março seria uma precipitação:

- Mas isto é uma precipitação; vocês estão sendo precipitados; vão prejudicar tudo.

- Falei no tempo passado – partimos – mas, se houver alguma coisa em cogitação aí no Rio de Janeiro, ainda haverá sobra para uma tomada de posição. Hoje, nos deteremos na divisa com o Estado do Rio de Janeiro, no corte Paraíba, na expectativa do comportamento do I Exército.

- Cuidado! Cuidado! Veja o que diz.

- Silêncio era até o desencadeamento da operação; agora nada mais temos a temer.

- Bem, vou sair e avisar o pessoal (Gaspari, 2002, p.68).

Em seguida, ainda não conformado com a ação do general Olímpio Mourão Filho e temendo a organização das tropas do Rio de Janeiro, Castello Branco fez uma última tentativa para impedir Olímpio Mourão Filho telefonando para o número 27-4759 que pertencia ao:

Sobrinho do governador, o banqueiro José Luís de Magalhães Lins, executivo do Banco Nacional, pertencente a Magalhães Pinto. Pediu-lhe que intercedesse junto ao tio, para que verificasse se ainda havia alguma forma de retardar a ação, pelo menos o tempo suficiente para que se articulassem iniciativas complementares no Rio de Janeiro e demais capitais. (Neto, 2004, p.247).

Às 8 horas e 45 minutos, o banqueiro retornou o telefonema dizendo que seria impossível impedir o general:

Melhor voltar derrotado do que voltar desmoralizado – retrucou, aborrecido, o governador mineiro. Para ele, por trás do pedido de Castello, estava apenas o medo de deixar Minas Gerais representar o papel de “vanguarda heroica sobre o movimento” (ibidem, p.247).

Após ter sua última tentativa frustrada de impedir o movimento iniciado não restava outra alternativa à Castello Branco a não ser apoiá-lo e assumir o comando de sua parte política enquanto Costa e Silva assumiria o das operações militares (Cf. Dulles, 1979). Castello Branco ordenou que o tenente-coronel Confúcio Pamplona entregasse em Porto Alegre ao general Adalberto Pereira dos Santos – comandante da 6ª divisão de Infantaria uma notificação pedindo que todos os militares se unissem contra o governo João Goulart (Stacchini, 1965).

Às 9 horas da manhã do dia 31 de março, o Governador Magalhães Pinto telefonou ao general Luís Carlos Guedes alegando que apoiaria o movimento militar iniciado em seu Estado. Terminada a ligação, lançou um manifesto proclamando Estado de Beligerância, onde o Estado de Minas Gerais seria um território nacional livre com Constituição própria. O plano do Governador era que o Estado de Minas

Gerais se unisse a *operação "Brother Sam"* e juntos declarassem guerra as demais entidades federativas do país. A operação, comandada pelo Governo dos Estados Unidos apoiaria o movimento civil-militar para a derrubada do Presidente João Goulart caso houvesse uma guerra civil. A operação norte-americana consistia no envio de 100 toneladas de armas leves e munições; navios petroleiros com capacidade para 130 mil barris de combustíveis; uma esquadrilha de aviões de caça; um navio de transporte com carga para 50 helicópteros com tripulação e armamento completo; 1 porta-aviões Forrestal, 6 destróiers; um encouraçado, um navio de transporte de tropas além de 25 aviões c-135 para transporte de material bélico (Joffily, 1998).

Às 11 horas da manhã, o general Olímpio Mourão Filho realizou sua primeira artimanha política quando ao receber uma ligação do comandante do I Exército general Moraes Âncora desmentiu o fato que na Guanabara haviam versões de que ele estava direcionando tropas em direção do Rio de Janeiro.

Apesar de o general Olímpio Mourão Filho ter iniciado o movimento de madrugada, o Presidente João Goulart teve uma pequena suspeita do ocorrido somente ao meio dia do dia 31 de março porque o senador Arthur Virgílio do PTB telefonou para o Palácio Laranjeiras para avisá-lo com o Ministro do Trabalho, Almino Affonso ouvindo de um telefone. Posteriormente, o Presidente da República começa a fazer perguntas ao seu Ministro Chefe da Casa Militar, Assis Brasil:

- General, o que há de verdade sobre a sublevação do Mourão?

- Nada Presidente, é um movimento de rotina comum. Telefonei para o I Exército e perguntei o que havia. Responderam-me que não havia nada.

- Tu ouviste Arthur, é mais uma falsidade dessa oposição

- Senhor Presidente, posso então hoje ir à tribuna no Senado Federal e informar o que o senhor acaba de me falar?

- Podes não, deves?

Entre o diálogo do Presidente da República e do senador Arthur Virgílio é perceptível que o comandante do I Exército general Moraes Âncora havia fraudado uma informação importante ao general Assis Brasil – afirmando que o movimento iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho seria de rotina comum. Apesar disso, João Goulart e Assis Brasil ficaram totalmente desconfiados:

- Você acha que isso é verdade?

- Acho, porque o general Mourão e o general Guedes estão conspirando há muito

2. CALDEIRA, João. O livro "1964: Na visão do Ministro do Trabalho Almino Affonso. GGN. 14 de mar. De 2014. Disponível em < <https://jornalggn.com.br/noticia/o-livro-1964-na-visao-do-ministro-do-trabalho-de-joao-goulart-de-almino-affonso>>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

tempo. O senhor sabe disso. De modo que acho que isso é verdade.

- Vou telefonar para São Paulo, porque lá é à base da conspiração.³

O general Peri Bevilacqua chegou ao Palácio Laranjeiras. Anteriormente ao encontro com o Presidente da República, o general se encontrou com o senador de Goiás, Juscelino Kubitschek que afirmou que esteve em uma conversa com João Goulart lhe recomendando que demitisse o Ministro da Justiça – Abelardo Jurema, porém, não havia obtido sucesso. O militar lamentou muito. Às 16 horas, o general iniciou a conversa com o Presidente da República onde lhe falou das três condições propostas pelo Chefe do Estado Maior do Exército:

- General Pery, minha renúncia não resolve a situação, não poderá evitar efusão de sangue porque o Mazzili –Presidente da Câmara e primeiro na sucessão do presidente não tem condições para isso.

- Mas vossa excelência tem, Presidente.

- Não estou falando em renúncia. O comício de 13 de março, que fora sugerido ao professor Santiago Dantas, coordenador político da presidência, por Luiz Carlos Prestes. O senhor deu muito prestígio à CGT, órgão ilegal e dominado por comunistas.

- General Pery, o senhor acha que eu sou comunista?

- Não, Vossa Excelência não é comunista, vossa excelência é companheiro de viagem dos comunistas.

- No comício havia 200 mil pessoas do povo.

- Vossa Excelência chama aquilo de povo? Eram operários enquadrados pelos sindicatos e conduzidos para o local do comício. De São Paulo vieram dois trens: um de 15 outro de 17 vagões, cheios de operários trazidos por aquele petição comunista, o Luiz Tenório de Lima.

O Presidente deu uma gostosa gargalhada ao ouvir a expressão “petição comunista”. Acho que foi a última vez que riu como Presidente da República.⁴

Sem sucesso de negociação com João Goulart, o general Bevilacqua recebeu uma ligação de Juscelino Kubitschek. Durante a conversa, o senador de Goiás confessou ao general que havia recebido uma ligação do general Olímpio Mourão onde este declarou que se João Goulart tivesse nomeado Bevilacqua como seu Ministro do Exército ele desistiria do movimento iniciado na madrugada de 31 de março⁵.

O Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, que estava internado devido a uma operação de um câncer na próstata, garantia sua lealdade ao Presidente da

3. Idem.

4. KEHL, Maria; SIMÕES, Inimá; Legalista, general Peri Bevilacqua, dá, em 1976, sua versão do golpe. Folha de São Paulo, 21 de dez. de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/12/1564530-legalista-general-pery-bevilacqua-da-em-1976-sua-versao-do-golpe.shtm>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

5. Idem.

República. Por não concordar com o movimento iniciado pelos dois generais em Minas Gerais estava:

Exonerando os dois generais rebeldes. Não hesitarei em sacrificar minha própria saúde para cumprir este dever que tenho para com minha pátria e para com o regime democrático que defendo. Haveremos de cumprir nossa missão haja o que houver, custe o que custar. (Gaspari, 2002, p.74).

O general Cordeiro de Farias, por ser o general-de-Exército mais antigo e com o objetivo e esperança de ser o Ministro da Guerra, “lançou-se para o Sul no dia 31 para assumir o comando de uma eventual luta contra o III Exército” (Ferreira, 2007, p. 500).

Às 18 horas, logo após a conversa com o general Pery, “o Ministro da Justiça, entregou um papel ao Presidente da República em que era citado um manifesto do general Olímpio Mourão Filho, exigindo sua renúncia”⁶. João Goulart ao ler fez a seguinte pergunta ao general Bevilacqua: “General, o general Mourão revoltou a 4.^a Região Militar em Minas e exige minha renúncia. O senhor acha isso direito?” (Silva, 1978, p.311). O general Bevilacqua se abdicou de responder sobre o movimento, contudo, implorou para que João Goulart enviasse algum recado através dele para o general Olímpio Mourão Filho. Fingindo não ouvir a proposta, o Presidente da República não lhe disse nada.

Após a reunião com Peri Bevilacqua, o Presidente João Goulart ordenou ao general Moraes Âncora que prendesse Castello Branco e em seguida o exonerasse do comando do Estado Maior das Forças Armadas. O comandante do I Exército, pode ser considerado um dos traidores de João Goulart na dinâmica interna da realização do golpe militar, pois, não cumpriu as ordens presidenciais alegando que jamais prenderia um amigo. Posteriormente, San Tiago Dantas foi o responsável de ter comunicado ao Presidente da República que uma frota americana partia do Caribe em direção à costa do Espírito Santo para um possível apoio as tropas do general Olímpio Mourão Filho. Surpreendido, João Goulart perguntou a San Thiago Dantas se aquela informação não passava de uma brincadeira, o político respondeu que não.

Apesar da informação de que a “Operação Brother Sam” estava a caminho do país, o fato político que fez o Presidente da República abandonar o Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, foi a ligação que recebeu do general Amaury Kruehl - comandante do II Exército, implorando para que demitisse o Ministro da Justiça – Abelardo Jurema e o chefe do Gabinete Civil – Darcy Ribeiro e em seguida rompesse e dissolvesse com a CGT, uma vez que estava sofrendo pressão de soldados e tenentes para que essas exigências fossem realizadas. João Goulart

6. KEHL, Maria; SIMÕES, Inimá. Legalista, general Peri Bevilacqua, dá, em 1976, sua versão do golpe. Folha de São Paulo, 21 de dez. de 2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/12/1564530-legalista-general-pery-bevilacqua-da-em-1976-sua-versao-do-golpe.shtml>>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

respondeu que não poderia realizar tal pedido, pois a esquerda era seu único apoio político e ordenou que Amaury Krueel prendesse o general Olímpio Mourão Filho, pois posteriormente tentaria uma negociação política com os militares que estavam contra o seu governo. Em seguida, encerrou a conversa:

General, você sabe que eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições, eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente o Presidente da República. (Gaspari, 2002, p.90).

Diante da resposta do Presidente da República, o general Amaury Krueel aderiu ao movimento deslocando a tropa do II Exército para o Vale do Paraíba rumo ao Rio de Janeiro. Após receber uma ligação de Costa e Silva, o general Garrastazu Médici, que à época era comandante da Academia Militar das Agulhas Negras ordenou que seus alunos fizessem a vanguarda para o II Exército (Cf. Dulles, 1979). Seguindo para Brasília, o Presidente João Goulart se recusou a fazer uma nova negociação, desta vez, com a ligação recebida de seu Ministro da Guerra, Jair Ribeiro Dantas, que havia enviado para Paraíba tropas lideradas pelo coronel Gomes das Neves com o propósito de enfrentar as tropas do general Olímpio Mourão:

- Presidente, eu ainda me proponho garanti-lo na Presidência da República se houve de sua parte uma declaração, rompendo com a CGT.

- Não posso abrir mão de nenhuma força que esteja me apoiando, general

- Pois então, a partir desse momento não sou mais seu Ministro da Guerra

- Neste caso, o senhor está me abandonando general?

- Não, Presidente, o senhor é que está abandonado uma opção (Apud Ferreira, 2007, p.555).

Após desligar o telefone, João Ribeiro Dantas ligou imediatamente para Gomes das Neves, exigindo que abortasse sua missão e passasse a apoiar o general Olímpio Mourão Filho. O general Armando Âncora, substituto do Ministro da Guerra, se recusou a dar resguardo e segurança ao Presidente da República.

Assim como o general Castello Branco, o fato que o general Olímpio Mourão Filho mais temia seria o encontro de suas tropas com as tropas militares do Rio de Janeiro. Quando houve o encontro entre elas às 3 horas da madrugada do dia 1º de abril, o coronel Raymundo Ferreira de Souza se encontrou com o marechal Denys, e, por uma questão de fortuna, “o coronel Raymundo tinha trabalhado, quando major, com o marechal Denys, quando as duas forças antagônicas se encontraram, o general Denys falou com o coronel por telefone ordenando que suas tropas aderissem ao movimento” (Ferreira, 2007, p.484). Ao coronel restou apenas responder: “Sim. marechal. Sim Senhor. Sem dúvida. Agora mesmo. Está bem.

Está bem.”. (Guedes, 1979, p.233). Em seguida, o general Olímpio Mourão Filho se expressou pedindo união entre os presentes: “Não estamos passando por medo. Estamos passando porque queríamos chefe, queríamos revolução. E lá embaixo no Rio, não há revolução” (Stacchini, 1965, p.45). Ao final do encontro, as tropas cariocas aderiram ao movimento iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho.

O Presidente João Goulart chegou à Brasília às 14 horas e convocou uma reunião com seus aliados políticos na Granja do Torto. Durante a reunião, recebeu uma ligação do general Ladário Pereira Telles sugerindo que fosse para Porto Alegre planejar algum plano de resistência. Tancredo Neves foi favorável a decisão. João Goulart esclareceu que não suportaria derramar o sangue do povo brasileiro em nome de seu mandato. Em seguida, fez dois pedidos aos seus aliados políticos: I – que Darcy Ribeiro, seu Chefe de Gabinete Civil avisasse ao Congresso Nacional que o Presidente da República ainda permanecia em território nacional e II – que Tancredo Neves e Almino Affonso – seu Ministro do Trabalho o ajudasse a escrever um manifesto e que posteriormente deveria ser divulgado à nação brasileira. Na escrita, o Presidente João Goulart afirmava de que haveria um golpe contra as instituições democráticas e contra a libertação econômica da Pátria e reafirmava a decisão de defender o povo contra as arremetidas da prepotência e da pressão do poder econômico. Terminada a reunião, João Goulart seguiu em direção ao aeroporto de Brasília.

O que seria necessário para combater as tropas do general Olímpio Mourão Filho? Segundo o polêmico relato de José Serra, na época presidente da União Nacional dos Estudantes, apenas uma simples autorização do Presidente João Goulart e um único avião:

Na base aérea da FAB, procurávamos o brigadeiro Francisco Teixeira, uma bela figura, legalista, do Partido Comunista, fiel ao Jango. Perguntamos por que ele não mandava esmagar a tropa de Mourão e ele respondeu que Jango não havia autorizado. Segundo ele, com um único avião acabaria com eles, mas que ele não ia fazer nada sem a autorização do Presidente (Apud Ferreira, 2007, p.551).

Consumado o golpe de Estado militar, às 14 h do dia 1º de abril, o General Costa e Silva, por ser o membro mais antigo do Exército em ação se autodeclarou Ministro da Guerra; “Costa e Silva telefonou para o general Armando de Moraes Âncora, que estava no comando do I Exército e no Ministério da Guerra interinamente, ordenando que ele desistisse de qualquer tentativa de resistência contra sua nomeação”⁷, pois o movimento rebelde tinha raízes profundas, pois não nascera como tiririca (Cf. Dulles, 1979), além disso, mentiu advertindo que o general Krueel – comandante do II Exército não gostaria que o general Cordeiro de Farias fosse o novo Ministro da Guerra. “Uma das nomeações feitas pelo novo ministro foi a do general de Divisão

7. Acervo FGV. CPDOC. Dicionário Verbete Histórico Costa e Silva. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Costa%20e.pdf>>. Acesso em: 16 de dez 2016.

Otacílio Terra Ururahy para o comando do I Exército” (Ferreira, 2007, p.561) com o objetivo de afastar o general Olímpio Mourão Filho das decisões políticas pós golpe.

Após assumir o posto, anunciou a organização de um Comando Supremo Revolucionário, composto também pelo Almirante Augusto Rademaker Grunewald e o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, “organismo que funcionou, de forma ostensiva, até a posse do marechal Castello Branco na Presidência da República (Oliveira,2009, p.89) cujo propósito seria realizar a “operação limpeza” que consistia na cassação de políticos considerados subversivos, demissão de Ministros do Supremo Tribunal Federal e a averiguação de instituições estatais (Dulles, 1979). Na ocasião, Costa e Silva foi acusado por Rademaker de ser moderado e querer fazer apenas meia-revolução.

No aeroporto de Brasília, Tancredo Neves afirmou que estava inconformado com a situação porque acreditava que as tropas do Rio Grande do Sul não seriam capazes de enfrentar a situação e resistir sozinhas. Antes de partir, como suas últimas palavras, João Goulart afirmou de que estava convicto de que seus adversários políticos tentariam o seu impeachment no Congresso Nacional.

2 | JOÃO GOULART E O CONGRESSO NACIONAL: IMPEACHMENT OU GOLPE DE ESTADO?

Apesar da pressão vivida, João Goulart não havia renunciado ou mesmo se afastado do país sem aprovação do Congresso Nacional, contudo, na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o Presidente da República sofreria um golpe civil.

Para que o golpe fosse concretizado, os responsáveis elaboraram um cálculo político que era de extrema importância: a Constituição Federal de 1946 pelos seus artigos 66, 68 e 89 estabelecia que o Presidente da República poderia ser afastado do cargo de forma legalista somente por três motivos: renúncia, afastamento do país sem aprovação legislativa e impeachment, contudo, João Goulart não havia renunciado, se encontrava em território nacional e um processo de impeachment seria impossível de se realizar pois não possuíam votos o bastante para concretizar tal feito. Qual seria, então, a alternativa para derrubar o Presidente João Goulart no Congresso Nacional? Somente através de um golpe de Estado. Os civis golpistas apoiaram o golpe militar porque possuíam uma estratégia:

De que a intervenção fosse transitória, como tantas outras que se verificaram ao longo de história. Estavam todos enganados, como os fatos posteriores vieram a demonstrar. A edição do Ato Institucional (sem número) de 9 de abril de 1964 seria a mais nítida demonstração de que o movimento militar viera para ficar (Oliveira, 2009, p.87).

A articulação inicial do plano para o golpe civil começou com o senador Auro

de Moura Andrade que exigiu que sua secretaria através de ligações convocasse o maior número possível de deputados e senadores que conseguisse para uma sessão congressual durante a madrugada de 2 de abril de 1964. Após retornarem do aeroporto, reunidos na casa do deputado Bocaiuva Cunha os aliados políticos de João Goulart receberiam uma ligação avisando que Auro de Moura Andrade desejava começar uma sessão extraordinária no Congresso Nacional.

O senador Auro de Moura Andrade, Álvaro Ribeiro Da Costa – Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli seguiram em direção ao Palácio do Planalto e “atravessaram a praça dos Três Poderes nuns poucos automóveis e encontraram o Planalto às escuras. O deputado Luiz Viana Filho subiu as escadas com a ajuda de fósforos acesos” (Gaspari, 2002, p. 112). Em seguida, com a presença de 183 deputados e 29 senadores, o senador Auro de Moura Andrade abriu uma sessão extraordinária no Congresso Nacional e posteriormente leu uma carta que havia sido escrita por Darcy Ribeiro. A carta foi entregue por Tancredo Neves:

Brasília, 2 de abril de 1964.

Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República incumbiu-me de comunicar a V. Exa. que, em virtude dos acontecimentos nacionais, das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na chefia do Poder Executivo, decidiu viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais com o seu Ministério.

Atenciosamente, Darcy Ribeiro, Chefe do Gabinete Civil (Oliveira, 2009, p.85)

Após a leitura, o senador afirmou que, apesar disso, a verdade era que o Presidente da República havia deixado a nação acéfala, numa hora gravíssima da vida brasileiro, em que era mister que o Chefe de Estado permanecesse à frente de seu governo. O senador declarou que a verdade era que o Presidente da República havia abandonado o governo e a acefalia continuava e que havia a necessidade de que o Congresso Nacional, como poder civil, imediatamente, tomasse a atitude que lhe coubesse, nos termos da Constituição, para o fim de que se restaurasse na pátria conturbada a autoridade do Governo, a existência do governo. Não poderia permitir que o Brasil ficasse sem governo, abandonado e que recaia sobre a Mesa a responsabilidade pela sorte da população do Brasil em peso

Interrompendo o discurso do Deputado Bocayuva Cunha que anunciava que o governador do Rio de Janeiro havia sido cassado e preso, o Senador Auro de Moura Andrade por volta das 3 horas e 15 minutos da madrugada do dia 2 de abril de 1964, sob gritos de “golpista” declarou ilegalmente vacante a presidência

da República com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa e de acordo com o artigo 79 da Constituição de 1946 declarou Ranieri Mazzilli – Presidente da Câmara dos Deputados, ligado ao PSD de São Paulo e a Juscelino Kubitschek, como Presidente interino do Brasil.

O ato golpista provocou muitos protestos dos deputados do PTB. Após encerrar a sessão, o senador apagou as luzes, desligou todos os microfones e saiu correndo da escada da Mesa para o Plenário esquivando-se e sendo alcançado no corredor pelo deputado Rogê Ferreira do PSB de São Paulo que afastando-se dos seguranças veio abrindo caminho lhe aplicando socos, bofetões e cuspiendo nele duas vezes. Tancredo Neves que estava sentado na primeira fila do Congresso Nacional ao lado de Almino Affonso levantou-se e começou a gritar: “canalha! canalha!”. Na ocasião, por não defender o mandato de João Goulart, Darcy Ribeiro chamou o general Fico que estava presente no Congresso Nacional de “macaco traidor, estou vendo os pelos crescendo no seu corpo e foi-se embora” (Gaspari, 2002, p.112). Apesar do ocorrido:

Expressivo grupo de deputados fiéis ao governo de João Goulart tentou reabrir a sessão, de qualquer maneira. Ante os protestos ruidosos que os seguiram, sugeriu-se a Auro que se retirasse por uma porta que havia atrás da Mesa do Plenário, mas ele recusou a sugestão, dizendo que haveria de sair, como o fez, por onde entrara. (Oliveira, 2009, p. 86)

Para escapar do tumulto, o senador Auro de Moura Andrade fingiu um desmaio para que fosse levado pelos civis e militares presentes ao Gabinete da Câmara dos Deputados. Em seguida, o deputado Ranieri Mazzilli entrou no Palácio da Alvorada e sentou na cadeira que era destinada ao Presidente da República que estava localizada no terceiro andar do local. Após o ocorrido, o Comando Revolucionário da Revolução exige perante o Congresso Nacional uma legislação constitucional que realizasse a cassações de subversivos. Enquanto estava sendo articulado o golpe civil no Congresso Nacional, o Presidente João Goulart estava seguindo em direção do Rio Grande do Sul.

João Goulart desembarcou em Porto Alegre às 3 horas e 15 minutos. Em seguida, seguiu em direção à casa do comandante do III Exército, general Ladário Pereira Telles para uma reunião. Durante a conversa, Leonel Brizola sugeriu que o Presidente fosse para o interior do Rio Grande do Sul e que nomeasse o general Ladário como seu Ministro do Exército e ele como Ministro da Justiça e que ambos tratariam da resistência contra o golpe. João Goulart não concordou afirmando que preferia se retirar do país para se evitar derramamento de sangue do povo brasileiro. Não concordando com a decisão, Leonel Brizola replicou dizendo que o Presidente da República era um traidor e que nunca mais iria voltar para o país. Após a discussão, o ex-Presidente da República afirmou que não era revolucionário

como Leonel Brizola.

Finalizada a reunião, João Goulart foi levado pelo comandante Guerra para Estância Rancho, Município de São Borja. Chegando ao destino, Goulart pediu que o comandante retornasse para Porto Alegre pois ficaria ao lado de sua mulher e filhos e do chefe do Gabinete Militar Assis Brasil para que fosse tentado um asilo político no Uruguai.

No dia 4 de abril, às 17 horas e 35 minutos, João Goulart chegaria ao aeroporto general Artigas, na cidade de Pando, localizado a 30 quilômetros ao Noroeste de Montevideú. Em uma entrevista de 40 minutos, João Goulart afirmou que não renunciaria, tampouco pediria permissão ao Congresso Nacional, pois ele havia deixado de funcionar. O ex-Presidente exclamou que não havia atuado como comunista, mas sim procurou unicamente a defesa de seu país e os interesses de seu povo, especialmente das classes mais necessitadas e isso sim seria uma luta contra o comunismo, pois elevava o nível de vida. O Brasil, país latino-americano e cristão, não necessitava de diretivas extremistas provenientes do exterior para resolver os seus problemas. Por último, João Goulart afirmou que em respeito ao Uruguai e em respeito ao seu próprio país, estava eximido de emitir opiniões sobre o ocorrido. O general Assis Brasil, acompanhado do ex-Presidente, exclamou que não possuía conhecimento de onde se encontrava Leonel Brizola. Em seguida, João Goulart entrou em um automóvel e dirigiu-se para o balneário Solimar, onde o aguardavam sua esposa e filhos. Ao encontra-los, deu-lhes um forte abraço.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havia um grande número de conspirações tanto militares como civis com o objetivo de derrubar o Presidente da República João Goulart -- onde cada ator político acreditava que o golpe seria concretizado com sucesso se fosse executado a sua maneira. Cada um formulou sua estratégia baseando-se em seus interesses e até mesmo superstições, como o caso do general Luís Carlos Guedes que não estava disposto a tomar nenhuma “iniciativa” em lua minguante.

O golpe ocorrido em 1964 pode ser visto como o resultado das interações, negociações políticas e escolhas desses diferentes atores políticos relevantes que estavam presentes na dinâmica histórica no momento. A história é dinâmica e as relações entre os atores políticos são essenciais e fundamentais para que determinados fatos históricos possam se concretizar uma vez que os fatos históricos devem ser compreendidos no tempo e no espaço em que ocorrem. No momento do movimento iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho, havia militares legalistas e fiéis à João Goulart que possuíam amplo conhecimento de que o Presidente da República não era comunista, por isso em seu livro *“A Ditadura Envergonhada”*,

o jornalista Elio Gaspari defende que o *Exército brasileiro no dia 31 de março de 1964 dormiu janguista e no dia 1º de abril acordou revolucionário*. Na verdade, esses militares, apesar de suas convicções, temiam que João Goulart pudesse ser influenciado pelo seu cunhado, Leonel Brizola e por Luís Carlos Prestes e amparado na CGT pudesse proclamar uma república sindicalista.

Apesar disso, o Presidente João Goulart pode ser considerado também um ator político que foi traído, pois tanto militares quanto civis se recusaram a reconhecer sua legalidade e legitimidade política -- desobedecendo suas ordens, como, por exemplo, o general Moraes Âncora que favorável ao movimento iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho se recusou a prender o general Castello Branco e passou a ocultar informações para que o Presidente tivesse um conhecimento tardio do fato e não pudesse organizar uma resistência mais articulada.

Apesar disso, alguns aspectos históricos devem ser analisados. Por que o Presidente João Goulart não telefonou para o Brigadeiro Francisco Teixeira? Segundo o Brigadeiro, seria uma tarefa simples derrubar as tropas do general Olímpio Mourão Filho. Além disso, muitos especialistas sobre o golpe de 1964, se perguntam: caso João Goulart tivesse realizado negociações políticas a história teria caminhado de forma diferente? O Presidente João Goulart teria evitado 21 anos de autoritarismo? Ou ao menos teria dificultado a ação dos golpistas? De início, o general Pery Bevilacqua – Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o general Amaury Krueel – comandante do II Exército e o Ministro da Guerra – Jair Ribeiro Dantas estavam determinados a proteger e garantir a legalidade de seu governo, desde que fossem realizados dois acordos: rompimento com a CGT e a demissão de dois ministros.

Em um momento histórico de conturbação e instabilidade política provocada por 3 principais motivos: I- uma alta inflação sem correção monetária, II- corrupção institucional generalizada e III- radicalização política provocada pela Guerra Fria, João Goulart escolheu não negociar e perdeu grandes forças de resistência contra as tropas de Olímpio Mourão Filho, restando somente à confiança das tropas do general Ladário Pereira Telles no Rio Grande do Sul e posteriormente contrariando a escolha de Leonel Brizola – que desejava o confronto, João Goulart preferiu evitar possivelmente uma guerra-civil.

Concretizado o golpe militar, restava realizar o golpe civil. Os civis golpistas acreditavam que diante de tanta pressão ocasionada pela situação, João Goulart renunciaria ou se afastaria do país sem aprovação do Congresso Nacional e assim seria afastado de acordo com a Constituição de 1946 e conseqüentemente tomariam o poder. Contudo, o Presidente da República resistiu e não realizou nenhuma das duas ações. Quais opções restavam aos conspiradores para derrubar o Presidente da República no Congresso Nacional? Impeachment ou um golpe de

Estado. Para o impeachment não possuíam a quantidade de votos suficientes, por isso, praticaram um golpe congressual que foi realizado aos trancos e barrancos de forma não articulada desrespeitando as normas legais da Constituição de 1946. Derrotado e com um golpe civil-militar concretizado, não restou outra alternativa à João Goulart a não ser seguir em direção a outro país, para proteger e poupar a si mesmo, sua família e seus aliados políticos.

REFERÊNCIAS

FONTES SECUNDÁRIAS

CHAGAS, C. **Brasil: retrato sem retoques**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DULLES, J.W.F. **Castello Branco: o caminho para a presidência**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

FERREIRA, O. **Elos Partidos. Para uma nova visão do poder militar**. São Paulo: Harbra, 2007.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUEDES, C.L. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

JOFFILLY, J. **Mapa histórico-geográfico do Brasil**. São Paulo: Três, 1998.

NETO, L. **Castello: a marcha para a ditadura**. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, P.A.M. **O Congresso em Meio Século**. Depoimento à Tarcísio Holanda. Brasília. 2009.

SILVA, H. **General Olímpio Mourão Filho. Memórias: a verdade de um revolucionário**. Rio Grande do Sul: L&PM, 1978.

STACCHINI, J. **Março 64: a mobilização da audácia**. São Paulo: Companhia Nacional, 1965.

REFERÊNCIAS DE INTERNET

<http://cpdoc.fgv.br>

<http://www.folha.com.br/acervo>

<http://www.jornalggn.com.br>

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento, pela Censupeg. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adultização 1, 8

Altmetria 46, 47, 48, 49, 58, 59

Aplicação 13, 42, 63, 66, 68, 72, 75, 95, 96, 99, 103, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 130

Aplicativos 135, 136, 137, 140, 141

Arte pública 77, 78, 79, 80, 85, 86

Atores políticos 159, 160, 172

C

Ciberespaço 135, 136, 137, 141

Civilização 118, 119, 120, 121, 123

Concílio Vaticano II 143, 144, 145, 147, 149, 154, 158

Criminalidade 33, 38, 41, 42, 135, 137, 138, 139, 141

Cultura 7, 11, 12, 13, 18, 21, 23, 78, 83, 84, 85, 123, 146, 148, 151, 152, 175

E

Educação 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 86, 100, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 134, 146, 158

Encarceramento 31, 32, 33, 34, 42, 44

Erotização 1, 10

Escolhas 159, 160, 172

Estágio supervisionado 125, 126, 130, 132, 133

F

Faculdade Bagozzi 125, 126, 127, 130, 131, 132

Fenômeno migratório 19

Formação profissional 125, 126, 128, 130, 131, 132, 133

G

Golpe de 1964 159, 173

H

Habeas Corpus 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40

I

Inclusão 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18

Infantil 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 121
Instrução 38, 118, 119, 120, 124
Interação 15, 47, 51, 58, 131, 132, 135, 145, 159
Internet 5, 8, 48, 135, 136, 137, 138, 142, 174

L

Lógica Fuzzy 60, 62, 63, 65, 66, 68, 71

M

Magistério 118, 119, 120
Método 2, 52, 70, 72, 73, 75, 76, 127
Música 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 81

N

Negociações 159, 160, 172, 173

O

Opressão 19

P

Pastoral Urbana 144, 152, 153, 158
Política 11, 12, 13, 15, 16, 18, 22, 29, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 44, 45, 85, 86, 90, 92, 94, 95, 96, 102, 103, 104, 128, 129, 133, 159, 160, 163, 164, 167, 173
Política criminal 31, 32, 33, 34, 41, 42, 44, 45
Prematuridade 1, 2, 8, 9
Prisão preventiva 31, 33, 36, 38, 41, 43, 44, 45
Probabilidades 71, 105, 106, 110
Processo Ensino-Aprendizagem 125

R

Representações sociais 77, 84, 86
Responsabilidade civil 69, 105, 112, 114, 115, 116, 117
Risco 23, 48, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 71, 146, 153

S

Segurança pública 32, 45, 135, 136, 137, 138, 140, 141
Seguros 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71
Social 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 28, 29, 37, 41, 44, 47, 49, 51, 52, 59, 77, 79, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127,

128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 142, 145, 146, 147, 148, 153, 155, 156

Sociedade 6, 7, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 22, 23, 37, 41, 42, 46, 78, 99, 118, 119, 120, 121, 122,
123, 124, 127, 129, 135, 141, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 157

Supervisão Direta 125, 126, 131, 132

T

Tráfico de drogas 31, 32, 33, 37, 38, 39, 41, 44

Twitter 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 58

 **Atena**
Editora

2 0 2 0